RAINER VESTERINEN

Subordinação adverbial

- um estudo cognitivo sobre o infinitivo, o clítico SE e as formas verbais finitas em proposições adverbiais do Português Europeu

STOCKHOLMS UNIVERSITET

INSTITUTIONEN FÖR SPANSKA, PORTUGISISKA
OCH LATINAMERIKASTUDIER

Subordinação adverbial – um estudo cognitivo sobre o infinitivo, o clítico SE e as formas verbais finitas em proposições adverbiais do Português Europeu

© Rainer Vesterinen

ISBN 91-7155-195-6

Intellecta Docusys AB 2006

Rainer Vesterinen

Doctoral Dissertation
Department of Spanish, Portuguese and Latin American studies
Stockholm University
S-106 91 Stockholm

Subordinação adverbial – um estudo cognitivo sobre o infinitivo, o clítico SE e as formas verbais finitas em proposições adverbiais do Português Europeu

Abstract

The aim of this study is to analyse the variation between infinitive and finite verb adverbial clauses in European Portuguese. In order to understand this variation, three central questions are raised: (1) What determines the use of the uninflected vs. the inflected infinitive in same-subject adverbial clauses? (2) What does the pronoun SE signal in these adverbial clauses? (3) What difference is there between the use of the inflected infinitives vs. finite verbs in different subject adverbial clauses?

Earlier investigations about these three questions are discussed. One conclusion of this review is that former research almost exclusively has been conducted from a traditional or formalistic point of view that has given priority to structural descriptions instead of semantic or conceptual explanations. In contrast to this, the present study endeavours to examine these issues from a cognitive linguistic perspective.

It is claimed that the use of the inflected infinitive in adverbial same-subject clauses may be explained by contextual factors which create a cognitive need to highlight the subject of the adverbial clause. Further, an analysis about how the grammatical micro-context can determine the interpretation of the clitic pronoun SE as a marker for a generic trajector is conducted. It is also argued that the difference between infinitive and finite adverbial clauses can bee explained by means of theories of *subjectification* and *mental spaces*.

The conclusion is drawn that a cognitive approach to grammar can, indeed, shed light on the issues considered. In particular, it is shown that different adverbial constructions can express different conceptual meaning. In the light of this fact, other issues concerned with finite and infinite verb forms are raised.

Keywords: adverbial clauses, finite and infinite verb forms, the clitic pronoun SE, cognitive grammar, prominence, trajector, landmark, subjectification, mental spaces.

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido possível sem os contributos de todos os colegas do Departamento de Espanhol, Português e Estudos Latino-Americanos da Universidade de Estocolmo (ISPLA) e da Escola Nacional para a Formação de Investigadores em Línguas Românicas (FoRom) da mesma universidade, nem sem os seus ambiente e espírito criativos; a concretização desta tese depende em grande parte destes dois factores. Fico muito agradecido a todos, e em particular:

aos meus orientadores, Lars Fant e Johan Falk, catedráticos do Departamento de Espanhol, Português e Estudos Latino-Americanos. Em especial, agradeço a Lars Fant o interesse demonstrado no projecto e os seus comentários perspicazes e críticos que tiveram uma grande importância na orientação seguida nesta tese. Do mesmo modo, agradeço a Johan Falk as valiosas discussões tidas sobre o valor semântico do pronome SE e do modo conjuntivo.

Também quero agradecer ao Prof. Fernando Bermúdez a leitura das diferentes partes da tese e os seus úteis comentários – a sua contribuição para a realização desta tese não pode ser expressa em poucas palavras; ao Prof. Manne Bylund o seu interesse e as suas perguntas claras no respeitante à perspectiva teórica cognitiva; ao Prof. Lars Hedin, não só por ter despertado o meu interesse pela variação entre diferentes formas verbais em proposições adverbiais, orientando os meus primeiros passos nesta área, mas também pelos seus comentários no referente aos problemas expostos neste trabalho; à Profa. Dra. Diana Bravo pela sua leitura dedicada de uma versão preliminar da tese; e aos Profs. Amadeu Batel e Filipe Pontes pela sua leitura e correcção linguística do meu português.

Finalmente, quero agradecer à minha família: Lisa, Marve e Emma, por sempre me terem feito compreender que existem coisas mais importantes neste mundo do que a variação entre diferentes formas verbais em proposições adverbiais. Por isso, queria dedicar-lhes este livro.

Estocolmo, Janeiro de 2006

Índice

Capítulo 1
Introdução 7

1.1 O infinitivo flexionado português 7
1.2 As questões do presente trabalho 9
1.3 Materiais e método 17
1.4 Algumas propostas anteriores 19
1.4.1. Infinitivo flexionado vs. Infinitivo não flexionado 19
1.4.2. O clítico SE 24
1.4.3. Proposição finita vs. Proposição infinitiva 27
1.4.4. Síntese 29
1.5 A Perspectiva teórica da gramática cognitiva 30
1.5.1. Algumas propostas da gramática cognitiva 30
1.5.2. Estrutura gramatical 32
1.5.3. Estrutura semântica 36
1.6 Hipóteses de trabalho 41

Capítulo 2
O grau de proeminência da proposição adverbial infinitiva – o factor cognitivo 45

2.1. Introdução 45
2.2. A relação entre Trajector e Marco 49
2.2.1. A relação sintáctica 50
2.2.2. A relação semântica 56
2.2.3. A escala de proeminência 61
2.3. Análise 65
2.3.1 A abordagem pragmática 67
2.3.2. A abordagem cognitiva 74
2.3.3. O factor cognitivo 80
2.3.3.1. A língua falada – propriedades de enunciado e de enunciação 80
2.3.3.2. A língua escrita – alguns casos adicionais 85
2.4. Conclusão 87

Capítulo 3
O pronome clítico SE – um trajector genérico 90

3.1. Introdução 90
3.2. O clítico Se 93
3.2.1. Função e valor semântico 93
3.2.2. Desfocalização e mudança de foco 95
3.2.3. O SE como uma força externa do evento 97
3.3. Análise 99
3.3.1. O grau de transitividade num evento 101
3.3.2. O número de participantes 104
3.3.3. A posição dos componentes 108
3.3.4. Co-referencialidade ou um referente óbvio 110
3.3.5. A função da desinência verbal 112
3.3.6. Diferentes conceptualizações 116
3.4 Conclusão 121

Capítulo 4
A proposição adverbial finita – subjectificação e espaços mentais 124

4.1. Introdução 124
4.1.1. Subjectificação 129
4.1.2. Espaços mentais 134
4.2. Análise 140
4.2.1. Proposição adverbial indicativa vs. infinitiva 141
4.2.2. Proposição adverbial conjuntiva vs. infinitiva 150
4.3. Conclusão 165

Capítulo 5
Considerações finais 168

Summary in english 177

Referências 187

Índice remissivo 195

1. Introdução

1.1. O infinitivo flexionado português

O presente estudo representa uma tentativa de compreender a variação entre os verbos finitos e infinitivos em proposições adverbiais no português europeu a partir de uma visão cognitiva da língua. Em particular, queremos averiguar a razão pela qual se emprega o infinitivo ou uma forma finita do verbo em contextos adverbiais que são introduzidos, ou por uma preposição, ou por uma conjunção. Evidentemente, a existência de um infinitivo flexionado na língua portuguesa permite uma maior possibilidade de escolha entre as formas verbais finitas e o infinitivo, pois a existência de um infinitivo com desinência pessoal implica que a introdução de um novo sujeito no contexto linguístico não tem necessariamente de ser realizada por uma forma verbal finita, mas também pelo infinitivo.

O infinitivo flexionado português aparece em muitos diferentes contextos gramaticais, coisa que faz com que uma descrição da sua distribuição seja uma questão que ainda não foi totalmente resolvida (cf. Scida, 2004: 3). No entanto, podemos verificar alguns contextos gramaticais onde esta forma verbal tem um emprego abrangente. Em primeiro lugar, pode aparecer como complemento de certos tipos de verbos (em especial verbos epistémicos, declarativos, factivos e perceptivos). Assim, é possível omitir a conjunção *que* na estrutura subordinada e introduzir o infinitivo flexionado. Em segundo lugar, permite-se o emprego desta forma verbal em proposições subjectivas, e em adverbiais introduzidas por uma preposição. Finalmente, o infinitivo flexionado pode desempenhar a função de complemento prepositivo (cf. Raposo, 1987; Silva, 2005). Abaixo, podemos verificar alguns casos prototípicos:

1) a) Lamento eles não dizerem a verdade / Lamento que eles não digam a verdade
   b) É preciso eles dizerem a verdade / É preciso que eles digam a verdade
   c) Fiz tudo para eles dizerem a verdade / Fiz tudo para que eles dissessem a verdade
   d) Mandou os alunos a estudarem / Mandou que os alunos estudassem

Assim, verificamos que a inserção de um infinitivo com flexão nestas estruturas origina uma possibilidade de introduzir um novo sujeito não co-referencial, um sujeito que, de facto, não coincide com o sujeito na proposição principal, na estrutura subordinada sem empregar uma forma verbal finita.[1]

Dentro do conjunto das línguas românicas nacionais, este idiotismo parece ser uma característica própria da língua portuguesa. Ou seja, enquanto a língua portuguesa permite a inserção de um novo sujeito sem recorrer ao emprego de um verbo finito na estrutura subordinada, tal procedimento parece mais limitado nas demais línguas românicas nacionais, onde o emprego de uma estrutura finita é mais ou menos obrigatório. Vamos ver alguns casos adverbiais causais:

2) a) O menino está triste por sairmos (porque saímos) sem ele [português]
   b) El muchacho está triste porque salimos sin él [espanhol]
   c) El muchacho está triste por salir nosotros sin él [espanhol]
   d) Il ragazzo è triste perché usciamo senza di lui [italiano]
   e) Le garçon est triste parce qu'on sort sans lui [francês]

Deste modo, podemos ver que as demais línguas românica preferem o emprego de uma forma finita do verbo nestes contextos, e que o português admite uma variação entre o infinitivo flexionado e uma forma finita do verbo. Com respeito a esta questão, porém, importa frisar que o espanhol parece aceitar as estruturas do tipo: «está triste por salir nosotros sin él», embora possam ser consideradas «regionais» ou «incultas» (cf. De Mello, 1995).

Em conclusão, verificamos que o infinitivo flexionado aparece em muitos diferentes contextos gramaticais na língua portuguesa, nos quais destacamos: (1) a sua ocorrência como complemento verbal ou prepositivo, (2) a sua ocorrência em proposições substantivas e adverbiais. Neste trabalho, porém, concentrar--nos-emos apenas num contexto gramatical: nas proposições adverbiais. Deste modo, prestaremos atenção à variação entre o infinitivo e as formas verbais

[1] Como podemos verificar, o infinitivo flexionado tende a aparecer em construções biclausais. Num recente estudo sobre o infinitivo flexionado, Scida (2004) afirma que isso é uma condição necessária para o emprego do infinitivo flexionado. Se bem que seja assim, achamos que isso não explica o emprego desta forma verbal.

finitas nas proposições adverbiais. Em (1.2.), as questões que tentaremos estudar em relação à forma verbal ao longo do nosso trabalho serão apresentadas mais detalhadamente.

1.2. As questões do presente trabalho

Como é bem sabido, existe uma possibilidade de empregar tanto um infinitivo como uma forma finita do verbo nas proposições adverbiais que exprimem *causa*, *tempo*, *concessão*, *modo* e *fim*. Deste modo, uma proposição adverbial introduzida por uma preposição ou uma locução prepositiva apresenta uma forma infinitiva do verbo, enquanto uma proposição adverbial encabeçada por uma conjunção ou uma locução conjuntiva, por conseguinte, tem uma forma finita do verbo. Abaixo, podemos ver alguns casos onde se realiza esta variação:

Figura 1:1. Os componentes (prep./loc.prep/conj./ loc.conj.) que dão uma variação entre formas finitas e infinitivas do verbo.

	preposição/loc.prepositiva	**conjunção/locução conjuntiva**
a) causa:	por	porque
b) tempo:	antes de, depois de	antes que, depois que
	ao, até	quando, até que
c) concessão:	apesar de	embora
d) modo:	sem	sem que
e) fim	a fim de	a fim de que
	para	para que

Comprovamos que estes componentes, de um ou de outro modo, expressam uma certa relação semântica entre duas proposições e que, na maioria dos casos, apresentam uma semelhança formal entre a preposição/locução prepositiva e a conjunção/locução conjuntiva. No entanto, existem dois casos onde não se pode verificar tal semelhança formal (*ao/quando* e *apesar de/embora*). Nestes casos, porém, achamos que o facto de expressarem uma relação semântica (temporal e concessiva) entre duas proposições motiva a sua inserção entre os demais componentes de estudo. Finalmente, poder-se-ia argumentar que casos com *visto/que* e *dado/que* deveriam figurar neste contexto. A nossa motivação para não incluir

estes componentes é que, em nossa opinião, não podem expressar uma relação causal do mesmo modo que *por* e *porque* (cf. Vogt, 1976-77: 144).[2]

Como já foi dito, a variação entre uma forma finita do verbo e o infinitivo tem a ver com a existência do infinitivo flexionado português – um infinitivo que tem desinência pessoal – o que faz com que o infinitivo não seja restrito aos contextos co-referenciais; é também possível quando o sujeito da proposição adverbial não coincide com o sujeito da proposição superior.[3] Assim, não existe uma só possibilidade verbal em casos deste tipo (a forma finita do verbo), mas verifica-se uma variação entre o infinitivo e a forma finita do verbo. Vamos ver a conjugação do infinitivo flexionado, exemplificado com o verbo «tomar»:

Figura 1:2. A desinência verbal do infinitivo flexionado (tomar).

S.1	tomar (Ø)	Pl.1	tomarmos
S.2	tomares	Pl.2	tomardes
S.3	tomar (Ø)	Pl.3	tomarem

Evidentemente, existem mais possibilidades de indicar o sujeito do infinitivo do que a sua desinência verbal. Uma possibilidade verificamos na inserção de um pronome pessoal, um nome próprio ou um SN a preceder o infinitivo. Ou seja, podemos inserir um pronome como «eu», um nome próprio como «o João», ou um SN como «a união europeia», antes do infinitivo para indicar o seu sujeito. Em figura (1:3) exibimos algumas das possibilidades sintácticas de exprimir o sujeito do infinitivo:

[2] Por exemplo, *visto/que* e *dado/que* não podem responder à questão *por que*. Por que ficaste constipado?: a) ? visto que saí/visto sair/ sem agasalho. b) ? dado que saí/dado sair/ sem agasalho. Por outro lado, tanto *por* como *porque* podem responder a esta questão (cf. Vogt, 1976-77: 144).

[3] Pelo momento, vamos empregar os termos «infinitivo flexionado» e «não flexionado» por facilitarem a nossa exposição. No entanto veremos mais adiante (capítulo 2) que tal distinção, de facto, não é necessária, pois podemos considerar o grau de proeminência da proposição adverbial infinitiva.

Figura 1:3. Diferentes possibilidades sintácticas de exprimir o sujeito do infinitivo.

S.1 tomar, *eu* tomar
S.2 tomares, *tu* tomares
S.3 tomar, *ele* tomar, $SN_{singular}$ + tomar
Pl.1 tomarmos, *nós* + tomarmos, *eu e pron.* + tomarmos, *eu e SN* + tomarmos
Pl.2 tomardes, *vós* tomardes, *tu e pron.* tomardes, *tu e SN* tomardes
Pl.3 tomarem, *eles* tomarem, *ele(s) e SN* tomarem, SN_{plural} + tomarem

Deste modo, no momento de exprimir uma proposição adverbial, podemos fazer uma escolha entre uma proposição finita e outra proposição infinitiva. Mas, não é só isso. Como veremos abaixo, existe também uma variação entre as diferentes formas do infinitivo português. Por conseguinte, uma proposição adverbial pode ser expressa por meio do infinitivo sem desinência pessoal, pelo infinitivo com desinência pessoal ou por uma forma finita do verbo:

3) eu detesto pessoas, pá, que andem à procura de empregos e que não se movam **para procurar** emprego [Pfu: 140]

4) tenho um processo de dar-lhes um bocadinho de limão **para eles picarem** com o garfo no limão [Pfu: 85]

5) inclusivamente chegava-se ao apuro de ter que pedir autorização, se fosse necessária uma operação ou qualquer coisa **para que a criança fosse operada**…[Pfu: 85]

Como podemos verificar, os casos expostos acima diferem no que diz respeito à forma verbal da proposição adverbial. Em (3), estamos perante uma proposição infinitiva sem flexão morfológica. Ou seja, a forma «procurar» não expressa um sujeito explícito. Deste modo, podemos verificar que a falta de sujeito expresso nesta proposição adverbial acarreta uma interpretação de tipo co-referencial com o sujeito expresso na proposição principal. Por outro lado, os exemplos (4) e (5) diferem de (3) no expressar um sujeito explícito na proposição adverbial. Em (4), comprovamos uma forma infinitiva do verbo com a desinência pessoal de terceira pessoa plural (picarem), e em (5) verifica-se uma forma finita do verbo, neste caso o conjuntivo, que é conjugado na terceira pessoa singular. Em ambos os casos, o sujeito na proposição adverbial não é co-referencial com o sujeito na

proposição superior. Finalmente, o verbo finito em (5) tem uma determinação temporal do evento descrito na proposição adverbial (imperfeito).[4]

Sendo assim, verificamos que os dois infinitivos, o infinitivo flexionado e o infinitivo não flexionado diferem no que diz respeito à marcação de um sujeito explícito. Obviamente, o infinitivo não flexionado carece de tal sujeito explícito, enquanto o infinitivo flexionado apresenta um sujeito explícito na sua desinência verbal. Por outro lado, a diferença entre uma forma finita do verbo e o infinitivo flexionado reside na possibilidade de exprimir tempo e modo. Ou seja, as formas finitas do verbo acrescentam temporalidade e modalidade ao evento descrito na proposição adverbial, coisa que uma proposição adverbial infinitiva não pode expressar.

Abaixo, podemos apresentar as diferenças morfológicas entre o infinitivo não flexionado, o infinitivo flexionado e uma forma finita do verbo no tocante à desinência pessoal e temporal:

Figura 1:4. A desinência pessoal e temporal do infinitivo não flexionado, do infinitivo flexionado e do verbo finito.

1. infinitivo não flexionado	[- desinência pessoal]	[- tempo]
2. infinitivo flexionado	[+ desinência pessoal]	[- tempo]
3. forma finita do verbo	[+ desinência pessoal]	[+ tempo]

Por conseguinte, o parâmetro [+/- desinência pessoal] poderia contribuir para a afirmação de que a variação entre o infinitivo flexionado e não flexionado é uma questão referencial. Ou seja, poder-se-ia pensar que o infinitivo não flexionado é empregue em casos onde se pode verificar co-referencialidade com o sujeito na proposição superior, e que o infinitivo flexionado, por outro lado, expressa o caso contrário: um sujeito não co-referencial na proposição superior. No entanto, é evidente uma abundante ocorrência de casos co-referenciais que apresentam um infinitivo flexionado. Assim, em (6) e (7), podemos verificar alguns casos de co-referencialidade, tanto com o infinitivo não flexionado como com o infinitivo flexionado:

[4] Ao longo do nosso trabalho, empregaremos o termo *evento* de um modo geral, referindo-nos a uma acção, a um processo ou a um estado descrito na proposição adverbial (cf. Silva, 2004: 299).

6) É interessante notar como pessoas ligadas a vários partidos *souberam* dar as mãos **para encontra**r soluções para Leiria e a sua região. [Diário de Leiria-N2989-2]

7) e era assim que *eles iam* a pé de alco[baça], da nazaré para alcobaça **para se entregarem** à cadeia, não eram acompanhados por guardas nem nada [Pfu: 291]

Portanto, a questão de co-referencialidade não é primordial para compreender a variação entre o infinitivo não flexionado e flexionado. Ou melhor dito, a falta de desinência pessoal no infinitivo não flexionado nas proposições adverbiais contribui para um emprego prototipicamente co-referencial.[5] Um exemplo típico disso vemos em (6). Por outro lado, em casos como (7), comprovamos que o infinitivo flexionado também pode ser empregue em contextos co-referenciais.[6] Portanto, a nossa primeira questão esta relacionada com o emprego do infinitivo em contextos co-referenciais: *como explicar a variação entre o infinitivo não flexionado e flexionado nas proposições adverbiais co-referenciais?*

Como vimos, a distinção entre os infinitivos não flexionado e flexionado não causa problemas nos exemplos já estudados (3-7), pois verificamos uma evidente falta de concordância verbal entre o infinitivo não flexionado e o seu sujeito expresso na proposição superior.[7] No entanto, veremos que tal distinção não é tão fácil de fazer quando o infinitivo tem uma flexão de tipo (Ø), ou seja, na primeira e terceira pessoa singular. Nestes casos, a solução tradicional do problema é que o infinitivo é flexionado se o verbo se refere a um SN ou se é possível inserir um sujeito pronominal antes do infinitivo (cf. Maurer, 1968).

Vamos ver alguns casos:

[5] Em relação a isso, importa frisar que o infinitivo não flexionado pode aparecer em contextos onde o objecto da oração principal torna-se o sujeito da oração adverbial, como em: «deram--lhe dinheiro para comprar a casa». Em casos deste tipo, parece-nos que a relação semântica entre as duas proposições contribui para uma interpretação não co-referencial entre os dois sujeitos.

[6] Pode-se argumentar que o infinitivo flexionado em (7) é motivado pelo emprego do clítico SE. Em relação a isso, porém, é interessante notar casos com este pronome que não dão o infinitivo flexionado: «estavam para se sujeitar a virem de carro» [Pfu: 106].

[7] Comprovamos um exemplo disso em (3) onde o infinitivo «procurar» não concorda com o sujeito expresso pelo verbo reflexivo «mover-se» (da terceira pessoa plural) na proposição superior.

8) **para aprender** a doutrina **para ir** à minha primeira comunhão, eu sei lá quanto tempo andei [Pfu: 83]

9) nem sei tampouco para onde caminhará isto, **apesar de eu ser** um jovem e ter ideias avançadas [Pfu: 148]

Nestes dois casos, podemos comprovar que a acção expressa pelo infinitivo está relacionada a um certo elemento. Em (8), é evidente que o infinitivo está ligado ao sujeito pronominal (eu), embora este pronome não esteja inserido na proposição adverbial. Aliás, é possível inserirmos tal sujeito pronominal como em: «para eu aprender/para eu ir». Deste modo, trata-se de um infinitivo flexionado. Em (9), podemos verificar a inserção do sujeito pronominal (eu), pelo que não há dúvida alguma sobre o tipo de infinitivo: temos um infinitivo flexionado. Ou seja, em ambos casos há um sujeito que realiza a acção descrita pelo infinitivo e que, além disso, concorda com a sua desinência verbal.

Em nossa opinião, porém, esta explicação não pode resolver a questão do infinitivo português. Ou melhor dito, esta explicação significaria que o infinitivo não flexionado só ocorre em dois contextos: (1) em proposições impessoais que carecem de sujeito contextual, e (2) em proposições com um sujeito em plural. Ou seja, numa ocorrência como (6), temos o infinitivo não flexionado, visto que o sujeito de terceira pessoa plural não concorda com o infinitivo, mas em (8), o infinitivo seria flexionado, pois verifica-se um sujeito no contexto. Deste modo, temos a ver com uma explicação que só considera os casos no singular.

Além disso, a explicação tradicional levanta mais um problema em relação ao infinitivo nas proposições adverbias. Ou seja, é óbvio que o infinitivo pode ser marcado por diferentes sujeitos pronominais na proposição infinitiva, e que isso contribui para a concepção do infinitivo flexionado. No entanto, podemos perguntar o que acontece nos casos onde o sujeito é de tipo impessoal, expresso pelo pronome clítico SE. Sem dúvida, o emprego deste pronome para assinalar um sujeito impessoal representa uma variante do infinitivo flexionado. Vamos ver alguns casos com o clítico SE:

10) De acordo com o vidreiro, «é preciso um mês **para se conseguir fazer** *uma peça* com perfeição, e outros cinco, **para se aprender** *seis modelos* diferentes». [Diário de Aveiro-N0571-1]

11) Já demos indicação **para se fazerem** *os estudos*...para vermos em termos de projecto quanto custa, qual a melhor localização. [Diário de Coimbra-N2512-1]

Podemos verificar que os casos (10) e (11), embora sejam muito parecidos, diferem quanto à desinência verbal. Por um lado, (10) representa o caso onde não há concordância verbal com o SN_{plural}, coisa que facilita a nossa concepção de um sujeito de tipo impessoal. Por outras palavras, a falta de concordância verbal com o SN_{plural} contribui para podermos verificar um sujeito impessoal que realiza a acção de «aprender». Por outro lado, a concordância verbal com o SN_{plural} em (11) faz com que este componente vá desempenhar a função de sujeito gramatical na proposição adverbial. Apesar de assim ser, comprovamos que «os estudos», lamentavelmente, não podem ser feitos sem a presença de um sujeito capaz de realizar tal acção.

Assim, o problema surge quando o clítico SE é empregue em contextos sintácticos nos quais a desinência verbal concorda com um SN_{plural}. Ou seja, nos casos onde este SN_{plural} desempenha a função de sujeito gramatical. Deste modo, surge a nossa segunda questão: *como interpretar as estruturas sintácticas de tipo «preposição + SE + infinitivo 3^a p.p.»?*

Vamos passar à nossa terceira questão. Como já foi dito, as proposições adverbiais com o infinitivo flexionado e aquelas com uma forma verbal finita contêm um sujeito expresso pela desinência verbal. No entanto, só a desinência verbal nas proposições adverbiais finitas apresenta o evento descrito pelo verbo num tempo determinado. Por outras palavras, embora tanto as primeiras como as segundas apresentem um sujeito explícito, só a segunda acrescenta informação que pode determinar o evento descrito em relação à circunstância comunicativa.

Abaixo, podemos ver algumas ocorrências:

12) e às onze e meia tenho de o pôr (…) para (…) para as raparigas, **para elas a depois terem** lá comer ao meio-dia [Pfu: 87]

13) quando fui para o curso de direito, fui na convicção de que auxiliar a justiça, ou contribuir **para que se fizesse** justiça no mundo era um ideal bastante elevado [Pfu: 97]

Obviamente, podemos verificar que estes casos diferem no que diz respeito à determinação temporal. Portanto, a primeira ocorrência (12) não dá nenhuma

indicação temporal na proposição adverbial, enquanto o segundo caso (13) apresenta tal indicação. Ou seja, em (13) o pretérito imperfeito conjuntivo tem o efeito de localizar o evento final de «se fazer justiça no mundo» num tempo passado em relação ao evento comunicativo (o presente). Por outro lado, o infinitivo flexionado em (12) não exibe tal relação. Neste caso em particular, porém, é interessante notar uma inserção adverbial (a depois) que desempenha a função de localizar os eventos descritos nas proposições adverbial e superior sequencialmente.

Tendo o parâmetro [+/- tempo] em consideração, seria muito fácil afirmar que a variação atestada entre uma forma finita do verbo e o infinitivo flexionado nas proposições adverbiais depende de tal diferença. Assim, o emprego de uma proposição adverbial finita seria motivado por uma necessidade de localizar o evento descrito em relação ao evento comunicativo, enquanto se emitiria uma proposição infinitiva em casos contrários: onde não se apresenta tal necessidade. Acreditamos, no entanto, que podem existir mais alguns factores determinantes no emprego de uma ou de outra proposição adverbial. Ou seja, embora a distinção [+/- tempo] possa ser de carácter importante ao empregarmos um ou outro tipo de proposição adverbial, parece-nos que este factor, de facto, não revela toda a complexidade do evento comunicativo. Sendo assim, expomos a nossa terceira questão: *como explicar uma variação entre uma forma finita do verbo e o infinitivo flexionado nas proposições adverbiais?*

Em conclusão, vimos que as proposições adverbiais que vão ser estudadas neste trabalho são as que exprimem causa, tempo, concessão, modo e fim, e que a razão de optarmos por estudar estas proposições reside em que elas apresentam uma variação entre as formas infinitivas e finitas do verbo. Além disso, pudemos comprovar que as diferenças morfológicas entre estas formas verbais podem ser vistas nos dois parâmetros [+/- desinência pessoal] e [+/- desinência temporal]. Finalmente, levantámos três diferentes questões em relação à forma verbal nas proposições adverbiais. Vamos repeti-las aqui:

- O que é que pode explicar a variação entre infinitivo não flexionado e infinitivo flexionado nas proposições adverbiais co-referenciais?

- Como interpretar as estruturas *preposição + SE + infinitiva 3ª p.p.* nas proposições adverbiais?

- O que é que pode explicar a variação entre uma forma finita do verbo e o infinitivo flexionado nas proposições adverbiais?

Achamos que estas questões, tradicionalmente, têm recebido um tratamento muito formal. Ou seja, os estudiosos neste âmbito ou expuseram regras mais ou menos complexas para explicar os fenómenos em questão, ou limitaram-se a estudá-los a partir de uma perspectiva estrutural, fornecendo assim uma mera descrição do assunto sem procurarem os factores que possam explicá-lo. Neste trabalho, deixaremos tal perspectiva linguística a fim de procurar alguns factores subjacentes que talvez possam explicar a variação entre as formas verbais finitas e infinitivas, assim como a função do pronome SE.

Este trabalho terá a seguinte disposição. Em (1.3.), apresentaremos o nosso material de estudo. Em (1.4.) vamos resumir algumas propostas anteriores sobre as questões levantadas. Em (1.5.), apresentaremos a perspectiva teórica que vai guiar este trabalho. Em (1.6.) levantaremos as nossas hipóteses de trabalho.

Os capítulos a seguir serão destinados às questões. Assim, começaremos por estudar a variação entre proposições adverbiais com ou sem o infinitivo flexionado no capítulo (2.). No capítulo (3.), estudaremos a questão do pronome clítico SE. Depois disso, no capítulo (4.), prestaremos a nossa atenção à variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas. Finalmente, no capítulo (5.), vamos apresentar e discutir as conclusões obtidas ao longo deste trabalho.

1.3. Materiais e método

A fim de realizar a nossa análise, vamos recorrer a quatro diferentes corpora que, em nossa opinião, dão uma imagem representativa da língua portuguesa contemporânea, tanto na sua forma escrita como na sua forma falada. Estes quatro corpora são:

- Português Fundamental [Pfu]
- Português Falado [Pfa]
- LINGUATECA (DiaClav) [Indicação do diário]
- JORNAL-ELAN [Diário de notícias]

Os dois primeiros destes corpora, *Português Fundamental* e *Português Falado*, são corpora de língua falada, enquanto *LINGUATECA* e *JORNAL-ELAN* forne-

cem corpora da língua escrita, sobretudo de textos jornalísticos. No que diz respeito à data destes corpora, *Português Fundamental* apresenta dados da língua falada dos anos 1970-1974, e os corpora de *Português Falado* foram recolhidos nas décadas 1970, 1980 e 1990 (cf. Nascimento, 1987; Casteleiro & Nascimento, 2001). Por outro lado, os corpora de língua escrita são recolhidos entre os anos 1996-1997 (JORNAL-ELAN) e 1999-2000 (LINGUATECA) (cf. JORNAL-ELAN,2003: <http://www.clul.ul.pt/sectores/ projecto_rld1.html>; linguateca, 2005: <http://www.linguateca.pt/ACDC>).

Importa frisar que estes corpora não serão empregues para realizarmos um estudo estatístico, mas a fim de levar a cabo uma análise de carácter qualitativo e heurístico baseado em ocorrências reais.[8] Portanto, empregaremos exemplos reais, encontrados no nosso corpus, na análise, enquanto podem aparecer casos criados quando tentarmos explicar um raciocínio teórico. A razão mais clara pela qual optamos por este procedimento, ou seja, onde empregamos um corpus em lugar de exemplos criados na análise, é que achamos importante sustentar a nossa argumentação em exemplos reais e não criar exemplos que possam servir para argumentar em favor de uma certa interpretação «favorável». Neste sentido, coincidimos com Chafe (1994) em considerar que o melhor modo de analisar as questões linguísticas é o de analisá-las a partir de exemplos naturais (cf. Chafe, 1994: 15-20).

Por conseguinte, optamos por empregar um corpus para evitar que se crie uma certa confusão entre a nossa análise e as proposições adverbiais analisadas; ou seja, para evitar a criação de exemplos em concordância com as hipóteses de trabalho que serão levantadas neste trabalho Do mesmo modo, utilizaremos um corpus que reflecte o emprego natural das proposições adverbiais no português europeu, tanto na língua falada, como na língua escrita.

Na secção a seguir (1.4.), estudaremos algumas propostas anteriores no que diz respeito às nossas questões.

[8] No entanto, o corpora *Português Falado* serviu para um estudo piloto de carácter estatístico sobre a variação entre o infinitivo flexionado e não flexionado nas proposições adverbiais. Neste estudo piloto, pudemos verificar algumas tendências bastante acentuadas para o emprego do infinitivo flexionado em certos contextos gramaticais. Esta questão será desenvolvida no capítulo (2.).

1.4. Algumas propostas anteriores

É interessante notar uma tendência de estudar as questões que nos interessam neste trabalho ou a partir de uma perspectiva descritiva/normativa ou a partir de uma perspectiva estrutural no âmbito da linguística portuguesa. Por um lado, as gramáticas tradicionais, limitando-se às descrições ou prescrições de certos empregos, apresentam regras de cunho mais ou menos geral sobre os fenómenos em questão. Por outro lado, estudos realizados dentro da gramática generativa analisam sobretudo as estruturas formais dos mesmos fenómenos. Naturalmente, seria impossível fazer um resumo muito pormenorizado sobre todos os estudos realizados neste âmbito, pelo que tentaremos fornecer um resumo da visão mais representativa dos fenómenos em questão.

1.4.1. Infinitivo flexionado vs. Infinitivo não flexionado

Cunha & Cintra (1984: 482) afirmam que o emprego distintivo do infinitivo não flexionado e flexionado (ou impessoal e pessoal) representa uma das questões mais controvertidas da sintaxe portuguesa. Deste modo, concluem que as regras propostas pelos gramáticos para distinguir o emprego selectivo entre estas duas formas sempre «relevaram-se insuficientes ou irreais» (Cunha & Cintra: 1984: 482). Sendo assim, os autores enfatizam a existência de factores não gramaticais que podem aumentar a nossa compreensão deste emprego selectivo:

> Em verdade, os escritores portugueses das diversas fases da língua portuguesa nunca se pautaram, no caso, por exclusivas razões de lógica gramatical, mas viram-se sempre, no acto da escolha, influenciados por ponderáveis motivos de ordem estilística, tais como o ritmo da frase, a ênfase do enunciado, a clareza da expressão (Cunha & Cintra, 1984: 482)

Por outras palavras, o emprego de uma ou de outra forma do infinitivo pode ser explicado por factores estilísticos como: o ritmo da frase, a ênfase do enunciado e a clareza da expressão. Além disso, Cunha & Cintra (1984) coincidem com Bechara (1999) em considerar que a variação entre as duas formas do infinitivo pode ser explicada pela propensão para enfatizar a acção expressa pelo infinitivo

ou enfatizar o agente que efectua a acção descrita pelo infinitivo. Bechara (1999: 285-286) explica tal diferença com as seguintes palavras:

> Fora da locução verbal "a escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito ou necessidade de pormos em evidência o agente do verbo" [SA.2, 246]. O infinitivo sem flexão revela que a nossa atenção se volta com especial atenção para a ação verbal; o flexionamento serve de insistir na pessoa do sujeito (Bechara, 1999: 285-286).

Sendo assim, o infinitivo não flexionado seria empregue nos casos onde a nossa atenção está voltada para a acção expressa pelo infinitivo, até à exclusão do agente que realiza a mesma acção. Por outro lado, a forma flexionada revela uma atenção especial no agente da mesma acção; e, portanto, enfatiza a nossa propensão para insistir no sujeito. Bechara (1999: 286) exemplifica tal diferença com os seguintes casos:

14) Estudamos
   a) para vencer na vida
   b) para vencermos na vida

Deste modo, o exemplo (14a) exemplifica o emprego onde o locutor que emite a proposição adverbial infinitiva não quer insistir no sujeito da mesma (nós), mas enfatizar a acção descrita pelo infinitivo (vencer). Por outro lado, o emprego de uma forma flexionada do infinitivo (14b), assinala que o locutor quer enfatizar o mesmo sujeito (ou agente) da acção descrita, expresso pela desinência verbal do infinitivo (cf. Bechara: 1999: 286).

Maurer (1968) expõe três regras básicas em relação ao emprego de uma ou de outra forma do infinitivo. As regras são formuladas de modo a explicarem o emprego obrigatório do infinitivo não flexionado, o emprego obrigatório do infinitivo flexionado, assim como os contextos em que há uma possibilidade de escolha entre as duas formas do infinitivo. Deste modo a regra (1) refere-se ao emprego do infinitivo não flexionado, determinando as premissas obrigatórias para o seu emprego adequado. Depois disso, formula-se a regra (2) para explicar o emprego obrigatório do infinitivo flexionado. Finalmente, a regra (3), explica as premissas contextuais que permitem uma variação entre as duas formas do infinitivo. Abaixo, podemos ver as regras propostas:

1. *Quando o infinitivo é rigorosamente impessoal, isto é, quando a ação por ele expressa não se refere a nenhum agente ([88]) determinado, quer enunciado com o próprio infinitivo, quer indicado no contexto, ele é sempre invariável (impessoal)* (Maurer, 1968: 135).

2. *Quando o infinitivo é claramente pessoal, isto é, quando tem sujeito próprio, – expresso ou não – é sempre flexionado, pouco importando que o seu sujeito seja idêntico ao do verbo regente ou não* (Maurer, 1968: 145)

3. *Quando o infinitivo, apesar de não ter sujeito próprio – empregando-se, portanto, como impessoal nas demais línguas românicas – exprime, contudo, uma ação exercida por um agente que conhecemos do contexto e ao qual esta se atribui, pode ser flexionado ou invariável, embora freqüentemente se dê preferência ora a uma, ora a outra, das duas formas do infinitivo* (Maurer, 1968: 153).

Assim, é interessante notar que o infinitivo invariável (sem flexão) assinala um contexto de tipo «impessoal» sem indicação de um agente determinado. Ou seja, emprega-se o infinitivo não flexionado se não é possível verificar um agente que realiza a acção descrita pelo infinitivo. Por outro lado, porém, o infinitivo é sempre flexionado quando tem sujeito próprio: um sujeito que pode ser expresso ou não. Finalmente, o autor explica que o infinitivo pode ter uma forma ou outra nos casos em que exprime uma acção realizada por um agente que é conhecido pelo contexto.

No tocante às proposições adverbiais infinitivas, Maurer (1968: 170) expõe mais uma regra, afirmando que as construções deste tipo admitem tanto a forma não flexionada como a forma flexionada do infinitivo. No entanto, enfatiza que a forma flexionada é mais comum, visto que a inserção de um componente entre a oração infinitiva e o seu verbo regente contribui para que a proposição adverbial seja mais independente:

> Se bem que se trate aqui de infinitos dependentes de um verbo regente (…) compreende-se que na construção ora estudada o emprêgo da forma flexionada seja muito mais comum. Com efeito, no momento em que o infinito constitui por si uma espécie de oração, embora reduzida, sem sujeito próprio, êle adquire uma autonomia maior em relação ao verbo de que depende, o que se exprime, naturalmente pela forma flexionada em uma língua que, como o português, possui esse recurso sintático (Maurer, 1968: 170).

Deste modo, compreendemos que as proposições adverbiais infinitivas, segundo Maurer, tendem para a forma flexionada do infinitivo. Além disso, explica-se tal tendência pelo facto das construções adverbiais infinitivas serem mais afastadas do seu verbo regente, o que lhes dá uma maior autonomia em relação a ele.

Em contraste com isso, Perini (1977), dentro de uma perspectiva generativa e transformacional da língua, formula a sua regra do *filtro de dupla desinência*; uma regra que marca todas as estruturas de superfície do infinitivo flexionado como mal formadas se esta forma do infinitivo é precedido de uma forma verbal com desinência verbal idêntica. Perini (1977) formula a sua regra da seguinte maneira:

> *Filtro de dupla desinência*
> Marcar como malformadas todas as estruturas superficiais que contenham um IP precedido de uma forma verbal identicamente flexionada, a menos que haja um SN à esquerda do infinitivo co-referente do seu sujeito, não havendo nenhum verbo entre esse SN e o infinitivo (Perini, 1977: 107).

Portanto, um exemplo de tipo:

> 15) * os jardineiros vieram para ajudarem (Perini, 1977: 107)

é considerado mal formulado, pois na sua transformação de estrutura profunda em estrutura de superfície, um exemplo como (15) passa pelo filtro de dupla desinência que deve eliminar a flexão do infinitivo. No entanto, Perini (1977: 85) comenta que uma maior distância linear entre os dois verbos pode contribuir para que a violação desta regra seja mais branda.[9]

Raposo (1975) coincide com Perini em pensar que o infinitivo flexionado pode ser explicado por diferentes regras transformacionais. Além disso, põe em questão a existência de duas diferentes formas do infinitivo. Para este estudioso, o infinitivo tem sempre um sujeito na estrutura profunda (estrutura básica na sua terminologia), um sujeito que pode ou não aparecer na estrutura de superfície:

> *Ambos os infinitivos* contêm, em estrutura básica (para empregar desde já a terminologia da gramática transformacional, teoria que preside ao estudo contido nesta fase), *um sujeito*. Esse sujeito, durante a derivação sintáctica das frases,

[9] Veja-se também Jucá (1971) sobre o emprego «caprichoso» do infinitivo flexionado em textos clássicos.

> pode ou não ser apagado (ou removido do seu lugar originário) por vários tipos de regras ou processos sintácticos (Raposo, 1975: 8).

Deste modo, o emprego de uma ou de outra forma pode ser explicado por regras transformacionais. Nos casos em que o sujeito é apagado ou removido antes de um processo de concordância com o verbo, temos um infinitivo invariável. Se, por outro lado, o sujeito for presente ao aplicar-se o processo de concordância, apresenta-se o infinitivo flexionado (cf. Raposo, 1975: 8).

O mesmo autor (Raposo, 1987), estudando as propriedades distributivas do infinitivo flexionado dentro da teoria de *Regência e Ligação*, levanta a hipótese de que as orações com o infinitivo flexionado pertence à categoria (SN), pelo que podem ser marcadas pelo caso. Deste modo, a oração infinitiva flexionada pode receber caso de um regente externo (Verbo, Preposição ou Flexão). Além disso, o infinitivo flexionado português pode ser explicado por dois parâmetros: o parâmetro de flexão e o parâmetro de sujeito nulo. No que diz respeito ao parâmetro de flexão, ele especifica que certas línguas podem apresentar a flexão [- Tempo + Concordância]. O parâmetro de sujeito nulo, por outro lado, explica que só as línguas com este tipo de sujeito têm concordância de tipo nominal, o que faz com que possam receber caso de um regente exterior (cf. Raposo, 1987: 93-94; Brito, 1995: 23).

Finalmente, Caetano Silveira et al. (1994), partindo da teoria de *Princípios e Parâmetros*, propõem uma modificação da análise de Raposo (1987). Em lugar de considerar a oração infinitiva flexionada um SN, afirmam que o núcleo funcional de um SN é o determinante, pelo que o SN é analisado como um complemento do SDet. Portanto, uma oração infinitiva flexionada não é um SN, mas um SDet. Mais uma alteração na sua análise consiste na divisão de Conc (concordância) nas categorias: Conc-N (caso nominativo) e Conc-O (atribuição acusativa), pois tal análise «apresenta ainda a vantagem de analisar a atribuição de caso pelo verbo como uma operação ligada, simetricamente nas posições de sujeito e objecto, à noção de concordância e a uma relação entre especificador e núcleo» (Caetano Silveira et al., 1994: 141-142).

1.4.2. O clítico SE

Passando ao emprego do pronome clítico SE na sua função de representar um agente indeterminado, ressalte-se que muitas gramáticas tradicionais distinguem entre dois diferentes pronomes.[10] Entre outros, Cunha & Cintra (1984) destacam o emprego apassivador do pronome SE, por um lado, e o seu emprego como um símbolo de indeterminação do sujeito, por outro lado. Portanto, num contexto onde o pronome SE está ligado a um verbo intransitivo, ou a um verbo tomado intransitivamente, temos um pronome de tipo «símbolo de indeterminação de sujeito». Mas, se o verbo em questão é transitivo, apresenta-se um «pronome apassivador». Cunha & Cintra (1984: 308-309) expõem os seguintes casos para exemplificar a diferença entre estes empregos:

16) a. ouve-se ainda o toque de rebate / fez-se de novo silêncio
[pronome apassivador: verbos transitivos]

b. vive-se ao ar livre, come-se ao ar livre, dorme-se ao ar livre
[símbolo de indeterminação de sujeito: verbos intransitivos]
(Cunha & Cintra, 1984: 308-309)

Sendo assim, apresentam-se dois diferentes pronomes conforme o tipo de verbo que acompanha o pronome SE: (1) um símbolo de indeterminação do sujeito e (2) um pronome apassivador. Cunha & Cintra (1984: 309) acrescentam que em frases do tipo: «vendem-se casas» e «compram-se móveis», ocorrências com o verbo em concordância com um SN_{plural}, este componente desempenha a função de sujeito do verbo. Assim, dizem: «consideram-se casas e móveis os sujeitos das formas verbais vendem e compram, razão por que na linguagem falada se evita deixar o verbo no singular» (Cunha & Cintra, 1984: 309).

Bechara (1999) distingue entre as ocorrências do pronome SE com ou sem substantivo não animado. Assim, num exemplo de tipo «o banco se abre às dez», um caso com substantivo não animado, este componente desempenha a função de sujeito, pelo que estamos perante uma interpretação passiva. Por outro lado, na ausência de um sujeito não animado, como em: «abre-se às dez», vamos ter

[10] Uma excepção disso verifica-se em Maurer (1951) que não faz aquela distinção, mas afirma que o SE é uma forma reflexo-passiva, tanto com os verbos transitivos como com os verbos intransitivos (cf. Maurer, 1951: 52-53).

uma interpretação impessoal (cf. Bechara, 1999: 177). Quanto às expressões do tipo: «vendem-se casas», verifica uma cadeia de tipo:

17) ↓
a. Vendem-se casas (= casas são vendidas)
b. Vendem-se casas (= alguém tem casa para vender)
c. Vende-se casas

No tocante a este fenómeno, o autor afirma que: «A genuína linguagem literária requere "vendem-se" (…). Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução» (Bechara, 1999: 178).

Perini (1998), estudando as estruturas impessoais com o verbo em terceira pessoa plural de tipo «quebraram meu relógio», afirma que a existência de três diferentes regras semânticas pode contribuir para melhorar a nossa compreensão destas construções, e acrescenta que as regras também podem ser válidas no que diz respeito às construções impessoais se incluirmos uma quarta regra. Abaixo, podemos ver as regras em questão:

Figura 1:5. As regras semânticas de Perini (cf. Perini, 1998: 266, 270).

Regra 1 (R1):	O objecto directo se interpreta como paciente
Regra 2 (R2):	O atributo (com a preposição *com*) se interpreta como instrumento
Regra 3 (R3):	O sujeito se interpreta como: agente, instrumento ou paciente (nessa ordem de preferências)
Regra 4 (R4):	Introduzir "agente" (não-especificado) na representação semântica de frases com NdP na 3ª pessoa do plural, sem sujeito. (cf. Perini, 1998: 266, 270).

Apoiando-se nestas regras, Perini (1998) analisa a variação [+/- concordância verbal] com um SN_{plural} não animado. Em relação a esta variação, conclui que nos casos de tipo [- concordância verbal] com um SN_{plural}, é muito possível fazer uma interpretação onde o clítico SE representa um agente não-especificado: em primeiro lugar, a regra (1) atribui ao SN_{plural} o papel de objecto e, em segundo lugar, a regra (4) introduz um agente não-especificado. No que diz respeito às construções de tipo [+ concordância verbal] com o SNplural, o autor afirma que estamos perante uma questão muito complicada à qual ainda não pode encontrar

uma solução adequada, dizendo: «Aqui não vou tentar resolver essa questão; fica para pesquisa futura» (Perini: 1998: 272).

Estudando o SE dentro do ramo da gramática generativa transformacional, Ikeda (1977) afirma que a distinção feita entre *Se indeterminador de sujeito* e *SE partícula apassivadora* é desadequada, visto que este clítico desempenha sempre a mesma função. Deste modo, conclui que o *SE indefinido* (na terminologia da autora) é sempre generado na base, como um constituinte de V(erbo), pelo que pode considerar-se um redutor lógico. Por outras palavras, a função do SE indefinido é a de reduzir termos da oração. Nos casos com um verbo intransitivo derivado de um verbo transitivo, reduz o objecto directo, e nos casos com um verbo intransitivo, o sujeito é reduzido. A autora reconhece que esta análise levanta mais dificuldades no que diz respeito à interpretação do clítico SE como um símbolo de um sujeito indeterminado (cf. Ikeda, 1977: 62).

Milanez (1982) concorda com Ikeda em considerar a distinção entre o SE inderminador de sujeito e o SE partícula apassivadora imprópria. Por outro lado, opta pela denominação *SE indeterminador* para este pronome. Ou seja, distingue entre os termos *indeterminação* e *indefinição* de modo que a primeira só abrange elementos humanos que não podem ser restritos quantitativamente. Portanto, o SE indeterminador implica um participante de tipo (+H) universal. No entanto, a mesma autora afirma que os casos de tipo «SN + V 3^{a} p.p. + SE» não envolvem um agente humano, o que, de facto, pode criar uma certa confusão com respeito à sua análise (cf. Milanez, 1982: 38-39, 98-99).

Por outro lado, Nunes (1990) mantém a distinção entre o SE como partícula apassivadora e símbolo de indeterminação. Baseando-se na teoria da Regência e Ligação, analisa, entre outras coisas, estruturas com ou sem concordância verbal com o SN (-A). Afirma que casos do tipo «aluga-se casas» têm uma estrutura onde [pro] recebe o papel temático externo, enquanto o SN (-A) recebe o papel temático interno. Deste modo, explica a razão pela qual «casas» pode receber caso acusativo. Nos casos de tipo «alugam-se casas», por outro lado, o pronome SE absorve o papel temático do argumento externo, detematizando a posição do sujeito. Deste modo, o SN (-A) em posição final (do objecto) pode receber caso nominativo (cf. Nunes, 1990: 31-40).

1.4.3. Proposição finita vs. Proposição infinitiva

Cabe destacar que as gramáticas de cunho tradicional deixam a questão sobre a variação entre proposições adverbiais finitas e infinitivas quase despercebida. Portanto, Cunha & Cintra (1984) explicam que esta variação é possível, dando apenas os diferentes casos em que se pode efectuá-la. Do mesmo modo, Bechara (1999) exemplifica os diferentes casos possíveis de empregar ou uma proposição finita ou infinitiva, acrescentando que a proposição infinitiva pode contribuir para um estilo mais conciso e elegante (Bechara (1999: 514).

Raposo (1975), estudando uma variação geral entre formas verbais finitas e infinitivas, levanta a hipótese de que a forma infinitiva deve ser considerada um complementador que é introduzido nas estruturas sintácticas no mesmo nível que o complementador *que*. Segundo este autor, tal introdução é efectuada por meio de uma transformação cíclica denominada *inserção do complementador*:

> no que respeita à classe de predicados superiores estudada, o complementador *infinitivo* (…) é introduzida nas estruturas sintácticas no mesmo nível que o complementador *que*, isto é, por uma transformação cíclica de INSERÇÃO DO COMPLEMENTADOR (Raposo, 1975: 11).

Raposo (1975: 22) afirma que há dois motivos para considerar que o infinitivo pertença à mesma categoria gramatical que a conjunção *que*. Em primeiro lugar, aponta para a não existência das estruturas *que + infinitivo*. Em segundo lugar, afirma que a distribuição complementar entre orações que são introduzidas por *que* e pelo infinitivo em certos contextos pode corroborar a sua argumentação (cf. Raposo, 1975: 22).

Perini (1977), concordando com Raposo ao afirmar que a variação entre *que* e *infinitivo* é de carácter transformacional, elabora duas regras para explicar esta variação. Segundo este autor, aplica-se uma regra denominada *inserção de que* nos casos não co-referenciais, o que pode explicar os casos «quero dormir» e «quero que você durma»; no caso não co-referencial, a oração infinitiva passa pela regra *inserção de que* antes de aparecer na estrutura de superfície. Por outro lado, admite a impossibilidade de se aplicar esta regra às orações subordinadas a sintagmas prepositivos (Perini, 1977: 102). Em segundo lugar, a diferença reside no facto de que as orações finitas têm o traço *tempo* tanto na estrutura profunda como na estrutura de superfície.

Perini (1977: 62) exemplifica isso com os seguintes casos:

18) a. ele disse que estava comendo acarajés
b. ele disse estar comendo acarajés

A diferença fundamental entre estes casos é que ambas as orações, tanto a finita (18a) como a infinitiva (18b), apresentam uma estrutura profunda com o traço *passado*, mas é possível suprimir a segunda ocorrência do tempo, o que dá uma oração sem determinação temporal na estrutura de superfície, ou seja, uma oração infinitiva como (18b). Obviamente, a oração finita em (18a) conserva o traço passado na estrutura de superfície (cf. Perini, 1977: 62).

Como já foi verificado em (1.4.1.), Raposo (1987) afirma que a flexão do infinitivo é atribuído caso por um atribuidor externo, pelo que a flexão infinitiva pode atribuir caso nominativo ao sujeito do sintagma flexionado (SF) infinitivo. Sendo assim, os SFs podem ser consideradas SNs sempre que o elemento a atribuir caso à flexão infinitiva subcategorize uma construção de tipo nominal. Por outro lado, os complementos finitos introduzidos pelo complementizador *que* sempre pertencem à categoria SC.

Abaixo, expomos alguns exemplos estudados em Raposo (1987):

19) a) Nós lamentamos [SC que eles recebam pouco dinheiro].

b) Nós lamentamos [Nmax = SF eles [I´[I Conc] ter recebido pouco dinheiro

c) A Maria entrou em casa [PP sem [SF os meninos ouvir*em*]]

Assim, a flexão do infinitivo atribui caso nominativo ao sujeito do SF depois de receber caso de um regente externo: o verbo *lamentar* em (b) e a preposição *sem* em (c); ou seja, dois elementos que podem subcategorizar construções nominais. Segundo Raposo (1987), o facto de a flexão ser o núcleo do SF, e atribuir caso nominativo ao sujeito do SF, contribui para o seu traço de SN. Por conseguinte, os SFs infinitivos expostos acima pertencem à categoria SN. Como já foi dito, os complementos finitos de tipo (a) pertencem à categoria SC (cf. Raposo, 1987: 89, 95, 99). Finalmente, comprovámos em (1.4.1.) que o SF infinitivo, segundo a teoria de Princípios e Parâmetros não pertence à categoria SN, mas à categoria SDet (cf. Caetano Silveira et al., 1994).

1.4.4. Síntese

Antes de mais nada, devemos tornar claro que a nossa intenção não é a de contestar os estudos apresentados acima. Ao contrário, podemos constatar que elas, de uma ou de outra maneira, contribuem para aumentar a nossa compreensão sobre as questões relacionadas com a variação entre formas infinitivas e finitas do verbo. Portanto, não excluímos a possibilidade de que, como Cunha & Cintra (1984) e Bechara (1999) afirmam, a variação entre as formas infinitivas e as formas finitas do verbo podem ser motivada por factores estilísticos.

Além disso, é muito interessante verificar que os estudos de Maurer (1968) e Perini (1977) comentam que uma certa distância entre a proposição infinitiva e o seu verbo regente (autonomia) faz com que o infinitivo flexionado possa ser empregue em contextos de tipo co-referencial. Finalmente, os estudos realizados no paradigma generativo trazem uma contribuição com respeito às estruturas que podem gerar o emprego de uma ou de outra forma verbal.

No entanto, pensamos que estes estudos esquecem as questões primordiais: quais os motivos subjacentes para empregarmos uma ou outra forma verbal? Ou seja, o que é que contribui para o emprego de uma ou de outra forma verbal – finita ou infinitiva – nas proposições de tipo adverbial. Do mesmo modo: será tão fácil afirmar que o pronome SE representa um agente indeterminado quando o verbo não concorda com um SN_{plural}, enquanto a noção deste agente passa despercebida nos casos contrários?

Como foi visto, as contribuições acima tendem à formulação de regras com maior ou menor grau de complexidade – ou à elaboração de estruturas profundas e de superfície – para responderem a estas questões. Acreditamos, no entanto, que há uma perspectiva mais natural no que diz respeito à realidade linguística, uma perspectiva que não necessariamente tem de formular regras complexas ou estruturas abstractas para aumentar a nossa compreensão sobre os fenómenos em questão.

Portanto, achamos que as questões que vão ser estudadas neste trabalho podem ser explicadas por uma teoria que tem os processos cognitivos do falante em consideração e que, como já dissemos, não deixa de perceber que a língua, de facto, é empregue por este falante. Por outras palavras, optamos por uma teoria que estuda a língua como *língua em uso* – não como um sistema formal e autónomo que carece de valor semântico – e que procura uma relação entre gramática e semântica em que a primeira pode ser vista como um *inventário de*

unidades linguísticas convencionais que o falante pode empregar para construir um significado conforme às suas necessidades e/ou finalidades comunicativas. Enfim, acreditamos que a gramática cognitiva pode contribuir para elucidar as questões levantadas neste trabalho.

1.5. A perspectiva teórica da gramática cognitiva

1.5.1. Algumas propostas da gramática cognitiva

Como já foi dito, o nosso trabalho visa estudar a forma verbal nas proposições adverbiais a partir de uma perspectiva cognitiva da língua. Sendo assim, vamos basear-nos na gramática cognitiva desenvolvida por Langacker (1987, 1988 a-d, 1991). A sua visão da gramática, e dos estudos linguísticos em geral, é uma forte reacção ao paradigma estrutural e generativo com respeito à concepção da língua, pois afirma que a gramática não constitui uma estrutura autónoma – ou universal – vazia de valor semântico. Ao contrário, a gramática representa um instrumento convencional, posto à nossa disposição para expressar mensagens em concordância com uma finalidade comunicativa (cf. Langacker, 1987: 35).

Langacker (1987) enfatiza, por conseguinte, o carácter simbólico da língua, afirmando que não é possível fazer uma distinção significativa entre o léxico, a morfologia e a sintaxe, mas que estes componentes constituem um *continuum* de estruturas simbólicas disponíveis para expressar estruturas semânticas. Podemos expor três hipóteses fundamentais: (1) a estrutura semântica não é universal, mas varia de uma língua para outra. Além disso, tal estrutura é baseada na imagética convencional, e caracterizada em relação às nossas estruturas de conhecimento, (2) a gramática (ou a sintaxe) não representa um nível autónomo e formal de representação, mas é simbólica, consistindo numa convencionalização simbólica de estrutura semântica, (3) Não existe nenhuma distinção significativa entre gramática e léxico. O léxico, a morfologia e a sintaxe formam um contínuo de estruturas simbólicas que diferem em vários parâmetros, mas que só podem ser divididas em diferentes componentes arbitrariamente (cf. Langacker, 1987: 2-3).

Evidentemente, as três hipóteses expostas acima são incompatíveis com a concepção generativa de que a gramática (e a sintaxe em particular) representa uma estrutura que é vazia de valor semântico. Portanto, a primeira hipótese

argumenta contra a noção de que as estruturas semânticas são universais. Ao contrário, estas estruturas são baseadas numa *imagética convencional* (imagery), e caracterizadas em relação às nossas *estruturas de conhecimento*.[11] Por outras palavras, enfatiza uma interdependência entre os factores internos e externos que determinam as nossas estruturas semânticas. Ou melhor dito; abrange uma visão enciclopédica e contextual destas estruturas.

Ainda mais, as hipóteses a seguir postulam que as estruturas semânticas, mediante uma *simbolização convencional*, são ligadas às estruturas gramaticais. Ou seja, a gramática constitui um meio para expressar um valor semântico; um valor semântico que, conforme a hipótese (1), pode variar de língua para língua e que, além disso, é fortemente afectada por vários factores externos. Por outras palavras, a sintaxe é portadora de valor semântico e as línguas podem diferir semanticamente na descrição de um evento com o mesmo conteúdo conceptual.

Vamos ver dois exemplos ilustrativos disso:

20)	a)	mandei-lhe uma carta	b)	mandei uma carta para ele
21)	a)	tenho fome [português]	b)	I am hungry [inglês]

Em (20), (a) e (b) descrevem um evento com o mesmo conteúdo conceptual: a de mandar uma carta para uma pessoa. No entanto, as diferenças estruturais contribuem para uma certa diferença semântica. Em (a), o facto de os dois SNs (lhe e carta) estarem justapostas assinala uma relação possessiva. Ou seja, neste caso, focaliza-se o resultado final onde a carta já chegou ao destinatário. Em (b), por outro lado, a preposição *para* enfatiza o trajecto da carta entre o remetente e o destinatário. Analogamente, em (21), os casos (a) e (b), embora descrevam o mesmo evento, assinalam uma diferença semântica, pois o português e o inglês evocam diferentes imagens ao descrever o evento de ter fome. Sendo assim, é muito provável que a relação entre *fome* e *pertença* seja mais acentuada para o lusofalante do que para o locutor inglês, visto que o lusofalante faz uso do verbo *ter* (cf. Langacker, 1987: 39, 47).

[11] O termo *imagética* reflecte a nossa capacidade de construir um evento concebido conforme as nossas finalidades expressivas (cf. Langacker, 1987: 47). Naturalmente, uma ligação entre *as estruturas semânticas* e *as estruturas de conhecimento* implica uma interdependência entre factores internos e externos.

Além disso, as três hipóteses de Langacker opõem-se à hipótese de que é possível fazer uma distinção entre a gramática e a semântica – ou de que temos um certo módulo sintáctico autónomo que é independente de factores externos (cf. Chomsky, 2000: 42-43). Ao contrário, assinalam uma forte relação entre semântica e gramática de modo que a gramática representa um instrumento para expressar conteúdo semântico. Por conseguinte, a sintaxe não representa uma estrutura que é vazia de valor semântico – mas como uma portadora do mesmo. Finalmente, podemos verificar uma interdependência entre os factores externos e internos no que diz respeito às estruturas gramaticais e semânticas, explicitada pelo termo *convencional*, um termo que assinala que a língua é apreendida e empregue num certo contexto (cf. Langacker, 1987: 155)

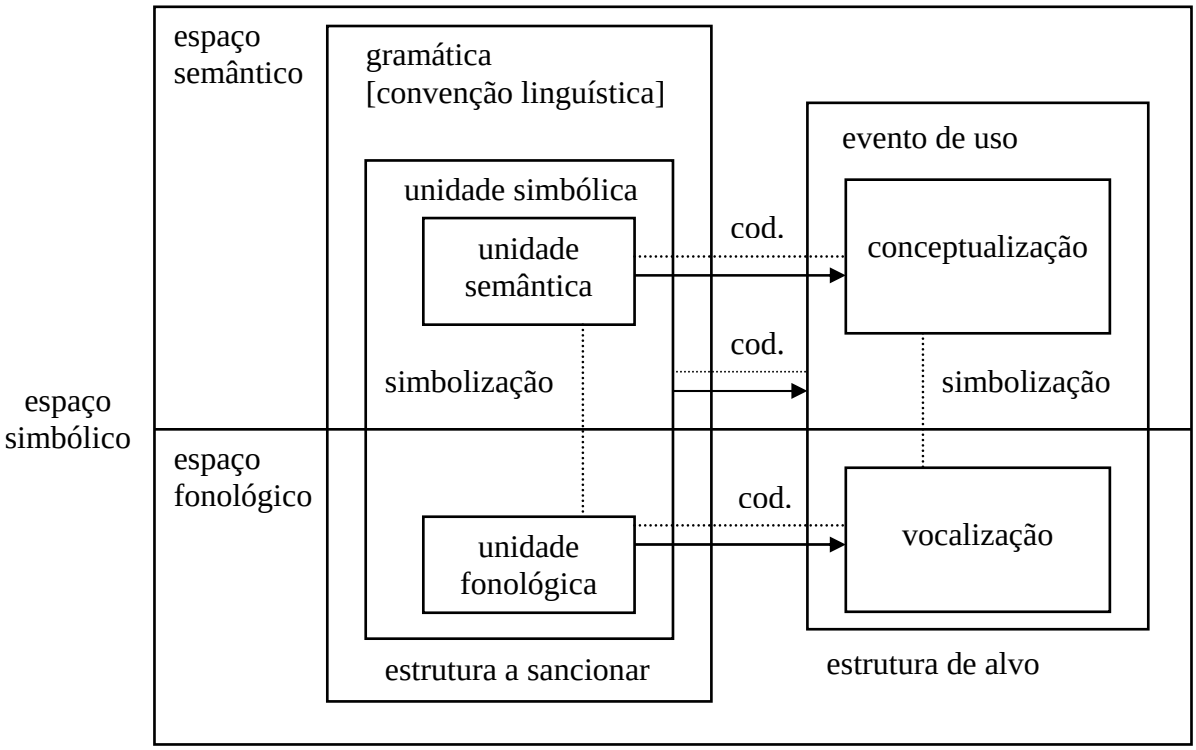
1.5.2. Estrutura gramatical

No modelo de Langacker (1987), a estrutura gramatical precisa de três estruturas básicas: um pólo semântico, um pólo fonológico e um pólo simbólico. O pólo simbólico é bipolar e consiste na relação entre os pólos semântico e fonológico. A gramática é compreendida como uma convenção linguística que sanciona as estruturas gramaticais num evento de uso. Este evento de uso representa uma conceptualização ou vocalização de uma estrutura semântica/gramática. Deste modo, o modelo só postula um espaço semântico, um espaço fonológico e um espaço simbólico: a coordenação dos espaços semântico e fonológico.[12] Além disso, postula-se uma codificação entre duas diferentes estruturas: a estrutura a sancionar (a gramática considerada como convenção linguística) e a estrutura de alvo (o evento de uso).

Abaixo, podemos ver o modelo de Langacker (1987: 77):

[12] Evidentemente, não estamos a considerar só as manifestações abertas (perceptíveis) ao falar do espaço fonológico. Ao contrário, comprovamos que o espaço fonológico constitui um meio para produzir uma vocalização no evento de uso. Achamos, porém, que o espaço fonológico também está presente no evento de uso nos casos em que estamos a conceptualizar um evento sem manifestá-lo abertamente (cf. Langacker, 1987: 78-79).

Figura 1:6. Estrutura gramatical (cf. Langacker, 1987: 77).



Na estrutura a sancionar, a gramática é considerada uma convenção linguística que fornece os meios disponíveis para encontrarmos uma expressão adequada do que queremos comunicar. Dentro da gramática, a relação bipolar (simbolização) entre as unidades semântica e fonológica constitui uma unidade simbólica. Deste modo, postula-se uma relação entre uma unidade semântica e a sua correspondente unidade fonológica. Portanto, não é necessário postular a existência de estruturas *profundas* ou de *superfície*; é suficiente com uma relação simbólica entre os pólos semânticos e fonológicos.

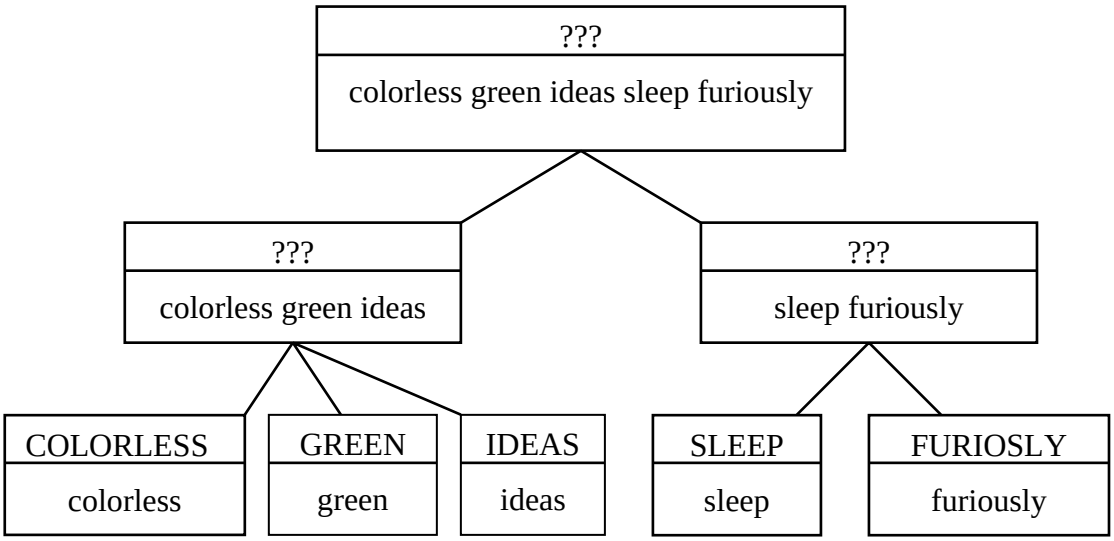
Na estrutura de alvo, o conceptualizador dá um significado (conceptualiza) a um evento (ou uma sensação), e pela simbolização entre os espaços semântico e fonológico, pode manifestar a conceptualização numa vocalização. Portanto, a relação simbólica entre o espaço semântico e o espaço fonológico implica que uma determinada vocalização corresponde a uma determinada conceptualização. Esta correspondência entre conceptualização e vocalização provém da estrutura a sancionar: fornece os meios para uma conceptualização ou vocalização por meio de uma codificação entre a estrutura a sancionar e a estrutura de alvo. Por outras palavras, a relação simbólica entre os espaços semântico e fonológico assinala que a unidade semântica tem a sua correspondente unidade fonológica.

Depois disso, uma codificação entre a estrutura a sancionar e a estrutura de alvo contribui para uma conceptualização ou vocalização (cf. Langacker, 1987: 77).

Enfim, o modelo de Langacker tem a vantagem de enfatizar uma estreita relação entre a gramática e a semântica. Ou melhor dito, a primeira, considerada como uma convenção linguística, fornece os meios necessários para expressar ou conceptualizar conteúdo semântico. Por conseguinte, a gramática não é uma estrutura formal e autónoma que carece de valor semântico: a noção de um espaço semântico e de outro espaço fonológico implica que a gramática em si é um meio para expressar conteúdo semântico. Além disso, os termos *convenção linguística* e *evento de uso* assinalam que a gramática cognitiva é um modelo de uso. Ou seja, trata-se de um modelo que enfatiza uma relação entre a língua e o seu emprego.

Evidentemente, a noção de que a gramática não constitui uma estrutura sem valor semântico, e que existe uma certa interdependência entre factores internos e externos, acarreta algumas consequências acentuadas. Com respeito à relação entre a semântica e a gramática, a simbolização convencional entre elas faz com que uma frase como: «colorless green ideas sleep furiously», uma frase clássica dentro do paradigma generativo para afirmar a autonomia da gramática, é considerada como uma anomalia, pois carece de sentido. Abaixo, podemos ver como tal frase é concebida na gramática cognitiva:

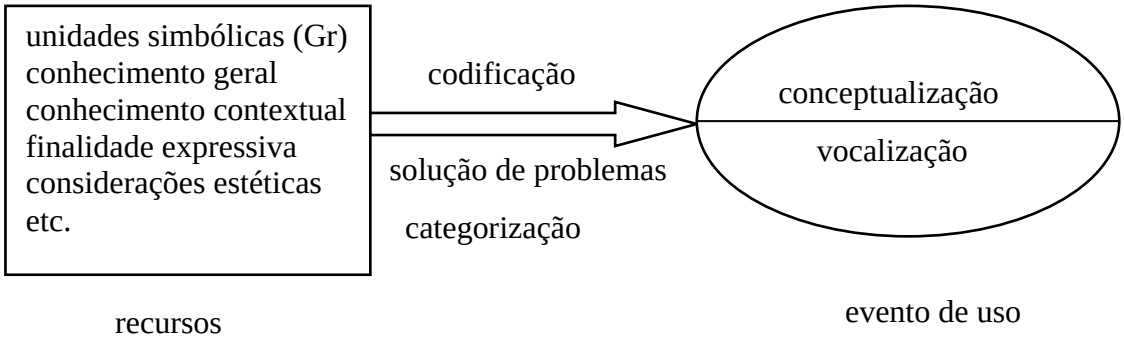
Figura 1:7. Organização gramatical cognitiva (cf. Langacker, 1988a: 45).



Em primeiro lugar, comprovamos uma divisão entre *estruturas componentes* e *de composição*. As estruturas componentes fornecem as *unidades linguísticas* empregues para construir uma estrutura de composição. Estas unidades podem ser um morfema, uma palavra ou uma estrutura formulativa que o locutor pode empregar automaticamente. Em segundo lugar, há uma divisão entre o pólo semântico (representado por maiúsculas) e o pólo fonológico (minúsculas). Ou seja, cada estrutura semântica tem a sua correspondente estrutura fonológica. Portanto, a frase: «colorless green ideas sleep furiously» só pode estabelecer uma relação entre os pólos semântico e fonológico na estrutura mais baixa, pois estruturas componentes de tipo «colorless green ideas» e «sleep furiously» não podem apresentar tal relação simbólica.

Passando aos diferentes recursos que o conceptualizador emprega ao emitir ou descodificar uma expressão linguística, podemos comprovar que a gramática cognitiva postula uma forte relação entre a gramática e outros factores de cunho extralinguístico.[13] Portanto, o conceptualizador não só faz uso da gramática, mas também de outros recursos num evento de emprego. Abaixo, expomos o modelo de Langacker (1988a: 14):

Figura 1:8. Modelo de emprego linguístico (cf. Langacker, 1988a: 14).



Assim, o locutor não faz só uso de unidades simbólicas ao emitir uma expressão linguística. Além da gramática (Gr), os recursos podem ser o seu conhecimento geral, o seu conhecimento contextual, as finalidades expressivas e considerações estéticas. No momento de codificação, os recursos passam por uma etapa de *solução de problemas*. Ou seja, o locutor tem de escolher a expressão mais

[13] Como veremos em (1.5.3.), a gramática cognitiva não postula uma divisão entre factores linguísticos e extralinguísticos com respeito às estruturas semânticas. Ao contrário, enfatiza a dificuldade de distinguir entre o valor semântico (formal) de uma certa expressão linguística e o nosso conhecimento enciclopédico e contextual sobre a mesma (cf. Langacker, 1988b: 57).

adequada para a sua conceptualização, um processo que tem lugar no pólo semântico. Depois disso, o locutor pode passar à vocalização: a emissão da sua mensagem. Evidentemente, o interlocutor faz uso dos mesmos recursos ao conceptualizar a mensagem. A diferença reside em que a sua conceptualização tem lugar depois da vocalização do locutor.

Em suma, a perspectiva teórica da qual partimos não considera a gramática como um sistema autónomo sem valor semântico. Muito pelo contrário, há uma interdependência entre semântica e gramática, de modo que a primeira fornece os meios para conceptualizar um valor semântico. Ainda mais, pensamos que a codificação de uma expressão linguística pode ser compreendida como uma actividade de «solucionar problemas». Quando conceptualizamos um evento, temos de recorrer aos recursos disponíveis e assim procurar uma estrutura de alvo que corresponda à nossa conceptualização. Como vimos, os recursos tanto incluem a gramática como o nosso conhecimento geral do mundo.

1.5.3. Estrutura semântica

Em (1.5.2.) comprovamos que a gramática cognitiva postula uma forte ligação entre a gramática e a semântica. Ou seja, a existência de um pólo semântico, um pólo fonológico e a relação simbólico entre eles dá a entender que a gramática é um meio para expressar conteúdo semântico. Além disso, a gramática cognitiva afirma que a nossa compreensão de uma expressão linguística inclui o nosso conhecimento enciclopédico, assim como o conhecimento contextual, de um evento.

No que diz respeito ao conhecimento enciclopédico, Langacker (1987: 154) explica a sua importância semântica com o conceito [BANANA] e a sua localização em vários domínios cognitivos. Em primeiro lugar, o conceito evoca um domínio espacial que caracteriza a sua forma. Mas também é localizado em domínios que, por exemplo, caracterizam o seu sabor e o seu odor. Finalmente, o nosso conhecimento sobre este conceito envolve que é uma fruta, que cresce em árvores, que provém de zonas tropicais, e muito mais. Assim, o significado da palavra *banana* depende de todas as diferentes especificações que podemos dar, pelo que a distinção entre conhecimento linguístico e extralinguístico é de cunho artificial.

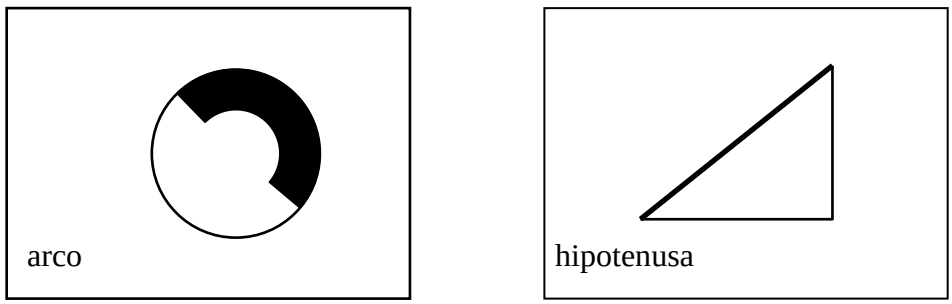
Do mesmo modo, o nosso conhecimento contextual de um certo evento desempenha uma função primordial para a nossa compreensão de uma expressão linguística. Por exemplo, a expressão «o gato está no chão» acarreta diferentes significados que variam em concordância com o contexto em que é emitida. Em casos prototípicos, designa um evento onde um gato está no chão. No entanto, pode-se também tratar de uma disputa de luta entre um lutador e um tigre, coisa que dá mais um significado à palavra *gato*. Igualmente, a mesma expressão pode descrever uma situação onde uma pessoa acaba de pintar um gato prototípico no chão. Enfim, o significado de uma expressão linguística depende do contexto em que esta expressão aparece. Evidentemente, tal realidade linguística requer uma visão enciclopédica e contextual da semântica (cf. Langacker, 1987: 154-155).

Além de considerarmos que a semântica linguística está relacionada com o nosso conhecimento enciclopédico e o nosso conhecimento contextual, importa frisar os processos cognitivos que podem operar para fornecer um significado às expressões linguísticas. Entre estas capacidades, Langacker (1987: 101) enfatiza a nossa capacidade de comparar, contrastar e estruturar experiências mentais. Um exemplo ilustrativo disso já foi verificado em (20a e 20b), onde o evento de mandar uma carta para alguém foi descrito de diferentes modos. Portanto, a nossa capacidade de comparar e estruturar experiências mentais é o fundamento para a imagética convencional: ou seja, a capacidade de descrever um evento de diferentes maneiras.

A nossa capacidade de comparar experiências de tipo mental e estruturá-las de diferentes modos também implica que uma expressão linguística evoque um certo domínio como a sua *base*, e que a expressão linguística constitua o *perfil* deste mesmo domínio. Portanto, os conceitos perfil e base pressupõem que cada expressão linguística envolve um conjunto de domínios, e que uma expressão linguística designa uma sub-estrutura proeminente nalgum destes domínios: na sua base. Por exemplo, o conceito *apartamento* evoca a noção de um prédio de andares como a sua base; e o conceito *dedo* tem o conceito *mão* como a sua base. Por outras palavras, o conceito *prédio de andares* elabora a base para a expressão *apartamento*, do mesmo modo que *mão* é a base da expressão *dedo*, ou seja, constituem os domínios destas expressões linguísticas.

Abaixo, veremos como tal relação assimétrica pode ser visualizada. Vamos expor dois exemplos encontrados em Langacker (1987: 184; 1988b: 59). Assim, veremos o perfil e a base das expressões *arco* e *hipotenusa*:

Figura 1:9. Perfil e base de *arco* e *hipotenusa*.



Por conseguinte, é difícil pensar no conceito *arco* sem evocar ao mesmo tempo a imagem de um círculo. Ou seja, o círculo constitui o domínio cognitivo de *arco*; a base cognitiva deste conceito. Por outro lado, o conceito *arco* representa uma sub-estrutura proeminente da base e assim tem uma saliência cognitiva por ser o conceito perfilado Analogamente, o conceito *hipotenusa* evoca a imagem de um triângulo rectângulo – a sua base – pois é difícil pensar neste conceito sem ter em mente que é composto por uma base e a sua sub-estrutura perfilada. Ou seja, não é possível pensar neste conceito sem a presença da sua base: só fica uma linha. Do mesmo modo, sem perfilarmos o conceito *hipotenusa* temos um triângulo rectângulo. Portanto, a base pode ser compreendida como um domínio necessário para compreender um certo conceito (cf. Langacker, 1988b: 60; van Hoek, 1995: 315).

A relação assimétrica entre perfil e base é também visível numa cadeia como: corpo **>** braço > mão > dedo > nó (cf. Langacker, 1993: 9). Nesta cadeia, o corpo representa a base cognitiva de braço; o braço é a base de mão; a mão é a base de dedo, e o dedo é a base de nó. Ou seja, cada um dos conceitos pertence a um domínio cognitivo que é indispensável para a compreensão deste conceito. No que diz respeito à base do conceito *corpo*, a procura desta base pode ser mais problemático. No entanto, este conceito pode ser compreendido como uma configuração no espaço da terceira dimensão. Ou seja, o espaço é indispensável para podermos conceber as relações espaciais, pelo que o espaço da terceira dimensão representaria um tipo de *domínio básico* (cf. Langacker, 1987: 148).

A noção de domínio é também acentuada na teoria de *espaços mentais* de Fauconnier (1994). Neste caso, os diferentes espaços mentais que são evocados quando estamos envolvidos numa actividade mental – muitas vezes meditada pela língua – podem ser compreendidos como diferentes domínios. Por exemplo, a expressão: *se tivesse dinheiro* desloca o conteúdo da proposição de um espaço

mental real para um espaço mental de tipo hipotético. Ou seja, tal deslocação representa a mudança conceptual de um domínio mental (a realidade) para um outro domínio (hipotético). Na teoria de espaços mentais, o domínio original é denominado *espaço mental paterno*, enquanto a expressão linguística que evoca uma deslocação do espaço mental paterno para um outro espaço mental é denominado *construtor de espaços* (cf. Fauconnier, 1990: 159-166; 1994: 17).

Mais um exemplo da nossa capacidade de estruturar e comparar diferentes experiências mentais é manifestado na relação assimétrica entre os participantes denominados *figura* e *fundo*. Neste caso, trata-se de uma relação predicativa onde a noção de proeminência (saliência cognitiva) é muito acentuada. Portanto, um participante (a figura) apresenta um maior grau de proeminência inerente do que um outro participante (o fundo). Langacker (1987: 231) denomina estes participantes *trajector* e *marco*, e enfatiza que a nossa percepção, sobretudo a visual, desempenha um papel fundamental ao fazermos uma distinção entre eles.

Partindo das nossas faculdades perceptivas, e estabelecendo uma relação entre percepção e língua, enfatiza dois factores para distinguir entre o trajector e o marco. Assim, o trajector corresponde (1) a uma entidade bem delimitada que contrasta em relação ao que a rodeia, (2) a uma entidade que está em movimento. Portanto, uma entidade compacta, que contrasta com respeito ao que a rodeia, tem uma forte tendência para ser eleito o trajector numa cena perceptiva. Nestes casos, o espaço envolvente tende a constituir o fundo para esta entidade. Além disso, uma entidade em movimento, que se desloca em relação às demais entidades, representa o trajector em casos perceptivos prototípicos, enquanto uma entidade imóvel tende a desempenhar a função de marco para este participante (cf. Langacker, 1987: 120).

Uma consequência linguística dos fenómenos mencionados acima é que um componente bem determinado é mais provável de ser eleito como o trajector numa relação predicativa do que um componente que careça desta determinação. Ou dito de outro modo, a tendência para eleger uma entidade compacta como o trajector numa cena perceptiva tem a sua contrapartida na expressão linguística. Abaixo, podemos ver um exemplo disso:

22) a) o homem [tr] comprou uma casa [m] no Estoril

b) ? homem [tr] comprou uma casa [m] no Estoril

Assim, parece-nos que a expressão (a) representa um caso típico onde o trajector corresponde a um componente bem determinado (o artigo definido), coisa que contribui para que a expressão não nos pareça estranha. Enfim, trata-se de uma expressão onde se apresenta um trajector de tipo compacto e bem determinado. Por outro lado, (b) não apresenta tal determinação. Em consequência disso, esta expressão tem um carácter estranho, pois o seu trajector não consegue apresentar os traços típicos de um trajector.[14]

Passando ao factor de movimento, verificamos mais uma correspondência entre percepção e expressão linguística, pois uma entidade em movimento, ou uma entidade que é conceptualmente móvel, é mais provável de corresponder ao trajector numa relação predicativa. Por outro lado, o marco representa um *ponto de referência* que determina a posição do trajector no tempo e espaço.

Vamos apresentar alguns exemplos linguísticos:

23) a) o Miguel [tr] anda pela rua [m]

b) o carro [tr] está em frente da casa [m]

c) ? a casa [tr] está em frente do carro [m]

Ou seja, temos uma tendência onde o trajector é um componente em movimento, exemplificado em (a). O facto de que *o Miguel* está em movimento faz com que seja mais apto para atrair a nossa atenção perceptiva do que *a rua*. No entanto, este componente serve para determinar o espaço onde o trajector está localizado. Ainda mais, os casos (23b e 23c) exemplificam a tendência de uma entidade conceptualmente móvel poder corresponder ao trajector. Em (23b), há uma relação onde o componente *carro* – um componente que é conceptualmente móvel – corresponde ao trajector, e apresenta-se uma expressão linguística que não nos parece estranha de modo nenhum. Muito pelo contrário, a relação entre trajector e marco e de tipo: variável/ponto de referência. Por outro lado, o caso (23c) é um pouco estranho, porque «o marco é normalmente conceptualizado como o elemento mais fixo e englobante da cena» (Silva, 1997: 81).

[14] Podemos comprovar que a distinção entre trajector e marco, em muitos casos, corresponde à distinção entre sujeito e objecto directo na gramática tradicional. No entanto, a distinção entre trajector e marco é baseada na semântica, enquanto a distinção entre sujeito e objecto directo pertence à classificação de funções gramaticais. Vamos estudar a relação assimétrica entre trajector e marco com mais atenção no capítulo (2.).

Obviamente, existe uma possibilidade de construir expressões linguísticas de maneira que um ou outro componente corresponda ao trajector (e ao marco). Esta possibilidade, um exemplo da imagética convencional, aparece nos casos onde ambos os componentes classificam para ser o trajector – e onde eles podem mudar de posição sintáctica. Enfim, tal possibilidade de alternar entre trajector e marco fortalece a nossa ideia fundamental: a gramática representa um meio para expressar, ou conceptualizar, conteúdo semântico. De facto, a análise gramatical que omite a semântica carece de sentido (cf. Langacker, 1988b: 49).

Em conclusão, a perspectiva teórica da qual parte o nosso trabalho, ou seja, a gramática cognitiva desenvolvida por Langacker (1987, 1988, 1991), afirma que não e possível estabelecer uma distinção entre significado, conhecimento enciclopédico e conhecimento contextual. Ao contrário, ao conceptualizarmos o significado de uma palavra, ou de uma frase, fazemos sempre uso do nosso conhecimento geral do mundo, assim como do nosso conhecimento contextual.

Também comprovámos que cada expressão linguística evoca um domínio cognitivo – ou mais domínios cognitivos. Consequentemente, o acto de perfilar consiste em designar uma sub-estrutura proeminente da base. Assim, a relação assimétrica entre o perfil e a base reside em que o perfil é a expressão linguística que designa uma sub-estrutura proeminente na base. A base, por outro lado, é o domínio cognitivo do perfil. Além disso, comprovámos uma forte relação entre o conceito de domínio e a teoria de espaços mentais de Fauconnier (1994), visto que estes representam diferentes domínios nas experiências mentais.

Finalmente, verificámos a importância de factores perceptivos para fazer uma distinção na relação assimétrica entre o trajector e marco. Nesta relação, um dos componentes, o trajector, tem um maior grau de proeminência inerente do que um outro componente, o marco. Vimos que há uma tendência para eleger um componente compacto (bem determinado) que se distingue do fundo como o trajector. Igualmente, comprovamos que o factor de movimento desempenha um papel importante ao distinguir entre o trajector e o marco. Assim, a gramática cognitiva estabelece uma relação entre as faculdades perceptivas e a gramática.

1.6. Hipóteses de trabalho

A noção de que a língua representa uma actividade de solucionar problemas, de que temos a capacidade de construir uma expressão linguística conforme a nossa

finalidade ou necessidade expressiva e de que cada expressão linguística evoca um domínio cognitivo (ou mais domínios) é fundamental para a formulação das nossas hipóteses de trabalho. Além disso, acreditamos que o conceito *trajector* pode contribuir para elucidar o problema do infinitivo português. Portanto, em relação ao emprego do infinitivo não flexionado e flexionado em contextos co--referenciais, parece-nos muito apropriado falar em proposições adverbiais com ou sem um trajector elaborado. Ou seja, não postulando estruturas profundas ou de superfície, vamos estudar as proposições adverbiais de um modo mais básico, tendo em consideração que podem apresentar, ou não, um trajector elaborado: expresso por um pronome pessoal, por um nome próprio ou pela desinência verbal do infinitivo.

Por conseguinte, ao procurarmos a razão pela qual se emite uma proposição adverbial com o traço [+ trajector elaborado], comprovamos que uma diferença fundamental entre as proposições adverbiais com ou sem um trajector elaborado é a presença, ou ausência, deste participante. Sendo assim, e partindo da ideia fundamental de que a língua representa uma actividade de solucionar problemas, acreditamos que uma proposição adverbial de tipo [+ trajector elaborado] pode ser motivada por uma necessidade cognitiva. Mais exactamente, pensamos que factores contextuais podem contribuir para a necessidade cognitiva de empregar uma proposição adverbial mais proeminente, ou seja, uma proposição que tem o traço [+ trajector elaborado].

Assim, a nossa primeira hipótese de trabalho em relação ao emprego do infinitivo com ou sem flexão nas proposições adverbiais é que a emissão de uma proposição adverbial mais proeminente, que apresenta um trajector elaborado, é motivada pela necessidade cognitiva de realçar um trajector que, por diferentes motivos contextuais, está a desaparecer. Ou seja, factores de tipo contextual podem contribuir para um menor grau de coesão entre as proposições superior e adverbial, coisa que terá a consequência de criar uma distância formal entre o trajector das proposições superior e adverbial. Por conseguinte, acreditamos que o locutor pode empregar uma proposição adverbial com o traço [+ trajector elaborado] para evitar confusão sobre a força externa (o trajector) que realiza a acção descrita na proposição adverbial.

Passando ao emprego do clítico SE na sua função de assinalar um sujeito indeterminado, vamos considerar este participante um trajector genérico. Em relação a este problema, achamos que a possibilidade de empregar diferentes construções, com ou sem desinência verbal que concorda com o SN_{plural}, reflecte

a nossa capacidade de emitir uma expressão linguística em concordância com a nossa finalidade expressiva. Ou seja, mais uma vez, verificamos o fenómeno da imagética convencional. Por outro lado, acreditamos que a questão do SE não pode ser estudada com a concepção de que há uma linha divisória absoluta entre a nossa propensão para interpretar este pronome como um trajector genérico em casos intransitivos e como um pronome apassivador em casos transitivos.

Muito pelo contrário, parece-nos que há factores contextuais que podem contribuir para uma ou outra interpretação do clítico SE. Entre estes factores, queremos salientar (1) a posição dos componentes SE e SN, (2) o tipo de verbo, (3) o carácter do SN e (4) a existência de um referente óbvio do SE. Portanto, acreditamos que existem mais factores do que a concordância verbal com o SN_{plural} a ter em consideração quando estudamos a função e valor semântico deste pronome.

Finalmente, a terceira questão a ser estudada é relacionada com o emprego das proposições adverbiais finitas e infinitivas. Como verificámos em (1.4.3.), a gramática tradicional não presta muita atenção a esta questão, além de explicar que existe uma possibilidade de alternar entre uma proposição finita e outra proposição infinitiva. Por outro lado, a gramática generativa tende para a criação de regras como *inserção de que* ou à afirmação de que a diferença reside em que as proposições infinitivas representam SNs ou SDets, enquanto as proposições finitas são SCs. Além disso, a gramática generativa postula que tanto as proposições finitas como as infinitivas provêm da mesma estrutura profunda.

Obviamente, isso vai contra a nossa concepção de que diferentes estruturas para descrever um mesmo evento diferem semanticamente. Ou seja, mais uma vez, temos a ver com a nossa capacidade de construir uma expressão linguística conforme uma finalidade comunicativa. Portanto, acreditamos que a diferença entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas pode ser explicada mediante a noção de que a gramática assinala conteúdo semântico. Em primeiro lugar, vamos considerar a diferença semântica entre o infinitivo e as formas finitas do verbo (indicativo e conjuntivo). Achamos que o infinitivo não expressa o mesmo conteúdo semântico como estes modos verbais. Em segundo lugar, a distância formal entre o componente que encabeça a proposição adverbial e o seu verbo é maior nas proposições adverbiais finitas do que nas proposições infinitivas. Evidentemente, isso contribui para uma maior distância formal não só entre o componente a introduzir a proposição adverbial e o verbo, mas também entre as proposições superior e adverbial.

Acreditamos, que esta distância formal assinala uma distância conceptual, e que as proposições adverbiais finitas, por isso, podem expressar um conteúdo semântico mais independente do valor semântico do componente que introduz a proposição adverbial. Além disso, temos a impressão de que a diferença em complexidade formal entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas pode acarretar uma maior complexidade conceptual nas finitas. Ou melhor dito, tendo uma estrutura mais complexa do que as proposições adverbiais infinitivas, as adverbiais finitas expressam um conteúdo conceptual mais complexo.

Portanto, partimos da hipótese de trabalho de que a proposição adverbial finita expressa uma mensagem mais complexa do que a infinitiva, e que uma diferença reside em que a proposição adverbial finita pode deslocar-se de um domínio cognitivo para outros domínios, e que a proposição adverbial infinitiva é muito mais limitada, ficando num só domínio. Neste sentido, achamos que a variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas pode ser explicada por meio da deslocação daquela de um espaço mental paterno para um outro espaço mental que é conceptualmente mais complexo.

Depois de termos levantado as nossas hipóteses de trabalho, vamos passar aos capítulos destinados à análise. Sendo assim, no capítulo (2.), começaremos por estudar a variação entre as proposições adverbiais infinitivas com ou sem o traço [+ trajector elaborado].

2. O grau de proeminência da proposição adverbial infinitiva – o factor cognitivo.

2.1. Introdução

Neste capítulo, temos o objectivo de estudar as proposições adverbiais com um maior ou menor grau de proeminência inerente. Assim, queremos averiguar por que razão o locutor, no momento de emitir uma proposição adverbial, opta por empregar um ou outro tipo de proposição adverbial. Como podemos ver abaixo, existe uma possibilidade de escolher entre uma proposição adverbial com ou sem a presença de um trajector elaborado, ou seja, um participante expresso que realiza a acção descrita na mesma proposição:[15]

24) é que *as pessoas vêm* para a cidade um bocado **para procurar** isso, e uma melhor qualidade de vida [Pfa: As Grandes Cidades]

25) (…) *viram* aquelas coisas todas. depois *ficaram* com aqueles exames **para eles estudarem** tudo. acabaram por chegar à conclusão que era mesmo o sistema nervoso. [Pfa: Um Mal Desconhecido]

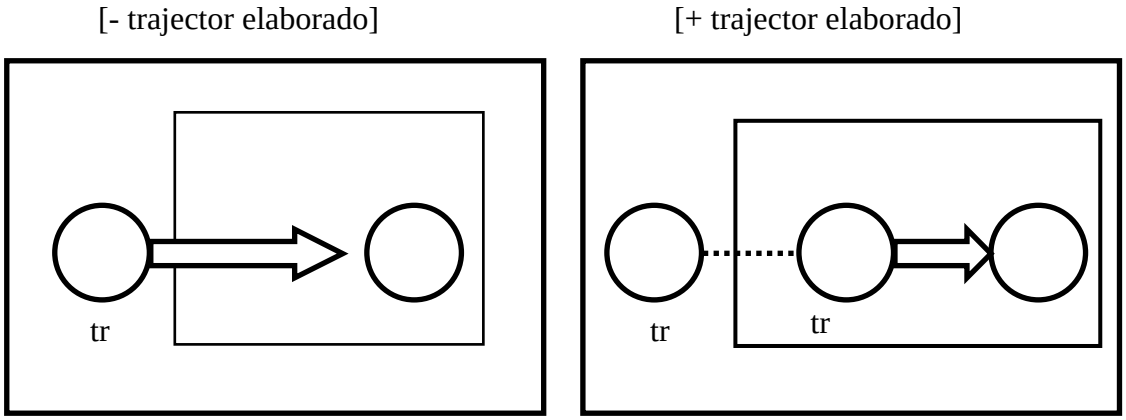
Obviamente, verifica-se uma certa diferença entre estes dois casos. Na primeira ocorrência (24), não há traços visíveis de um trajector na proposição adverbial «para procurar isso», assim é muito provável que este trajector não elaborado coincida com o trajector na proposição principal (as pessoas). No segundo caso,

[15] Empregaremos o termo proposição adverbial referindo-nos tanto às proposições infinitivas como finitas. No entanto, o que nos interessa estudar neste capítulo é a diferença entre as proposições adverbiais infinitivas com ou sem um trajector elaborado. As diferenças entre as proposições adverbiais infinitivas e finitas serão estudadas no capítulo (4.).

porém, o locutor opta por emitir uma proposição adverbial em que temos um trajector elaborado explicitamente, tanto pelo pronome pessoal «eles» como pela desinência verbal em terceira pessoa plural.

Queremos ilustrar a diferença entre estes dois casos da seguinte maneira:

Figura 2:1. As proposições adverbiais de tipo [+/- trajector elaborado].



Deste modo, verificamos que a proposição adverbial (o quadro interior) pode ser de tipo [+/- trajector elaborado]. Quando é de tipo [- trajector elaborado], a ausência deste participante contribui para que a proposição adverbial seja mais dependente da proposição superior (o quadro exterior), pois contém o seu trajector elaborado. Por outro lado, quando é uma proposição adverbial de tipo [+ trajector elaborado], podemos comprovar uma proposição mais independente da proposição superior, dada a presença deste trajector elaborado. Portanto, a proposição adverbial [- trajector elaborado] tem um menor grau de proeminência do que a proposição adverbial [+ trajector elaborado] (a linha fina do quadrado interior). Neste caso específico, registamos uma correlação entre o trajector das proposições principal e adverbial (a linha ponteada).

Em relação a este fenómeno, é interessante notar que, conforme uma visão pragmática da língua, o emprego de uma forma «marcada» em casos onde uma forma não marcada seria suficiente assinala uma interpretação não co-referencial entre as duas proposições. Deste modo, uma expressão como: «O João sai para o João comprar café» implicaria a existência de dois diferentes participantes: o João$_1$ e o João$_2$. Assim, uma proposição adverbial [+ trajector elaborado] é desnecessária num contexto co-referencial, pelo que tal proposição conduz a uma interpretação não co-referencial. Embora tal visão seja adequada em muitos

casos, é evidente a existência de casos com um trajector [+ elaborado] que dão uma interpretação co-referencial. Por conseguinte, achamos necessário realizar uma comparação entre as abordagens pragmática e cognitiva em relação a este fenómeno, tentando assim encontrar uma solução mais satisfatória para esta questão (2.3.).

Enfim, ao procurarmos uma relação entre as proposições adverbiais com os traços [+/- trajector elaborado] e as expressões anafóricas, queremos levantar a seguinte questão:

- O que é que pode explicar o emprego de uma proposição adverbial com um menor ou maior grau de proeminência em contextos de co-referencialidade?

A fim de encontrar uma resposta adequada a essa pergunta, a nossa hipótese de trabalho é que o emprego de um ou de outro tipo de proposição adverbial pode ser motivado por uma necessidade cognitiva de realçar um trajector que corre o risco de se ir diminuindo. Por outras palavras, empregar-se-á uma proposição adverbial com um menor grau de proeminência em casos onde não há dúvida sobre o seu trajector, mas, em casos contrários, realizar-se-á o emprego de uma proposição adverbial mais proeminente.

Naturalmente, os dois termos *proeminência* e *trajector* requerem uma explicação mais satisfatória. No que diz respeito à proeminência, achamos que a explicação de Mansfield (1997) pode servir para elucidar o fenómeno:

> Fisicamente, um aumento de proeminência é acompanhado por um maior consumo de energia, o que vai resultar em maiores esforços, como o recrutamento de unidades de motor adicionais para o movimento de pulmões e articuladores (…) os ouvintes vão atribuir um maior grau de proeminência aos sons que requerem o maior esforço de articulação (Mansfield, 1997: 176).[16]

Por conseguinte, desde uma visão puramente fonológica da proeminência, uma expressão que requer um maior grau de esforço ao ser emitida vai ganhar mais

[16] A nossa tradução do inglês: «Physiologically, an increase in prominence is acompanied by a greater expenditure of energy, which results in greater efforts such as the recruitment of additional motor units for the movement of the lungs and articulators (…) hearers will attribute grater prominence to sounds which require the greatest gestural effort» (Mansfield, 1997: 176).

proeminência do que uma expressão que requer um menor grau de esforço. Deste modo, importa frisar que há uma forte ligação entre expressão linguística e grau de proeminência, de modo que uma expressão de cunho mais detalhado, que contém mais informação sobre os participantes num determinado evento, contribui para fazer esta expressão mais proeminente. Por exemplo, um SN de tipo *o homem com barba e chapéu* tem um maior grau de proeminência do que um SN que não fornece tal informação sobre o participante, ou seja, *o homem*. Relacionando esta explicação com as proposições adverbiais em questão, é evidente que uma proposição adverbial com um trajector elaborado requer mais esforço fonológico do que uma proposição que não expressa este participante.

No entanto, parece-nos que também existem motivos de cunho semântico, relacionados com o mesmo carácter do trajector, para considerar uma proposição com um trajector elaborado mais proeminente do que uma proposição sem trajector elaborado. Ou seja, o trajector é um participante que tem um alto grau de saliência cognitiva, não só por ser um participante prototipicamente activo e móvel, ou conceptualmente móvel, mas também por ser uma variável a ser determinada, ou o *ponto de partida* para uma proposição. Deste modo, a saliência cognitiva do trajector contribui para aumentar o grau de proeminência de uma proposição adverbial com um trajector elaborado.

Portanto, podemos fazer uma distinção entre a proeminência formal de uma expressão linguística e a proeminência baseada na saliência cognitiva do mesmo trajector. Por um lado, uma expressão linguística pode ser de alta proeminência por causas formais. Como já vimos, a inserção de modificadores de tipo «com barba e chapéu» pode aumentar a proeminência de uma expressão linguística. Por outro lado, vimos que a inserção de um trajector [+ elaborado] contribui para aumentar o grau de proeminência de uma expressão, pois este participante tem um certo grau de proeminência inerente.

Evidentemente, o termo trajector é muito central neste trabalho, pelo que tentaremos uma explicação mais satisfatória deste termo em (2.2.). Apesar disso, é pertinente explicar agora a vantagem metodológica de escolher este termo em detrimento do termo tradicional *sujeito*. Uma diferença fundamental entre estes dois termos é que este é fundamentado em considerações sintácticas, enquanto aquele em considerações semânticas. Entre outras coisas, tal diferença é muito acentuada em expressões genéricas, onde um participante passivo desempenha a função de sujeito gramatical.

Abaixo, podemos ver alguns casos contrastivos:

26) para se resolver os problemas 27) para se resolverem os problemas

Em (26) podemos comprovar a presença de um trajector genérico, indicado pelo clítico SE, ou seja, um sujeito de tipo *indeterminado* ou *impessoal* na gramática tradicional. Por outro lado, é impossível empregar o termo sujeito indeterminado ou impessoal em casos como «para se resolverem os problemas», porque o participante passivo (os problemas) desempenha a função de sujeito gramatical. Apesar disso, podemos aperceber a presença de um trajector neste evento, visto que um problema, na maioria dos casos, precisa de uma força externa para ser resolvido. E, dado que o trajector prototípico é um participante activo, é possível conceptualizarmos certos traços deste participante genérico em (27), embora um «objecto lógico» desempenhe a função de sujeito gramatical. Assim, parece-nos que o termo trajector, de facto, tem a vantagem de ter em consideração as questões de carácter semântico da língua.

Na secção (2.2.), tentaremos fornecer uma explicação detalhada do termo trajector, relacionando este participante com o *marco*, um participante de tipo não activo que pode servir como ponto de referência para o trajector. Na secção seguinte (2.3.), estudaremos algumas explicações para as expressões anafóricas, prestando a nossa atenção à explicação pragmática (2.3.1.), e cognitiva (2.3.2.) e (2.3.3.). Finalmente, em (2.4.), vamos apresentar as conclusões obtidas ao longo deste capítulo.

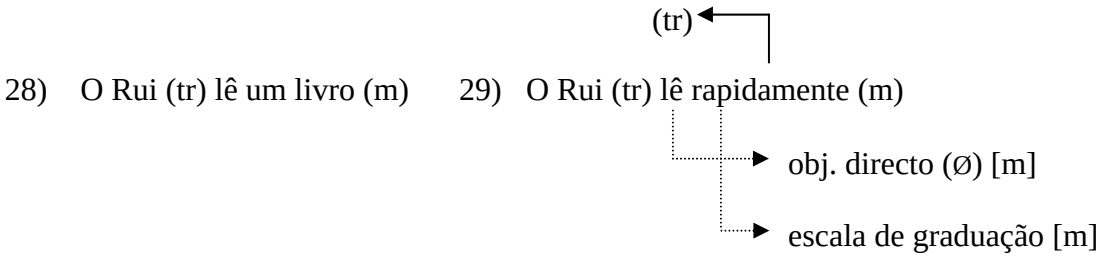
2.2. A relação entre Trajector e Marco

Neste espaço, vamos estudar a relação entre os dois participantes denominados trajector e marco numa relação predicativa. Em primeiro lugar, definiremos alguns contextos sintácticos onde estes participantes ou podem ser elaborados explicitamente, ou conceptualizados implicitamente. Em segundo lugar, vamos analisar as características semânticas que fazem com que haja uma relação assimétrica entre estes participantes. Assim, tentaremos averiguar o porquê do primeiro participante (o trajector) poder ser considerado a *figura* numa relação predicativa, enquanto o segundo participante (o marco) representa o *fundo* na mesma. Finalmente, apoiando-nos no valor de figura do trajector, tentaremos elaborar uma escala segundo a qual uma proposição adverbial vai aumentando o

seu grau de proeminência conforme a quantidade de informação morfológica sobre o trajector.

2.2.1. A relação sintáctica

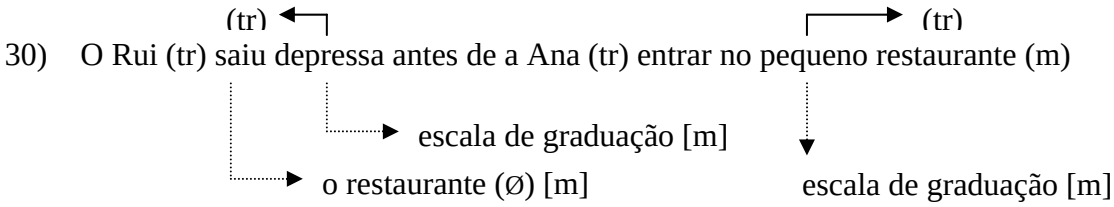
Como Langacker (1987: 231) afirma, a distinção sintáctica entre os participantes denominados trajector e marco é mais geral do que a distinção feita entre sujeito e objecto. Deste modo, a assimetria entre os primeiros reflecte uma estrutura interna de um predicado, enquanto a distinção entre os segundos é reservada para SNs expressos. Por exemplo, veremos abaixo que um verbo de tipo *ler* pode ter empregos transitivos e intransitivos:[17]



No primeiro exemplo (28), podemos verificar uma correspondência entre um processo, elaborado pelo verbo *ler*, e os dois participantes: *Rui* e *livro*. Assim, o primeiro participante (Rui) corresponde ao trajector elaborado deste verbo, enquanto o segundo participante (o livro) corresponde ao seu marco. Por outras palavras, estes dois participantes, desempenhando a função de sujeito e objecto, são correspondentes elaborados do verbo. No segundo caso (29), porém, não há um objecto directo expresso. No entanto, este objecto não expresso é um marco de tipo esquemático não elaborado do verbo (representado pela seta ponteada), enquanto o adjunto adverbial *rapidamente* é um marco elaborado do mesmo. Além disso, este adjunto adverbial tem um marco, representado por uma escala abstracta de graduação temporal, e um trajector que corresponde ao verbo *ler* (cf. Rudzka-Ostyn, 1988: 519).

Vamos ver mais um exemplo:

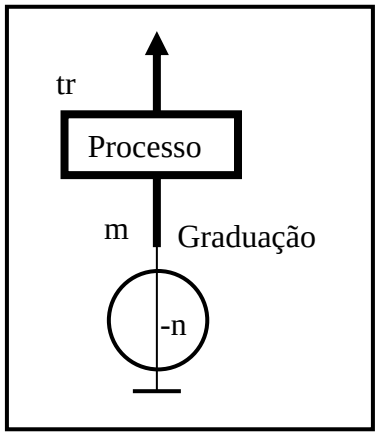
[17] Nos exemplos a seguir, vamos marcar os trajectores e marcos elaborados com um (tr) e (m), enquanto o trajector e o marco não elaborados serão marcados com [tr] e [m] respectivamente.



Em (30), podemos comprovar dois diferentes sujeitos (Rui e Ana). No entanto, a quantidade de trajectores e marcos é ainda maior. Desta maneira, os sujeitos e o adjunto adverbial (o restaurante) correspondem aos trajectores e ao marco dos verbos. Ou seja, *Rui* e *Ana* representam os trajectores elaborados dos verbos *sair* e *entrar*, enquanto *o restaurante* é um marco de tipo não elaborado na oração principal, mas elaborado na oração incluída. Além disso, o adjunto adverbial (depressa) apresenta um trajector no processo expresso pelo verbo *sair*, assim como tem um marco abstracto (não elaborado) representado por uma escala de graduação temporal. Finalmente, o adjunto adnominal *pequeno* apresenta um trajector elaborado por *o restaurante*, e um marco abstracto (uma graduação de tamanho).

Abaixo, podemos ver como um adjunto adverbial pode ser representado graficamente. Vamos considerar o modificador *depressa* como exemplo:

Figura 2:2. O trajector e o marco de «depressa» (cf. Langacker, 1988c: 96)



Assim, ressalta que o trajector do adjunto adverbial *depressa* é um processo, neste caso o verbo *sair*, e que é possível especificar este processo numa escala de graduação (representado pela seta) em que o círculo com (-n) representa uma norma. Portanto, o marco de *depressa* fica além da norma, modificando assim a

característica do mesmo processo (o trajector) numa escala gradual. Enfim, a relação entre os participantes trajector e marco não só corresponde às entidades sujeito e objecto expressas abertamente numa relação predicativa, mas também a sua estrutura interna, determinando também os demais componentes de uma proposição (cf. Langacker, 1987: 232).

Continuando, estudaremos alguns empregos prototípicos com respeito aos trajectores e marcos numa relação predicativa:

a) trajector e marco numa relação estática
b) trajector e marco numa relação transitiva
c) trajector e marco numa relação intransitiva
d) trajector e marco numa relação passiva
e) trajector e marco numa relação reflexiva
f) trajector e marco na oração superior e subordinada/incluída.

Nestes casos, contentar-nos-emos em marcar os trajectores e marcos do verbo que são expressos abertamente:

a) relação estática:

31) A Maria (tr) é parecida com o seu irmão (m)

b) relação transitiva

32) A Maria (tr) mandou uma carta (m)
33) A Maria (tr) mandou uma carta (m) para o Jorge (m)

c) relação intransitiva:

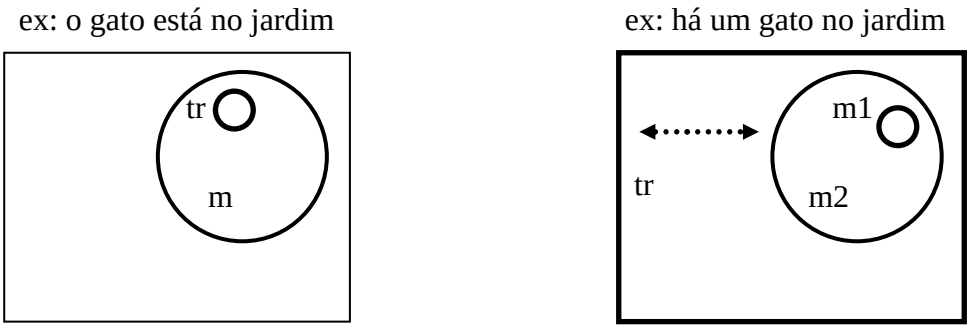
34) A Maria (tr) corre

Nos primeiros três casos, (31, 32 e 33), comprovamos que o trajector e o marco correspondem ao sujeito e objecto. Em (34), uma oração intransitiva, vemos que o trajector coincide com o sujeito e que não há traços de um marco elaborado. Apesar disso, existe, como já foi dito, uma possibilidade de elaborar um marco que pode modificar a acção descrita pelo verbo. Ou seja, um modificador de tipo *rapidamente* ou *duzentos metros* que, portanto, corresponderia ao marco.

Encontramos mais um caso interessante na diferença entre proposições com os verbos *estar* e *haver* que descrevem uma situação locativa; ou seja, casos de tipo *o gato está no jardim* e *há um gato no jardim*. No primeiro caso, existe uma

relação assimétrica entre o trajector (o gato) e o marco (o jardim). No segundo caso, porém, podemos verificar uma relação de tipo *cenário-participantes*, onde o cenário (setting) – uma visão global da situação – corresponde ao trajector e os dois participantes correspondem aos marcos. Acreditamos possível ilustrar a diferença entre as proposições da seguinte maneira:

Figura 2:3. Trajectores e marcos com os verbos *estar* e *haver* na sua função locativa.



A diferença fundamental entre estas duas proposições reside em que *o gato está no jardim* expressa uma relação assimétrica entre os participantes trajector e marco, enquanto *há um gato no jardim* apresenta um cenário e, portanto, uma relação assimétrica entre uma visão global do evento descrito e os participantes (representada pela seta).[18] Nestes casos, porém, a preposição *em* apresenta uma relação assimétrica entre os participantes do cenário onde *um gato* corresponde ao trajector e *o jardim* corresponde ao marco. Em relação a este fenómeno, salientamos também os verbos impessoais de tipo *chover*, que apresentam uma visão global da situação e que seguem o mesmo paradigma de *haver*. Ou seja, estes casos focalizam uma relação assimétrica entre a visão global de um evento (o recipiente) e o seu conteúdo (p.ex. as gotas de água). Em consequência disso, o recipiente representa o trajector, e o conteúdo desempenha a função de marco (cf. Langacker, 2000: 42-43).[19]

[18] O emprego distintivo do artigo definido e indefinido, ou seja, *o gato* e *um gato*, fornece mais uma diferença entre as duas proposições: na maioria dos casos, o trajector corresponde a um participante bem definido.

[19] Deixamos de lado o emprego metafórico do verbo «chover», ou seja, construções de tipo «chove ouro» onde a inserção de um outro componente (ouro) atrai a nossa atenção sobre o mesmo conteúdo. Também é interessante notar expressões metafóricas de tipo «chovem ideias sobre o congressista», onde «as ideias» podem ser vistas como um trajector – expresso pela desinência verbal – que chovem sobre o marco (o congressista).

Passando às relações passivas, importa frisar que as estruturas deste tipo reflectem a nossa capacidade de construir um evento de diferentes maneiras. Ou seja, podemos verificar uma relação onde um participante passivo desempenha a função de trajector. Vamos ver um exemplo:

d) relação passiva:

35) O carro (tr) foi comprado pelo homem (m)

Por outras palavras, em relações passivas de tipo perifrástico, verificamos que o participante activo corresponde ao marco, enquanto o participante passivo tem a função de trajector. Como Langacker (1987: 234) afirma, a passiva perifrástica reflecte uma situação onde o locutor, por motivos discursivos, opta por focalizar um certo participante. Em relação a isso, podemos verificar a importância da posição inicial como o ponto de partida para uma proposição: há uma forte tendência cognitiva de apresentarmos um evento começando pelo elemento mais saliente do mesmo. Em casos prototípicos, tal elemento coincide com o participante que introduz energia num evento, mas em casos marcados, por exemplo na passiva perifrástica, factores como topicalidade ou organização temática podem influir sobre a nossa escolha de um certo elemento inicial (cf. Langacker, 1991: 293; 2000: 361-363).

Parece-nos interessante notar que também há uma relação assimétrica entre trajector e marco em casos reflexivos, assim como entre as orações principais e subordinadas (ou incluídas). Comecemos por ver um caso reflexivo:

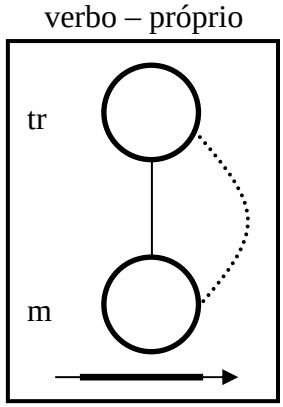
e) relação reflexiva:

36) O homem (tr) lavou-se (m)

No exemplo (36), verificamos que há uma coincidência de trajector e marco na mesma pessoa. Portanto, temos um exemplo onde o trajector realiza uma acção sobre si mesmo, desempenhando tanto a função de sujeito como a de objecto. Assim, podemos comprovar que não é necessário ter dois participantes distintos para haver uma relação assimétrica entre um trajector e um marco, pois pode-se tratar de uma questão interna.

Podemos visualizá-lo desta maneira:

Figura 2:4. Trajector e marco numa relação reflexiva (cf. Langacker, 1991: 369).



Deste modo, a figura (2:4) dá a entender que um marcador reflexivo, como a forma SE na sua função de objecto directo, desempenha a função de marco e que, além disso, há uma relação interna entre trajector e marco (representado pela curva ponteada). Por outras palavras, comprovamos uma relação onde o participante que efectua uma acção (a seta) coincide com o participante que recebe a mesma acção (o próprio). Sendo assim, a inserção da forma SE, na sua função de marco, tem o efeito de excluir a noção de outros participantes num evento, coisa que impede uma interpretação transitiva do evento (cf. Langacker, 1991: 370).

Finalmente, comprovamos que a assimetria entre trajector e marco também é visível na relação entre oração superior e subordinada/incluída.

Vejamos alguns casos:

f) relação entre oração superior e subordinada/incluída:

37) O homem bebeu um café (tr) antes que os seus amigos chegassem (m)
38) Os amigos chegaram (tr) depois de o homem beber um café (m)

Em casos deste tipo, Langacker (1987: 233) e Talmy (1978: 641; 2000: 329) afirmam uma tendência de a oração principal ser o trajector e a subordinada ou incluída ser o marco. Ou seja, neste tipo de casos, a oração principal elabora o trajector das locuções conjuntiva/prepositiva, enquanto a subordinada/incluída representa o marco das mesmas. Como veremos mais adiante, tal classificação é motivada por considerações semânticas.

Até agora, comprovámos que a relação assimétrica entre trajector e marco não é só reservada para os SNs expressos abertamente, pois também é possível verificar trajectores e marcos implícitos numa relação predicativa. Além disso, vimos que a distinção feita entre trajector e marco, de facto, é mais geral do que a distinção entre sujeito e objecto, visto que outros componentes, por exemplo um adjunto adverbial/nominal ou até uma oração inteira, podem ser trajectores ou marcos elaborados. Depois disso, estudámos alguns casos concretos, com o objectivo de elucidar os empregos mais prototípicos destes componentes.

Em (2.2.2.), estudaremos algumas características que podem implicar uma assimetria semântica entre o trajector e o marco. Por conseguinte, procuraremos alguns dos factores que explicam o porquê do trajector poder ser considerado a figura num determinado evento, enquanto o marco constitui o fundo no mesmo. Importa frisar que vamos analisar as ocorrências em que estes dois participantes coincidem com o sujeito e o objecto na gramática tradicional. Mas, além disso, prestaremos a nossa atenção à relação entre as orações principal e subordinada ou incluída.

2.2.2. A relação semântica

Nesta secção vamos estudar alguns factores que podem contribuir para uma assimetria semântica entre trajector e marco. Veremos que o trajector, nos casos prototípicos, é um participante activo, em movimento, e que o marco serve como um fundo para o desenvolvimento de uma acção: um *ponto de referência*. Além disso, vamos verificar uma possibilidade de classificar estes participantes em duas diferentes categorias linguísticas: [+/- saliência cognitiva], e que uma descrição mais detalhada de um participante contribui para o fazer mais parecido com uma figura. Vamos estudar os seguintes factores:

1. actividade / passividade
2. variável / ponto de referência
3. categoria linguística [+/- saliência cognitiva]
4. complexidade morfológica

Em concordância com Langacker (1987: 231-234) consideramos a assimetria entre trajector e marco uma representação linguística da organização perceptiva

entre figura e fundo.[20] Deste modo, um participante, o trajector, tem um maior grau de saliência cognitiva, sendo activo e móvel, enquanto o outro participante, o marco, tem a função de fundo para este participante prototipicamente activo. Ou seja, importa frisar que a assimetria entre trajector e marco, do mesmo modo que a assimetria entre figura e fundo, pode ser uma distinção feita sobre a nossa capacidade de aperceber certos elementos mais nitidamente do que outros. Por outras palavras, um participante activo, em movimento, e que é detalhadamente descrito, é muito mais provável de atrair a nossa atenção do que um participante que está a fornecer o fundo para o desenvolvimento de uma acção.[21]

Assim, é interessante expor um caso intransitivo onde um participante se encontra em movimento, e outro componente serve para determinar o lugar em que este participante desenvolve a sua acção:

39) O Miguel (tr) correu pela floresta (m)

Neste exemplo, o participante denominado *Miguel* corresponde ao trajector elaborado do verbo *correr*, enquanto *a floresta*, desempenhando a função de marco, determina a cena sobre a qual o trajector se está a mover. Por outras palavras, em casos com um verbo de movimento, parece haver uma forte tendência cognitiva para escolher o elemento que se move como o trajector do evento, pois coincide com a entidade que realiza uma acção, ou que segue um caminho no tempo e espaço, o que tende a atrair a nossa atenção. Portanto, num evento com uma entidade móvel e outra imóvel, a distinção entre trajector e marco é uma questão sobretudo perceptiva – do mesmo modo como na distinção entre figura e fundo.

Por outro lado, importa frisar a existência de casos mais problemáticos. Um exemplo disso encontramos num evento transitivo com mais participantes em movimento; ou seja, um evento com três participantes: sujeito, objecto directo e objecto indirecto. Indubitavelmente, um evento deste tipo apresenta dificuldades com respeito à distinção entre os diferentes participantes envolvidos, sobretudo ao considerarmos o factor perceptivo. Eis um exemplo prototípico:

[20] Lakoff (1987: 419) parece coincidir com Langacker no que diz respeito à relação existente entre *trajector/figura* e *marco/fundo*.

[21] Como já foi dito, em (2.1.), é preciso distinguir entre a proeminência baseada nos rasgos semânticos do trajector e o grau de proeminência de uma expressão linguística. Deste modo, a descrição detalhada de um participante, evidentemente, tem a ver com o segundo fenómeno, a expressão linguística.

40) O chefe mandou a carta para o empregado

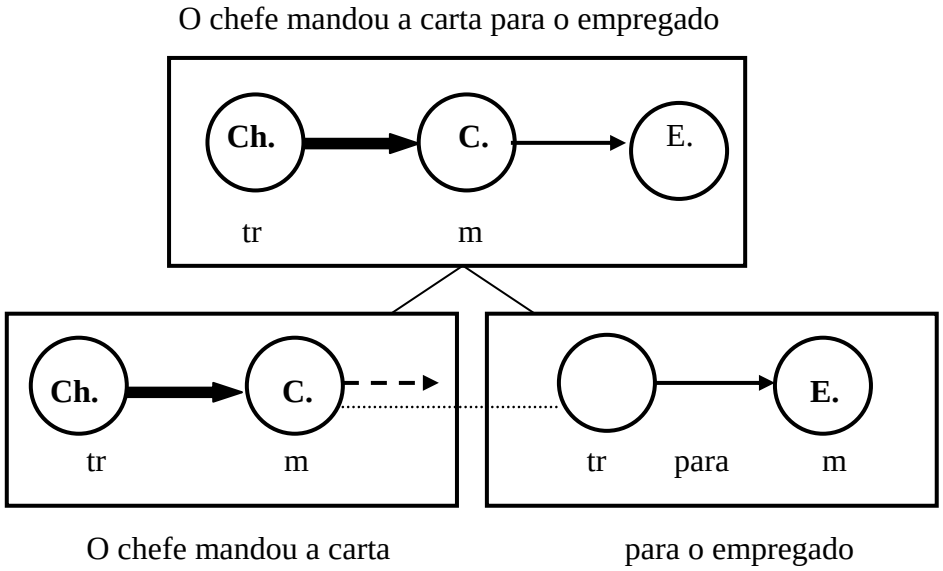
Neste caso, o problema reside na existência de dois participantes móveis, ou conceptualmente móveis: *o chefe* e *a carta*. Em casos deste tipo, Talmy (2000: 334-335) distingue entre as relações intransitivas e transitivas, afirmando que o agente corresponde a uma figura em casos intransitivos, enquanto o objecto directo desempenha esta função nas relações transitivas. Portanto, estabelece o seguinte paradigma nos casos transitivos: (1) agente, (2) figura e (3) fundo. Em consequência disso, *a carta* representa uma figura, enquanto *o empregado* corresponde ao fundo em (40). Embora tal distinção nos pareça compreensível, a nossa concepção dos casos transitivos implica uma assimetria semântica entre participantes activos/passivos. Assim, parece-nos que o trajector (e portanto: a figura) coincide com o agente, pois trata-se de um participante activo e enérgico; ou seja, o elemento que, de facto, transmite a energia para se realizar uma certa acção (cf. Langacker, 1991: 355).

Por outras palavras, (40) apresenta uma hierarquia da seguinte maneira: o chefe, o participante a introduzir energia no evento, corresponde ao trajector do verbo *mandar*. Por outro lado, o participante que recebe essa energia (a carta) é o marco do mesmo verbo. No entanto, este participante corresponde ao trajector da preposição *para*, enquanto mais um participante (o empregado) corresponde ao marco desta preposição. Deste modo, parece-nos que *o chefe*, sendo o ponto de partida para a acção desenvolvida – e o trajector do verbo – deve representar a figura do mesmo evento.

Tal assimetria hierárquica torna-se evidente se considerarmos os diferentes níveis do caso (40), dividindo-o numa *estrutura composta* (composite structure) e noutra *estrutura componente* (component structure) (cf. Langacker, 1988a:20). Nesta divisão, a estrutura composta representa uma expressão na sua totalidade, enquanto as unidades linguísticas que constituem a estrutura composta podem ser divididas em estruturas componentes.

Vamos ver tal divisão do caso (40):

Figura 2:5. A relação assimétrica de trajector e marco com três participantes.



Ao dividirmos a estrutura composta *o chefe mandou a carta para o empregado* numa estrutura componente: *o chefe mandou a carta* + *para o empregado*, é fácil comprovar que o chefe é o trajector do verbo *mandar*, e que o seu marco é representado pelo objecto directo (a carta). Simultaneamente, verificamos que a preposição *para*, na estrutura *para o empregado*, apresenta um trajector de tipo esquemático, mas que este mesmo trajector coincide com o marco de *mandar*. Por outras palavras, podemos verificar uma relação entre o marco do verbo e o trajector da preposição na estrutura componente (a linha ponteada).

Em relação a isso, também é interessante verificar a tendência de o marco representar um ponto de referência. Este participante recebe a energia de uma acção e, sendo assim, representa uma preocupação primordial para o trajector.

Vejamos um exemplo ilustrativo:

41) O Jorge (tr) vai comprar um carro (m)

Verificamos que o marco corresponde a um participante passivo que recebe a energia produzida pelo trajector. E, justamente por isso, consideramos que este componente desempenha a função de ponto de referência, ou fundo, pois dirige o evento, expresso pelo verbo *comprar*, numa certa direcção. Neste sentido, o marco representa um participante que recebe a energia de uma acção, e/ou um participante que sofre a mudança causada pela mesma acção. Enfim, determina o fundo da mesma acção.

Se passarmos aos casos estáticos, é interessante notar a mesma tendência. Mas, nestes casos, o trajector constitui uma variável a ser determinada, enquanto o marco, que desempenha a função de fundo, serve de um ponto de referência. Por outras palavras, há uma assimetria onde o marco desempenha a função de determinar o trajector. Como podemos ver, em (42) e (43), pode-se tratar de uma determinação espacial ou de aparências:

42) O Rui (tr) está ao lado da casa (m)

43) O Rui (tr) é muito parecido com o António (m)

Em (42), um participante, *a casa*, representa um ponto estável que determina a posição de outro participante, ou seja, *Rui*. Deste modo, comprovamos que o marco (a casa) serve como um ponto de referência para localizar o trajector num determinado espaço, enquanto este (Rui) representa uma variável que precisa ser localizada. No seguinte caso (43), o marco (António) é um ponto de referência numa comparação de aparências: a aparência de um trajector (Rui) é comparada com a de um marco, que assim desempenha a função de fundo. Nestes casos, um participante, o primeiro a ser mencionado, representa o trajector, uma variável a ser determinada, e o segundo participante (o marco) é o ponto de referência para realizarmos tal determinação (cf. Talmy, 1978: 630-631; 2000: 313-318). E, mais uma vez, verificamos que a posição inicial, sendo o ponto de partida para a proposição, exibe um maior grau de proeminência inerente.[22]

Finalmente, saliente-se que a relação entre oração principal e subordinada (ou incluída) constitui mais uma relação de tipo variável e ponto de referência e, portanto, assinala uma relação assimétrica entre o trajector e o marco. Abaixo, veremos uma relação temporal; primeiro com uma oração subordinada e, logo a seguir, com uma oração incluída:

[22] Com respeito à posição dos diferentes participantes, é interessante notar que (42) requer um certo contexto para se poder considerar a casa um trajector. Ou seja, seria possível se é conhecido que o Rui tem o hábito de estar sempre sentado num banco ao lado da casa, pelo que poderia desempenhar a função de ponto de referência para a casa. Por outro lado, a mudança de um ou outro participante em (43) não é, de modo algum, estranha, mas contribui para fazer com que o participante em posição inicial represente o trajector (cf. Talmy, 2000: 313-318).

44) o meu irmão chegou (tr) antes que eu saísse (m)
45) o meu irmão chegou (tr) antes de eu sair (m)

Nestes casos, podemos comprovar que a acção expressa na oração principal, de certo modo, está determinada sequencialmente pela proposição adverbial. Por outras palavras, encontramos uma expressão linguística onde o evento descrito na proposição principal é determinado numa sequência temporal: a chegada do irmão aconteceu antes da saída de *eu*. Deste modo, as proposições subordinadas e incluídas podem servir como um ponto de referência – ou fundo – para a oração principal (cf. Talmy, 2000: 327-328).

2.2.3. A escala de proeminência

Até agora, temos estudado o modo em que factores como actividade/passividade e variável/ponto de referência, de facto, contribuem para a criação da assimetria entre o trajector e o marco numa relação predicativa, e como estes factores, na maioria dos casos, coincidem com uma distinção feita entre figura e fundo. A seguir, veremos como diferentes categorias linguísticas, nos casos prototípicos, podem assinalar uma certa assimetria entre estes dois participantes e aos seus diferentes graus de saliência cognitiva. Comecemos por introduzir uma distinção feita por Wallace (1982: 212):

Figura 2:6. A saliência de diferentes categorias linguísticas (cf. Wallace, 1982: 205).

[+ saliência cognitiva]: humano, animado, próprio, singular, concreto, definido, referencial, contável, não 3:a pessoa.

[- saliência cognitiva]: [- humano], [- animado], comum, não singular, abstracto, indefinido, [- referencial], [- contável], 3:a pessoa.

Na figura (2:6), podemos notar que diferentes categorias linguísticas apresentam um menor ou maior grau de saliência cognitiva inerente. Assim, é interessante verificar que um participante de tipo [+ humano], ou pelo menos [+ animado], intrinsecamente, tem um maior grau de saliência inerente do que um participante [- humano]. Além disso, o participante concreto, definido, singular e referencial

é mais provável de atrair foco do que um participante que tem as características opostas; coisa que pode explicar a razão pela qual a organização linguística dos distintos participantes em figura e fundo pode ser um fenómeno sobretudo perceptivo.[23] Vamos ver um exemplo:

(46) O homem (tr) endinheirado comprou casas (m)

Em (46), vemos que o trajector prototípico, entre outras coisas, é [+ humano], definido e singular, e que o marco é [- humano], indefinido e plural. Por outras palavras, embora seja possível uma construção de tipo *homens compraram a casa bonita*, temos a impressão de que o mais comum é uma construção de tipo (46). Neste sentido, comprovamos que a classificação de categorias linguísticas em maior ou menor grau de saliência cognitiva, pode explicar a assimetria entre o trajector e marco, pois o trajector prototípico corresponde a um participante que apresenta as características [+ saliência cognitiva].

Agora, deixando as características semânticas que podem contribuir para aumentar o grau de proeminência do trajector (ou figura), passamos à expressão linguística. Deste modo, em relação ao fenómeno descrito acima, verificamos que diferentes expressões linguísticas podem exibir um maior ou menor grau de proeminência. Sendo assim, Fox (1982), afirmando que a figura representa: «a entidade que tem a maior articulação interna, e que se encontra mais separada dos demais elementos com os que está associada», diz que a saliência cognitiva de um participante aumenta ao passo que se acrescenta informação morfológica sobre o mesmo (cf. Fox, 1982: 172-172; Fant, 1985: 7).[24] Um caso ilustrativo comprovamos na seguinte escala:

a) verbo	ex: comprou
b) pronome + verbo	ex: ele comprou
c) nome + verbo	ex: O António comprou

[23] Parece haver um grande consenso sobre estas observações. Desta forma a classificação de categorias linguísticas com maior ou menor grau de saliência cognitiva de Wallace pode ser comparada com a hierarquia de empatia de Langacker (2000: 306-307). Compare-se também com Givón (1995: 98).

[24] A nossa tradução do inglês: that item which has the greatest internal articulation and which is the most separate from the rest of the elements with which it is associated" (Fox, 1982: 172).

Desta forma, o aumento de informação morfológica sobre um participante faz com que o apercebamos mais nitidamente. Em (a), a desinência verbal assinala que o participante é terceira pessoa singular. No entanto, ao acrescentarmos um pronome, como em (b), podemos também verificar o género deste participante, o que aumenta o seu grau de saliência cognitiva. Finalmente, em (c), a inserção de um nome próprio assinala que o participante é ainda mais perceptível, pois temos mais informação morfológica sobre este participante. Ou seja, sabemos que é uma terceira pessoa singular, que é um homem, e até sabemos o seu nome próprio. Portanto, o aumento de informação morfológica sobre o participante vai aumentar o seu grau de saliência cognitiva.

Sendo assim, parece-nos que o acrescentamento de informação morfológica sobre o seu trajector constitui um factor primordial na elaboração de uma escala segundo a qual uma proposição adverbial vai aumentando a sua proeminência. Abaixo, vamos fazer uma tentativa de estabelecer tal escala de proeminência das proposições adverbiais infinitivas:

Figura 2:7. Escala de proeminência na proposição adverbial infinitiva.

alto	↑	infinitivo [+flexão] + nome próprio	ex:	A Maria e o Jorge comprarem
		infinitivo [-flexão] + nome próprio	ex:	o Rui comprar
		infinitivo [+flexão] + pronome pessoal	ex:	eles comprarem
		infinitivo [-flexão] + pronome pessoal	ex:	ele comprar
		infinitivo [-flexão] + o clítico SE	ex:	se comprar
		infinitivo [+flexão] + o clítico SE	ex:	se comprarem
		infinitivo [+flexão] – pronome pessoal	ex:	comprares
baixo	↓	infinitivo [-flexão] – pronome pessoal	ex:	comprar

Segundo esta escala, o grau de proeminência na proposição aumenta conforme a informação morfológica sobre o seu trajector. Por outras palavras, o tipo sem trajector elaborado [-flexão/-p.p] tem um menor grau de proeminência do que o tipo [+flexão/-p.p]. Continuando, a desinência verbal, o pronome pessoal e mesmo o nome próprio vão contribuindo para aumentar o grau de proeminência na proposição adverbial. O clítico SE, no seu emprego genérico, porém, desvia-se do paradigma, pois ao acrescentarmos a flexão [3p.p] em concordância com um $SN_{plural,}$ como nos casos: *se comprarem móveis,* o grau de proeminência deste clítico decresce. Em relação a este fenómeno, porém, é interessante notar que o

emprego prototípico do clítico SE nestes contextos parece implicar que o locutor quer desviar a nossa atenção de um co-referente óbvio.[25]

Com respeito às proposições adverbiais finitas, verificamos que seguem o mesmo paradigma. Sendo assim, ao acrescentarmos um pronome pessoal ou um nome próprio à proposição adverbial finita, o seu grau de proeminência vai aumentando. Seguidamente, podemos apresentar o paradigma das proposições adverbiais finitas:

Figura 2:8. Escala de proeminência na proposição adverbial finita (com conjuntivo).

alto	▲	verbo finito + nome próprio	ex:	a Maria compre
	‖	verbo finito + pronome pessoal	ex:	ele compre
	‖	verbo finito [3ª p.s] + o clítico SE	ex:	se compre
	‖	verbo finito [3ª p.p] + o clítico SE	ex:	se comprem
baixo	▼	verbo finito – pronome pessoal	ex:	compre

Assim, os mesmos princípios que determinam o grau de proeminência nas proposições adverbiais infinitivas também regem as proposições finitas. Ou seja, ao acrescentarmos um pronome pessoal ou um nome próprio à proposição finita, ela aumenta o seu grau de proeminência. Deste modo, temos uma escala desde um verbo finito até o nome próprio + verbo finito. Obviamente, uma diferença reside em que estas proposições acrescentam tempo/modo no evento descrito, o que, sem dúvida, contribui para que o seu grau de proeminência seja maior do que o das proposições adverbiais infinitivas.

Em conclusão, a assimetria entre os participantes denominados trajector e marco parece ser uma questão sobretudo perceptiva. Nos casos intransitivos com verbos de movimento, o trajector capta a nossa vista por ser um participante activo e móvel. Igualmente, numa relação transitiva, podemos constatar que o trajector, sendo o participante que introduz energia num evento, é apercebido mais nitidamente do que o marco, um participante prototipicamente passivo que é um ponto de referência da acção descrita pelo verbo. De facto, a tendência de o marco constituir o ponto de referência é muito acentuada, não só nos casos mencionados acima, mas também nas relações estáticas e na relação entre proposição principal e proposição subordinada/incluída. Além disso, importa frisar a saliência cognitiva da posição inicial: o ponto de partida.

[25] Como já foi dito, no capítulo (1.), o emprego do clítico SE representa um problema muito complicado, pelo que vamos estudar este fenómeno mais detalhadamente no capítulo (3.).

Verificámos também que o trajector, na maioria dos casos, coincide com o participante [+ saliência cognitiva] segundo a classificação feita por Wallace (1982). Entre outras coisas, o trajector prototípico é um participante [+ humano], definido, singular e concreto. Embora tais características possam ser atribuídas ao marco, é difícil encontrarmos um trajector com o traço [-saliência cognitiva]. Com respeito às expressões linguísticas, comprovámos uma possibilidade de aumentar a proeminência de uma proposição adverbial por meio de acrescentar informação morfológica sobre o seu trajector. Por outras palavras, ao estabelecer uma escala de proeminência nas proposições adverbiais, este procedimento, ou seja, o acrescentamento de informação morfológica sobre o trajector, contribui para fazer a proposição adverbial mais proeminente.

E, de facto, acreditamos que o emprego das proposições adverbiais com um maior ou menor grau de proeminência pode ser motivado pela necessidade de encontrar uma expressão anafórica adequada de um co-referente. Ou seja, como no caso das expressões anafóricas, onde o locutor emite uma forma anafórica conforme a sua dificuldade ou facilidade de evocar o seu co-referente, parece--nos que o emprego de uma proposição adverbial com um alto ou baixo grau de proeminência pode ser explicado pela mesma necessidade.

Na secção a seguir (2.3.), vamos estudar esta questão mais detalhadamente, prestando a nossa atenção às abordagens pragmática e cognitiva.

2.3. Análise

Evidentemente, o problema de encontrar uma forma anafórica adequada para a co-referencialidade tem sido estudado a partir de várias perspectivas linguísticas. Entre outros, Chomsky (1981), dentro do paradigma generativo, estabelece a teoria sobre *o princípio de evitar pronomes desnecessários* (the avoid pronoun principle), enquanto Givón (1983), partindo de uma visão funcionalista, propõe *o modelo de continuidade de tópico* (the topic continuity model). Desde uma perspectiva pragmática da língua, Levinson (1987, 1991) elabora *os princípios de quantidade, informação e maneira* (the Q-principle, the I-principle and the M-principle), afirmando que estes princípios, em correlação, podem contribuir para explicar o emprego das expressões anafóricas. Finalmente, Tomlin (1987), Tomlin & Pu (1991), Ariel (1991, 1994, 1996) e Chafe (1987, 1994, 1996), entre muitos outros, dão ênfase aos factores cognitivos que podem elucidar este

problema.

Sem dúvida, todas as contribuições mencionadas acima são muitíssimo acertadas para melhorar a nossa compreensão de um problema que é difícil e complicado. No entanto, parece-nos que as abordagens formal e funcionalista, embora tenham coisas muito interessantes a dizer com respeito à matéria, sofrem de certas limitações. Por outras palavras, enquanto as visões pragmática e cognitiva da língua afirmam estudar a língua em uso – tanto falada como escrita – isso nem sempre acontece na gramática generativa ou na linguística funcional. É verdade que a linguística funcional estuda a língua em uso, mas temos a impressão de que o seu interesse primordial, de facto, é a língua escrita. Aliás, é óbvio que a língua é uma questão introspectiva para a gramática generativa, e que é possível afirmarmos exactamente o contrário com respeito à pragmática ou à gramática cognitiva (cf. Levinson, 1983; Langacker, 1988d; 2001).

Por outro lado, o facto de considerarmos que a questão da referencialidade anafórica é um problema sobretudo cognitivo, e que os princípios pragmáticos, embora expliquem muito, não podem explicar todos os aspectos deste problema, implica uma necessidade de estudar estas duas abordagens mais detalhadamente. Ou seja, por qual razão é que os princípios de quantidade, informação e maneira, ou a teoria de relevância, não podem explicar certos fenómenos relacionados com a referencialidade anafórica, enquanto estes fenómenos, sem problema, cabem numa teoria cognitiva? Tentando encontrar uma resposta à nossa questão, começaremos por estudar os princípios de Levinson (1987, 1991), e a teoria de relevância de Sperber & Wilson (1990, 1995) – ou seja, duas diferentes soluções pragmáticas para o problema. Depois disso, estudaremos a explicação cognitiva para o mesmo problema.

É preciso, porém, esclarecer algumas questões terminológicas relacionadas com as expressões anafóricas. Vamos ver alguns exemplos:

47) a) O João $_{(1)}$ está muito preocupado, por isso não dorme $_{(1)}$ muito bem
b) Depois de ele $_{(1)}$ comer, o João vai $_{(1)}$ voltar para o trabalho
c) O Rui $_{(1)}$ está em férias. O João $_{(2)}$ trabalha, até ele $_{(1)}$ voltar
d) Veja lá, Ele anda descalço
e) O presidente aclarou que se trata de um problema muito grave
f) Tenho $_{(1)}$ um amigo $_{(2)}$ que mora $_{(2)}$ neste bairro

Nestes exemplos, constatamos diferentes tipos de relação entre os referentes. Em (47a), estamos perante uma relação anafórica onde existe um antecedente (João)

e um co-referente expresso pelo verbo *dorme*. Assim, verificamos uma relação anafórica que apresenta um antecedente e um co-referente. No segundo caso (47b), comprovamos uma relação catafórica, ou seja, a expressão *anafórica* precede o seu *antecedente*. Neste tipo de casos, a segunda menção do referente será denominada *co-referente*. Importa frisar que, de um modo geral, vamos falar em relação anafórica em ambos casos.

Em (47c) apresenta-se uma relação não co-referencial entre o trajector da proposição superior (João) e o da proposição adverbial (ele). No entanto, há um antecedente de *ele*, ou seja, *Rui*. Em casos deste tipo, vamos denominar o antecedente *extra-oracional*. Finalmente, os casos (47d) e (47e) exemplificam uma relação exofórica. Embora o referente seja mencionado pela primeira vez, é considerado familiar, ou por constituir uma experiência compartilhada (47d), ou por se tratar de um referente conhecido, como no caso do *presidente* em (47e). Ao contrário, o referente em (47f), *um amigo*, não é conhecido pelo receptor; por conseguinte, vai ser denominado *referente novo*.

Ao fazermos uma comparação entre as abordagens pragmática e cognitiva das expressões anafóricas, vamos respeitar a terminologia original. Deste modo, Chafe (1987; 1994) emprega o termo *referente* onde nós empregaríamos o termo *antecedente*. Aliás, saliente-se que o nosso interesse estará relacionado com os casos em que há uma relação linguística: uma relação anafórica ou catafórica, entre os participantes designados.

2.3.1. A abordagem pragmática

Os princípios de Levinson (1987: 401-408; 1991: 110) partem da noção de que há um paradigma geral com respeito às expressões anafóricas. Deste modo, a nossa maneira de interpretar uma expressão de tipo anafórico (SNs lexicais, pronomes e sujeitos nulos) pode ser explicada pelos princípios de *quantidade, informação* e *maneira*. Estes princípios são elaborados como instruções ao locutor e receptor com respeito à interpretação de uma certa expressão anafórica, indicando que não se deve emitir uma expressão marcada em circunstâncias onde se pode empregar uma expressão não marcada. Por outras palavras, não devemos emitir um SN lexical onde seria possível um pronome pessoal, ou um

pronome pessoal onde bastaria um sujeito nulo.[26] Abaixo, vamos estudar os princípios de quantidade, informação e maneira mais detalhadamente:

1. **O princípio de Quantidade**
   Locutor: Não emita um enunciado que é mais fraco informacionalmente do que permite o seu conhecimento do mundo, a não ser que a emissão de um enunciado mais forte vá contra o princípio de informação.
   Receptor: Suponha que o locutor fez o enunciado mais forte em concordância com o que ele sabe do mundo.

2. **O princípio de Informação**
   Locutor: Diga o menos possível, ou seja, produza a informação linguística minimal que é suficiente para conseguir o seu alvo comunicativo (tendo o princípio de quantidade em consideração).
   Receptor: Amplifique o conteúdo informacional do enunciado emitido pelo locutor por meio de procurar a sua interpretação mais específica, relacionando-a ao que acredita ser a intenção principal do locutor.

3. **O princípio de maneira**
   Locutor: Não emita uma expressão prolixa, obscura ou marcada sem motivo.
   Receptor: Se o locutor emite uma expressão prolixa ou marcada (M), não quer expressar o que se pode dizer com uma expressão não marcada (NM), tentando evitar uma associação estereotípica do enunciado (cf. Levinson, 1987: 401-408; 1991: 110; Blackwell, 2000: 391-392).

Estes três princípios determinam, assim, o paradigma das diferentes expressões anafóricas, de maneira que se possa inferir uma interpretação co-referencial ou não co-referencial de uma expressão mediante as diferentes formas anafóricas empregues pelo locutor. Enfim, segundo Levinson (1987: 410), os princípios de quantidade, informação e maneira dão lugar a outros princípios, mais concretos e gerais, no que diz respeito à interpretação de uma expressão anafórica. Como verificaremos abaixo, uma expressão marcada conduz à interpretação não co--referencial, enquanto a alternativa não marcada é ligada a uma interpretação de tipo co-referencial:

[26] Empregamos estes termos em concordância com Levinson (1987, 1991). Na nossa terminologia, porém, trata-se de um trajector elaborado ou não elaborado, e do grau de proeminência do trajector elaborado. Ou seja, o sujeito nulo corresponde ao trajector não elaborado, enquanto um SN lexical representa um trajector mais proeminente do que um trajector elaborado por um pronome.

a) Onde a sintaxe permite uma codificação directa de co-referencialidade por meio de uma forma reflexiva, o emprego de uma forma mais fraca, ou seja uma forma não reflexiva, vai Q-implicar uma interpretação não co-referencial.

b) Expressões que são semanticamente gerais e que têm reduzida informação (pronomes e sujeitos nulos) vão favorecer uma interpretação co-referencial mediante o princípio de informação, a não ser que:

c) se empregue uma forma marcada onde se poderia empregar uma forma não marcada; um SN lexical onde se poderia empregar um pronome, ou um pronome onde se poderia empregar um sujeito nulo, o que vai Q/M-implicar uma interpretação não co-referencial (cf. Levinson, 1987: 410).

Por outras palavras, no paradigma *SN lexical > pronome > sujeito nulo*, o emprego de uma forma à direita favorece uma leitura co-referencial e, portanto, se o locutor empregar uma forma marcada, o receptor, tendo em consideração as implicaturas de quantidade e maneira, compreende que a intenção do locutor é a de emitir uma mensagem não estereotípica. Neste caso, a interpretação mais provável da mensagem seria uma interpretação não co-referencial.

Sem dúvida, estes princípios podem explicar muitos aspectos no que diz respeito à interpretação das expressões anafóricas. E, consequentemente, há uma extensa investigação relacionada com a correlação entre estes princípios e a procura de uma expressão anafórica acertada. Entre outros, Blackwell (2000) estuda as expressões anafóricas empregues para expressar reflexividade no espanhol peninsular; Huang (2000) aplica os princípios de Levinson à língua chinesa; e, finalmente, Gundel et al. (1993) analisa a correlação entre estes princípios e diferentes status cognitivos de uma expressão anafórica em inglês, japonês, mandarim, russo e espanhol.[27]

E, de facto, podemos verificar que, em casos prototípicos, estes princípios são acertados para determinarmos se uma expressão de tipo anafórico deve ter uma interpretação co-referencial ou não co-referencial. Por outras palavras, os princípios de Levinson descrevem as tendências mais gerais ao fazermos uma ou

[27] Importa frisar que Gundel et al. (1993) se refere à máxima de quantidade de Grice. No entanto, faz também referência aos princípios de Levinson. E, de facto, parece-nos que os princípios de quantidade e informação de Levinson modificam a máxima de quantidade de Grice, acrescentando instruções não só ao locutor, mas também ao receptor (cf. Gundel et al., 1993: 294-295).

outra interpretação das expressões anafóricas. Abaixo, vemos alguns exemplos típicos:

48) mas que *era homem* para (Ø) ir ao Porto com umas côdeas de pão no bolso, **para** (Ø) **chegar** a casa só comer à noite **para** (Ø) **não gastar** dos grandes rendimentos que ia buscar das acções que tinha [Pfa: Os Amores de Camilo]

49) eu acho que *as pessoas* que estão a ir para as cidades, para mim, primeiro porque parece que aqui se trata de uma questão de so[...], de sobrevivência. *o campo* não tem condições **para as pessoas viverem** e... tudo o que é progresso, evolução, quer dizer, pode ser para o bem ou para o mal, não sei [Pfa: As Grandes Cidades]

Deste modo, em concordância com os princípios de Levinson, o emprego do sujeito nulo (Ø) na proposição adverbial em (48) implica uma interpretação co--referencial com o antecedente na proposição superior. Ou seja, o locutor emite a expressão que contém a mais reduzida informação linguística para conseguir o alvo comunicativo – uma interpretação co-referencial – e o receptor amplifica esta informação ao procurar o antecedente mais provável deste sujeito nulo (o homem). Analogamente, em (49), a emissão de uma forma marcada (as pessoas) conduz a uma interpretação não co-referencial com o referente na proposição superior (o campo). Neste caso, a implicatura de Q/M contribui para fazermos tal interpretação não co-referencial. Por outro lado, uma forma não marcada, o sujeito nulo, iria favorecer uma interpretação de tipo co-referencial mediante o princípio de informação.

Neste sentido, é evidente que os princípios de quantidade, informação e maneira podem contribuir para melhorar a nossa compreensão das expressões anafóricas, sobretudo em casos prototípicos. Ou seja, a noção de que uma forma marcada, mais proeminente, conduz à interpretação não co-referencial, enquanto uma forma não marcada, com um menor grau de proeminência, implica uma interpretação co-referencial, parece-nos muito acertada nos casos estudados até agora.

No entanto, veremos que existem casos em que os princípios de Levinson, de facto, não podem ser aplicados com respeito à questão da co-referencialidade anafórica. Referimo-nos aos casos de co-referencialidade onde o locutor, a fim de comunicar uma mensagem co-referencial, emite uma forma marcada embora seja de esperar uma forma não marcada. Por outras palavras, existem casos onde

o emprego de uma forma anafórica marcada contradiz as expectativas de não co--referencialidade determinadas pelos princípios de Levinson.

Abaixo, verificamos dois exemplos deste tipo:

50) *o linho era*, com rapazes outras vezes e as raparigas, *era* todo *amassado***,** *debulhado*, todo, am[...], **para ele amassar**
-[ ]
para ele tombar. **para ele ficar tombado** [Pfa: O Linho]

51) *os conjuntos* que existem cá todos *eles* tentam estar sempre, eh, em cima do, do top e *aprenderem* a, os primeiros classificados, *aprenderem* da melhor maneira para agrad[...], **para agradarem** ao, aos jovens [Pfa: Um Meio Pequeno]

Nestes dois exemplos, notamos que, conforme os princípios de Levinson, existe uma possibilidade, ou uma necessidade, de o locutor empregar uma forma não marcada a fim de conseguir o alvo comunicativo de indicar co-referencialidade. Em (50), empregar-se-ia o sujeito nulo em lugar do pronome *ele*, e em (51) existiria a possibilidade de emitir um infinitivo sem a desinência pessoal, e não a forma flexionada do mesmo. Deste modo, casos como (50) e (51) implicam uma interpretação não co-referencial conforme o modelo elaborado por Levinson: o princípio de informação instrui o locutor a empregar uma forma não marcada para assinalar co-referencialidade, e a implicatura de Q/M diz ao receptor que a emissão da forma marcada indica uma mensagem não estereotípica, neste caso uma mensagem de tipo não co-referencial.

Portanto, concluímos que os princípios de quantidade, de informação e de maneira, embora apropriados com respeito a prever a co-referencialidade ou não em casos prototípicos, não cobrem todos os aspectos da questão de encontrar uma adequada expressão anafórica. Por outras palavras, existem casos em que o locutor, de facto, emite uma forma anafórica marcada apesar de se tratar de uma mensagem co-referencial. Este fenómeno não parece muito bem estudado por Levinson, pois os seus princípios não podem prever ou explicar tais mensagens.

Mais uma questão que vai contra os princípios de Levinson encontramos na sua formulação. Como já foi visto, Levinson formula os seus princípios como instruções para os interlocutores sem mencionar as causas que possam motivar o emprego de uma ou de outra expressão anafórica. Por outras palavras, descreve

o fenómeno sem prestar atenção aos factores que podem ser primordiais para o compreendermos.

Muito bem, acabamos de ver que os princípios de Levinson, de facto, não podem explicar, ou elucidar, as proposições adverbiais com um maior grau de proeminência em contextos onde, à primeira vista, uma proposição adverbial com um menor grau de proeminência seria suficiente. Ou seja, os mesmos princípios podem dar origem a uma interpretação não co-referencial em casos co-referenciais. No entanto, devemos perguntar se outras abordagens de cunho pragmático podem explicar estes casos. Sendo assim, é pertinente estudar a teoria de relevância de Sperber & Wilson (1990, 1995).

Segundo a teoria de relevância, o ser humano tende a prestar atenção ao fenómeno mais relevante disponível, a construir a representação mais relevante deste fenómeno e, logo a seguir, a processá-la num contexto que maximize a sua relevância. Enfim, o efeito contextual e o esforço de processamento representam dois factores imprescindíveis para compreender a teoria de relevância. Wilson & Sperber (1990: 44) definem a relevância desta maneira:

Relevância:

(a) Outras coisas sendo iguais, um maior efeito contextual implica maior relevância

(b) Outras coisas sendo iguais, um menor esforço de processamento implica maior relevância (cf. Wilson & Sperber, 1990: 44; Escandell Vidal, 1993: 140).

Por conseguinte, compreendemos que a teoria de relevância postula as seguintes condições: (1) uma expressão linguística é relevante se contribui para aumentar o efeito contextual, e (2) um menor grau de processamento para conseguir este efeito contextual implica um maior grau de relevância. A fim de explicar a teoria de relevância mais detalhadamente, Wilson & Sperber (1990: 44) expõem o caso exposto abaixo:

(a) Acordas um dia dizendo: Se chover, ficarei em casa.

(b) Logo a seguir, olhas pela janela e dizes que está a chover,
ou:

(c) podes dizer que está a chover e que há relva no relvado.

(d) Em consequência disso, ficas em casa.

Deste modo, (b) e (c) têm o mesmo efeito contextual em relação a (a): por outras palavras, o facto de «haver relva no relvado» não influencia sobre a decisão do locutor, mas um receptor tem de se esforçar mais para processar a mensagem. Portanto, (b) representa uma expressão linguística mais relevante do que (c); e visto que o ser humano tende para emitir a informação mais relevante, ou seja, a informação que dá o maior efeito contextual a um menor esforço de processamento, não empregaria a expressão linguística em (c). [28]

Mas, podemos perguntar, será possível aplicarmos a teoria de relevância às proposições adverbiais? Vamos ver alguns casos:

52) O Jorge $_{(1)}$ vai sair para a Maria $_{(2)}$ poder trabalhar

53) A Maria $_{(1)}$ vai sair para comprar $_{(1)}$ um carro

54) A Maria $_{(1)}$ vai sair para ela $_{(1)}$ comprar um carro

Em (52) é óbvio que a menção de *Maria* na proposição adverbial tem o efeito de aumentar o contexto linguístico por meio de introduzir mais um participante no discurso e, portanto, podemos comprovar uma expressão linguística relevante conforme a teoria de relevância. Também (53) pode ser considerado um caso relevante, pois o trajector não elaborado coincide com o trajector na proposição superior. Ou seja, há um menor esforço de processamento num contexto que não acrescenta mais um participante. Mas, como explicaria a teoria de relevância as ocorrências de tipo (53)? Neste caso, podemos comprovar um maior esforço de processamento num contexto que não apresenta mais nenhum participante.

Por outras palavras, conforme a teoria de relevância, o locutor vai escolher (53) e não (54) ao emitir uma mensagem co-referencial na proposição adverbial, visto que (53) é a expressão mais relevante neste contexto. No entanto, já temos verificado, em (50) e (51), a existência de ocorrências onde o locutor opta por uma proposição adverbial de tipo marcado em contextos co-referenciais. E, nem os princípios de Levinson nem a teoria de relevância podem explicar estas ocorrências.[29] Por conseguinte, é muito provável que o foco cognitivo tenha mais capacidade para elucidar este problema e, por isso, vamos estudar tal visão

[28] Veja-se também Sperber & Wilson (1995: 127) para um exemplo parecido.
[29] Para uma descrição e crítica mais abrangente à teoria de relevância, veja-se Escandell Vidal (1990: 129-159).

linguística na secção a seguir (2.3.2.), à procura de uma solução mais adequada ao problema em questão.

2.3.2. A abordagem cognitiva

A ideia fundamental da abordagem cognitiva sobre as expressões anafóricas é que o emprego de uma ou de outra expressão anafórica pode ser determinado por processos cognitivos. Desta maneira, o emprego de anáforas proeminentes pode ser motivado pela necessidade cognitiva de recobrar um referente não activo na memória activa do locutor, um referente que fica fora de atenção ou que, por diferentes motivos, não está acessível. Consequentemente, uma forma anafórica com um menor grau de proeminência é mais apropriada para a menção de um antecedente activo na memória de curto-tempo, um referente que ainda está no centro de atenção e que ainda está acessível. Enfim, uma ou outra expressão anafórica pode ser explicada pelos fenómenos designados *atenção*, *activação* e *acessibilidade* (cf. Ariel, 1991, 1994, 1996; Chafe, 1987; 1994, 1996; Tomlin & Pu, 1991). Visto que este caminho parece mais frutífero no que diz respeito às expressões anafóricas do que a visão pragmática, optamos por estudar o foco cognitivo mais detalhadamente no que segue.

Segundo Tomlin & Pu (1991: 69-72) uma expressão anafórica apropriada pode ser explicada pela distinção entre informação presente ou não presente na memória activa do locutor. Sendo assim, na sua interacção com o mundo, um indivíduo apercebe diferentes eventos (E) segundo os parâmetros: E1 > E2 > E3. Consequentemente, se este indivíduo prefere comentar um determinado evento (E1), este evento, e os seus referentes incluídos, entra na memória activa deste indivíduo, tendo a posição favorecida de ser o evento que recebe uma maior atenção focal. No entanto, a nossa limitada capacidade de manter informação na memória activa contribui para que (E1) vá deixar lugar à nova informação discursiva (E2) que, assim, entra na memória activa. Portanto, numa sequência de eventos a serem comentados, (E2) será o novo candidato para receber a nossa atenção focal, enquanto (E1) mudará para um lugar na memória não activa. E, consequentemente, (E2) vai dar lugar a mais um evento (E3) que, ao entrar no discurso, vai ser o evento que recebe a maior atenção focal dos interlocutores.

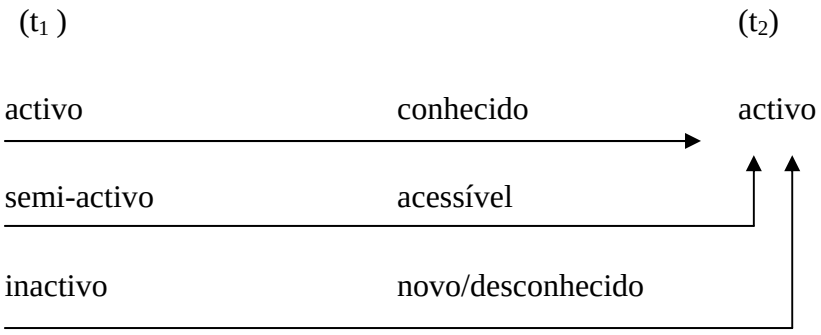
Portanto, num discurso em curso, a selecção de uma ou de outra expressão anafórica vai ser determinada por factores cognitivos: o locutor vai escolher uma

expressão que tem um maior grau de proeminência em casos onde o antecedente não está presente na sua memória activa, enquanto uma forma de menor grau de proeminência será motivada em casos contrários, ou seja, quando o antecedente – de facto – está presente na memória activa do locutor. Com a finalidade de determinar este processo cognitivo temporal e quantitativamente, Tomlin & Pu (1991) recorrem aos dados de Covan (1988), conforme os quais a capacidade de manter informação na memória activa e dar-lhes uma atenção focal, se limita a 1.5-2.0 segundos, e a dois ou três itens simultâneos (cf. Tomlin & Pu, 1991: 71; Cowan, 1988: 166).

Chafe (1987; 1994) coincide em considerar a procura de uma expressão anafórica uma questão que é determinada por factores relacionados à activação referencial. No entanto, distingue entre três estados cognitivos de um referente anafórico: estado activo, estado semi-activo e estado não activo. Deste modo, um referente que é activo num certo tempo (t_2), pode ser activo, semi-activo ou não activo num tempo anterior (t_1). Portanto, um referente activo em (t_1) deve ser considerado um referente conhecido em (t_2); um referente semi-activo em (t_1) é um co-referente acessível em (t_2); e um referente de tipo não activo em (t_1) representa um referente novo ou desconhecido em (t_2).

Vamos ver o modelo de Chafe:

Figura 2:9. O estado cognitivo do referente (cf. Chafe, 1994: 73).



Assim, em termos de processamento cognitivo, um referente activo em (t_1) não requer tanto esforço para ser evocado em (t_2) como um co-referente semi-activo ou não activo. Portanto, verificamos que um referente de tipo semi-activo ou não activo em (t_1) requer a emissão de uma expressão anafórica mais proeminente em (t_2), enquanto um referente activo em (t_1), sendo fácil de evocar, é expresso por meio de uma forma que tem um menor grau de proeminência. No tocante a

este fenómeno, importa frisar que se considera o processo cognitivo do locutor. Mas, como consequência disso, o locutor empregará a forma anafórica que é mais adequada para o receptor a compreender (cf. Chafe, 1994: 73-74).[30]

Chafe (1987: 25-36) relaciona os dois termos *activo* e *não activo* com os conceitos de *informação dada* (given information) e *informação nova* (new information). Deste modo, um co-referente activo constitui um elemento que está no centro de atenção dos interlocutores e que, por isso, é fácil de processar cognitivamente. Por outro lado, um referente não activo não está presente na memória de curto-tempo dos interlocutores, mas pode-se encontrar na memória de longo-tempo dos mesmos. Finalmente, o termo *semi-activo* refere-se a um elemento de que se tem uma consciência periférica, mas que não está em foco de atenção. Na maioria dos casos, trata-se de um referente que, por meio de uma desactivação mental, está a passar de um estado cognitivo activo a um estado não activo.

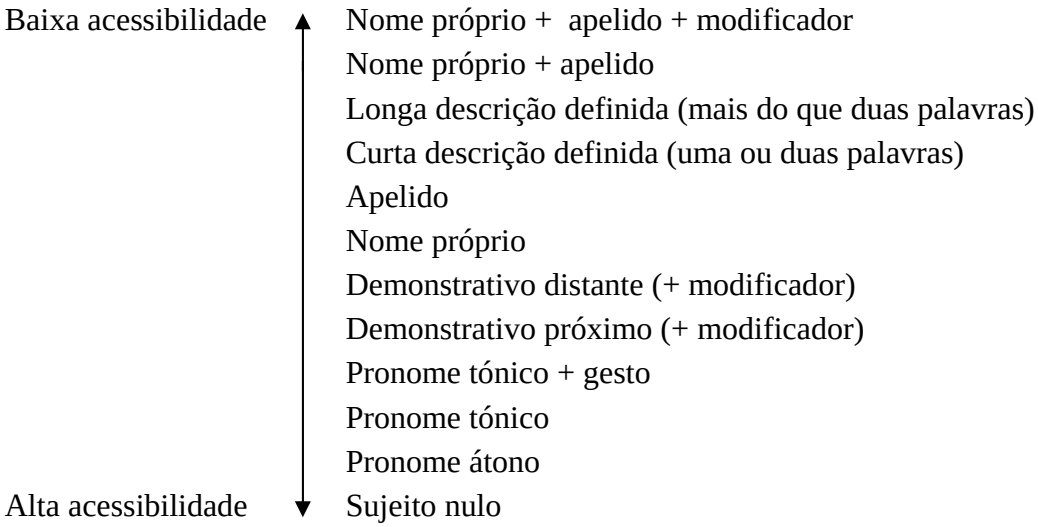
Segundo Ariel (1991; 1994; 1996) as expressões anafóricas assinalam o grau de acessibilidade do antecedente na representação mental de um locutor. Sendo assim, o locutor vai empregar uma expressão anafórica mais proeminente quando considera que o antecedente é de um baixo grau de acessibilidade, e uma forma menos proeminente em casos contrários – quando ele tem um alto grau de acessibilidade. Por outras palavras, o factor que determina o emprego de uma ou de outra expressão anafórica é, sobretudo, o processo cognitivo do locutor quando evoca um antecedente na sua memória e, neste sentido, a gramática pode ser um reflexo dos mesmos processos cognitivos dos falantes.

Em relação a este fenómeno, Ariel (1991: 449) estabelece uma hierarquia dos diferentes marcadores de acessibilidade. Como veremos abaixo, trata-se de uma hierarquia muito detalhada onde o *sujeito nulo* é o marcador que assinala o mais alto grau de acessibilidade, enquanto o tipo *nome próprio* + *apelido* + *modificador* assinala que o antecedente tem um baixo grau de acessibilidade.

Vamos ver a hierarquia dos marcadores de acessibilidade:

[30] Chafe (1987: 24-25) analisa o processo cognitivo dos interlocutores dividindo o discurso em «unidades de entoação». Estas unidades constituem uma cadeia de palavras combinadas durante uma sequência coerente de entoação, muitas vezes precedida por uma pausa. Com respeito ao processo cognitivo dos interlocutores, salienta que o processo cognitivo do locutor tem lugar durante a pausa que precede a unidade de entoação. O processo cognitivo do receptor, por outro lado, coincide com a vocalização do locutor.

Figura 2:10. A hierarquia dos marcadores de acessibilidade (cf. Ariel, 1991: 449).



Embora esta hierarquia não nos pareça completamente adequada para a língua portuguesa, é evidente que contribui para explicar algumas tendências gerais no que diz respeito aos marcadores de acessibilidade.[31] Por outras palavras, o grau de proeminência do marcador de acessibilidade vai aumentando conforme o grau de acessibilidade do antecedente vai baixando. Além disso, é interessante verificar que Ariel (1994: 38), estudando a língua falada natural, afirma que esta hierarquia não deve ser compreendida como definitiva, pois o nosso emprego de diferentes formas anafóricas é uma questão relativa que pode variar de língua para língua, ou de pessoa para pessoa.

Entre os factores que criam uma necessidade cognitiva de empregar uma forma de baixa acessibilidade salienta a distância entre o antecedente e o seu co-referente, não só em relação às cláusulas interpostas entre eles, mas também na coesão entre as unidades que contêm o antecedente e a sua expressão anafórica. Mais alguns factores são o grau de proeminência do antecedente, e a competição entre vários antecedentes possíveis (cf. Ariel, 1991: 445; 1994: 28; 1996: 22).

Destacando os processos cognitivos ao determinar o emprego das possíveis expressões anafóricas, Ariel (1994:26) afirma que a distinção entre expressões

[31] A hierarquia dos marcadores de Ariel é estabelecida sobre o inglês e o hebraico. De facto, Ariel (1991: 431) enfatiza as diferenças existentes entre diferentes línguas no que diz respeito aos marcadores de acessibilidade. No caso do português, parece-nos que os demonstrativos não são muito frequentes no emprego anafórico e, além disso, a diferença entre pronomes pessoais deveria ser entre pronomes rectos e oblíquos não reflexivos. Encontramos mais uma diferença na desinência pessoal do verbo. A hierarquia de acessibilidade também é empregue por Epstein (2002) a fim de estudar o emprego do artigo definido em inglês.

de tipo co-referencial e não co-referencial, de facto, é desnecessária, pois todas as expressões deste tipo implicam um processo mental: ou, seja, a procura de um referente. Deste modo, a tendência de um referente de tipo não co-referencial ser expresso por uma forma mais proeminente do que um co-referente pode ser explicada por um maior esforço cognitivo do locutor ao evocar este referente na sua memória. Sendo assim, todas as expressões anafóricas podem ser explicadas pelos mesmos processos cognitivos. Abaixo, veremos alguns casos:

55) *o meu ritmo cardíaco* acelerava para a casa dos cento e setenta, *parado. recorri* várias vezes à urgência do Hospital da Covilhã, onde me *administravam* uma injecção intravenosa, **para o coração voltar ao normal**. [Pfa: Um Mal Desconhecido]

56) *eu*, por exemplo, *gostei* muito de Paris **por ver muitos portugueses**, **por encontrar portugueses** [Pfa: As Grandes Cidades]

Portanto, desde uma perspectiva cognitiva, é possível explicar a razão pela qual o antecedente extra-oracional em (55) apresenta uma expressão anafórica mais proeminente do que o antecedente em (54). Há uma diferença de acessibilidade entre os dois antecedentes. Assim, o antecedente de «coração» em (55) é de baixa acessibilidade, encontrando-se muito afastado do seu co-referente e, por isso, não está presente na memória activa do locutor. Além disso, apresenta-se uma relação indeterminada entre o antecedente e a sua expressão anafórica, expressa por meio de uma hipotomia (*coração* e *ritmo cardíaco*). Por outro lado, o antecedente em (56) é acessível e no centro da atenção focal do locutor. De facto, estamos perante um antecedente muito proeminente: o mesmo locutor. Sendo assim, compreendemos a razão pela qual emprega um marcador de baixa acessibilidade.

Depois de notar algumas contribuições cognitivas, parece-nos interessante voltar aos exemplos de tipo co-referencial com uma expressão marcada, ou seja, os casos (50) e (51) que já vimos em relação aos princípios de Levinson. Como já verificamos, estes dois exemplos deram lugar a uma interpretação de tipo não co-referencial segundo o princípio de informação e a implicatura de Q/M, assim como segundo a teoria de relevância. Desde uma perspectiva cognitiva, porém, estes exemplos podem ter uma explicação natural, tendo em consideração os factores de atenção, activação e acessibilidade. Vamos rever (50) e (51), esta vez como (57) e (58):

57) *o linho era*, com rapazes outras vezes e as raparigas, *era* todo *amassado***,** *debulhado*, todo, am[...], **para ele amassar**
-[ ]
para ele tombar. para ele ficar tombado [Pfa: O Linho]

58) *os conjuntos* que existem cá todos *eles* tentam estar sempre, eh, em cima do, do top e *aprenderem* a, os primeiros classificados, *aprenderem* da melhor maneira para agrad[...], **para agradarem ao, aos jovens** [Pfa: Um Meio Pequeno]

Podemos comprovar que os antecedentes nestes casos, por um ou outro motivo, parecem ser de tipo não acessível na memória activa do locutor. Em (57), a primeira expressão de tipo anafórico (ele) é precedida por uma pausa (marcada por uma vírgula) e uma repetição parcial (am[...]). Depois disso, repete-se uma sequência de pausas (o símbolo -[ ] significa uma vocalização incompreensível e o ponto representa uma pausa maior) que contribui para uma necessidade de empregar uma expressão anafórica mais proeminente. Em (58), verificamos que uma sequência parcial (para agrad[...]) precede a forma *agradarem*. Sem dúvida, estes dois casos (57 e 58) podem ser explicados por uma falta de coesão que contribui para que o grau de acessibilidade do antecedente vá diminuindo.

Por conseguinte, concluímos que o emprego de uma ou de outra expressão anafórica pode ser explicado mediante os processos cognitivos do locutor: se ele conserva o antecedente na sua memória activa, e se este antecedente recebe atenção focal e, portanto, é de alta acessibilidade, a expressão anafórica será mais atenuada. Mas, em casos contrários, com um antecedente que não está na memória activa do locutor, ou seja, se tem uma baixa acessibilidade, necessita-se uma expressão mais proeminente para evocá-lo.

Em consequência disso, parece que a distinção entre co-referencialidade e não co-referencialidade, embora seja determinada pela gramática em relação à desinência verbal, de facto, pode ser explicada pelos processos cognitivos do locutor. Ou seja, um referente não co-referencial requer uma expressão mais proeminente pelo facto de ser de baixa acessibilidade, enquanto um referente co-referencial, tendo um alto grau de acessibilidade, pode ser expresso por uma forma de menor proeminência. Importa frisar, porém, que este fenómeno não é uma questão absoluta. Ao contrário, trata-se de tendências relativas, uma coisa evidente no que diz respeito à língua natural.

Abaixo, em (2.3.3.), vamos estudar algumas manifestações onde, no nosso entender, o emprego de uma proposição adverbial mais proeminente pode ser explicado pela necessidade cognitiva de evocar um antecedente que é de baixa acessibilidade.

2.3.3. O factor cognitivo

2.3.3.1. A língua falada – propriedades de enunciado e de enunciação

Parece-nos que a necessidade cognitiva de empregar uma forma proeminente nas proposições adverbiais pode ser causada pelo que optamos por denominar propriedades de *enunciado* e de *enunciação*. As propriedades de enunciado são expressas por uma distância entre o consequente e o seu antecedente, por uma competição entre diferentes antecedentes possíveis ou pela posição sintáctica da proposição adverbial em relação à proposição que contém o antecedente do seu trajector. Por outras palavras, as propriedades de enunciado são expressas num contexto linguístico; ou por unidades linguísticas interpostas entre o trajector da proposição adverbial e o seu antecedente, ou pela posição sintáctica das duas proposições. As propriedades de enunciação, por outro lado, são de cunho mais abstracto e são realizadas por meio de pausas, repetições e reformulações. Ou seja, criam uma falta de coesão entre o trajector da proposição adverbial e o seu antecedente, embora tal falta de coesão não tenha de ser causada por unidades linguísticas interpostas entre eles; mas, pelo planeamento do enunciado – pela procura de uma expressão adequada de uma conceptualização.

Acreditamos que se pode fazer a seguinte classificação:

1) As propriedades de enunciado:

a) **Distância:** o número de unidades linguísticas interpostas entre o trajector na proposição adverbial e a oração que contém o seu antecedente.

b) **Competição:** vários antecedentes possíveis do trajector na proposição adverbial, manifestados ou por referentes interpostos entre o trajector e o seu antecedente ou pela quantidade de antecedentes possíveis no contexto linguístico.

c) **Posição sintáctica:** a posição da proposição adverbial (relação catafórica ou anafórica).

2) As propriedades de enunciação:

a) **Coesão:** pausas, repetições e reformulações assinalam uma actividade mental (ou cognitiva) do locutor, o que pode resultar numa falta de coesão entre o trajector da proposição adverbial e o seu antecedente.

Por outras palavras, as propriedades de enunciado são de carácter concreto. As unidades linguísticas interpostas entre o antecedente e o trajector da proposição adverbial, ou a competição entre diferentes antecedentes possíveis no contexto linguístico, podem criar uma necessidade cognitiva de o locutor reforçar a sua expressão anafórica, empregando uma proposição adverbial mais proeminente. É também muito plausível que uma relação de tipo catafórico, onde a proposição adverbial precede a proposição que contém o seu co-referente, possa criar tal necessidade de pronunciar uma proposição adverbial mais proeminente.

No que diz respeito às pausas, repetições e reformulações, parece-nos que estes factores podem ser sintomas de uma actividade cognitiva do locutor: a de encontrar uma expressão adequada da sua conceptualização. Neste sentido, há uma interrupção na linha de pensamento do locutor, uma interrupção causada pelo planeamento do enunciado. Esta actividade cognitiva (de enunciação) pode acarretar que a coesão entre o trajector da proposição adverbial e o seu antecedente vai diminuindo.

Vamos ver mais alguns casos em que as propriedades de enunciado e de enunciação podem, talvez, explicar uma proposição adverbial mais proeminente. Comecemos por algumas ocorrências das propriedades de enunciado:

59) *eu, eu, eu estive, eu estive* na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezanove anos, quando *vim* para cá *odiava* isto. porque não tinha nada, não havia nada - **apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha**, coitadinha, de três mil habitantes [Pfa: Um Meio Pequeno]

60) era *o Francisco Pires*, que *veio* do Benfica. *foi* um grande atleta, *um jogador famoso*. e há um suborno aqui no Famalicão, que é com o Oriental, que no jogo que vem aqui fazer(…) foram ter com *ele* e deram-*lhe* cinco mil escudos **para ele se vender**. [Pfa: Desporto e Dinheiro]

61) **depois do linho estar ripado**, *o linho* era estendido em currais de reses, que havia muito curral de reses [Pfa: O Linho]

Nestes exemplos, podemos verificar que as unidades encontradas no mesmo contexto linguístico podem explicar a necessidade de empregar uma forma mais proeminente da proposição adverbial. Em (59), as proposições *porque não tinha nada* e *não havia nada* criam uma distância entre o antecedente, expresso pelo verbo *odiava*, e o trajector na proposição adverbial (eu). Deste modo, a inserção da forma *eu* parece desempenhar a função de realçar um antecedente de baixa acessibilidade no momento de expressar a proposição adverbial. Em (60), a presença de diferentes antecedentes possíveis, *foram/deram* e *ele/lhe*, podem contribuir para o emprego de uma proposição adverbial mais proeminente. Neste caso, é interessante notar que se realiza tal emprego embora o verbo *vender-se* implique uma relação de tipo co-referencial com o marco *lhe* na proposição superior. Finalmente, o facto de se apresentar uma relação catafórica em (61) faz a proposição adverbial *depois do linho estar ripado* mais compreensível. Ou seja, compreendemos que o locutor possa sentir uma necessidade de empregar uma proposição adverbial mais proeminente, pois o trajector da mesma precede o seu co-referente.

Em todos estes casos, parece-nos que as propriedades de enunciado, que contribuem para a nossa compreensão do contexto linguístico, podem explicar o emprego de um trajector elaborado na proposição adverbial. Agora, vamos ver algumas ocorrências com o que denominamos as propriedades de enunciação. Como já foi dito, estamos perante os casos onde, por exemplo, uma pausa, uma repetição ou uma reformulação precedem a proposição adverbial:

62) e ele dali é que *se punha* em pé outra vez. *chegava* à fim de muito tempo *ele ia-se pondo* em pé. **até ele espigar e dar a semente outra vez** [Pfa: O Linho]

63) pois. mas eu até penso que sim, que *eles eram pessoas* para, **para irem assim também à missa**, não sei, mas isso...[Pfa: Na Base milita de Beja]

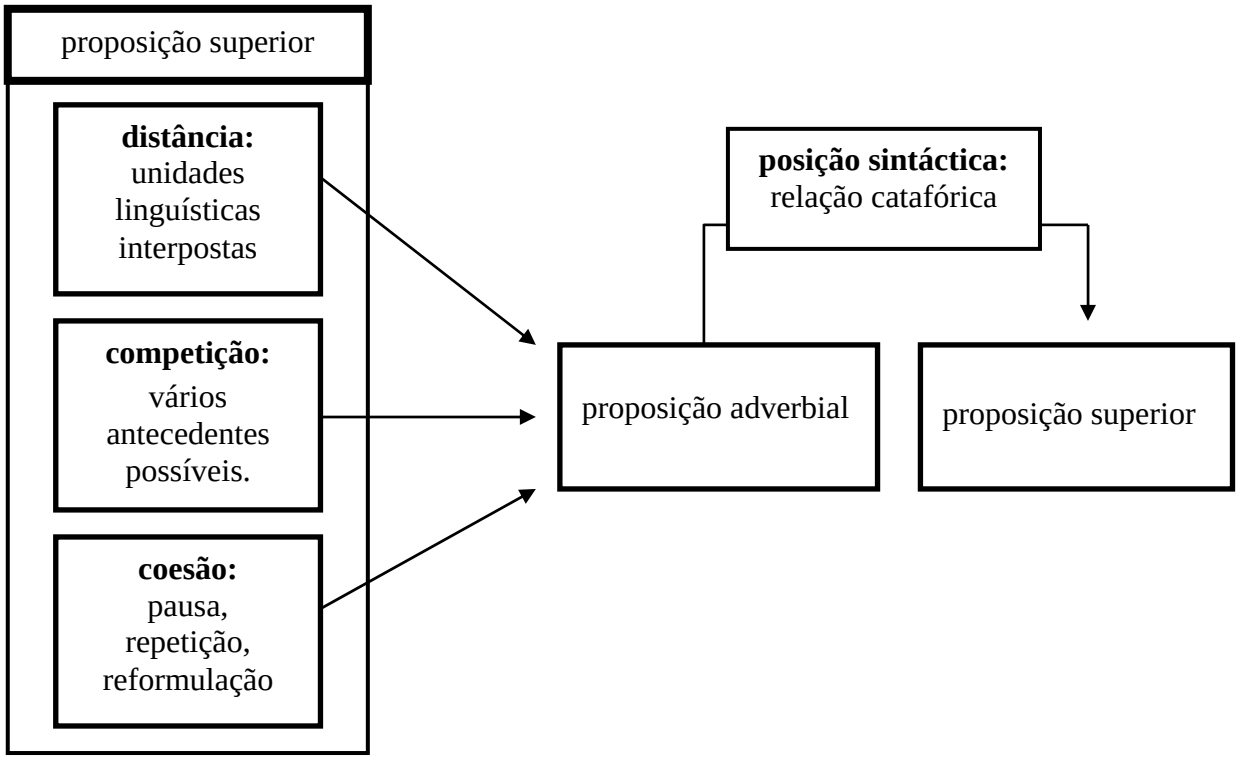
Como podemos verificar, não é possível encontrar uma propriedade de enunciado que explique o emprego de uma proposição proeminente nestes casos. Ou seja, de modo nenhum, encontra-se uma distância entre os co-referentes, nem

podemos comprovar uma competição entre diferentes antecedentes possíveis, ou uma relação catafórica, que possam motivar estes casos. Por outro lado, salienta que as proposições adverbiais são precedidas ou por uma pausa (62), ou por uma repetição (63).

Pensamos que os fenómenos detectados acima podem ser explicados por uma necessidade cognitiva do locutor de reajustar a sua linha de raciocínio, e de planear o seu discurso. Ou melhor dito, parece que o locutor, nestes casos, está a procurar uma expressão adequada da sua conceptualização. Também é plausível que o resultado de tal procura (pausas, repetições etc.) contribua para diminuir a coesão entre o trajector na proposição adverbial e a proposição que contém o seu antecedente. Sendo assim, a necessidade de reajustar a linha de pensamento do locutor tem a consequência de criar uma falta de coesão, o que contribui para uma necessidade de empregar um trajector elaborado na proposição adverbial.

Acreditamos ser possível ilustrar a diferença entre as propriedades de enunciado e de enunciação na seguinte maneira:

Figura 2:11. Propriedades de enunciado e de enunciação



Neste modelo, podemos comprovar que as propriedades de enunciado *distância* e *competição* precedem a proposição adverbial. Deste modo, estas propriedades

podem causar a necessidade cognitiva de emitir uma proposição adverbial mais proeminente. No que diz respeito à distância, a inserção de unidades linguísticas entre as duas proposições contribui para a noção do antecedente ir diminuindo. Ou seja, uma maior distância entre o trajector da proposição adverbial e o seu antecedente faz com que este possa passar a um estado não activo na memória de curto-tempo, pelo que o locutor opta por empregar um trajector elaborado na proposição adverbial. Com respeito à competição, o facto de se encontrar vários antecedentes possíveis na proposição que precede a proposição adverbial pode contribuir para uma ambiguidade referencial. Assim, o locutor pode optar por emitir uma proposição mais proeminente para evitar este problema.

Nos casos mencionados acima, o mesmo contexto linguístico que precede a proposição adverbial influi sobre a escolha de uma proposição adverbial mais ou menos proeminente. Por outro lado, a posição da proposição adverbial, desvia-se deste padrão. Neste caso, podemos comprovar que o locutor emite a proposição adverbial antes de emitir a proposição com o seu co-referente. Há uma inversão posicional onde o trajector da proposição adverbial precede o seu co-referente. E parece-nos que esta inversão pode contribuir para a necessidade cognitiva de empregar um trajector elaborado na proposição adverbial, pois é muito plausível que o participante não esteja na memória activa do locutor, sobretudo quando não é mencionado num contexto linguístico prévio (referente novo).

É interessante verificar que as pausas, as repetições e as reformulações, ou seja, o que optamos por denominar as propriedades de enunciação, podem surgir sem verificarmos uma propriedade de enunciado. Deste modo, parece-nos que tal fenómeno tem a ver com a necessidade de o locutor reajustar a sua linha de pensamento, o que faz com que seja uma propriedade de enunciação que vai ter consequências sobre o contexto linguístico. Por outras palavras, as pausas, as repetições e as reformulações têm lugar antes de o locutor completar o seu enunciado e, assim, podem criar uma maior falta de coesão entre o antecedente e o trajector da proposição adverbial. E a falta de coesão pode contribuir para que o antecedente corra o risco de passar à memória não activa do locutor e que ele, por isso, emite uma proposição adverbial mais proeminente.

Parece-nos muito plausível que as denominadas propriedades de enunciado e de enunciação possam coincidir. Em relação a tal fenómeno, porém, é evidente que a distância formal entre a proposição com o antecedente e o trajector da proposição adverbial, e a competição entre antecedentes possíveis, podem influir sobre as pausas, repetições e reformulações do locutor. Sendo assim, importa

frisar que as propriedades de enunciado prevalecem sobre as propriedades de enunciação hierarquicamente, pois não é muito plausível que uma pausa, uma repetição ou uma reformulação influa sobre a distância formal, ou sobre os antecedentes possíveis na proposição que contém o seu antecedente.

Até agora, vimos casos onde existe uma necessidade cognitiva de expressar uma proposição adverbial mais proeminente – com um trajector elaborado – na língua falada. No que segue, vamos ver que os factores estudados em relação à língua falada também podem ser detectados na língua escrita.

2.3.3.2. A língua escrita – alguns casos adicionais

Os casos estudados em (2.3.3.1.) parecem indicar uma necessidade cognitiva de o locutor emitir uma proposição adverbial mais proeminente nos casos em que o trajector da proposição superior é de baixa acessibilidade. Por outro lado, um trajector acessível não parece suscitar a mesma necessidade de empregar uma proposição adverbial com o traço [+ trajector elaborado]. No entanto, devemos perguntar se este paradigma só é visível na língua falada – ou se também pode ser detectado na língua escrita. Em consequência disso, começamos por estudar um exemplo onde não parece ser necessário assinalar o trajector na proposição adverbial:

64) Mesmo *as próprias direcções* não *revelam* ambição **para ter** uma equipa de alto nível. [Diário de Coimbra-N2419-1]

Em (64), comprovamos que não existe nenhum factor que faz a inserção de um trajector do traço [+ elaborado] necessário. Ou seja, apresenta-se um caso onde o trajector da proposição principal ainda está acessível, pois não há praticamente nenhuma distância linguística entre as duas proposições, nem uma competição entre antecedentes possíveis. Deste modo, parece-nos muito natural o emprego de uma proposição adverbial de cunho [- trajector elaborado].

Abaixo, porém, verificaremos alguns casos onde parece ser necessário o emprego de um trajector [+ elaborado] na proposição adverbial:

65) Segundo este autarca, a abertura da E.B.I. representa um «anseio de muitos anos» e uma «importância fundamental» para os alunos e para os seus pais das freguesias ribeirinhas do concelho de Albergaria, que *deixarão* de ter que percorrer mais de dez quilómetros até à sede do concelho **para frequentarem** a escola. [Diário de Aveiro-N4044-11]

66) É com este espírito que vamos preparar o jogo de Chaves, pois enquanto houver possibilidades matemáticas de lá chegar *vamos* lutar até à exaustão, dentro de todas as nossas forças, **para conseguirmos** aquilo que de facto nestas duas últimas semanas perdemos. [Diário de Coimbra-N2908-1]

67) *Chegaram* no início deste mês a Coimbra **para,** no Hospital Militar, **receberem** as próteses de membros perdidos entre estilhaços de bombas. [Diário de Coimbra -N1764-1]

Em (65), encontramos dois SNs interpostos entre o antecedente e o consequente: *dez quilómetros* e *a sede do conselho*. Também notamos a inserção das formas infinitivas *ter* e *percorrer* entre o verbo da proposição superior e o infinitivo da proposição adverbial (frequentarem). Em (66), saliente-se que a inserção da locução adverbial *dentro de todas as nossas forças* cria uma distância entre o trajector na proposição principal e o seu co-referente na proposição adverbial. Finalmente, em (67), a inserção de uma locução adverbial na mesma proposição adverbial (no Hospital Militar), aumenta a distância linguística entre o trajector da proposição superior e o seu co-referente. Os factores encontrados nos casos acima podem contribuir para a necessidade de uma proposição adverbial mais proeminente – uma proposição com o traço [+ trajector elaborado].

De facto, é também possível encontrar casos onde uma vírgula (a indicação de uma pausa) parece contribuir para o emprego de uma proposição adverbial de tipo [+ trajector elaborado]. Vamos ver um exemplo ilustrativo:

68) *Os nossos atletas precisam* de condições idênticas aos das outras equipas, **para poderem** competir em igualdade de circunstâncias. [Diário de Aveiro-N1540-1]

Deste modo, uma pausa (representada por uma vírgula) parece criar uma menor coesão entre as duas proposições. Em consequência disso, compreendemos que pode haver uma maior necessidade de empregar uma proposição adverbial mais proeminente em casos deste tipo. Além disso, comprovamos a existência de

vários antecedentes possíveis, ou seja, *os nossos atletas* e *os das outras equipas*. Parece-nos muito provável que este fenómeno também possa contribuir para a ocorrência de uma proposição adverbial com o traço [+ trajector elaborado].

Enfim, é muito possível que os factores que contribuem para o emprego de uma proposição adverbial infinitiva mais proeminente na língua falada também possam explicar as ocorrências deste tipo na língua escrita. Ou seja, uma maior complexidade sintáctica, um factor que implica maior distância formal entre o antecedente e o consequente, pode motivar o emprego de uma proposição adverbial mais proeminente. Aliás, a ocorrência de uma vírgula entre as proposições superior e adverbial indica uma menor coesão entre as mesmas, o que também pode favorecer o emprego de uma proposição adverbial mais proeminente. Por outras palavras, as propriedades de enunciação e de enunciado, estudadas em relação à língua falada, parecem também ser relevantes para o emprego de uma proposição adverbial com ou sem um trajector elaborado na língua escrita. Deste modo, verificamos uma necessidade cognitiva de realçar um trajector que pode ser de cunho não acessível.

2.4. Conclusão

No início deste capítulo fizemos uma pergunta em relação ao emprego das proposições que têm diferentes graus de proeminência:

- O que é que pode explicar o emprego de uma proposição adverbial com um menor ou maior grau de proeminência em contextos de co-referencialidade?

A fim de encontrar uma resposta a nossa questão, estabelecemos uma escala de proeminência das proposições adverbiais, segundo a qual a proeminência da proposição adverbial vai aumentando conforme a informação morfológica sobre o seu trajector. Procurámos também uma explicação satisfatória para o termo trajector, destacando a relação sintáctica e semântica entre os dois participantes trajector e marco. Nesta relação, salientámos que o trajector, muitas vezes, pode ser visto como um participante activo, ou uma variável, enquanto o marco desempenha uma função de ponto de referência para determinar o trajector. Deste modo, a relação assimétrica entre os participantes denominados trajector

e marco pode ser considerada uma representação linguística da organização perceptiva entre figura e fundo.

Com respeito à procura de uma expressão anafórica adequada, começámos por estudar os princípios de quantidade, informação e maneira de Levinson. Tirámos a conclusão de que estes princípios, embora possam explicar muitas ocorrências prototípicas, não conseguem explicar (ou descrever) os casos onde se emprega uma forma marcada em contextos co-referenciais. Por outras palavras, segundo os princípios de Levinson, as ocorrências co-referenciais com uma expressão anafórica marcada implicam uma interpretação não co-referencial. Além disso, a teoria de relevância também não explica as ocorrências marcadas em contextos co-referenciais.

Por conseguinte, deixámos uma visão pragmática das expressões anafóricas para estudar a abordagem cognitiva sobre as mesmas. E, de facto, o foco cognitivo sobre este fenómeno fornece uma explicação mais satisfatória para as ocorrências co-referenciais marcadas. Ou seja, segundo a abordagem cognitiva, uma forma de tipo marcado em contextos co-referenciais pode ser causada por um antecedente não activo na memória de curto-tempo do locutor: um antecedente de baixa acessibilidade. Assim, todas as expressões anafóricas, tanto as co-referenciais como as não co-referenciais, podem ser explicadas pelo foco cognitivo: trata-se de um antecedente de baixa acessibilidade.

Portanto, concluímos que:

- o emprego de uma proposição adverbial proeminente pode ser motivado por factores cognitivos. A distância entre a proposição que contém o antecedente e a proposição adverbial, a competição entre vários antecedentes possíveis, uma relação catafórica, pausas, repetições e reformulações criam uma necessidade cognitiva de empregar uma proposição adverbial mais proeminente, não só em casos não co-referenciais, mas também em casos co-referenciais.

Importa frisar que as nossas conclusões não são, de modo algum, definitivas. Muito pelo contrário, é importante termos em consideração que o emprego de uma ou de outra proposição adverbial pode variar de locutor para locutor. Ou seja, pode haver preferências individuais e/ou comunicativas que explicam a razão pela qual se emprega uma proposição adverbial com um maior ou menor grau de proeminência em contextos co-referenciais. Sendo assim, achamos que é

mais acertado falar em tendências do que estabelecer regras definitivas sobre o emprego de um ou de outro tipo de proposição adverbial infinitiva. No entanto, verificámos, ao longo deste capítulo, que a emissão de uma proposição adverbial mais proeminente, uma proposição com o traço [+ trajector elaborado], pode ser uma questão cognitiva; e não necessariamente pragmática.

Finalmente, ao estabelecermos a nossa escala de proeminência, verificámos o problema de interpretar a função do pronome clítico SE nas estruturas de tipo *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p*. Obviamente, trata-se de uma questão muito complicada que, sem dúvida, exige uma análise mais detalhada. Portanto, vamos estudar este pronome mais atentamente em (3.), tentando assim encontrar uma solução ao problema relacionado com o SE nas estruturas *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p*.

3. O pronome clítico SE – um trajector genérico

3.1. Introdução

Como já foi dito, no capítulo anterior, o emprego do clítico SE para expressar um trajector genérico pode causar problemas interpretativos. Neste capítulo, levantamos, portanto, a questão de se tal emprego é limitado aos casos sem um SN, e aos casos onde não há concordância verbal com este SN: ou se, por outro lado, será possível encontrarmos traços de transitividade e, assim, conceber a presença de um trajector de tipo genérico nos casos onde o verbo concorda com um SN_{plural}.

Como podemos verificar nos casos (69) e (70) abaixo, a desinência verbal do infinitivo pode coincidir, ou não, com o SN_{plural} da proposição:

69) As vendas de pipocas **para se fazer** em microondas representam hoje um negócio próximo dos 400 milhões de dólares. [Diário de Notícias, 19970421]

70) De resto, para o autarca é claro que ainda é cedo **para se estarem a fazer** hipotéticos cenários autárquicos . [Diário de Aveiro-N1080-1]

Tradicionalmente, os casos de tipo (69) têm tido uma interpretação *impessoal* onde se percebe um trajector genérico e activo, um marco menos activo e, por conseguinte, uma transitividade entre estes dois componentes. Por outro lado, os casos que compartilham as características de (70) têm tido uma leitura *passiva* onde o *objecto lógico* desempenha o papel de sujeito gramatical até a exclusão da noção de um trajector externo (denominaremos *medial* a tal interpretação).

Achamos, no entanto, que existem casos que contradizem uma delimitação tão absoluta, baseada numa distinção puramente formal. Por outras palavras, a nossa maneira de aperceber a realidade faz com que esta questão possa ser um fenómeno gradual e que é possível encontrarmos alguns factores contextuais que fazem uma interpretação medial de certos casos com um SN_{plural} problemática. Ou seja, o facto de que o SN_{plural} desempenha a função de sujeito gramatical não tem necessariamente de excluir uma interpretação onde é possível inferirmos a presença de um trajector externo e animado.

Por outro lado, uma das razões mais comuns a ter em consideração no que se refere à interpretação medial de estruturas com SN_{plural} é a óbvia concordância verbal com este mesmo componente. Em muitos casos, o mero facto de o SN_{plural} desempenhar a função de sujeito gramatical parece contribuir para se excluir a noção de um trajector genérico. Com respeito a isso, porém, acreditamos que os casos com um $SN_{singular}$ muitas vezes são ambíguos no que diz respeito a sua interpretação, e que o contexto gramatical desempenha um papel fundamental ao inferirmos uma ou outra interpretação.

Vamos ver um caso típico:

71) É de um grande irrealismo supor-se que se pode governar **sem se conhecer** a realidade. [Diário de Notícias, 19970426]

Ou seja, em (71) parecem existir factores contextuais que contribuem para que se possa, no nosso entender, fazer uma interpretação de tipo activo genérico, e não medial ou reflexiva, do clítico SE. Entre estes factores, salientamos:

1. a posição do clítico SE e do SN;
2. a existência ou a não existência de um referente óbvio deste clítico;
3. o tipo de verbo;
4. a característica do próprio SN.

Evidentemente, a desinência verbal desempenha uma função muito importante na interpretação semântica do clítico SE. No entanto, parece-nos que os factores mencionados acima também podem influir sobre a interpretação das proposições adverbiais. E, portanto, achamos que estes mesmos factores devem ser estudadas quando inferimos uma ou outra interpretação das construções com SE – e não só

com respeito aos casos com um $SN_{singular}$, mas também nas ocorrências com um SN_{plural}.

Assim, em concordância com o que foi dito até agora, podemos formular as seguintes questões:

- Será possível a existência de factores contextuais que favorecem uma interpretação activa e genérica quando a desinência verbal do infinitivo concorda com um SN_{plural}?

- Será possível que a concordância verbal com um SN_{plural}, assim como a sua colocação em posição inicial, desempenhem a função de aumentar o grau de proeminência deste componente?

Deste modo, a nossa maneira de proceder neste capítulo é (1) estudar os factores contextuais que podem facilitar a nossa interpretação do pronome clítico SE, e (2) analisar a função da desinência pessoal e da posição do SN_{plural} em casos com a estrutura *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p.*

Este capítulo vai ter a seguinte disposição: em (3.2.), vamos estudar o valor semântico e as funções mais prototípicas do clítico SE (3.2.1.), e o fenómeno de desfocalização e mudança de foco (3.2.2.). Logo a seguir, em (3.2.3.), vamos estudar a possibilidade de conceptualizar o SE como uma força externa de um evento, assim como expor as nossas hipóteses de trabalho. Em (3.3.), chegamos à análise. Em (3.3.1.), vamos estudar o grau de transitividade num certo evento, e em (3.3.2.) vamos analisar o número de participantes do evento. A posição dos participantes e a presença de um referente óbvio do SE serão estudadas em (3.3.3.) e (3.3.4.). Em (3.3.5.), vamos analisar a função da desinência verbal, e o modo em que diferentes construções podem evocar diferentes conceptualizações será analisado em (3.3.6.). Finalmente, em (3.4) vamos resumir as conclusões obtidas ao longo deste capítulo.

3.2. O clítico SE

3.2.1. Função e valor semântico

Indubitavelmente, o clítico SE ocupa uma posição particular entre os pronomes pessoais da terceira pessoa no tocante ao seu emprego e valor semântico. Entre outras coisas, esta singularidade é motivada pelo seu carácter vago e indefinido; um traço visível na sua indeterminação no que diz respeito a número, género e caso. Deste modo, constatamos abaixo (figura 3:1), que os demais pronomes pessoais têm diferentes formas para expressar estes parâmetros, enquanto o SE permanece intacto:

Figura 3:1. Género, número e caso nos pronomes pessoais na terceira pessoa.

	masculino	**feminino**	**singular**	**plural**
nominativo	ele, eles	ela, elas	ele/ela	eles/elas
acusativo	o, os	a, as	o, a	os, as
dativo	lhe, lhes	lhe, lhes	lhe	lhes

Assim, verificamos que tanto as formas de nominativo (ele/s e ela/s) como as de acusativo (o/s e a/s) mudam segundo o número e o género, e que uma mudança também é verificável segundo o número com o dativo (lhe/s). Como já foi dito acima, tal mudança não se pode verificar no pronome clítico SE. Ou seja, este pronome não apresenta género, nem número. Também não apresenta o caso.

Mais um factor que contribui para a indeterminação do clítico SE notamos no seu carácter «multi-funcional». Portanto, comprovamos que este clítico não só pode desempenhar a função de trajector, mas também a de marco; o que acontece na sua função de marcador reflexivo. Por outras palavras, verificamos que este pronome tem um emprego muito abrangente. Abaixo, podemos notar alguns empregos prototípicos:

a) Emprego reflexivo [coincidência de trajector e marco]

72) A sua deslocação a Viseu não será fácil, já que *o Académico* precisa de pontuar o mais possível em casa **para se manter** a salvo de sobressaltos na luta pela manutenção [Diário de Notícias, 19970425]

b) Emprego medial/activo genérico [[-] ou [+] trajector]

73) «vamos procurar que junto dos nossos colegas possa existir alguma coordenação **para se desenvolverem iniciativas**» [Diário de Aveiro A-N0778-1]

c) Emprego activo genérico [[+] trajector]

74) Mas, os reparos estenderam-se ainda à falta de estruturas **para se instalar máquinas** de cortar caldo-verde ou mesmo uma gaveta para serem guardados documentos das vendas, livros de registos e facturas [Diário de Aveiro-N1975-1]

Em (72) verifica-se uma construção de tipo reflexivo onde o trajector e o marco coincidem no mesmo SN_{plural} animado (+A), *o académico*. Em (73), temos uma construção que é muito parecida com uma construção reflexiva, mas podemos comprovar que a desinência verbal coincide com um componente (-A), pelo que este exemplo pode ter diferentes interpretações; ou seja, com ou sem a nossa conceptualização de um trajector genérico. No seguinte exemplo (74), por outro lado, constatamos que a desinência verbal não coincide com o $SN_{plural,}$ o que facilita a nossa concepção de um trajector genérico.

No que diz respeito a estes exemplos, concordamos com Garcia (1975) em que uma das funções mais óbvias do SE é a criação de um *curto-circuito* que impede a inserção de outros participantes. Ou seja, no caso activo genérico trata-se de evitar a inserção de um agente específico, e nos casos reflexivos e mediais evita-se a inserção de um participante que não coincide com o sujeito gramatical (cf. Garcia, 1975:7).

Naturalmente, a sua indeterminação de género e número, em combinação com uma função que abrange tanto a de trajector como a de marco, faz com que o clítico SE apresente um carácter mais indeciso do que os demais pronomes pessoais. Em consequência disso, Garcia (1975: 65), com respeito à língua espanhola, distingue entre as formas que ela denomina *l and s forms* (formas de *l* e de *s*). Por um lado encontramos as formas do tipo *ele* e *lhe* e, por outro lado, as formas *se*, *seu* e *si*. A diferença semântica entre estas formas consiste em que as primeiras apresentam um alto valor deíctico, enquanto as segundas são de baixo valor deíctico. Parece-nos muito plausível que estas observações também sejam válidas para a língua portuguesa.

Garcia define o próprio valor deíctico da seguinte maneira:

> A força com a qual o ouvinte é instruído a procurar o referente do pronome. ALTO DEIXIS diz-lhe: 'Procure a pessoa a que se refere!' –uma instrução que é apropriada quando o antecedente do pronome não é óbvio, ou é relativamente difícil de encontrar ou não deve, em nenhuma circunstância, ser omitido. BAIXO DEIXIS diz-lhe 'Não se esforça, nem de perto nem de longe, por procurar a terceira pessoa a quem se refere' –uma instrução apropriada quando o referente é óbvio, fácil de encontrar, ou quando não tem importância se o referente for identificado ou não (como no caso do se 'impessoal', que em termos de referência específica, perfeitamente pode ser pendente)" (Garcia, 1975: 65).[32]

Deste modo, o emprego de uma ou de outra forma depende das dificuldades que a procura do referente do pronome pessoal pode acarretar. Emprega-se uma forma de alto valor deíctico (a forma de *l*) num contexto onde a procura do referente pode causar maiores dificuldades e, por outro lado, efectua-se a inserção de uma forma de baixo valor deíctico (a forma de *s*) em casos onde tal procura não é problemática.

3.2.2. Desfocalização e mudança de foco

Garcia (1975: 196) acrescenta que o carácter indeciso do SE faz com que seja muito apropriado para a emissão de mensagens «não típicas». Salientamos o caso em que um trajector activo, que em circunstâncias naturais está em foco, resulta desfocalizado, coisa que acontece quando este clítico tem um emprego activo genérico. Além disso, veremos que a desinência verbal e a posição do SN_{plural} desempenham uma função primordial para se efectuar uma mudança de foco no evento descrito. Por outras palavras, o SE, a desinência verbal e a posição do mesmo SN_{plural} representam três factores estreitamente ligados aos fenómenos de desfocalização e mudança de foco.

[32] A nossa tradução do inglês: the force with which the the hearer is instructed to seek the referent of the pronoun. HIGH DEIXIS tells him: 'Find the person referred to!' -an instruction that is apropriate where the antecedent of the pronoun is not obvious, or is relatively hard to find or should under no circumstances be missed. LOW DEIXIS tells him: 'Seek neither hard nor far for the third person referred to', -an instruction appropriate where the antecedent is obvious, easy to find, or where it does not much matter if the referent is identified or not (as in the case of the 'impersonal' se, which in terms of specific reference, can perfectly well be hanging)".

Portanto, devemos verificar se a descrição de um evento inclui alguns dos factores que possam desviar a nossa atenção de um trajector activo e animado. Ou seja, é necessário comprovar se existir ou não uma possibilidade de encontrarmos um referente num determinado evento. Deste modo, num exemplo do tipo *para ele abrir as portas* ou *para abrirmos as portas* comprovamos que tal referencialidade é um facto; mas se a proposição carece de um referente óbvio, devemos analisar se houve uma mudança de foco no evento descrito:

75) para se abrir as portas
76) para as pessoas abrirem as portas
77) (as pessoas fazem isso) para abrirem as portas

Em todos os exemplos expostos acima constatamos que não existe nenhuma referencialidade possível, mas, apesar disso, podemos aperceber a presença de um trajector genérico no evento descrito. Em (75) constatamos que a desinência verbal não coincide com o SN_{plural}. Em (76) há uma concordância verbal com *as pessoas* no seu emprego genérico. Finalmente, em (77), emprega-se a desinência verbal genericamente. Portanto, construções deste tipo, se bem que desfocalizem o trajector, não exibem uma mudança de foco.

Por outro lado, quando apercebemos uma mudança de foco, causada pela desinência verbal e/ou a posição inicial do SN_{plural}, devemos perguntar se ainda existem traços de um trajector na descrição do evento:

78) para se abrirem as portas
79) para as portas se abrirem

Sendo assim, em (78) encontramos um caso *passivo* com o clítico SE que pode ter duas diferentes interpretações, ou seja, com ou sem a nossa conceptualização de um trajector genérico. Em (79), por outro lado, parece-nos difícil aperceber este trajector, porque a posição inicial do SN_{plural} implica um alto grau de topicalidade (ou importância temática) neste componente (cf. Givón, 1992:11 et passim). Por conseguinte, apresenta-se uma proposição que só pode oferecer uma interpretação medial do evento, ou seja, estamos perante uma descrição do mesmo evento sem a noção de um trajector externo.

Em suma, podemos concluir que o carácter indeciso e vago do SE implica uma ambiguidade em relação ao seu grau de proeminência conceptual e que tal ambiguidade depende da sua função. Nos casos em que é interpretado como um

trajector genérico parece ganhar proeminência, mas se escolhermos uma interpretação medial da proposição, sem conceptualizar um trajector de tipo genérico no evento, a proeminência deste clítico decresce em favor de outros candidatos mais salientes na proposição. Além disso, verificamos que a desinência verbal e a posição do SN_{plural} são factores muito importantes ao fazermos uma ou outra interpretação das construções de tipo *preposição + SE.*

3.2.3. O SE como uma força externa do evento

Maldonado (1992: 233) afirma, entre outros, que o emprego das construções passivas e impessoais com o SE constitui uma extensão do emprego reflexivo deste pronome. Por outras palavras, deixando de ser unicamente o marcador de um evento em que um participante, actuando sobre si mesmo, desempenha tanto a função de sujeito como a de objecto, o seu emprego estende-se até ao que se costuma denominar *a voz média*, ou seja aos casos em que existe, segundo as palavras de Quesada (1998: 13) «uma tensão entre a tendência de manter uma relação transitiva (agentividade) e a vontade de pôr em foco o papel de paciente do sujeito».[33]

É interessante notar que onde existe uma tensão como a que acabamos de mencionar acima, é também muito provável que exista uma ambiguidade com respeito à interpretação do clítico SE, pois trata-se de construções que vacilam entre uma relação intransitiva e uma relação transitiva; ou seja, uma interpretação que também inclui um agente no evento descrito. Portanto, é lógico pensarmos que esta dualidade contribui para a tendência de fazermos ou uma interpretação medial, ou uma interpretação genérica em casos como o seguinte:

80) **antes de se apresentarem** projectos de lei que demoram poucos minutos a ser feitos, é preciso começar por elaborar um estudo para saber quais são as faculdades necessárias. [Viseu Diário-N2393-1]

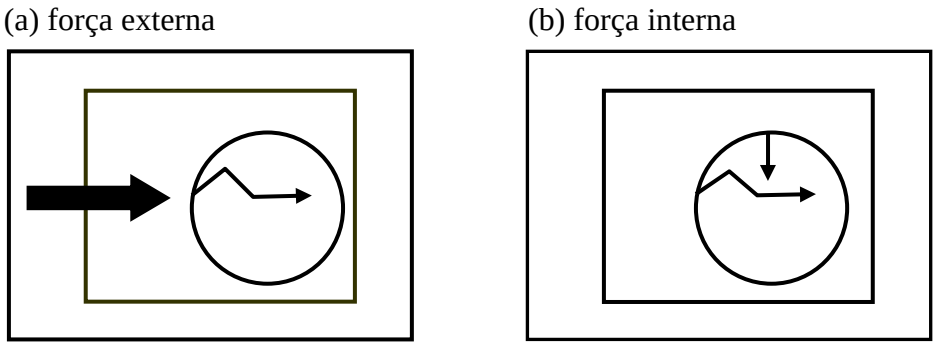
Segundo Maldonado (1992: 242) podemos recorrer a dois factores básicos ao escolher entre uma ou outra interpretação: (1) verificar se a conceptualização do tema inclui algumas características que o faz capaz de mover o evento, e (2)

[33] A nossa tradução do inglês: “the tension between the tendency to keep a transitive relation (agentivity) and the desire to highlight the patient role of the subject” (Quesada, 1998: 13)

comprovar se o verbo em questão descreve uma acção que pode ser efectuada por um componente não animado (-A). Em relação a isso, importa frisar a óbvia existência de componentes (-A) que podem ser o trajector de um certo evento: um prato pode partir sem a intervenção de um agente (+A) pelo facto de ser velho ou de má qualidade, e uma grande quantidade de forças naturais contêm energia que pode incitar um evento (as vagas rompem contra a praia, a chuva cai sobre a terra etc.). Evidentemente, não é necessário fornecer uma enumeração mais detalhada para fazermos compreender este raciocínio; é suficiente constatar que a agentividade não é reservada unicamente aos seres humanos.

Tendo salientado o facto de certos componentes (-A) poderem induzir uma acção, parece-nos que os factores mencionados acima são de grande importância ao inferirmos uma ou outra interpretação dos casos que têm concordância verbal com o SN_{plural}. Por outras palavras, a questão primordial é se o evento pode ser realizado com ou sem a intervenção de uma força exterior, coisa que podemos visualizar da seguinte maneira:

Figura 3:2. Força externa ou interna do evento.



Assim, a nossa conceptualização de um evento depende de se o participante (o círculo) é percebido como uma entidade capaz de induzir uma mudança (a seta em ziguezagues) por força interior – ou força própria. No caso de o ser (a seta para baixo) é provável uma interpretação medial ou reflexiva; em caso contrário, ou seja, nos casos em que apercebemos a necessidade de uma força externa para realizar a mudança (a seta em bloco) é muito possível que a nossa concepção de um trajector genérico aumente. Por outras palavras, quanto mais plausível for que o evento em questão não seja causado pelo componente que concorda com a desinência verbal, mais crível é que tenha mais do que um só participante, e que

o clítico SE seja neste caso a representação deste participante, dando assim lugar a uma interpretação que inclui um trajector de tipo genérico.[34]

Concluindo o nosso raciocínio, queremos expor as seguintes duas hipóteses de trabalho em relação à interpretação dos casos com o pronome clítico SE e uma concordância verbal com o SN_{plural}:

- a nossa propensão para fazer uma interpretação activa genérica do clítico SE aumenta se a realização de um certo evento requer a participação de um trajector externo;

- a concordância verbal com o SN_{plural} e a sua colocação inicial são estratégias para fazer este componente mais proeminente.

Assim, na nossa análise (3.3.), tentaremos encontrar uma explicação adequada ao emprego do clítico SE.

3.3. Análise

Neste espaço estudaremos alguns factores que podem ser úteis para inferir uma ou outra interpretação do clítico SE nos casos *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p*. Como já foi dito, prestaremos atenção aos seguintes factores contextuais:

1. O grau de transitividade do evento
2. O número de participantes do evento
3. A posição sintáctica dos participantes
4. A existência de um referente óbvio
5. A função da desinência verbal
6. A mensagem evocada por diferentes construções

Ao procurarmos factores contextuais que podem influir sobre a nossa concepção de um trajector de tipo genérico nos casos com o clítico SE, vamos partir dos parâmetros de transitividade elaborados por Hopper & Thompson (1980: 252).

[34] Veja-se também o trabalho precursor de Talmy (1988), assim como Maldonado (1988), no que diz respeito à noção de uma força externa e a dinâmica de forças (force dynamics) num evento descrito.

Em relação a este fenómeno, salientamos que os casos *preposição + SE*, pelo seu carácter, têm uma ambiguidade inerente, e a nossa preocupação é, portanto, encontrar alguns traços de transitividade, o que significaria que a delimitação entre uma interpretação medial e uma interpretação activa genérica do SE não tem necessariamente de ser uma questão absoluta. Começaremos por expor os diferentes parâmetros de transitividade:

Figura 3:3. Os parâmetros de transitividade (Hopper & Thompson, 1980: 252).

TRANSITIVIDADE	**ALTO**	**BAIXO**
participantes	2 ou mais participantes [Agente (a) e Paciente (p)]	1 participante
quinese	acção	não acção
telicidade	télico	atélico
pontualidade	pontual	não pontual
intencionalidade	intencionalidade	não intencionalidade
afirmatividade	afirmativo	negativo
atitude proposicional	realis	irrealis
agentividade	A alto em potência	A baixo em potência
afectividade do paciente	P afectado totalmente	P não afectado
Individualização do P	P altamente individualizado	P não individualizado

É interessante notar que os componentes de transitividade cobrem diferentes aspectos com respeito à transição de acção. Obviamente, existe uma necessidade de se encontrar, pelo menos, dois participantes para se levar a cabo uma acção transitiva, assim como a mesma acção (quinese). Sem dúvida, estes factores são primordiais ao inferirmos o grau de transitividade de um determinado evento, pois é impossível verificar uma transitividade sem a presença de um agente capaz de efectuar uma acção – e um paciente afectado pela mesma acção. Estes componentes constituem assim o fundamento para uma relação transitiva. Deste modo, o grau de transitividade cresce ou decresce conforme as características destes componentes.

Por outras palavras, o mesmo carácter de uma acção influi positivamente ou negativamente sobre os parâmetros de transitividade. Uma acção vista desde um *aspecto télico*, em que o evento já se completou, tem a tendência para influir positivamente sobre o grau de transitividade, enquanto uma com carácter inacabada influi negativamente sobre a mesma. Igualmente, uma acção de tipo *pontual* que se conclui sem uma transição entre o seu início e a sua terminação

influi positivamente sobre o grau de transitividade, coisa que também acontece quando a acção é apresentada como uma realidade (atitude proposicional), e quando comprovamos uma acção de tipo afirmativo. Consequentemente, o grau de transitividade decresce numa acção de tipo não pontual, e quando existe uma indeterminação com respeito à realização do evento.

Além disso, constatamos que o carácter dos participantes tem uma grande influência sobre o grau de transitividade num determinado evento. Em primeiro lugar, ressalta que a presença de um agente que tenha a potência de realizar uma acção, e que possa actuar intencionalmente, aumenta o grau de transitividade num evento (agentividade e intencionalidade). Neste caso, pode-se acrescentar que tais características, no caso prototípico, pressupõem um agente humano. Ou melhor dito, ainda que um participante (-A) possa ser o agente de um evento, é difícil que a sua acção realizada seja intencional. Em segundo lugar, o grau de transitividade aumenta com um paciente individualizado, definido e concreto. Por outras palavras, um paciente que exibe traços de tipo colectivo, indefinido e abstracto contribui para que a proposição diminua no seu grau de transitividade.

Comecemos por fazer um teste em busca de factores que estão relacionados com o grau de transitividade no evento. Logo a seguir, vamos analisar o número de participantes no evento, a posição dos diferentes componentes e a presença de um referente óbvio do clítico SE. Finalmente, vamos estudar a função da desinência verbal e a maneira como diferentes construções com o clítico SE podem evocar diferentes mensagens.

3.3.1. O grau de transitividade num evento

Começaremos por analisar algumas ocorrências onde não parece haver nenhuma transitividade, um fenómeno que faz com que o pronome clítico SE não possa ser interpretado como um trajector genérico:

81) As pessoas cruzavam-se e reencontravam-se, muitas delas, após mais de 25 anos **sem se verem**, celebravam amizades feitas nos tempos de guerra do Ultramar. [Diário de Leiria-N2774-2]

82) Depois de duras negociações, o guarda-redes Costinha e o médio Tiago decidiram recusar algumas propostas **para se manterem** em Espanha e aderiram ao aceno feito pelos leirienses. [Diário de Leiria-N2886-1]

Deste modo, podemos constatar que o verbo *ver* em (81) não expressa uma acção, o que dificulta uma interpretação transitiva. Por outras palavras, estamos perante uma proposição em que o clítico SE expressa reciprocidade entre *as pessoas*. Por conseguinte, o significado desta proposição é, no nosso entender: *sem as pessoas verem as pessoas entre si*. Do mesmo modo, verificamos que (82) apresenta uma proposição de carácter intransitivo, mas neste caso parece--nos que se trata de uma proposição na qual o pronome SE desempenha uma função reflexiva, coisa que tem a consequência de impedir a inserção de outros participantes na proposição.

Em contraste com os exemplos expostos acima, porém, é interessante notar que as ocorrências a seguir têm características que favorecem uma interpretação transitiva. Além disso, é interessante observar que algumas das preposições que introduzem a proposição apresentam rasgos semânticos que aumentam o grau de transitividade na mesma. Vamos ver algumas ocorrências:

83) Deixando perceber a existência de algumas arestas por limar entre poder político e associação, Diamantino Lopes apelou à necessidade de «passar por cima de querelas partidárias **para se resolverem** os verdadeiros problemas. [Diário de Aveiro-N0368-1]

84) Parece-lhes que os Xutos e Pontapés nunca mais sobem ao palco, onde o cenário, cheio de dados azuis, já está coberto com uma pequena nuvem de fumo. Assobios de impaciência **até se apagarem** as luzes. [Diário de Notícias, 19970426]

Em primeiro lugar, constatamos que o verbo expressa uma acção em ambos os exemplos expostos acima. Em (83) verificamos a ocorrência do verbo *resolver* e em (84) encontramos *apagar*. Em segundo lugar, salientamos que o SN_{plural}, embora não seja (+A), é bem determinado tanto em (83) como em (84). Deste modo, verificamos os SNs *os verdadeiros problemas* e *as luzes*. Ou seja, apresentam-se dois SNs determinados por um artigo definido. Finalmente, é interessante notar que as preposições que introduzem a proposição adverbial parecem expressar uma certa intencionalidade (para) e pontualidade (até). Deste modo, podemos verificar algumas ocorrências de tipo *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p.* que assinalam uma certa transitividade.

Abaixo, queremos expor mais uma ocorrência interessante. Trata-se de um caso que é introduzido pela locução prepositiva *depois de* onde a acção descrita na proposição adverbial é apresentada como uma realidade:

85) O porta-voz do MNE salientou que o reatamento de relações diplomáticas entre os dois países ocorre **depois de se terem concretizado** três «factores importantes»: Timor-Leste estar sob administração da ONU, saída do território de todos os militares indonésios e a libertação de todos os presos políticos timorenses, acrescentou Horácio César. [Diário de Leira-N1351-1]

Por conseguinte, o caso (85) descreve uma acção que é apresentada como uma realidade (atitude proposicional). Deste modo, o facto de se terem concretizado os três factores contribui para aumentar a transitividade neste evento descrito. Aliás, notamos que já se completou a acção descrita na proposição adverbial, ou seja, que se trata de uma acção de aspecto télico. Finalmente, trata-se de uma individualização do paciente, desta vez realizada por uma detalhada descrição dos três factores mencionados: Timor-Leste estar sob administração da ONU, a saída do território de todos os militares indonésios e a libertação de todos os presos políticos timorenses. Achamos que todos estes factores, em correlação, aumentam o grau de transitividade no evento descrito em (85)

Mais uma questão para tomarmos em consideração é a diferença entre as proposições finitas e infinitas, pois temos a convicção de que a transitividade cresce com a inserção de uma proposição finita:

86) E é deste este último “eixo” (ver organigrama anexo), com controle regional sobre a sua aplicação, que se fala **quando se referem** os cerca de 600 milhões de contos para a região. [Diário de Coimbra-N1986-1]

87) «Ao longo dos últimos quatro dias temos estado a limpar os depósitos e esperamos que quarta-feira (hoje) o abastecimento seja restabelecido, pese **embora se possam verificar** ainda alguns problemas», nomeadamente a falta de pressão e a cor da água que se pode apresentar ainda um pouco barrenta, «situação que se irá verificar até que os canos fiquem totalmente limpos». [Diário de Leiria-N2583-2]

Nestes exemplos comprovamos um evento que é apresentado num determinado tempo. E, naturalmente, uma forma finita contribui para fundamentar a acção deste modo; o que é um fenómeno de tipo natural, visto que uma óbvia diferença

entre as formas finitas e infinitas do verbo é que as primeiras descrevem uma situação sequencialmente, enquanto as segundas apresentam o mesmo processo sumariamente e holisticamente (cf. Langacker, 1987:248-249; 2000: 11).[35]

Em suma, podemos concluir que:

- As estruturas *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p*. apresentam um certo grau de transitividade. Além disso, os preposições *para* e *até* têm características semânticas que tendem para aumentar o grau de transitividade na proposição adverbial.

Agora, depois de verificarmos que as estruturas de tipo *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p*. podem apresentar um certo grau de transitividade, deixamos de lado a visão geral do parâmetro de transitividade de Hopper e Thompson (1980) para estudar um dos seus factores mais detalhadamente. Assim, continuamos a analisar o número de participantes em (3.3.2.).

3.3.2. O número de participantes

Como notamos nos casos expostos acima (3.3.1.), verifica-se uma dificuldade em analisar o número de participantes num evento descrito, o que se pode explicar pela ambiguidade inerente em casos deste tipo. De facto, salienta-se que tanto o clítico SE, como um SN_{plural} de tipo (-A) são candidatos muito fracos para desempenharem a função de sujeito. Em relação a isso, é interessante notar que Quesada (1998: 18-19) comenta a existência de três restrições formais que fazem a interpretação medial, com o SN_{plural} a desempenhar a função de sujeito, impossível. Estas observações são feitas sobre a língua espanhola. No entanto, parece-nos que as mesmas restrições formais são válidas no que diz respeito à língua portuguesa.

Vamos ver as restrições de Quesada (1998) abaixo:

[35] Em concordância com o que dissemos na nossa introdução (capítulo 1), a variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas será estudada com mais atenção no capítulo (4.). No entanto, queremos incluir um exemplo aqui, visto que uma diferença fundamental entre as proposições finitas e infinitivas é que aquelas aumentam o grau de transitividade num evento descrito.

a) É impossível ter concordância verbal com um SN_{plural} (+A) determinado:

ex: ***** Mataram-se aos delinquentes.

Tem de se empregar ou o verbo em terceira pessoa singular (matou-se) ou em terceira pessoa plural sem o clítico SE (mataram), o que indica a existência de mais do que um participante, e portanto uma transitividade, no evento descrito.

b) O SN_{plural} que concorda com o verbo não controla a situação:

ex: ***** Procuram-se empregadas e começam a trabalhar

O sujeito (Ø) do segundo período tem de ser idêntico com o do período anterior. Por outras palavras, as empregadas não desempenham esta função no primeiro período, mas parece existir um sujeito lógico de tipo genérico.

c) Não se pode acrescentar uma locução agentiva introduzida por *por* a este tipo de construção:

ex: ***** Procuram-se empregadas pelos patrões

A impossibilidade de acrescentar um agente introduzido pela preposição *por* neste tipo de proposição corrobora a sensação de que já existe um agente, e que a inserção de mais um agente provoca uma colisão (cf. Quesada, 1998, 18-19).

Ainda que estas observações sejam interessantes, devemos acrescentar que o clítico SE também carece das características típicas de um sujeito. De facto, é um pobre controlador, o que podemos comprovar no seguinte exemplo:

88) de um lado estavam as prisioneiras, não é, e do outro lado eu pressuponho que eram as pessoas normais, que estavam ali, no resto da praia e depois **para se sair** dali tinha que *se atravessar* aquele bocado da areia [Pfa: Um Sonho]

Ou seja, no exemplo acima (88) verificamos que é necessário marcar o trajector genérico tanto na proposição adverbial como na oração superior. Sendo assim, o tipo de verbo parece desempenhar uma função primordial ao inferirmos uma ou outra interpretação de um evento. Assim, a nossa conceptualização de um ou de

dois participantes num evento pode depender do tipo de verbo. Ou melhor dito, se o verbo em questão expressa uma acção que pressupõe agentividade, é muito possível apercebermos um trajector externo neste evento, coisa que seria uma indicação de que o SE representa um trajector genérico.

Por conseguinte, devemos comparar verbos que assinalam diferentes tipos de acção. Assim, os casos (89-91) abaixo diferem um do outro com respeito à acção realizada:

89) É igualmente inconcebível que **para se arranjarem** 2 quilómetros de via se ande já desde há oito meses a abrir e tapar buracos e não se vislumbre a data da conclusão». [Viseu Diário-N3024-1]

90) É um verdadeiro "fartar vilanagem"... Daí que o especialista da CE em política de resíduos, prevenção e reciclagem de alta qualidade, tenha sublinhado que **antes de se tomarem** decisões «deve-se ter a certeza do que se quer» e conhecer bem a «situação actual, os cenários futuros e os objectivos» [Diário de Coimbra-N3114-1]

91) Segundo o jovem alvejado, **antes de se ouvirem** os disparos, o «Caroceiro» fez uma ameaça dizendo: [Viseu Diário-N2218-2]

Como podemos verificar, estes exemplos diferem um de outro no que diz respeito ao tipo de actividade. Em (89) é óbvio que a acção descrita é de carácter físico e activo, enquanto (90) apresenta um evento que podemos denominar *actividade mental* – a de tomar decisões para resolver um problema. No terceiro exemplo (91), porém, apresenta-se um evento perceptivo: ouvem-se os disparos. Deste modo, comprovamos uma escala: actividade física, actividade mental e actividade perceptiva.

Em consequência disso, parece-nos que a probabilidade de aperceber um trajector genérico vai diminuindo conforme o grau de actividade nestes eventos: a nossa percepção de um trajector genérico, que é maior no primeiro exemplo (89), é ainda presente em (90), mas o terceiro caso (91) é muito ambíguo. Por outras palavras, em (89) e (90) as acções descritas pressupõem a presença de um trajector humano, mas é mais difícil comprovar o sentido em que a acção se desenvolve em (91). Uma hipótese muito plausível é que são os sinais acústicos dos disparos que se estão a mover em direcção ao *jovem alvejado*. Deste modo,

é difícil conceber a presença de um trajector genérico nos casos que apresentam um evento perceptivo (cf. Langacker, 1987: 234; Maldonado, 1992: 285).

Por outro lado, notamos que um certo tipo de verbos parece facilitar uma interpretação benefactiva do evento.[36] Sendo assim vemos que os verbos de tipo *comer*, *tomar*, *beber* e *comprar*, entre outros, em combinação com o pronome clítico SE, contribuem para tal extensão metafórica do emprego reflexivo:

92) No Japão, **para se comprar** um carro tem de *se* ter espaço para o estacionar. [Diário de Notícias, 19970420]

A nossa interpretação do SE nesta proposição seria, portanto, que um trajector genérico (expresso pelo verbo *comprar*) precisa de muito espaço para comprar um carro *para si mesmo*, pois há uma grande necessidade de poder estacioná-lo. No entanto, este caso é muito ambíguo, pois é também possível fazer uma interpretação onde o SE representa o trajector genérico. Ou seja, a possibilidade de conceptualizarmos este clítico como uma força externa que compra o carro não é ausente, embora o verbo *comprar*, como já foi dito, possibilite uma interpretação benefactiva.

Mais um aspecto interessante verifica-se no carácter do próprio SN. Ou seja, é razoável pensar que quanto mais este componente se afasta da concepção prototípica de um trajector, maior é a nossa propensão para inferir mais um participante no evento. Ou, dito de outra maneira, se o SN compartilha muitas características com um marco típico, não sendo capaz de induzir uma acção no evento, este factor contribui para uma necessidade cognitiva de conceptualizar mais um participante no evento, o que deve aumentar a nossa inclinação para conceptualizar o SE como um trajector genérico.

Com respeito a este fenómeno, comprovamos que o trajector prototípico é animado, activo, consciente e enérgico, enquanto o marco, na maioria dos casos, é concreto, inanimado, compacto, manejável e utilizável (cf. Givón, 1995: 98). Deste modo, as características dos diferentes SN_{plural} expostos nesta secção podem explicar a nossa propensão para inferir um trajector de cunho genérico.

Sendo assim, constatamos que:

[36] Prototipicamente, trata-se de uma proposição onde o objecto gramatical é afectado pelo benefício de um outro participante (cf. Quesada, 1997: 52-53).

- a nossa conceptualização de um trajector externo depende muito do tipo de acção descrito pelo verbo. Um verbo que expressa uma maior actividade física ou mental parece favorecer um trajector de tipo genérico. Além disso, um SN que apresenta características que são prototípicas de um marco aumenta a nossa propensão para inferir um trajector de tipo genérico.

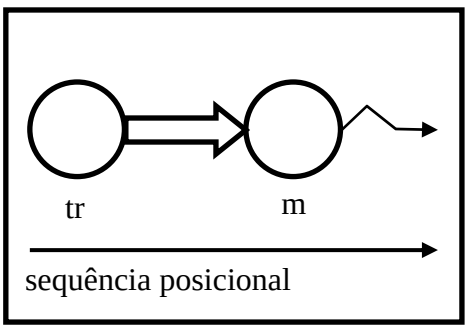
Seguidamente, vamos estudar mais um factor primordial no tocante à concepção de um trajector genérico. Deste modo, em (3.3.3.), vamos analisar a posição dos componentes SE e SN_{plural}.

3.3.3. A posição dos componentes

Indubitavelmente, a posição inicial de uma proposição é mais proeminente do que as posições a seguir. O motivo mais óbvio para o ser reside em que esta posição, prototipicamente, é reservada para o componente que introduz energia a uma proposição; ou seja, o trajector do evento. Assim, Langacker (1991: 292-293) emprega as metáforas *fonte* e *poço* para se referir às posições inicial e final da proposição, afirmando que a energia para se realizar uma acção, na maioria dos casos, é introduzida pelo componente que ocupa a posição inicial, enquanto as demais posições são reservadas para componentes de menor proeminência. Por outras palavras, se há um participante que introduz energia ao evento, ele tende a ocupar a posição inicial, enquanto o marco, que recebe a mesma energia, coloca-se na posição final ou, melhor dito, numa posição de menor saliência.

Podemos ilustrar este fenómeno com uma prototípica cadeia de acção:

Figura 3:4. Cadeia de acção prototípica.



Assim, constatamos que o trajector, em casos prototípicos como este, precede o marco numa sequência posicional; ou seja, o facto de esta posição ser o ponto de partida para uma acção, é um factor que contribui para a saliência cognitiva desta mesma posição.[37] Em relação a este fenómeno, podemos verificar que a colocação do complemento SE em posição inicial facilita a nossa concepção dele como a fonte de energia no evento:

93) É um verdadeiro "fartar vilanagem"... Daí que o especialista da CE em política de resíduos, prevenção e reciclagem de alta qualidade, tenha sublinhado que **antes de se tomarem decisões** «deve-se ter a certeza do que se quer» e conhecer bem a «situação actual, os cenários futuros e os objectivos» [Diário de Coimbra-N3114-1]

Portanto, a posição pós-verbal do SN (decisões) em (93) reforça a concepção deste componente como um participante que precisa de energia externa para se produzir uma mudança no evento. Sobretudo se tivermos em consideração que este componente representa um participante passivo, abstracto e indeterminado.

De facto, Maldonado (1992: 285) afirma que é possível verificar se um SN_{plural} representa o sujeito da proposição, mudando este componente para uma posição pré-verbal.[38] Deste modo, é relevante expormos um exemplo com um SN_{plural} abstracto e indeterminado em posição inicial. Modifiquemos (93), agora como (94):

94) **? antes de decisões se tomarem** «deve-se ter a certeza do que se quer» e conhecer bem a «situação actual, os cenários futuros e os objectivos»

Como podemos constatar, a mudança de um SN_{plural} indeterminado para a posição pré-verbal, como no caso (94), produz umas consequências bastante acentuadas. Semanticamente, parece assinalar que um participante deste tipo é muito fraco para desempenhar a função de sujeito, pois a sua indeterminação – uma forte indicação do seu baixo grau de proeminência – faz com que não possa ocupar a posição inicial, por ser uma posição reservada ou para um componente

[37] Mais uma vez, importa salientar a existência de outros factores que podem contribuir para que a posição inicial seja de carácter mais proeminente do que as seguintes, por exemplo o de distribuição informativa e o de topicalidade (cf. Givón, 1992: 11 et passim). Para o nosso objectivo, porém, o facto de a posição inicial ser o ponto de partida para uma cadeia de acção é primordial.

[38] Empregamos o termo *sujeito* em concordância com o autor (cf. Maldonado, 1992: 285).

activo que introduz energia no evento, ou para um componente determinado que seja capaz de atrair a nossa atenção. Ou seja, tem de ser um componente com um maior grau de proeminência inerente, sendo o tópico no evento descrito.

Assim, importa expor um exemplo com o SN em posição pré-verbal:

95) **No caso de a final não se disputar** hoje, os espectadores serão reembolsados a partir de amanhã [Diário de Notícias, 19970421]

Podemos ver em (95) que a colocação de um SN (-A) determinado em posição inicial não causa nenhuma sensação estranha, mas tem o efeito de focalizar a nossa atenção neste componente em detrimento de um trajector externo. Por conseguinte, a nossa concepção de um trajector activo e genérico decresce a favor de uma interpretação medial, visto que a posição do clítico SE, a seguir ao SN (-A), faz com que não o apercebamos como a fonte de energia no evento.

Enfim, podemos verificar que:

- A colocação do SE em posição inicial, muitas vezes reservada para a fonte de energia do evento descrito, contribui para que uma interpretação genérica seja mais provável.

Vimos que a colocação do pronome SE em posição inicial pode favorecer uma interpretação onde conceptualizamos um trajector genérico. Em (3.3.4.), por outro lado, veremos que a existência de um co-referente óbvio deste pronome parece excluir a noção deste trajector.

3.3.4. Co-referencialidade ou um referente óbvio

Em (3.3.2.) verificámos que um SN (-A) tende para que a nossa propensão para inferir um trajector genérico no evento cresça, dado que este participante carece das características necessárias para introduzir a energia que um certo evento pode implicar. Nesta secção, veremos que a existência de um SN (+A) capaz de realizar uma acção exclui a noção de um trajector externo. Em relação a isso, importa frisar que um referente óbvio (+A) parece fazer uma interpretação genérica da proposição impossível. Vamos ver um caso típico:

96) Comemorando o "Dia das Bruxas", *as mulheres* reúnem-se ao fim da tarde no largo da aldeia, partindo depois para um restaurante da região, onde fazem «uma grande festança», **antes de se deslocarem** para uma discoteca da Marinha Grande, onde vão «dançar até cair». [Diário de Coimbra-N1364-1]

De facto, ocorrências como (96) não podem ter uma outra interpretação do que a reflexiva. O motivo principal para legitimar tal interpretação é, naturalmente, a existência de um trajector (+A) definido e concreto que é capaz de introduzir a energia necessária para a realização do evento descrito. Além disso, ressalta que este trajector, activo e humano, é mais provável para atrair o foco – ou seja, a nossa atenção – num certo evento. Sendo assim, é pertinente fazer lembrar que o SE, neste caso, desempenha a função de criar um curto-circuito para excluir a noção de outros participantes no evento, e assim focalizar um único participante.

Igualmente, existem casos onde apercebemos uma iniciativa realizada pelo SN, apesar de este participante representar uma entidade abstracta (-A). Ou seja, são os casos onde a conceptualização do SN implica participantes de tipo (+A), um fenómeno muito frequente em combinação com a menção de instituições ou localidades que implicam uma actividade humana. Em (97) e (98) comprovamos umas ocorrências de tipo metonímico:

97) (…) celebrou um contrato de adaptação ambiental, com o Ministério do Ambiente, segundo o qual, *as empresas associadas* passam a dispor de um período alargado **para se adaptarem** à legislação vigente no que respeita ao tratamento dos efluentes líquidos. [Diário de Aveiro-N0678-1]

98) De acordo com Salgado Barros, existem *150 licenciaturas* em engenharia e já foram entregues *os dossiers* de 70 **para se submeterem** à avaliação. [Diário de Notícias, 19970422]

Desta maneira, não há dúvida de que os casos metonímicos, onde uma entidade (-A) é relacionada com os indivíduos que formam parte da mesma entidade, são ocorrências de tipo «reflexivo». Ou seja, em (97) é óbvio que uma empresa é constituída por pessoas. Deste modo, casos deste tipo contribuem para a nossa conceptualização de agentividade humana, pelo que são as pessoas relacionadas com as empresas as que se devem adaptar. Em (98), verificamos mais uma ocorrência metonímica. Neste caso em particular, apresenta-se uma cadeia metonímica de tipo: *licenciaturas* > *dossiers*, que assinala uma alta topicalidade

do participante. Evidentemente, ocorrências como (97) e (98) favorecem uma interpretação medial.

Em suma, podemos comprovar que um referente óbvio (+A) do clítico SE contribui para que seja difícil conceptualizar um trajector de tipo genérico. Além disso, verificamos que este referente (+A) também pode ser visível nos casos de tipo metonímico. Em concordância com isso, podemos tirar a seguinte conclusão no que diz respeito a um referente óbvio do SE:

- um referente óbvio do clítico SE com o traço (+A) favorece uma interpretação reflexiva do evento, coisa que também acontece nos casos metonímicos que implicam um participante (+A).

Na secção a seguir (3.3.5.) vamos continuar a nossa procura de uma explicação adequada às construções *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p*. Deste modo, analisaremos a função da desinência verbal.

3.3.5. A função da desinência verbal

Ao procurarmos uma explicação ao emprego das construções que apresentam uma concordância verbal com o SN_{plural}, é pertinente fazer lembrar a função primordial do clítico SE em casos deste tipo. Obviamente, trata-se de uma desfocalização de um trajector que o emissor, por vários motivos, não quer fazer saliente no evento. Abaixo, veremos o efeito de tal desfocalização:

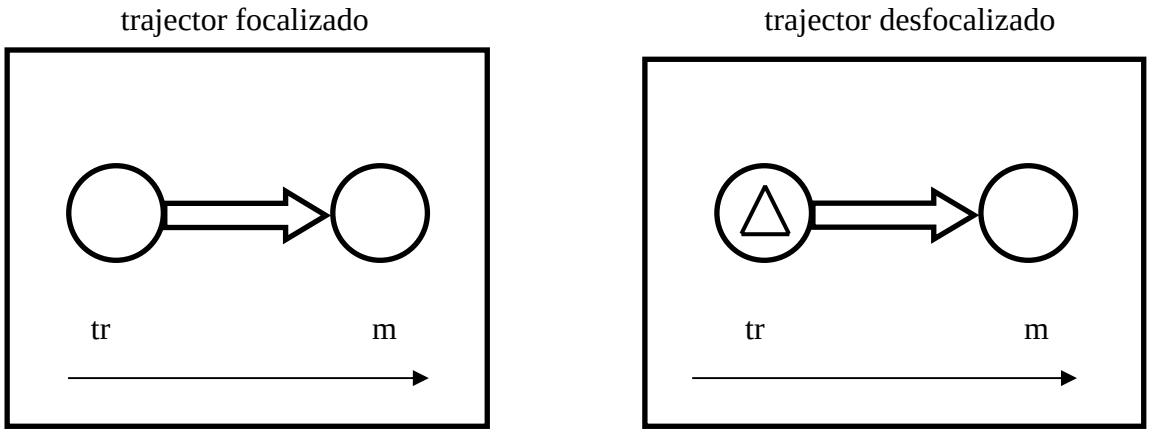
99) Ainda durante a manhã lhe telefonei para casa **para ele** vir almoçar comigo mas ele não respondeu», refere Graça Santos, que não se preocupou com este facto, uma vez que o seu pai tinha o hábito de ir ao cemitério aos domingos. [Diário de Aveiro-N3930-4]

100) Madaíl foi claro ao lembrar que, **apesar de se** ter procedido a uma revisão estatutária imposta por lei, passando para uma pseudodelimitação entre o futebol profissional e não profissional, não se teve em conta a evolução da própria modalidade. [Diário de Notícias, 19970427]

Assim, o primeiro exemplo (99) apresenta um trajector explícito e bem visível, expresso pelo pronome pessoal *ele*, que é o referente do *pai*, ou seja o tema da

proposição. Por outro lado, o segundo exemplo (100) é mais vago em relação ao trajector. É possível que exista uma co-referencialidade com *Madail*, mas é também muito provável que o evento de proceder a uma revisão requer mais participantes do que ele, ou que, de facto, não há nenhuma co-referencialidade entre *Madail* e o pronome clítico SE. Por outras palavras, o que tem uma maior importância para o locutor, neste caso, é que alguma pessoa efectue a revisão, mas, de modo nenhum, é preciso fazermos uma especificação dos indivíduos envolvidos na mesma realização. Acreditamos que se pode ilustrar a diferença entre estes dois casos da seguinte maneira:

Figura 3:5. Trajector focalizado e desfocalizado.



Deste modo, o trajector marcado por um SN resulta muito mais proeminente do que o marco. Ou seja, prestamos a nossa atenção a este componente, enquanto o marco tem uma proeminência secundária. No caso contrário, ou seja com a inserção de um trajector genérico (representado com o triângulo no interior do círculo), comprovamos que o grau de proeminência deste participante diminui. É ainda mais proeminente do que o marco, mas este componente vai ganhar uma proeminência relativa, visto que o trajector é desfocalizado.

Com respeito a este fenómeno, é muito plausível que a concordância verbal com um SN_{plural} constitua uma extensão desfocalizadora de um trajector de tipo genérico. Enfim, podemos analisar a direcção da desinência verbal em relação ao SN, comprovando que a concordância verbal modifica a proeminência deste componente. Sobretudo, se a desinência verbal, como já temos visto, não aponta para um participante [+ animado]. Abaixo, vamos ver alguns casos ilustrativos:

101) Diz o seu responsável, Machado Pais: É evidente que **para se saber** a realidade do País tem que haver uma observação sobre a mesma. [Diário de Notícias, 19970426]

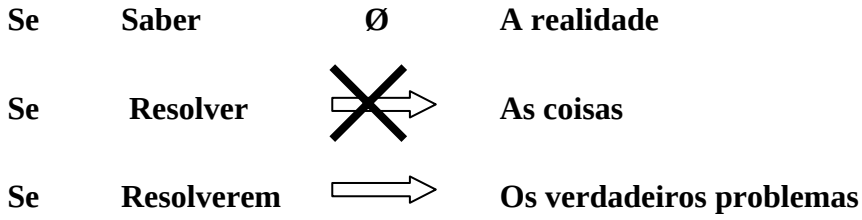
102) AMC - Eu penso que **para se resolver** as coisas é o dia fundamental. [Viseu Diário-N0110-1]

103) Deixando perceber a existência de algumas arestas por limar entre poder político e associação, Diamantino Lopes apelou à necessidade de «passar por cima de querelas partidárias **para se resolverem** os verdadeiros problemas. [Diário de Aveiro-N0368-1]

Nestes casos, constatamos que a desinência verbal concorda, ou não concorda, com o SN_{plural}. Em (101), temos uma desinência (Ø), pelo que não é possível aplicar uma desinência verbal ao $SN_{singular}$. Ou seja, ocorrências deste tipo são de cunho neutral no que diz respeito à desinência verbal. No seguinte exemplo (102), apresenta-se uma desinência verbal que não concorda com o SN_{plural}, enquanto o verbo do último exemplo (103) coincide com o $SN_{plural.}$ Por outras palavras, verifica-se uma concordância verbal com o componente menos activo da proposição.

Abaixo, veremos como este fenómeno se apresenta graficamente:

Figura 3:6. A direcção da concordância verbal.



Por conseguinte, achamos que a concordância verbal, ou a falta dela, com o SN reflecte o grau de proeminência nos componentes. Ou seja: a desinência verbal influi sobre a nossa maneira de conceptualizar os participantes num determinado evento, fazendo assim com que apercebamos um ou outro participante com maior nitidez. Assim, uma proposição com desinência verbal (Ø) apresenta um trajector genérico mais proeminente do que os casos do tipo *se resolverem os verdadeiros problemas*. Finalmente, conceptualizamos um trajector deste tipo

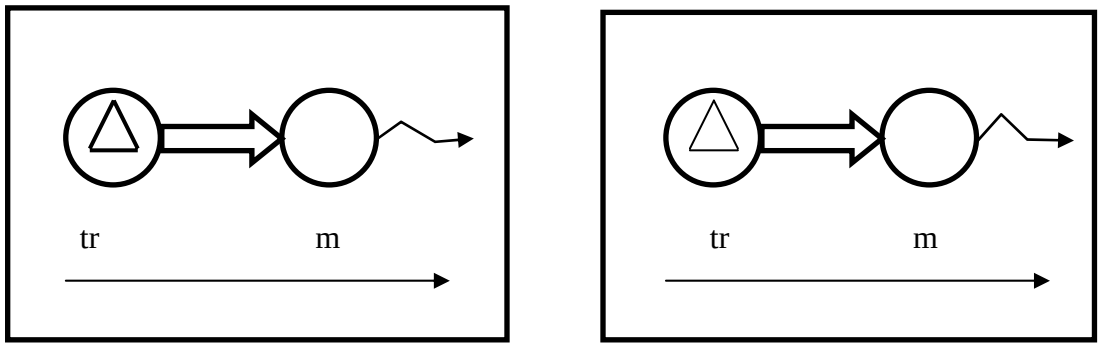
ainda mais proeminente nos casos em que a desinência verbal não coincide com o SN_{plural}.

Em consequência disso, podemos comprovar que as diferentes formas de descrever um evento formam parte da capacidade de emitir uma mensagem em concordância com a nossa vontade. Por outras palavras, se o emissor de uma mensagem quer dirigir a nossa atenção para um participante em particular, tem a possibilidade de escolher entre as diferentes expressões com o pronome clítico SE a fim de que a sua proposição tenha o efeito desejado. Se o locutor acha que a própria desfocalização do trajector, a inserção de um trajector genérico, não é suficiente para desviar a nossa atenção de uma possível fonte de energia, pode também empregar a concordância verbal com o SN_{plural}, o que faz com que prestemos a nossa atenção ainda mais ao participante menos provável de ser o componente que introduz a energia no evento.

Com respeito a este fenómeno, porém, devemos acrescentar que a noção de um trajector de cunho genérico, no nosso entender, ainda está presente. Sendo assim, podemos expor uma comparação gráfica do trajector genérico sem ou com concordância verbal com o SN_{plural}:

Figura 3:7. Trajector genérico [-] ou [+] [concordância verbal] com o SN_{plural}.

[- concordância verbal SN_{plural}] [+ concordância verbal SN_{plural}]



Podemos verificar que a proeminência relativa do trajector genérico decresce com a concordância verbal SN_{plural}, o que se pode explicar pelo aumento de proeminência relativa do próprio SN; causada pela mudança de foco que a desinência verbal acrescenta. Igualmente, constatamos que o facto de o SN não concordar com o verbo, cria uma situação inversa: ou seja, o trajector continua a ser o participante mais proeminente, enquanto o marco apresenta menor grau de proeminência relativa no evento. Portanto, apresenta-se um trajector com maior

proeminência relativa. Em conclusão, a desinência verbal acrescenta mais uma dimensão com respeito à proeminência relativa do trajector genérico nos casos em que este participante é expresso pelo clítico SE.

Sendo assim, constatamos que:

- A concordância verbal com um SN_{plural} contribui para aumentar o grau de proeminência deste componente em detrimento da noção de um trajector genérico.

Na secção a seguir (3.3.6.), vamos estudar quatro diferentes construções a fim de verificar como os traços de um trajector genérico vão desaparecendo conforme a desinência verbal e a posição do SN. Além disso, veremos que a desfocalização de um trajector pode ser uma estratégia para dissimular a sua participação no evento descrito, ou para focalizar outros componentes que podem ser de maior importância no mesmo evento.

3.3.6. Diferentes conceptualizações

Na secção anterior, comprovámos que a desinência verbal que coincide com um SN_{plural} (-A) tem o efeito de desfocalizar a participação de um trajector genérico. Analogamente, verificamos, em (3.3.3.), que a posição inicial do SN_{plural} assinala uma mudança de foco; prestamos a nossa atenção num determinado componente sem aperceber a fonte de energia no evento desrito.

Nesta secção, vamos contrastar algumas ocorrências, incluindo o caso com o $SN_{singular}$, a fim de verificar que factores como a desinência verbal e a posição do SN, de facto, podem ser primordiais ao fazermos uma ou outra interpretação do pronome clítico SE na sua função de exprimir um trajector de tipo genérico. Por outras palavras, verificaremos que existe uma possibilidade de desfocalizar o trajector de um evento por meio da desinência verbal e da posição do SN.

Vamos estudar quatro diferentes construções em que a desinência verbal e/ou a posição do SN, em nossa opinião, implicam que a conceptualização de um trajector genérico é de um maior ou menor grau. Comecemos por expor os diferentes tipos de construção:

a) preposição + SE + infinitivo 3ª p.s. + SN_{plural} (-A)
ex: para se remodelar os programas de Juventude

b) preposição + SE + infinitivo 3ª p.s. + $SN_{singular}$ (-A)
ex: antes de se proceder ao alargamento da União Europeia

c) preposição + SE + infinitivo 3ª p.p. + SN_{plural} (-A)
ex: para se desenvolverem iniciativas

d) preposição + SN_{plural} (-A) + SE + infinitivo 3ª p.p.
ex: para os carros não se atrapalharem

Nas construções acima, parece-nos que a possibilidade de conceptualizar um trajector genérico no evento vai diminuindo gradualmente. Em (a) constatamos que a falta de concordância verbal com o SN_{plural} contribui para a possibilidade de interpretar o clítico SE como um trajector genérico. O segundo tipo (b), um caso neutral no que diz respeito à desinência verbal, é mais ambíguo, e a nossa interpretação deste tipo é muito dependente de outros factores contextuais: o tipo de verbo, o tipo de SN, entre outros. Em (c), a desinência verbal faz com que haja uma mudança de foco no evento. No entanto, a posição final do SN_{plural} assinala uma certa possibilidade de aperceber um trajector de tipo genérico. Do mesmo modo que em (b), temos uma construção muito dependente do contexto. Em (d), por outro lado, o facto de o SN_{plural} tanto ocupar a posição inicial como ter uma concordância verbal, dificulta a nossa possibilidade de conceptualizar um trajector genérico no evento.

Em seguida, vamos contrastar algumas ocorrências, estudando como se efectua uma desfocalização de um referente mediante o emprego do pronome SE, da desinência verbal e da posição do SN. Ou seja, analisando as diferentes ocorrências, vamos procurar o referente do clítico SE e, deste modo, tentar uma explicação de como os factores mencionados acima podem contribuir para o desfocalizar. Comecemos por estudar a construção (a), onde os traços de um trajector genérico ainda são muito acentuados:

104) MM: *Estamos* na presidência portuguesa da *União Europeia* e, *penso* que esta é a altura ideal **para se remodelar** os programas Juventude para a Europa e Serviço Voluntário Europeu, dando-lhes coerência com novo programa, o Juventude. [Diário de Aveiro-N2063-1]

Neste exemplo (104), podemos comprovar três possíveis referentes do clítico SE: o locutor (*MM*, *penso*), nós (*estamos*) e a União Europeia. E, de facto, é difícil verificarmos qual destes referentes é que deve remodelar os programas de Juventude. Por um lado, é evidente que o locutor tem interesse em que se efectue tal remodelação, pois comenta que «esta é a altura ideal». Além disso, é muito possível que o componente *nós* (expresso por *estamos*) tenha a capacidade de realizar a mudança desejada, visto que se encontra na presidência portuguesa da União Europeia. Por outro lado, é difícil acreditar que a remodelação seja uma questão exclusivamente portuguesa. Ou seja, neste caso, o locutor emprega o clítico SE para assinalar que a remodelação dos programas não só é uma questão portuguesa, mas será uma mudança efectuada por todos os membros da União Europeia. Enfim, o clítico SE diminui o papel do falante neste processo, dando lugar a outros possíveis participantes.

Vamos ver mais um caso. Neste caso, encontramos uma construção neutral (b) no que diz respeito à desinência verbal. Por outro lado, verificamos que o tipo de verbo (proceder) implica a presença de um trajector no evento:

105) «O início da Conferência Inter-Governamental (CIG) é uma prioridade de todos *os "Quinze" Estados-membros*, porque *temos* de racionalizar o funcionamento das instituições europeias **antes de se proceder ao alargamento da União Europeia**», respondeu o ministro a uma questão formulada pela agência Lusa. [Diário de Leiria-N1125-1]

É interessante comprovar uma relação metonímica nesta ocorrência. O locutor começa por se referir aos *Quinze estados-membros*, destacando que o início da CIG é uma prioridade de todos estes estados-membros. Depois disso, emite um verbo em primeira pessoa plural (temos) a fim de assinalar o que *os Quinze estados-membros* devem fazer, o que, sem dúvidas, pode ser interpretado como uma forte indicação da participação pessoal do locutor. Desta forma, expressa muita vontade em participar no processo de racionalizar o funcionamento das instituições europeias. Finalmente, podemos verificar a inserção do clítico SE com respeito ao alargamento da União Europeia, exprimindo assim um trajector

genérico. Ou seja, já não parecem haver traços do locutor no processo descrito. Por outras palavras, a inserção do clítico SE diminui a participação do locutor no mesmo processo.

No seguinte tipo (construção c), veremos que a desinência verbal contribui para uma mudança de foco no evento descrito. Apesar disso, é interessante notar que o tipo de verbo (desenvolver), assim como a posição final do SN_{plural}, têm uma certa influência sobre a nossa propensão para conceptualizar um trajector genérico. Por outro lado, podemos verificar que o clítico SE e a desinência verbal desfocalizam o referente:

> 106) Ainda relacionada com a causa do povo timorense, *a Associação Académica de Aveiro* vai estar este fim-de-semana numa reunião com *as suas congéneres associativas* e «*vamos* procurar que junto dos *nossos colegas* possa existir alguma coordenação **para se desenvolverem iniciativas**» [Diário de Aveiro-N0778-1]

Em (106), encontramos três possíveis referentes do SE, ou seja: *a Associação Académica de Aveiro*, *as congéneres associativas* (também expresso por *os nossos colegas*) e o conjunto destes componentes (vamos). Além disso, é óbvio que a proposição adverbial descreve uma acção; a de desenvolver iniciativas. E, de facto, o contexto dá a entender que esta acção será realizada pelo conjunto, pois a citação diz: «vamos procurar que junto dos nossos colegas possa existir alguma coordenação». No entanto, o emprego do pronome SE, e a desinência verbal, desviam a nossa atenção deste facto, apresentando o evento sem fazer referência à participação de um trajector a desenvolver estas iniciativas. Assim, estes factores contribuem para diminuir o papel de um participante activo (+A).

Finalmente, estudaremos o caso onde os traços de um trajector genérico, no nosso entender, desaparecem totalmente. Evidentemente, trata-se da construção de tipo (d), onde um SN_{plural} que concorda com a desinência verbal está colocado em posição inicial:

> 107) Casimiro Sequeira, proprietário do restaurante «Bangalô», situado à beira da EN1, na zona do Barracão, em Leiria, critica há mais de dois anos a existência de *lancis* junto àquela estrada, por dificultarem o desvio de todos *os veículos* que necessitem de sair da faixa de rodagem (…) Da mesma opinião é Maria Afonso, sua esposa, que afirmou haver «mais espaço de manobra **para os carros não se atrapalharem**, antes de porem *o lancil* na estrada». [Diário de Leiria-N0765-2]

Deste modo, notamos que este tipo de construção tende a topicalizar um SN_{plural}. Ou seja, o que tem interesse para o locutor neste caso é a existência dos lancis e as consequências que eles acarretam para o desvio dos carros. Em relação a este fenómeno, comprovamos que não é possível verificar nenhum traço de um trajector, mas o locutor dirige a nossa atenção aos componentes que têm mais importância neste evento: os lancis e os carros. Evidentemente, a colocação do SN_{plural} em posição inicial e a desinência verbal são factores muito importantes para efectuarem tal efeito.

Enfim, comprovamos que as construções analisadas podem desfocalizar o referente num maior ou menor grau. Naturalmente, a inserção do pronome clítico SE, na sua função de exprimir um trajector genérico, contribui para tal desfocalização, mas a colocação do SN_{plural} em posição inicial faz com que os traços deste trajector desapareçam totalmente. Deste modo, parece existir um paradigma segundo o qual a conceptualização de um trajector genérico vai diminuindo:

Figura 3:8. O grau de proeminência do trajector genérico expresso por SE.

Alto

↕ preposição + SE + infinitivo 3ª p.s. + SN_{plural} (-A)

preposição + SE + infinitivo 3ª p.s. + $SN_{singular}$ (-A)

preposição + SE + infinitivo 3ª p.p. + SN_{plural} (-A)

Baixo

Assim, parece-nos que a construção *preposição + SE + inf. 3ª p.s. + SN_{plural}* dá mostras de um trajector mais proeminente que o tipo *preposição + SE + inf. 3ª p.s. + $SN_{singular}$*. Finalmente, a construção *preposição + SE + inf. 3ª p.p. + SN_{plural}* apresenta o trajector genérico com o menor grau de proeminência. Em relação a esta gama, importa frisar que a quarta construção, ou seja: *preposição + SN_{plural} + SE + inf. 3ª p.p.* não exibe traço algum de um trajector genérico.

Sendo assim, os casos analisados acima, exceptuando a construção (d), dão a entender um referente genérico do SE. Ou seja, verificamos que o emprego de uma ou de outra construção pode ser uma estratégia para dissimular o trajector de um evento, um participante que muitas vezes coincide com o locutor. Por outras palavras, conforme o desejo de desviar a atenção da nossa própria participação num certo evento, podemos escolher uma ou outra construção.

Enfim, concluímos que:

- A noção de um trajector genérico aumenta ou diminui conforme a posição do SN e SE e segundo a desinência verbal. A construção com uma desinência verbal que concorda com um SN_{plural} onde este componente está colocado em posição inicial contribui para diminuir os traços de um trajector genérico.

3.4. Conclusão

No início deste capítulo, apresentámos duas hipóteses em relação ao emprego do pronome clítico SE. Em primeiro lugar, afirmámos que a nossa inclinação para interpretar este componente como um trajector de tipo genérico aumenta se a realização de um evento descrito requer a participação de um trajector externo. Em segundo lugar, dissemos que a concordância verbal com um SN_{plural} pode desempenhar a função de fazer este SN_{plural} mais proeminente. Abaixo, vamos repetir as nossas hipóteses de trabalho:

- A nossa propensão para fazer uma interpretação activa genérica do clítico SE aumenta se a realização do evento requer a participação de um trajector externo.

- A concordância verbal com o SN_{plural} e a sua colocação em posição inicial são estratégias para fazer esta entidade mais proeminente.

Partindo dos parâmetros de transitividade elaborado por Hopper & Thompson (1980), procurámos alguns traços de transitividade no evento, assim como o número de participantes inferidos no mesmo evento. Analisámos a posição dos componentes e a presença de um referente óbvio. Deste modo, com respeito à nossa primeira hipótese, podemos tirar as seguintes conclusões:

- As estruturas de tipo *preposição + SE + infinitivo* 3^a *p.p.* exibem, na maioria dos casos, um certo grau de transitividade. Além disso, as preposições *para* e *até* têm características semânticas que aumentam o grau de transitividade na proposição adverbial.

- a nossa conceptualização de um trajector externo depende muito do tipo de acção descrito pelo verbo. Um verbo que expressa uma actividade física ou mental parece favorecer um trajector de tipo genérico. Além disso, um SN que apresenta características que são prototípicas de um marco aumenta a nossa propensão para inferir um trajector de tipo genérico.

- A colocação do SE em posição inicial, muitas vezes reservada para a fonte de energia do evento descrito, contribui para que uma interpretação genérica seja mais provável.

- Um referente óbvio do clítico SE com o traço (+A) favorece uma interpretação reflexiva do evento, coisa que também acontece nos casos metonímicos que implicam um participante (+A).

Em relação à segunda hipótese formulada neste capítulo, ou seja a proposta de que a desinência verbal e a posição inicial do SN desempenham a função de desfocalizar um trajector genérico, podemos concluir que tal concepção é muito provável, sobretudo ao comprovarmos que tal desinência verbal não se refere ao participante mais activo de um evento. Portanto, tiramos as seguintes conclusões com respeito à concordância verbal com um SN_{plural}, e no que diz respeito à sua posição:

- A concordância verbal com um SN_{plural} contribui para aumentar o grau de proeminência deste componente em detrimento da noção de um trajector genérico.

- A nossa conceptualização de um trajector genérico diminui nos casos em que o SN está colocado em posição inicial.

Finalmente, importa frisar que a conceptualização de um trajector genérico, no nosso entender, depende da correlação entre um conjunto de diferentes factores contextuais, entre os quais podemos destacar: a posição do SN_{plural}, a desinência verbal, o tipo de verbo, assim como o tipo de SN_{plural}. Por outras palavras, se não tivermos em consideração uma grande quantidade de factores que podem facilitar a nossa concepção de um trajector genérico, limitando-nos a estudar

fenómenos deste tipo isoladamente, sem ter os diferentes factores contextuais em consideração, é muito possível que a noção de um trajector genérico passe despercebida e que nos contentemos com uma descrição puramente formal que só acrescenta as etiquetas *a passiva com se* ou *indeterminador de sujeito*. Por outro lado, este capítulo deve ser visto como uma primeira tentativa de compreender o pronome clítico SE na sua função de exprimir um trajector genérico, sem a pretensão de apresentar uma solução definitiva a um problema muito complicado.

No capítulo seguinte (4.), estudaremos mais uma questão relacionada com as proposições adverbiais: a variação entre as proposições finitas e infinitivas com o traço [+ trajector elaborado].

4. A proposição adverbial finita – subjectificação e espaços mentais

4.1. Introdução

No capítulo precedente estudámos as proposições adverbiais infinitivas com o clítico SE, assim como a possibilidade de conceptualizar este componente como um trajector genérico. Neste capítulo, por outro lado, vamos estudar a variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas que apresentam um trajector [+ elaborado] a fim de procurar uma explicação para esta variação.

Como podemos notar, nos exemplos abaixo, verifica-se uma possibilidade sintáctica de alternar entre estes tipos de proposição adverbial, visto que as proposições infinitivas, pelo facto de terem um trajector [+ elaborado], não são restritas aos casos co-referenciais:

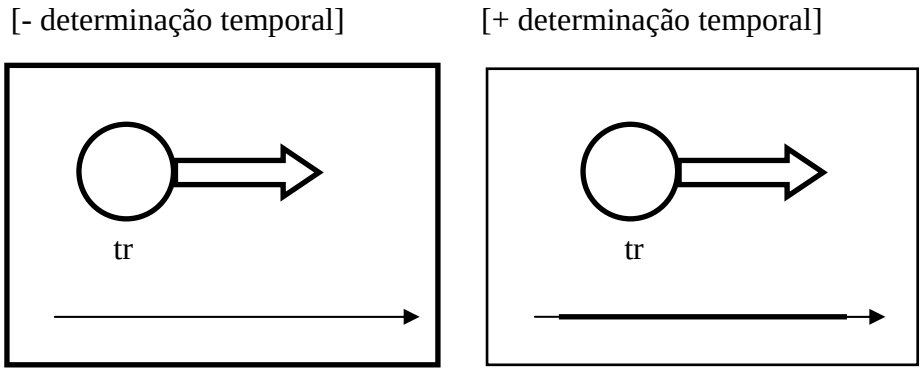
108) ela que venha de manhã, **porque depois pode não me apanhar cá**, sabe que eu ando agora numa vida de ambulante [Pfu: 159]

109) eu acho que é mais por, **por serem bonitos, por serem diferentes.** [Pfa: saber vender]

Deste modo, podemos verificar que a distinção entre trajector co-referencial e não co-referencial, de facto, não é decisiva ao emitirmos um ou outro tipo de proposição adverbial. Ou seja, em (108) constatamos uma proposição adverbial finita que apresenta um trajector de tipo co-referencial (ela) com o trajector na proposição principal (expresso pelo verbo *pode*). No exemplo seguinte (109), por outro lado, podemos ver que o trajector da proposição adverbial infinitiva (serem) não é co-referencial com o trajector na proposição superior (eu).

Como já foi dito, uma semelhança entre as proposições finitas e infinitivas em (108) e (109) reside em que ambos apresentam um trajector [+ elaborado]. No entanto, podemos também ver algumas diferenças entre elas. Em primeiro lugar, as proposições finitas apresentam o evento descrito num determinado tempo, enquanto tal determinação está ausente nas proposições infinitivas. Em segundo lugar, as proposições infinitivas são precedidas por uma preposição (preposição + infinitivo), enquanto as proposições finitas apresentam a estrutura *conjunção + verbo finito*. No respeitante à determinação temporal, podemos visualizar a diferença da seguinte maneira:

Figura 4:1. Determinação temporal nas proposições adverbiais finitas e infinitivas.



Assim, a proposições infinitivas não perfilam o carácter temporal do processo expresso pelo verbo (a seta fina abaixo), mas apresentam o mesmo processo holisticamente (a linha grossa do quadrado). As proposições finitas, por outro lado, perfilam justamente a determinação temporal do processo (representada pela seta grossa abaixo). Além disso, apresentam a evolução de um certo evento sequencialmente (cf. Langacker, 1987: 248-249). Deste modo, comprovamos que uma diferença fundamental entre as proposições infinitivas e finitas é que as primeiras descrevem um evento holisticamente, enquanto as segundas perfilam o carácter temporal e sequencial do mesmo evento.

Nos casos acima, (108) e (109), saliente-se que as proposições adverbiais podem apresentar uma diferença no que diz respeito ao emprego das formas verbais do presente do indicativo e infinitivo. Notamos mais uma diferença na distinção entre o emprego do modo conjuntivo e da forma infinitiva do verbo.

Vamos ver alguns exemplos:

110) a mãe é que deve educar os filhos da mesma maneira e preparar os rapazes também **para que eles não sejam os senhores**. [Pfu: 303]

111) ah! é pequenita! a horta é pequenita, é enfim, é só **para a gente se entreter** [Pfu: 225]

Ou seja, em muitos casos, uma proposição adverbial encabeçada por uma locução conjuntiva, como por exemplo *para que*, apresenta o verbo a seguir em modo conjuntivo, o que, naturalmente, não acontece nas proposições que são introduzidas ou por uma preposição ou por uma locução prepositiva (*para*, *antes de*, *depois de*, entre outras); ou seja, casos onde se emprega uma forma infinitiva do verbo. Além disso, já se verificou uma diferença com respeito ao elemento a introduzir as proposições adverbiais: preposição ou locução prepositiva contra conjunção ou locução conjuntiva. Abaixo, encontramos as principais diferenças morfo-sintácticas entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas:

a)	preposição + inf.	ex:	para, sem, ao, por, até
b)	locução prepositiva + inf.	ex:	antes de, depois de, apesar de
c)	conjunção + ind.	ex:	porque, quando
d)	conjunção + conj.	ex:	embora, quando (futuro)
e)	locução conjuntiva + ind.	ex:	até que (passado), depois que (passado)
f)	locução conjuntiva + conj.	ex:	para que, sem que, antes que, depois que, até que

As diferenças expostas acima dão a entender que a proposição adverbial finita apresenta um maior grau de complexidade formal do que a proposição infinita – uma complexidade que também implica um maior grau de proeminência nestas preposições. Por um lado, o verbo (indicativo ou conjuntivo) nas proposições adverbiais finitas é morfologicamente mais complexo do que o infinitivo nas proposições adverbiais infinitivas. Por outro lado, o componente a introduzir as primeiras, na maioria dos casos, apresenta uma estrutura complexa de tipo *preposição + conjunção*, simultaneamente que o componente a introduzir as proposições adverbiais infinitivas tem uma estrutura de menor complexidade; ou uma preposição, ou uma estrutura de tipo *advérbio + preposição*.

Evidentemente, desde uma perspectiva cognitiva da língua, a ocorrência de diferentes construções para descrever um certo evento implica uma diferença conceptual entre as mesmas. Deste modo, é muito possível que uma proposição adverbial finita não descreva um evento exactamente do mesmo modo que uma

proposição adverbial infinitiva. Por outras palavras, temos a impressão de que o locutor, ao emitir um ou outro tipo de proposição adverbial, pode fazer uma escolha entre estas construções em concordância com a mensagem que ele quer comunicar.

Em relação a isso, queremos fazer a seguinte pergunta:

- qual será a diferença de mensagem a comunicar entre as proposições adverbiais de tipo finito e infinitivo?

Em relação à nossa pergunta, parece-nos muito plausível a noção de que a língua apresenta traços icónicos, e que há uma certa ligação entre complexidade formal e complexidade conceptual. De facto, acreditamos que as proposições adverbiais infinitivas, tendo um menor grau de complexidade formal, são conceptualmente dependentes na relação com a proposição principal, enquanto as proposições adverbiais finitas, tendo estruturas formais de cunho mais complexo, expressam relações conceptuais mais independentes e complexas em relação à proposição principal.

A noção de iconicidade linguística pode ser expressa pelos dois princípios seguintes:

a) princípio de quantidade: complexidade formal corresponde a complexidade conceptual. (quantity principle: formal complexity corresponds to conceptual complexity.)

b) princípio de proximidade: distância conceptual tende para corresponder a distância linguística. (proximity principle: conceptual distance tends to match with linguistic distance.) (Lakoff & Johnson, 1980: 127-129; Kortmann, 1997: 15) [39]

Relacionando estes princípios com as proposições adverbiais finitas e infinitivas, acreditamos que existe uma correlação entre eles. Deste modo, parece-nos que uma proposição adverbial finita e complexa contribui para aumentar a distância entre as proposições superior e adverbial – um caso típico podemos notar na diferença entre as proposições finais introduzidas ou por uma preposição (para) ou por uma locução conjuntiva (para que). Sem dúvida, a inserção da conjunção *que* entre a preposição e a proposição adverbial tende a aumentar a distância

[39] Mais alguns estudos relevantes no respeitante à noção de iconicidade linguística são os de Haiman (1980, 1985), Hopper & Thompson (1985), Smith (2002) e Wilcox (2004).

formal entre as proposições principal e adverbial. Mas não é só isso, também aumenta a distância entre o componente a determinar a proposição adverbial (a preposição) e o evento descrito pelo verbo na proposição adverbial. Por outro lado, uma proposição adverbial infinitiva encabeçada por uma só preposição, ou seja, uma proposição de menor complexidade formal, tende a apresentar menor distância entre as proposições; assim como entre os componentes linguísticos *preposição* e *verbo*.

Além disso, importa frisar uma diferença em complexidade formal entre as distintas formas verbais nas proposições adverbiais. A desinência verbal do infinitivo indica pessoa, mas não a determinação temporal de um evento. Por outro lado, a desinência verbal do verbo finito (indicativo/conjuntivo) assinala tanto pessoa como tempo. Finalmente, a desinência verbal finita acrescenta um traço modal ainda mais complexo na descrição de um evento, uma modalidade ausente na desinência verbal infinitiva.

Tendo o carácter icónico das línguas como ponto de partida, parece-nos muito provável que a relação «lógica» entre as proposições superior e adverbial diminua conforme aumente a complexidade formal da proposição adverbial. Achamos que tal fenómeno é muito acentuado nas proposições encabeçadas por *quando* e *porque*. Além disso, acreditamos que a variação no emprego entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas pode ser explicado por um maior grau de complexidade conceptual nestas do que naquelas. Por exemplo, uma proposição adverbial infinitiva, encabeçada pela preposição *para*, pode assinalar uma relação «simplesmente» final, enquanto a proposição adverbial conjuntiva, encabeçada por *para que*, acrescenta mais um rasgo semântico à proposição adverbial – um menor grau de controlo sobre o evento descrito.

Podemos formular a nossa hipótese de trabalho na seguinte maneira:

- Enquanto a proposição adverbial infinitiva pode ser emitida em casos de tipo não marcado, a proposição adverbial finita tem um emprego que ultrapassa estes casos, sendo empregue em casos onde a relação entre a proposição principal e a proposição adverbial, ou a mesma relação adverbial, é de um carácter mais complexo.

Em consequência disso, achamos que as proposições adverbiais finitas, num maior grau do que as infinitivas, podem ser explicadas pelo fenómeno de *subjectificação* – um maior grau de envolvimento do locutor ao descrever um

certo evento – e que este envolvimento do locutor, em muitos casos, pode ser visível na mudança conceptual desde um *espaço mental* até outro. Sendo assim, vamos tentar uma explicação mais pormenorizada para os termos subjectificação e espaço mental nas secções seguintes (4.1.1) e (4.1.2).

4.1.1. Subjectificação

Langacker (1985, 1990), tendo as nossas faculdades perceptivas de conceber um objecto (ou um evento) de distintas maneiras como ponto de partida, afirma que o termo *subjectificação* compreende os casos onde o conceptualizador é incluído na sua conceptualização. Em relação a este fenómeno, verifica-se uma distinção entre duas diferentes situações perceptivas: *o arranjo óptimo de visão* (the optimal viewing arrangement) e *o arranjo egocêntrico de visão* (the egocentric viewing arrangement); dois diferentes situações que correspondem à relação entre o conceptualizador e o objecto, ou evento, conceptualizado numa situação perceptiva.

No arranjo óptimo de visão, o conceptualizador tem uma construção de tipo subjectivo, enquanto o objecto conceptualizado tem uma construção objectiva, e apresenta-se uma relação assimétrica entre o conceptualizador e o objecto (ou evento) conceptualizado. Langacker (1990: 7) descreve esta relação da seguinte maneira:

> O contraste entre as construções subjectivas e objectivas (…) reflecte a assimetria inerente entre o indivíduo a aperceber uma entidade e a entidade apercebida. A assimetria è maximizada quando o visualizador está tão absorvido na experiência perceptiva que perde a noção de si mesmo, e quando o objecto apercebido é bem delimitado, totalmente distinto do indivíduo a visualizar, e localizado numa região de alta acuidade perceptiva (Langacker, 1990: 7)[40]

Assim, compreendemos que o termo subjectificação tem a ver com a construção de uma determinada situação perceptiva na representação mental do mesmo

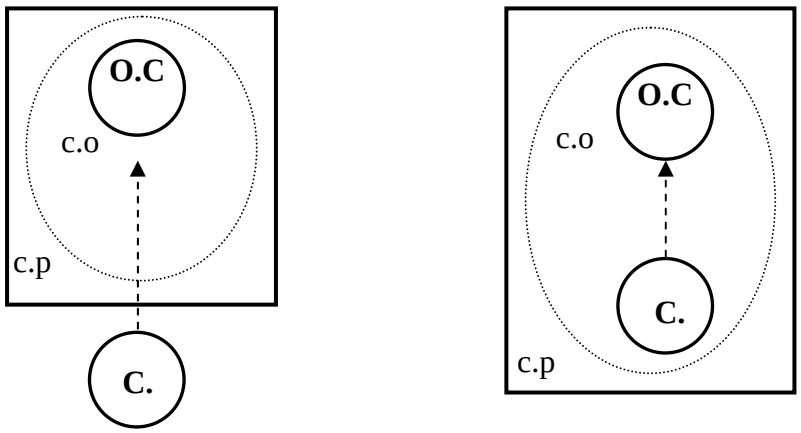
[40] A nossa tradução do inglês: The contrast between subjective and objective construal (…) reflects the inherent asymmetry between a perceiving individual and the entity perceived. The asymmetry is maximized when the perceiver is so absorved in the perceptual experience that he loses all awareness of self, and when the object perceived is well-delimited, wholly distinct from the perceiver, and located in a region of high perceptual acuity (cf. Langacker, 1990: 7).

conceptualizador. Quando o conceptualizador e a entidade conceptualizada estão bem diferenciados um de outro, e onde o primeiro presta a sua atenção à entidade observada até excluir a noção de si mesmo, podemos verificar que ele tem uma construção subjectiva, e que o objecto tem uma construção objectiva. E, portanto, não se pode verificar o fenómeno de subjectificação, pois verifica-se uma relação assimétrica entre o conceptualizador e o objecto conceptualizado.

Por outro lado, nos casos em que o indivíduo que apercebe um objecto tem consciência do seu próprio papel a desempenhar na situação perceptiva, ou seja, quando está consciente da sua conceptualização, como por exemplo no caso de pensar: «vejo um homem velho passar fora da janela», a sua construção deixa de ser subjectiva. Em casos deste tipo, o sujeito perceptivo é incluído na mesma conceptualização, e há um arranjo egocêntrico de visão onde o conceptualizador se torna um objecto da conceptualização. Em consequência disso, apresenta-se o fenómeno de subjectificação na situação perceptiva.

Abaixo, podemos visualizar as diferenças entre as construções de situação perceptiva *arranjo óptimo de visão* e *arranjo egocêntrico de visão* de modo gráfico:

Figura 4:2. Construção perceptiva óptima e egocêntrica (cf. Langacker, 1990: 7).



a. arranjo óptimo de visão **b.** arranjo egocêntrico de visão

Em figura (4:2a), o conceptualizador (c) tem acesso perceptivo à cena objectiva (c.o), estando ao mesmo tempo fora dela, assim como está fora do campo perceptivo (c.p). Deste modo, o objecto conceptualizado (o.c) recebe atenção focal dentro da cena objectiva. Estamos perante uma situação perceptiva de tipo *arranjo óptimo de visão*. Em (4:2b), por outro lado, o conceptualizador vai ficar

dentro da cena objectiva, entrando na mesma e participando nela. Portanto, o indivíduo que conceptualiza a situação perceptiva já não tem uma construção subjectiva, mas experimentamos uma construção de tipo *arranjo egocêntrico de visão*. Por conseguinte, a subjectificação perceptiva compreende os casos em que o conceptualizador deixa de ter uma construção subjectiva, ou seja, deixa de ser bem delimitado do objecto da conceptualização, e passa a ser um objecto da mesma conceptualização.

Relacionando o fenómeno de subjectificação com as diferentes expressões linguísticas, saliente-se que este fenómeno corresponde a uma relação entre os participantes numa situação comunicativa e a mensagem a ser comunicada. Ou melhor dito: o grau de envolvimento dos participantes na expressão linguística. Sendo assim, Langacker (1990: 9) introduz a noção *fundamento* (ground) para se referir ao evento comunicativo, os participantes e as circunstâncias comunicativas (lugar e tempo do evento comunicativo), assinalando que cada expressão linguística, de certo modo, implica uma relação com o fundamento. No entanto, estabelece uma escala gradual conforme a qual o fundamento pode ser incluído numa expressão linguística: (1) substantivos indefinidos/verbos infinitivos, (2) deícticos remotos, (3) deícticos próximos (cf. Langacker, 1990: 9)

Por conseguinte, expressões de tipo *cadeira* e *comprar*, sendo indefinidas ou carecendo de indicação temporal, assinalam uma relação de cunho mínimo entre o fundamento e a correspondente expressão linguística. Por outro lado, os deícticos como: *ontem*, *amanhã* e *o ano passado*, modificadores adverbiais de tempo, contribuem para aumentar o envolvimento do fundamento na expressão linguística. Finalmente, os deícticos de carácter próximo, ou seja: *eu*, *tu*, *cá* e *agora*, assinalam um envolvimento ainda maior do fundamento na mensagem a ser comunicada.

Em relação ao fenómeno de subjectificação, Pander Maat & Sanders (2001: 251), introduzindo o termo *sujeito de consciência*, comentam três diferentes maneiras em que este sujeito de consciência (o locutor) pode aparecer numa expressão epistémica. Em primeiro lugar, pode verificar-se uma ausência deste sujeito de consciência; em segundo lugar, pode tratar-se de um sujeito implícito; e, finalmente, o sujeito de consciência pode entrar explicitamente na expressão linguística. Abaixo, podemos ver algumas ocorrências prototípicas:

112)	O João está em Paris	(sujeito de consciência ausente)
113)	Provavelmente, o João está em Paris	(sujeito de consciência implícito)
114)	Penso que o João está em Paris	(sujeito de consciência explícito)

Em (112) não há traços de um sujeito de consciência na expressão linguística, pois a proposição *O João está em Paris* carece de uma valoração epistémica do seu conteúdo. No exemplo a seguir (113), por outro lado, a inserção do advérbio modal *provavelmente* contribui para modificar a veracidade da proposição. Deste modo, podemos comprovar um sujeito de consciência de tipo implícito (o locutor) que matiza o conteúdo da proposição. Finalmente, em (114), o sujeito de consciência entra na mesma expressão linguística, deixando ver a atitude do locutor perante a proposição. Assim, comprovamos um sujeito de consciência explícito neste último caso.[41]

Assim, podemos relacionar o termo de subjectificação com o emprego das proposições adverbiais finitas/infinitivas [+ trajector elaborado]. Evidentemente, a indicação temporal fornece uma relação mais acentuada entre o fundamento e a proposição adverbial nos casos finitos do que nos casos infinitivos, pois orienta os participantes no evento comunicativo (locutor/interlocutor(es)) com respeito ao processo descrito na proposição adverbial. Por outro lado, tanto a proposição adverbial finita como a proposição adverbial infinitiva podem apresentar um trajector de tipo [+ elaborado], expresso ou por um pronome ou por um nome próprio, ou pela desinência pessoal verbal. Abaixo podemos ver alguns exemplos disso:

115) verificaram que continuava a, a haver só, que continuava a haver só quatro automóveis; portanto não havia ninguém infiltrado – os automóveis com os quadradinhos continuavam a ser os quatro. e eles levaram toda a noite, quer dizer, desde as nove **até que assaltaram o rádio clube** [Pfu: 254]

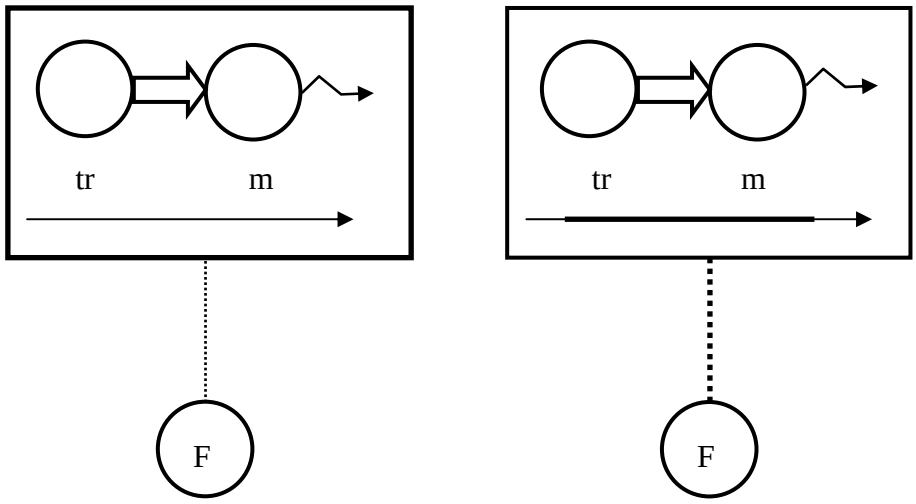
116) não me foi muito difícil entrar para aqui, há pessoas, tenho ouvido dizer que há pessoas e tenho colegas minhas que tiveram grandes dificuldades **antes de conseguirem arranjar um lugar**, um bom lugar [Pfu: 198]

[41] Numa nota de rodapé, Pander Maat & Sanders (2001: 269) assinalam que a desinência temporal do verbo implica sempre um sujeito de consciência, visto que contribui para orientar um evento externo em relação ao evento comunicativo.

Desde modo, a forma verbal finita em (115) desempenha a função de localizar o evento descrito na proposição adverbial num tempo passado em relação ao fundamento, criando assim uma relação temporal entre o fundamento e o evento descrito na proposição adverbial. Saliente-se que a proposição adverbial em (116) não exibe tal relação temporal. Por outro lado, porém, é interessante verificar que a desinência pessoal do infinitivo também cria uma relação entre o locutor e a proposição adverbial. Ou seja, a inclusão de um trajector elaborado contribui para criar uma ligação entre o fundamento e a proposição adverbial, pois trata-se de um participante definido e bem conhecido. Por outras palavras, parece-nos que a inclusão deste participante pelo fundamento implica uma certa relação, ou um envolvimento, entre o fundamento e a expressão linguística.

Importa frisar, porém, que o grau de tal envolvimento é muito menor do que nos casos em que a proposição adverbial tem desinência temporal do verbo. Nestes casos, é evidente que o facto de relatar o processo descrito na proposição adverbial ao evento comunicativo vai contribuir para que haja um maior grau de subjectificação. Com respeito a este fenómeno, vamos expor uma tentativa de ilustrar esta diferença entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas:

Figura 4:3. A relação entre o fundamento e o evento conceptualizado nas proposições adverbiais finitas e infinitivas [+ trajector elaborado].



a) proposição adverbial infinitiva b) proposição adverbial finita

Na figura (4:3a), a proposição adverbial infinitiva (o quadrado) apresenta um trajector [+ elaborado], mas o evento descrito carece do traço [+ tempo] (a seta

fina). Deste modo, a relação entre o fundamento (o círculo com F) e o evento descrito na proposição adverbial é muito mais fraca (a linha ponteada fina entre o fundamento e o evento descrito). Em consequência disso, podemos verificar um baixo grau de subjectificação em casos deste tipo. Em contraste com isso, porém, o evento descrito na proposição adverbial finita (4:3b) não só assinala um trajector [+ elaborado], mas também o traço [+ tempo]. Por conseguinte, verificamos uma relação mais forte entre o fundamento e a proposição adverbial do que no caso infinitivo (a linha ponteada grossa entre o fundamento e o evento descrito).

Em concordância com o que foi dito até agora, uma diferença fundamental entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas [+ trajector elaborado] reside num maior grau de subjectificação nas primeiras do que nas segundas; expresso pela relação temporal entre o fundamento e o evento descrito. Achamos, porém, que esta diferença só representa um primeiro passo para compreender à variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas. Ou melhor dito, acreditamos que um maior grau de subjectificação nas proposições adverbiais finitas também pode ser visível numa deslocação conceptual de um espaço mental para outro.[42] Essa questão será estudada em (4. 2.). Antes disso, porém, é pertinente estudar a teoria de espaços mentais (Fauconnier, 1994) .

4.1.2. Espaços mentais

A teoria de espaços mentais (Fauconnier, 1994) parte da noção de que diferentes domínios são construídos na nossa representação mental quando estamos envolvidos numa actividade de tipo cognitivo. Deste modo, no discurso em curso, uma expressão linguística pode guiar os interlocutores, desempenhando assim a função de transportá-los de um espaço mental para outro. Fauconnier (1994: xxxvii) explica o fenómeno na seguinte maneira:

[42] De facto, poder-se-ia afirmar que as proposições adverbiais finitas, exprimindo tanto o traço [+ tempo/modo] como [+ trajector elaborado] conduzem a uma *objectificação*, visto que uma descrição mais detalhada do objecto (ou do evento) conceptualizado contribui para ele ser o *objecto da concepção* (cf. Achard, 1998; Silva, 2005). Neste trabalho, porém, o termo *subjectificação* implica um maior grau de envolvimento do conceptualizador no evento descrito, coisa que pode ser visível numa relação mais forte entre o fundamento e o evento descrito e, como veremos em (4.2.), numa deslocação de um espaço mental para outro. Veja-se também Pit (1997) no que diz respeito às construções subjectivas e objectivas.

> quando nos dedicamos a qualquer forma de pensamento, tipicamente meditado pela língua, (…) domínios são construídos, estruturados e relacionados (…). Uma multidão de domínios – espaços mentais – são construídos para qualquer trecho de pensamento (…). Referência, inferência e, de forma mais geral, a projecção de várias estruturas operam, usando as conexões disponíveis para vincular os espaços mentais construídos.[43]

Consequentemente, podemos comprovar que a teoria de espaços mentais implica uma relação entre os diferentes domínios – ou espaços mentais – de maneira que a entidade de um espaço mental tem a sua contrapartida noutro espaço mental. Esta ligação é realizada por meio de um princípio denominado *o princípio de identificação* (the identification principle):

> **O princípio de identificação**
> Se dois objectos (no seu sentido mais geral), *a* e *b* são ligados por uma função pragmática *F* (b = F(a)), uma descrição de *a*, d_a, pode ser empregue para identificar a sua contrapartida *b* (cf. Fauconnier, 1994: 3).

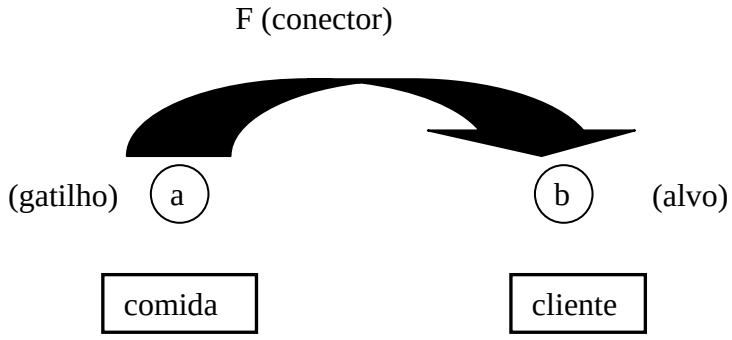
Desta forma, em casos de tipo metonímico, pode-se registar um *gatilho* (trigger) e um *alvo* (target) que corresponde ao gatilho. E, verificamos uma relação entre estes componentes; uma relação que é estabelecida por uma *função pragmática*. Abaixo, podemos verificar um caso típico deste fenómeno, onde o empregado de um restaurante se refere a um cliente, mencionando a comida que este cliente acaba de comer (cf. Fauconnier, 1994: 6):

117) a omeleta de queijo diz que está descontente da comida

Neste caso, é óbvio que o empregado do restaurante não se refere à omeleta de queijo, mas ao cliente que pediu a mesma, e que diz que «está descontente». Por outras palavras, cria-se uma relação metonímica entre o cliente e a comida. Ou seja, temos uma expressão linguística onde se estabelece uma relação entre o gatilho (a omeleta de queijo) e o alvo (o cliente) mediante uma função pragmática (conector). Podemos ilustrá-lo da seguinte maneira.

[43] A nossa tradução do inglês: when we engage in any form of thought, typically mediated by language (…). A multitude of such domains – mental spaces – are constructed for any stretch of thought (…). Reference, inference, and more generally, structure projection of various sorts operate by using the connections available to link the constructed mental spaces.

Figura 4:4. A relação entre gatilho e alvo (cf. Fauconnier, 1994: 6)



Assim, podemos constatar que o gatilho (a) corresponde à comida, ao mesmo tempo que o cliente representa o alvo (b). Logo a seguir, estabelece-se uma ligação entre o gatilho e o alvo, efectuada por um conector pragmático (F) e, portanto, compreendemos que o empregado se refere ao cliente – e não à comida – ao emitir o SN (a omeleta de queijo). Por outras palavras, o alvo (b) representa a contrapartida do gatilho (a) numa relação metonímica, onde a descrição de (a), ou seja, d_a desempenha a função de identificar (b).

Fauconnier (1994: 17) denomina *construtores de espaços* (space builders) as expressões linguísticas que desempenham a função de guiar os interlocutores entre os diferentes espaços mentais. Estas construções de espaços podem ser expressões temporais (em 1929) que transportam os locutores de um espaço mental para outro – neste caso do presente ao passado. Igualmente, advérbios de tipo *provavelmente,* e construções condicionais como *se tivesse…, comprava…*, só para mencionar alguns exemplos, têm a função de orientar os interlocutores entre os diferentes espaços mentais. O que estes construtores de espaços têm em comum é que podem transportar os interlocutores de um *espaço mental paterno,* a realidade do locutor, para um outro espaço mental.[44] Vamos ver alguns casos:

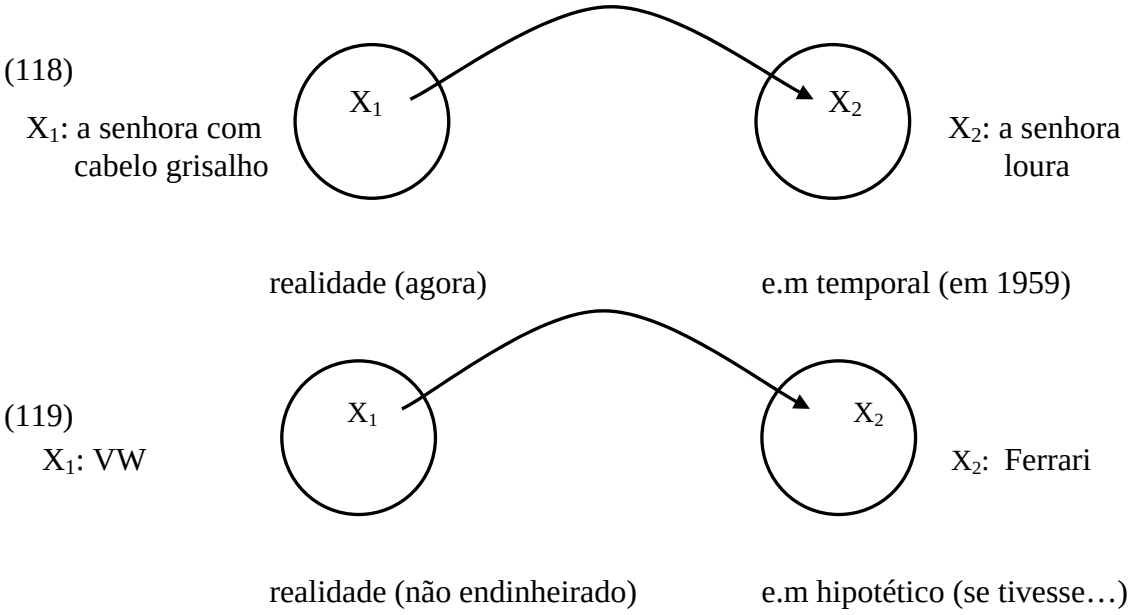
118) Em 1959, a senhora de cabelo grisalho era loura

119) Se fosse endinheirado, o meu VW seria um Ferrari

[44] Saliente-se que estamos a falar na realidade do locutor e não numa realidade absoluta. Ou seja, é muito possível que a realidade do locutor não corresponda a uma realidade objectiva, mas isso não tem nenhuma relevância neste trabalho, pois só nos interessa a realidade na representação mental do locutor e a deslocação de um espaço mental para outro.

Em ambos casos, o construtor de espaço tem a função de «abrir a porta» a um espaço mental que difere da realidade do locutor. Em (118), por exemplo, a expressão temporal transporta os interlocutores do presente ao passado. Em (119), a construção condicional «se fosse...» cria um espaço hipotético. Nestes dois casos, porém, importa frisar uma relação com o espaço mental paterno. Noutro caso, podemos constatar que (118) apresentaria uma expressão ambígua onde a senhora com cabelo grisalho é loura ao mesmo tempo. Vamos ilustrar a relação entre o espaço mental paterno e os dois espaços mentais em (118) e (119):

Figura 4:5. A relação entre espaço mental paterno (realidade) e um outro espaço mental (e.m), em exemplos (116) e (117).



Em (118), um objecto (X_1) pertencente à realidade de agora, ou seja, *a senhora com cabelo grisalho* é identificado num espaço mental do passado (X_2) como *a senhora loura*. Portanto, existe uma relação entre o espaço mental paterno e o espaço mental temporal (a seta), o que acarreta uma interpretação de tipo: *a senhora que hoje em dia tem cabelo grisalho era loura em 1959*. A ausência desta relação, por outra parte, implicaria que a senhora loura, de facto, tem cabelo grisalho; ou seja, tanto (X_1) como (X_2) seriam localizados no espaço mental paterno. Em (119), verificamos que um objecto no espaço mental paterno (VW) tem a sua contrapartida num espaço mental hipotético (Ferrari). Deste

modo, a construção condicional pode estabelecer uma relação entre o espaço mental paterno e o seu correspondente espaço mental hipotético.

Até agora, vimos alguns casos em que existe uma relação entre o espaço paterno e o espaço mental, e que tal relação pode ser explicada pelo princípio de identificação. Ou seja, um objecto (b) no espaço mental pode ser identificado por meio da descrição de outro objecto (a) no espaço paterno. A seguir, porém, vamos ver que o modo verbal pode determinar se um objecto pertence ou não ao mundo real do locutor. Vamos ver dois casos expostos em Sweetser (1996: 319) em relação ao emprego do indicativo e conjuntivo em francês:

120) Je veux qu'elle *mette* une robe qui *soit* belle
[Quero que ela ponha um vestido que seja bonito]

121) Je veux qu'elle *mette* une robe qui *est* belle
[Quero que ela ponha um vestido que é bonito]

Nestes casos, o modo verbal pode assinalar se o objecto (o vestido) só existe num espaço mental de desejo do locutor ou se, de facto, existe no espaço mental paterno (a realidade). Por outras palavras, ao empregar a forma indicativa do verbo em (121), o locutor não se refere a qualquer vestido bonito, mas a um vestido que existe na sua realidade, e que ele acha muito bonito. Por outro lado, o vestido em (120) apenas existe num *espaço mental de desejo* e não no espaço mental paterno do locutor (cf. Sweetser, 1996: 319-320; Fauconnier, 1994: 33). Portanto, uma diferença semântica entre o conjuntivo e o indicativo em (120) e (121) é que o objecto (o vestido) existe tanto no espaço mental paterno e no espaço mental de desejo quando o locutor emite o indicativo, e que esta relação entre espaço mental paterno e espaço mental de desejo não existe nos casos em que o locutor opta pelo modo conjuntivo do verbo.

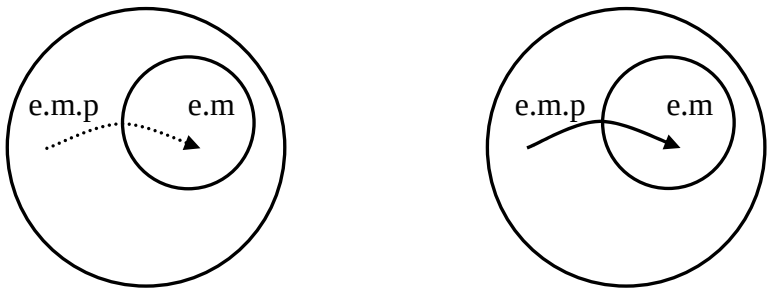
Em relação ao fenómeno desrito acima, Mejías-Bikandi (1996), analisa a vacilação entre o modo indicativo e conjuntivo em espanhol e introduz o termo *acessibilidade de espaço*, afirmando que o conjuntivo contribui para diminuir a acessibilidade de um objecto (ou de uma pressuposição) no espaço mental paterno. Por conseguinte, o emprego do indicativo pressupõe uma acessibilidade ao espaço paterno, enquanto o conjuntivo implica uma «porta fechada» a este mesmo espaço. Mejías-Bikandi (1996: 159-160) expõe os seguintes casos para exemplificar a diferença entre os dois modos verbais:

122) Tal vez su hijo *está* en la cárcel [Talvez o seu filho está na cadeia]
123) Tal vez su hijo *esté* en la cárcel [Talvez o seu filho esteja na cadeia]

Segundo Mejías-Bikandi (1996: 160), a grande diferença entre estes dois casos é que o locutor, ao empregar o indicativo em (122), pressupõe a existência de um filho, ou seja, ele pertence à realidade do espaço mental paterno. Em contraste com isso, o conjuntivo em (123) exclui a noção de um filho no espaço mental paterno.[45] Em nossa opinião, porém, a diferença fundamental entre estes dois modos verbais reside na atitude do locutor perante o predicado. Assim, o modo conjuntivo em (123) assinala uma incerteza sobre a proposição (ele está na cadeia) e não sobre a pressuposição (ele tem um filho). Deste modo, parece-nos que o conjuntivo acrescenta um maior grau de incerteza sobre o conteúdo da proposição do que o indicativo, deslocando o seu conteúdo proposicional da realidade; do espaço mental paterno, para um espaço mental com maior força hipotética. De facto, achamos que o conjuntivo assinala que o locutor não é capaz de se pronunciar sobre a proposição *ele está na cadeia*, pois não existe na sua realidade elaborada. Por outro lado, o indicativo assinala sempre um menor grau de incerteza sobre esta proposição.

Podemos visualizá-lo deste modo:

Figura 4:6. A deslocação do espaço mental paterno indicado pelo indicativo e do conjuntivo em proposições introduzidas por «talvez».



a. indicativo b. conjuntivo

A figura (4:6) mostra que o modo indicativo implica uma expressão linguística de menor força hipotética do que o modo conjuntivo (a seta ponteada). Assim, o modo indicativo contribui para fixar uma proposição introduzida por *talvez* no seu espaço mental paterno em maior grau do que o conjuntivo, um modo verbal

[45] Veja-se também Mejías-Bikandi (1993; 1995) em relação à variação entre o indicativo e o conjuntivo em espanhol.

que cria uma deslocação do espaço mental paterno para um outro espaço mental. Portanto, acreditamos que uma construção de tipo *talvez + conjuntivo* assinala que o conteúdo de uma proposição não existe na realidade elaborada do locutor – que está fora do seu alcance.

Em relação a isso, parece-nos possível verificar este fenómeno na diferença entre proposições adverbiais conjuntivas e infinitivas, de modo que as primeiras apresentam uma relação mais independente na sua relação com o espaço mental paterno do que as segundas, assinalando que o evento descrito na proposição adverbial não está sob o controlo do locutor. Acreditamos que as proposições adverbiais infinitivas, por outro lado, não apresentam esse traço. Estudaremos essa questão em (4.2.2.). Antes disso, em (4.2.1.), vamos estudar a variação entre as proposições adverbiais indicativas e infinitivas.

4.2. Análise

Vamos estruturar a nossa análise da seguinte maneira. Em (4.2.1.), estudaremos as proposições adverbiais indicativas e infinitivas, prestando a nossa atenção a dois casos especiais: as proposições introduzidas por *ao/quando* e *por/porque*. Começaremos por estudar as proposições que são introduzidas por *ao* e *quando*, para, logo a seguir, continuar com as que são encabeçadas por *por* e *porque*. Em (4.2.2.), vamos analisar os casos em que a proposição adverbial dá uma variação entre as formas verbais do conjuntivo e infinitivo.

Antes disso, porem, é pertinente repetirmos a nossa hipótese de trabalho. Ou seja, acreditamos que as proposições finitas, apresentando um alto grau de complexidade morfológica, são empregues a fim de emitir mensagens mais complexas do que as proposições infinitivas. De facto, achamos muito possível que as proposições finitas desempenhem a função de construir outros espaços mentais; deslocando assim uma mensagem de um espaço mental paterno para um outro espaço mental.

4.2.1. Proposição adverbial indicativa vs. infinitiva

Naturalmente, existe uma literatura abrangente sobre os diferentes áreas de emprego da conjunção *quando*. Assim, Carlson (1979) estudando o emprego atemporal genérico desta conjunção em inglês (when), verifica uma forte relação entre as orações que são introduzidas por esta conjunção e as orações relativas. Encontramos um exemplo disso em casos de tipo: *os cães são muito custosos quando são de boa raça*. Ou seja, trata-se de ocorrências em que a oração pode ser parafraseada com: *os cães que são de boa raça são muito custosos* sem que o conteúdo semântico se altere demasiado. Declerck (1996a) realiza um estudo tipológico muito detalhado sobre os diferentes empregos de *when*, e também ela comenta a relação com as orações relativas e o seu emprego atemporal. Declerck (1996b) estuda a sua função de advérbio relativo livre, focalizando a estrutura temporal entre oração temporal, oração principal e o momento de enunciação. Havu (1997) destaca quatro diferentes empregos de *cuando* em espanhol, entre os quais distingue a semelhança entre o *cuando iterativo* ou *genérico*, na terminologia do autor, e o *se* de tipo condicional. Finalmente, Carecho (1996), estudando as construções subordinadas que são encabeçadas por *quando* na língua portuguesa desde uma perspectiva temporal, destaca a sua dupla função de não só poder descrever uma situação eventiva, mas também uma situação estativa.

O fenómeno que os estudiosos citados acima destacam é que *quando* tem um emprego abrangente, descrevendo, entre outras coisas, uma complexidade temporal entre a proposição temporal e a proposição principal. E, é exactamente tal complexidade que nos parece interessante no que diz respeito à variação entre as proposições adverbiais que são encabeçadas ou por *quando* ou por *ao*. Ou seja, enquanto as primeiras podem descrever uma relação temporal complexa entre os dois eventos descritos nas proposições temporal e principal, as segundas têm um emprego mais restrito, pois são sobretudo empregues para descrever uma relação pontual ou sequencial entre os eventos descritos nas proposições adverbial e principal. Vamos ver alguns exemplos:

124) **quando cheguei à quinta**, o caseiro, à noite cozia-me lá as batatas, fa[...], dava-me a sopa, eu andava lá a acartar so[...], solipas, travessas para as linhas do comboio [Pfa: Bruxedos]

125) eu estava, tinha ido sozinho, e tinha ido aos tordos. ali estive, ali estive, mas não havia meio de aparecer nada. de maneira que, às tantas, **quando já estava exactamente para vir embora,** comecei a ver um grande bando de patos. [Pfa: Boa Pontaria]

126) Um deles, Jaime Barbosa Pinto, começa com determinação, gritando vivas a Timor-Leste, depois entristece-se quando recorda que a sua casa foi destruída, acabando a travar as lágrimas **ao dizer** que a sua família está separada . [Diário de Coimbra-N1048-1]

É interessante notarmos que as proposições subordinadas em (124) e (125) descrevem diferentes tipos de aspecto. Em (124), a proposição «quando cheguei à quinta» descreve um evento pontual, ou seja, o momento exacto em que o evento acontece: a chegada. Em (125), por outro lado, a proposição temporal serve como fundo para outro evento pontual, expresso na proposição principal. Ou seja, o evento de «começar a ver um bando de patos». Evidentemente, os diferentes tempos verbais nas proposições temporais são cruciais ao fazermos esta interpretação; o pretérito perfeito assinala um aspecto de tipo pontual, mas o pretérito imperfeito apresenta um aspecto durativo. Em suma, os casos (124) e (125) dão a entender que as proposições introduzidas por *quando* tanto podem ter um aspecto pontual como durativo.

Passando ao exemplo (126), porém, verificamos que a proposição temporal encabeçada por *ao* é de carácter pontual. E, de facto, temos a impressão de que esta pontualidade, muitas vezes uma indicadora de uma sequencialidade entre proposição temporal e principal, reflecte o emprego prototípico das proposições temporais introduzidas por esta preposição. Deste modo, a inclusão de *ao* em exemplos de tipo (125), onde a proposição temporal serve como fundo, acarreta uma leitura estranha.

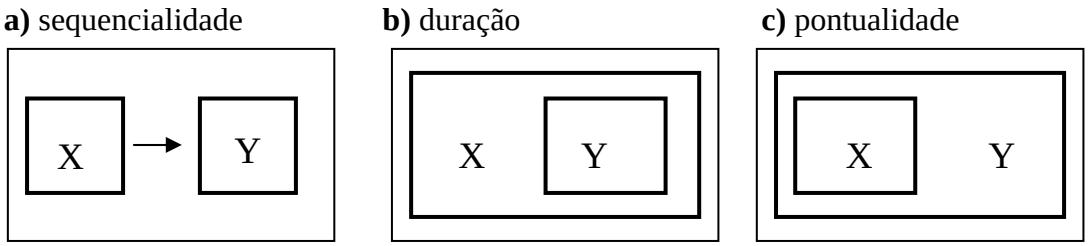
Vamos ver uma modificação deste exemplo, agora como (127):

127) **?** eu estava, tinha ido sozinho, e tinha ido aos tordos. ali estive, ali estive, mas não havia meio de aparecer nada. de maneira que, às tantas, **ao já estar exactamente para vir embora,** comecei a ver um grande bando de patos.

Ou seja, neste caso, os dois eventos são apresentados como se tivessem tido lugar no mesmo momento, pois o aspecto pontual da proposição encabeçada por *ao* faz com que a proposição temporal já não possa desempenhar a função de fundo da mesma maneira como no caso (125) com *quando*. Por outras palavras,

o facto de que as proposições que são introduzidas por uma preposição carecem de determinação temporal no verbo, contribui para um emprego mais restrito aos contextos sequenciais e pontuais. Sendo assim, acreditamos possível estruturar algumas tendências no emprego temporal de *ao* e *quando* desta maneira:

Figura 4:7. Emprego prototípico de «ao» e «quando».



ao/quando quando quando/ao

Assim, comprovamos três diferentes relações prototípicas entre as proposições temporal (X) e principal (Y). Em primeiro lugar, podemos verificar uma relação sequencial entre as duas proposições; em segundo lugar, a proposição temporal pode servir como fundo para a proposição principal e, finalmente, a proposição temporal é de carácter pontual, enquanto a principal é durativa. Com respeito à desinência verbal, podemos verificar o seguinte padrão:

a) sequencialidade:	ao entrar, vi que o Jorge estava lá	[infinitivo + pret.perf.]
	quando entrei, vi que o Jorge estava lá	[pret.perf. + pret.perf.]
b) duração:	quando estava lá, vi o Jorge entrar	[pret.imperf. + pret.perf.]
c) pontualidade	quando entrei, todos estavam lá	[pret.perf. + pret.imperf.]
	ao entrar eu, todos estavam lá	[infinitivo + pret.imperf.]

Estamos, obviamente, perante um modelo muito simplificado para determinar o aspecto temporal das proposições temporais introduzidas por *ao* e *quando*. No entanto, achamos que pode servir para ilustrar o que queremos enfatizar, ou seja, que a conjunção *quando* tem um emprego aspectual mais abrangente do que a preposição *ao*: o seu emprego durativo. Em consequência disso, veremos que há casos onde o carácter temporal de *quando* vai diminuindo. Em nossa opinião, trata-se de uma extensão do seu emprego durativo, um emprego a descrever o

que denominaremos eventos *habituais* e *circunstanciais-genéricos*.[46] Em casos prototípicos, parece-nos que a proposição com *quando* apresenta uma premissa de carácter durativo ou iterativo para se realizar o evento descrito na proposição principal. Vejamos alguns casos:

128) andávamos o dia todo. **quando o tempo estava assim menos mal** andávamos o dia todo; **quando começava a puxar mais o inverno**, o navio chamava para bordo [Pfu: 109]

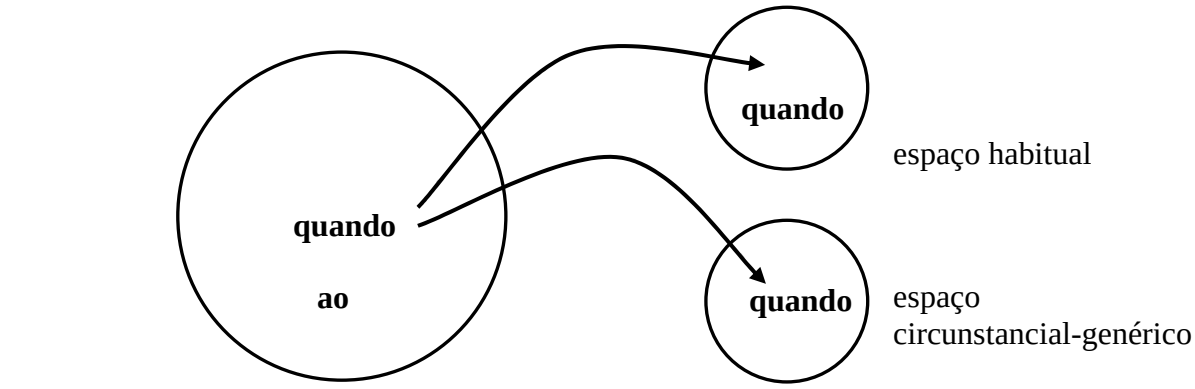
129) nós só realmente damos, damos intere[sse], temos o verdadeiro interesse por uma criança **quando ela é nossa** [Pfu: 143]

Podemos verificar que o carácter temporal destes exemplos é menor do que nos casos anteriores. Em (128), as proposições introduzidas por *quando* descrevem situações que servem como premissas para se realizar os eventos descritos nas proposições principais. Por outras palavras, há uma relação entre as diferentes proposições de forma que se realiza uma acção habitual na proposição principal cada vez que se cumpre a proposição com *quando*. Em (129), encontramos um caso parecido, onde o evento descrito na proposição com *quando* desempenha a função de premissa para se realizar o evento descrito na proposição principal. Neste caso, porém, estamos perante uma referencialidade genérica, tanto na proposição adverbial como na principal, assim como a descrição de um evento virtual, pelo que esta ocorrência não é habitual, mas circunstancial-genérico.

Em ambos os casos, porém, notamos que as proposições introduzidas por *quando* podem desempenhar uma função não puramente temporal. Deste modo, esta conjunção pode desempenhar a função de um construtor de espaços e guiar os locutores de um espaço mental paterno (temporal) para um outro espaço mental; os espaços mentais de tipo habitual e circunstancial genérico:

[46] Nesta altura, importa frisar os casos de tipo condicional/causal com *ao* e *quando*, como em: *ao obter uma bolsa, estudaria* ou *quando obtiver uma bolsa, estudarei*». Evidentemente, são casos muito interessantes que mereceriam a nossa atenção. No entanto, trata-se de uma questão que não poderemos abordar neste trabalho. Pode-se consultar Dancygier & Sweetser (2000) para uma explicação pormenorizada das construções condicionais a partir da teoria de espaços mentais.

Figura 4:8. A deslocação das proposições com «quando» do espaço mental paterno (temporal).



Enfim, verificamos que o «quando» pode servir como um construtor de espaços, guiando os locutores do espaço mental paterno (temporal) para outros espaços mentais. Por outras palavras, esta conjunção assinala que a proposição a seguir não tem necessariamente de ficar no seu espaço mental paterno (temporal), mas que também pode ser localizada num espaço habitual ou circunstancial-genérico. Por outro lado, tal emprego parece ser muito restrito nas proposições que são encabeçadas por «ao»: o emprego desta preposição implica uma proposição de carácter pontual. Deste modo, parece-nos que a proposição infinitiva introduzida por «ao», prototipicamente, acarreta um emprego que é delimitado aos contextos temporais de aspecto pontual (cf. nota 46).

Se passarmos às proposições causais encabeçadas por *por* e *porque*, é evidente uma extensa investigação sobre a correlação entre diferentes tipos de causalidade e o elemento a introduzir a proposição causal. Entre outros, Sanders (1997), estudando a coerência causal, enfatiza uma distinção entre causalidade semântica e pragmática. Ou seja, a causalidade de tipo semântico é baseada na relação entre causa e consequência no mundo real. Por outro lado, a causalidade pragmática é uma conclusão que justifica o enunciado do locutor, de tipo «deves estar contente, porque estás a sorrir». Oversteegen (1997) analisa as diferentes interpretações pragmáticas dos conectores causais, dedicando muito espaço a estudar o que ela denomina os casos de *convicção* (belief) e de *acto de fala* (speech act). Pander Maat & Sanders (2000, 2001), assim como Pander Maat & Delgand (2001), realizam uma abrangente investigação sobre o modo como

diferentes conectores podem assinalar um maior ou menor grau de envolvimento do locutor na relação causal (subjectificação). Finalmente, Vogt (1976-1977) analisa as três conjunções *pois*, *já que* e *porque*, destacando uma ambiguidade na última e a sua semelhança com a conjunção *pois* nos casos onde «a causalidade desliza para uma justificação do que se diz na primeira proposição» (Vogt, 1976-1977: 152).

O que nos parece interessante em relação aos estudos mencionados acima é o caso onde a proposição adverbial pode desempenhar a função de justificar o conteúdo na proposição principal, pois acreditamos que uma diferença entre as proposições encabeçadas por *por* e *porque* reside em que as primeiras são restritas a descrever uma relação causal, enquanto as segundas tanto podem descrever uma relação causal como uma relação de tipo inferencial. Deste modo, é possível explicar uma certa variação entre as proposições causais finitas e infinitivas pela mudança de um espaço mental paterno *causal* para um outro espaço mental *inferencial*.

Vamos ver alguns exemplos de tipo causal:

130) a fruta quando era de aqui do mondego e destas zonas, se comprava mais barata **porque eram os próprios produtores que vinham vender à praça**, [Pfu: 104-105]

131) no outro dia ia um aluno meu no corredor a be(…), a cantar, e uma das senhoras que ia à minha frente chama-o e passa-lhe um grande descasque **por ele ir a cantar** [Pfu: 123]

Nestes casos, o conteúdo na proposição adverbial é apresentado como sendo a causa que vai ter a consequência da proposição principal. Em (130), a relação entre causa e consequência é de tipo *produtores vender > preços baixos*, e em (131) apresenta-se a cadeia causal *cantar > descasque*. Pode-se argumentar que a relação em (130) não é causal, ou seja, que existem outras causas, de uma natureza mais profunda, que podem explicar o baixo preço dos produtos: uma menor distância entre produto e mercado, a falta de intermediários, entre outras coisas. No entanto, comprovamos uma certa interdependência entre todas estas causas, pois são relacionadas com as condições da venda. Portanto, podemos encontrar uma causalidade na própria explicatura: «eram os próprios produtores que vinham vender à praça».

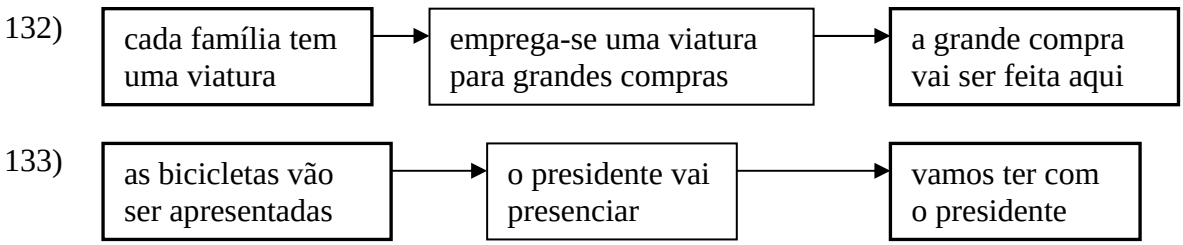
Deste modo, verifica-se uma causalidade que, como veremos abaixo, difere dos casos em que *porque* encabeça uma relação inferencial entre as proposições adverbial e superior:

132) «É evidente que a grande compra vai ser feita aqui **porque cada família tem, no mínimo, uma viatura»**, confirma. [Diário de Aveiro-N0846-1]

133) Segundo um dos ciclistas presente nesta iniciativa, «vamos ter com o presidente **porque vão ser apresentadas as novas bicicletas** para todos podermos usar no centro da cidade. [Diário de Aveiro-N0304-1]

Como podemos verificar, nem (132) nem (133) exemplificam uma relação onde se pode estabelecer uma cadeia causal entre as proposições adverbial e principal. Em (132) o elo *cada família tem uma viatura > grande compra* não é causal. Analogamente, a proposição em (133), ou seja: «vão ser apresentadas as novas bicicletas», não pode causar a reunião com o presidente. Em ambos casos, porém, realizam-se uma cadeia inferencial que pode ter a seguinte estruturam:

Figura 4:9. Cadeia inferencial em (132) e (133).



Em (132), o facto de cada família ter uma viatura faz com que o locutor possa inferir uma grande compra. Em (133), o evento de se apresentarem as bicicletas contribui para a conclusão de que vai haver uma reunião com o presidente. Assim, a relação entre as proposições adverbial e principal (os quadros com a linha grossa) é de tipo inferencial. Em relação a este fenómeno é interessante notar que a cadeia inferencial, ao contrário do que acontece nos casos causais, é dependente de certas implicaturas (o quadro central). Em (133), por exemplo, é preciso saber que o presidente vai presenciar à apresentação das bicicletas para haver uma coerência inferencial entre as proposições adverbial e principal.

Até agora, vimos que as proposições adverbiais finitas introduzidas pela conjunção *porque*, além de assinalarem causalidade, também podem assinalar

uma relação inferencial com a proposição principal. No entanto, perguntamos se este emprego é restrito aos casos finitos, ou se as proposições infinitivas também podem assinalar uma relação deste tipo. Portanto, faremos uma substituição, de maneira que inserimos uma proposição adverbial infinitiva no lugar da finita. Assim, modifiquemos os casos (132) e (133), agora como (134) e (135):

134) **?** «É evidente que a grande compra vai ser feita aqui **por cada família ter, no mínimo, uma viatura»**, confirma. [Diário de Aveiro-N0846-1]

135) **?** Segundo um dos ciclistas presente nesta iniciativa, «vamos ter com o presidente **por irem ser apresentadas as novas bicicletas.**

Sem dúvida, a inserção de uma proposição infinitiva encabeçada pela preposição *por* causa algumas consequências semânticas muito acentuadas, visto que esta preposição parece assinalar uma relação causal entre as duas proposições. Deste modo, verifica-se uma incompatibilidade entre uma relação inferencial e uma relação causal assinalada. Por outras palavras, a inserção da preposição *por* nos casos (134) e (135), contribui para fazermos uma interpretação causal de tipo: *cada família ter uma viatura > uma grande compra*, e *as bicicletas serem apresentadas > vamos ter com o presidente*.

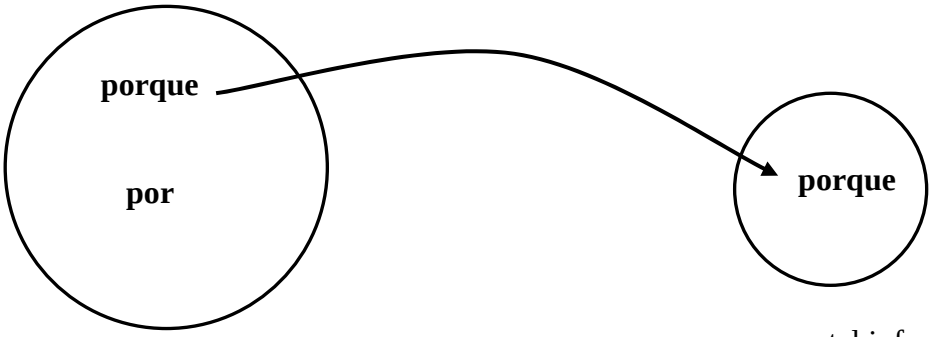
Acreditamos que a estranheza semântica nos casos expostos acima pode ser explicada pela estreita relação causal entre duas proposições que são conectadas pela preposição *por*. De facto, o valor semântico desta preposição parece ser o de uma «entrada» através da qual uma proposição encontra a sua explicação por outra (cf. Bermúdez, 2003, 247-248).[47] Sendo assim, as proposições conectadas por esta preposição apresentam uma relação de tipo *causa-consequência* mais estreita do que as proposições que são conectadas pela conjunção *porque*, uma conjunção que – tendo a iconicidade linguística em consideração – aumenta a distância conceptual entre as duas proposições.

Portanto, achamos que a diferença fundamental entre as proposições finitas e infinitas reside no facto das primeiras serem restritas a um espaço mental paterno (causal), enquanto as segundas podem ser deslocadas para um espaço mental inferencial. Por isso, o componente a introduzir uma proposição finita (porque) pode ser visto como um construtor de espaço.

[47] Veja-se também Lunn (1987) para um estudo muito detalhado sobre o valor semântico da preposição *por*.

Podemos visualizá-lo desta maneira:

Figura 4:10. A deslocação das proposições com «por» e «porque» de um espaço mental paterno (causal) a um espaço mental inferencial.



espaço mental inferencial

espaço mental paterno (causal)

Assim, verificamos que as proposições finitas com *porque* podem deslocar-se para um espaço mental de tipo inferencial, enquanto as proposições com *por* são mais restritas, não podendo realizar tal deslocação. Naturalmente, a conjunção *porque* pode desempenhar a função de construtor de espaços, assinalando que a proposição a seguir não tem de ser causal. Importa frisar, porém, que as proposições adverbiais com *porque* tanto podem estar localizadas num espaço mental paterno (causal) como num espaço mental inferencial, pois, como já vimos, esta conjunção pode introduzir tanto uma proposição causal como uma proposição inferencial.

Enfim, podemos concluir que:

- As proposições adverbiais indicativas encabeçadas por *quando* e *porque* podem realizar uma deslocação de um espaço mental paterno para um outro espaço mental. Com respeito as proposições que são encabeçadas por *quando*, verifica-se uma deslocação para um espaço mental habitual e circunstancial-genérico. As proposições que são introduzidas por *porque* podem deslocar-se para um espaço mental inferencial.

Agora, depois de estudarmos a diferença entre as proposições adverbiais que são introduzidas ou por *por* ou por *porque*, ou por *ao* ou por *quando*, vamos estudar

a variação entre as proposições adverbiais conjuntivas e infinitivas. Deste modo, em (4.2.2.), tentaremos uma explicação para esta variação.

4.2.2. Proposição adverbial conjuntiva vs. infinitiva

Obviamente, uma grande diferença entre as proposições adverbial conjuntiva e infinitiva é a sua forma verbal. Deste modo, parece-nos legítimo afirmar que o modo conjuntivo acrescenta um significado à proposição adverbial que é ausente nas proposições adverbiais de tipo infinitivo. Em relação a este fenómeno, existe uma abundante literatura sobre o conjuntivo – da qual seria impossível realizar um resumo pormenorizado. Sendo assim, vamos contentar-nos com mencionar algumas contribuições representativas.

Tradicionalmente, a noção de *não-asserção* tem sido intimamente ligada à explicação do valor semântico do conjuntivo. Ou seja, ao empregar este modo verbal, o locutor pode assinalar que não se compromete em absoluto com a verdade do evento expresso pelo modo conjuntivo. Assim, Travis (2001) analisa o conjuntivo (em espanhol), introduzindo os dois conceitos *anti-assertivo* (anti-assertive) e *anti-cognitivo* (anti-cognitive) em relação á expressões de tipo: *tal vez, no saber, no pensar e querer*. O primeiro significado implica que o locutor não se quer pronunciar sobre a realização de um certo evento no futuro, enquanto o segundo significado assinala que o locutor desconhece a informação proposicional. Em ambos casos, comprova-se um elemento de não-asserção (cf. Travis, 2001: 53).

A noção de não-asserção está também presente nos estudos de Tlâskal (1984), de Oliveira (2001) e de Marques (1995). Segundo Tlâskal (1984: 251), o valor semântico do conjuntivo é o de exprimir *não-realidade*, enquanto Oliveira (1984) afirma que o conjuntivo assinala uma distância subjectiva entre o locutor e a sua validação do conteúdo proposicional. Marques (1995: 159), por outro lado, diz que: «o indicativo é o modo marcado, associado à expressão de uma atitude epistémica de conhecimento ou de crença», e que «o conjuntivo é o modo não marcado, associado a um maior variedade de valores modais».

Outros estudiosos (Lunn: 1989; Ferreira: 1984) procuram uma ligação entre o grau de relevância da proposição e o emprego do conjuntivo. Entre outros, Lunn (1989: 690), analisando o conjuntivo imperfeito (em espanhol), afirma que o conjuntivo marca verbos em cláusulas que são de pouca relevância. Por outro

lado, Ferreira (1984: 290-291) enfatiza que o conjuntivo é seleccionado para marcar que o conteúdo na proposição tem um alto grau de relevância. Por outras palavras, este modo verbal é empregue para assinalar que, entre uma variedade de possibilidades do sujeito agir, uma só é relevante – a acção que o conjuntivo expressa. Assim, este modo é «o elemento portador de informação principal» (Ferreira, 1984: 291).

Embora as contribuições mencionadas acima sejam muito relevantes para a compreensão do valor semântico do conjuntivo, parecem existir casos onde, de facto, é difícil aplicarmos as noções de não-asserção, relevância, distância do locutor, não-realidade e crença ou conhecimento. Vamos ver alguns exemplos onde o conteúdo na proposição conjuntiva é altamente factivo e, portanto, assertivo. Além disso, veremos que a proposição conjuntiva pode ter um alto grau de relevância, assim como o pode ter uma proposição infinitiva:

136) Jorge Ribeiro teve de resolver o problema e **lamenta que a distrital tenha deixado o assunto correr.** [Diário de Aveiro-N0358-2]

137) «**É preciso que as crianças aprendam a brincar**», dizia várias vezes o próprio Bissaya Barreto. [Diário de Aveiro-N3324-4]

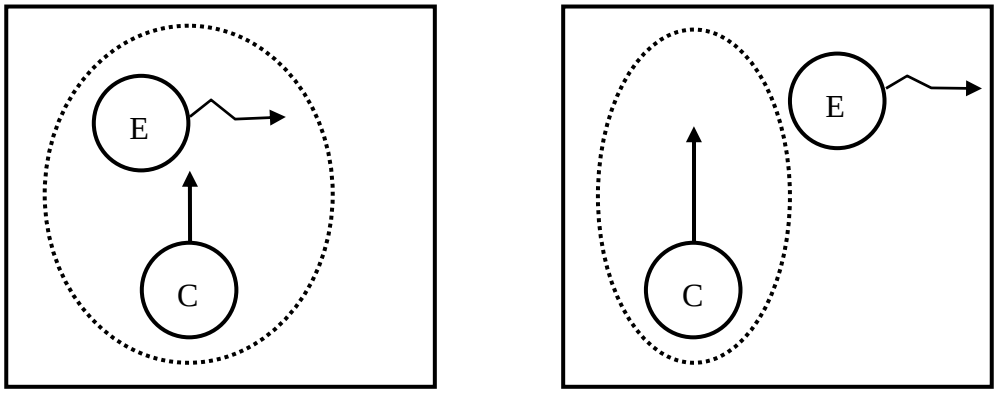
138) **É preciso apurar as causas** que levaram as crianças a largar a escola e irem trabalhar. [Diário de Aveiro-N0288-12]

Em (136), comprovamos uma proposição conjuntiva precedida pelo verbo factivo *lamentar*, coisa que, sem dúvida, pressupõe um alto grau de factividade na proposição subordinada. Por outras palavras, é muito difícil acreditarmos que o locutor ponha em dúvida a veracidade da mesma proposição. Em (137) e (138), podemos comprovar que as duas proposições subordinadas são precedidas por uma expressão impessoal de cunho deóntico (é preciso). Assim, o conteúdo na proposição deve assinalar um alto grau de relevância para o locutor – tanto na proposição conjuntiva como na proposição infinitiva. Portanto, acreditamos que termos como *não-realidade*, *não-asserção* e *relevância*, entre outros, não podem fornecer uma explicação satisfatória para o valor semântico do conjuntivo.

Deste modo, é interessante notar que Maldonado (1995) emprega o termo *domínio* para explicar o emprego do modo conjuntivo. Ou seja, este modo verbal assinala que um evento descrito não fica no domínio de um conceptualizador.

Abaixo, apresentamos uma representação gráfica a fim de explicar a noção de domínio, assim como a relação entre eventos dentro de e fora deste domínio:

Figura 4:11. Evento dentro de e fora do domínio do conceptualizador.



a) evento dentro do domínio do conceptualizador

b) evento fora do domínio do conceptualizador

Em figura (4:11), o círculo (C) com a seta representa o conceptualizador – ou o locutor ou o trajector – e a sua capacidade de interagir com o evento descrito, enquanto o círculo (E) com a seta representa o evento descrito. No casos em que o (C) tem um certo controlo sobre o evento descrito comprovamos que o mesmo fica no seu domínio (o oval ponteado). Nos casos contrários, ou seja, quando o (C) não tem influência sobre o desenvolvimento do (E), tal evento fica fora o seu domínio.

Evidentemente, o termo *controlo* desempenha um papel fundamental na descrição de domínio (cf. Maldonado, 1995: 406). Portanto, é preciso fornecer uma explicação mais detalhada deste termo. Um certo evento pode ter o traço [-controlo]:

(a) porque não pertence à realidade elaborada do conceptualizador;
(b) porque este participante não pode influir sobre a realização do evento;
(c) porque outro participante não tem influência sobre o evento em questão.

A realidade elaborada compreende a nossa possibilidade de nos exprimir sobre eventos futuros ainda não verificados. A fim de explicar este termo, devemos distinguir entre os conceitos *realidade básica*, *realidade projectada* e *realidade elaborada*. Assim, os eventos já verificados – ou no passado, ou no presente – pertencem à realidade básica do conceptualizador, visto que fazem parte do seu

conhecimento do mundo e dos eventos realizados nele. Por outro lado, os eventos ainda não realizados podem pertencer à sua realidade elaborada, mas é também possível que não o façam. Se o conceptualizador achar que a evolução de um evento vai tomar um certo rumo, e se tiver a convicção sobre a sua realização, o evento em questão pertence à sua realidade projectada e, portanto, também pertence à sua realidade elaborada. Em casos contrários, porém, se tiver dúvidas sobre a realização de um evento, ou se o evento em questão não existe na sua representação mental, também não faz parte da sua realidade elaborada (cf. Achard, 1998, 41-45; 224, 226)

Achamos ser possível explicar esta diferença na variação entre o indicativo e o conjuntivo para denominarem eventos no futuro. Na expressão: «é possível que ela venha mais tarde», o conceptualizador se refere a um evento que ainda não está verificado e que ainda não pertence à sua realidade elaborada. Ou seja, o modo conjuntivo assinala uma insegurança sobre a realização do evento. Por outro lado, a expressão: «ela vem mais tarde» assinala uma certa segurança sobre a realização do evento futuro não realizado. Por outras palavras, ainda que o conceptualizador se refira a um evento não realizado, tem uma certa convicção sobre a sua realização no futuro. Sendo assim, o evento em questão pertence à sua realidade projectada e elaborada.

Se passarmos à impossibilidade de influenciar um evento que pertence à realidade elaborada, verificamos que esta impossibilidade pode compreender o conceptualizador, mas que também pode ser mais algum participante que não é capaz de influenciar este evento. Por exemplo, na expressão: «é triste que estejas doente», descreve-se um evento que o conceptualizador não pode influenciar. Ou seja, este evento pertence à sua realidade elaborada, mas ele não é capaz de influenciá-lo. Além disso, o conceptualizador pode descrever um evento desde a perspectiva de outro participante como em: «o João quer que eu compre…». Em casos deste tipo, este participante, o trajector da proposição principal, não tem controlo sobre o evento descrito na proposição subordinada.[48] Enfim, o traço [-controlo] tem a ver com uma impossibilidade de interagir com o evento descrito na proposição, ou por não existir na realidade elaborada, ou por ser impossível de influenciar.

[48] Com respeito à mudança de perspectiva, é interessante notar o seguinte caso: o João não acredita que a Maria *chegasse* / *chegou*. Evidentemente, o modo conjuntivo assinala que a chegada da Maria não existe na realidade elaborada do João. Por outro lado, o indicativo dá a entender que o conceptualizador sabe que a Maria chegou. Portanto, a sua chegada existe na realidade elaborada deste conceptualizador.

Aplicando a noção de *controlo* à teoria de espaços mentais, e às proposições adverbiais em questão, acreditamos que uma diferença entre as proposições adverbiais reside no grau de controlo sobre o evento descrito nas mesmas. Por outras palavras, as proposições infinitivas assinalam uma relação adverbial de tipo não marcado entre o evento descrito e o(s) componente(s) a introduzir(em) a proposição. Ou seja, a proposição adverbial infinitiva vai ficar no seu espaço mental paterno. Por outro lado, as proposições adverbiais conjuntivas vão exibir uma relação mais complexa entre o(s) componente(s) a introduzir(em) a proposição e o evento descrito nela. Deste modo, uma proposição conjuntiva marca que o conceptualizador (ou o trajector) não tem controlo sobre o evento descrito na mesma e, sendo assim, vai haver uma deslocação do espaço mental paterno para um espaço mental de traço [- controlo].

Comecemos por considerar alguns casos finais:

139) e claro que, como são enfim coisas de pequena monta, pois imediatamente insistem connosco **para que se pague ao terceiro os prejuízos** que teve ou qualquer coisa e tal, por causa da polícia, **para que não tome conta da ocorrência** [Pfu: 165]

140) Outro aspecto importante para explicar a importância do ritmo na vida de um ser humano, prende-se com o facto de todas as mães, tanto as dextras como as canhotas, virarem a cabeça do bebé para o «lado do coração» quando os põem ao colo**, para eles se sentirem mais confortáveis** ao ouvirem as batidas daquele órgão humano. [Diário de Leiria-N1649-1]

Intuitivamente, há uma diferença entre os casos acima no que diz respeito ao grau de controlo sobre o evento descrito na proposição adverbial. No primeiro caso (139), verificamos um caso muito interessante que pode ter, pelo menos, duas interpretações. Pode-se afirmar que o mesmo locutor está perante um acto volitivo (insistem connosco) sobre o qual não tem influência: tem de conceder o evento descrito nas duas proposições adverbiais. Por outro lado, o trajector na proposição superior (insistem) pode não ter controlo sobre o evento descrito na proposição final – de facto, é muito possível que não se realize. Em (140), por outro lado, a proposição infinitiva «eles se sentirem mais confortáveis» parece descrever um evento que está sob o controlo das mães. Assim, podemos comprovar uma proposição final sem o traço [- controlo].

Para provar as diferenças notadas, é pertinente estudar se uma negação do evento descrito na proposição adverbial acarreta algumas consequências:

141) e claro que, como são enfim coisas de pequena monta, pois imediatamente insistem connosco **para que se pague ao terceiro os prejuízos** que teve ou qualquer coisa e tal, por causa da polícia, **para que não tome conta da ocorrência**. *Mas, sempre informamos a polícia, e têm de pagar a multa.*

142) **?** Outro aspecto importante para explicar a importância do ritmo na vida de um ser humano, prende-se com o facto de todas as mães, tanto as dextras como as canhotas, virarem a cabeça do bebé para o «lado do coração» quando os põem ao colo**, para eles se sentirem mais confortáveis** ao ouvirem as batidas daquele órgão humano. *Mas, não se sentem confortáveis.*

Em (141), a negação «mas, sempre informamos a polícia, e têm de pagar...» não causa nenhum efeito estranho. Deste modo, é muito possível que o conjuntivo na proposição adverbial tenha a função de assinalar que o trajector da proposição superior – de facto – não pode influenciar sobre o evento descrito na proposição adverbial. Portanto, podemos constatar uma construção onde o conceptualizador apresenta o evento desde a perspectiva do trajector – um evento sobre o qual este participante não tem controlo. Em (142), porém, estamos perante um caso contrário. Obviamente, a negação do conteúdo na proposição infinitiva causa algumas consequências semanticamente estranhas. No nosso entender, trata-se de uma contradição entre a descrição de um evento onde o conceptualizador tem controlo, por um lado, e a negação do mesmo evento, por outro lado.

Vejamos mais algumas ocorrências com a proposição adverbial conjuntiva, desta vez de tipo temporal:

143) Desde a madrugada, o líder comunista Guennadi Ziuganov tem reiterado que não reconhecerá os resultados oficiais das eleições, **antes que os observadores do PC verifiquem minuciosamente as cópias dos protocolos** [Diário de Aveiro-N2435-1]

144) «O bebé encontra-se bem e vai permanecer no hospital **até que o Tribunal de Menores, a Administração Regional de Saúde e a assistente social encontrem a solução para o caso»**…[Diário de Aveiro-N1807-1]

145) Gostaria de comprar casa na Figueira da Foz, mas melhor ainda era ganhá-la de presente, porque caso contrário só **depois que o vinho do Bartolo sair!** ... quem sabe? [Diário de Coimbra-N2452-1]

Nos casos expostos acima, podemos comprovar que a proposição adverbial descreve um evento não realizado. Em (143), o acto de verificar as cópias tem lugar num futuro que fica fora de controlo para o líder comunista. Do mesmo modo, vemos que «a solução para o caso» ainda não foi encontrada em (144). E, finalmente, em (145), o locutor não pode verificar a saída do vinho do Bartolo. Por outras palavras, os eventos descritos nas proposições adverbiais de (143-145) ainda não pertencem à realidade elaborada do conceptualizador, pelo que o emprego do conjuntivo não estranha. Ao contrário, o modo conjuntivo assinala que os eventos em questão não estão sob o controlo do conceptualizador. Ou melhor dito, o conjuntivo fornece o traço [- controlo] às proposições adverbiais, pois o conceptualizador tem uma possibilidade restrita de influenciar sobre os eventos.

Mas, podemos perguntar, o que se passa nos casos de tipo temporal onde o evento na proposição pertence ao passado? Quando o evento na proposição já se verificou? Vamos ver alguns exemplos:

146) não me foi muito difícil entrar para aqui, há pessoas, tenho ouvido dizer que há pessoas e tenho colegas minhas que tiveram grandes dificuldades **antes de conseguirem arranjar um lugar**, um bom lugar [Pfu: 198]

147) O fundador do parque, Manuel Leal, não esconde alguma tristeza por ter que «abrir mão» de algo que tem estado no centro da sua vida **depois que regressou de Moçambique**, nos anos 70. [Diário de Aveiro-N3767-1]

148) Muitas mulheres, crianças e homens, alguns com as mãos no ar, saíram do avião pela porta de trás, **antes que a escada fosse encostada ao avião.** [Diário de Leiria -N1732-1]

Como podemos verificar acima, o locutor pode recorrer a diferentes modos de descrever um evento passado. Em (146), ao empregar uma proposição infinitiva, indica que o evento descrito pertence à sua realidade elaborada, e que se trata de um evento que existe na realidade básica e elaborada do conceptualizador. Em (147), temos um exemplo parecido. Uma diferença, porém, é que o verbo finito (regressou) tem a função de fundamentar o evento em relação ao momento de

emissão, o que não acontece em (146). Assim, este exemplo indica um maior grau de subjectificação do que (146). Finalmente, a proposição conjuntiva em (148) parece ter a consequência de nos deslocar do presente para um passado ainda não realizado. Ou seja, neste caso, o conceptualizador nos desloca a um passado onde evento de encostar a escada ao avião ainda não está na realidade elaborada no momento das pessoas saírem do avião. Enfim, apresenta-se um evento desde uma perspectiva do passado – um evento de tipo [- controlo].

As observações feitas acima parecem indicar que a proposição conjuntiva, de facto, pode assinalar a deslocação de um espaço paterno a um espaço mental com o traço [- controlo]. No entanto, devemos procurar a razão que explique porque tal deslocação acontece com uma proposição conjuntiva, mas não com uma proposição infinitiva. Em relação a este fenómeno, parece-nos interessante estudar alguns factores que talvez possam explicar a diferença entre as proposições em questão – ou melhor dito – que talvez possam explicar a razão pela qual uma proposição infinitiva não possa realizar a deslocação ao espaço mental [- controlo] do mesmo modo que uma proposição conjuntiva:

a) a semântica do infinitivo/conjuntivo;
b) verbo factivo + infinitivo/conjuntivo;
c) preposição vs. conjunção.

Tendo a semântica do infinitivo em consideração, podemos comprovar uma certa afinidade entre esta forma verbal e uma nominalização. Ou seja, embora o infinitivo descreva um processo, e a nominalização denote uma entidade – uma diferença fundamental entre estes componentes – o infinitivo coincide com a nominalização no seu carácter holístico e atemporal (cf. Langacker, 2000: 11).[49] Assim, analisando uma nominalização e uma proposição infinitiva, vemos que expressam conteúdos que, de certo modo, coincide.

Vamos ver dois exemplos:

149) João Inês Vaz (…) terá já admitido não impedir a manifestação, garantindo ao mesmo tempo que a GNR vai continuar no local o tempo necessário **para a execução dos trabalhos** [Viseu Diário-N2203-1]

[49] Consequentemente, o infinitivo é denominado uma forma verbal nominal nas gramáticas tradicionais. Veja-se, por exemplo, Cunha & Cintra (1984: 480).

150) Os Hospitais da Universidade de Coimbra foram escolhidos **para iniciarem este projecto** [Diário de Coimbra-N3714-1]

Achamos que os casos expostos acima exemplificam algumas semelhanças sobre a realização de um futuro evento. Em (149), a nominalização «a execução dos trabalhos» não parece indicar nenhuma dúvida sobre a realização do evento de executar os trabalhos; mas, de facto, focaliza o resultado final do mesmo. Ou seja, comprovamos uma proposição onde o locutor, prestando mais atenção ao resultado final do que ao processo, pressupõe a realização do mesmo. Portanto, a nominalização parece assinalar que o evento de executar os trabalhos pertence à realidade elaborada do locutor. Em (150), o evento descrito pela proposição infinitiva representa uma «via intermediária». Por um lado, o infinitivo descreve um processo: «para iniciarem o projecto». Por outro lado, descreve tal processo holisticamente, sem perfilar o aspecto temporal (ou modal) do mesmo. Portanto, o infinitivo não acrescenta nenhuma dúvida sobre a realização do processo – o que acontece com o conjuntivo – pelo que verificamos uma proposição final sem o traço [- controlo].

Mais um traço típico da sintaxe do infinitivo, é a sua forte ligação com os auxiliares sensitivos, ou seja, verbos que expressam uma sensação de tipo *ver*, *sentir* e *ouvir*. Sem dúvida, a possibilidade de se combinar com verbos deste tipo implica que o infinitivo está mais arraigado em contextos factivos do que o modo conjuntivo:

151) vi duas senhoras serem atacadas [Diário de Aveiro-N2240-1]

152) senti a minha cama tremer [Diário de Leiria-N0991-1]

153) ouviu populares imputarem a prática do crime [Diário de Coimbra-N0859-1]

Como podemos verificar acima, os auxiliares sensitivos expressam uma ligação directa com o evento descrito pelo infinitivo. Em (151), o conceptualizador tem contacto visual com o evento «as duas senhoras serem atacadas». Em (152), o conceptualizador tem contacto sensorial com o evento de «a cama tremer». Finalmente, Em (153), o contacto entre o conceptualizador e o evento descrito é de cunho auditivo: o conceptualizador ouviu populares «imputarem a prática do crime». Em todos estes casos, verificamos que o evento descrito pelo infinitivo pertence à realidade elaborada do conceptualizador.

No entanto, os casos discutidos acima levantam mais uma questão: será que o traço [- controlo] não só pode ser relacionado às proposições conjuntivas, mas também às proposições indicativas? Ou melhor dito, será que o traço [- controlo] é uma característica inerente dos verbos finitos? De facto, a possibilidade de se poder alternar entre as formas infinitivas e indicativas nos casos (151-153) dão a entender que poderia ser assim; sobretudo com respeito à realidade elaborada do conceptualizador. Por conseguinte, poder-se-ia afirmar que o indicativo também apresenta o traço [- controlo].

Em nossa opinião, porém, a possibilidade de alternar entre o infinitivo e o indicativo em (151-153) representa uma distinção feita entre contacto directo e indirecto com o evento descrito. Por um lado, o infinitivo assinala um contacto directo entre o conceptualizador e o evento descrito pelo verbo perceptivo, pelo que o evento descrito pertence à realidade elaborada do conceptualizador. Por outro lado, os casos indicativos não só podem assinalar um contacto directo com o evento descrito, mas também um contacto indirecto. Deste modo, o evento pode pertencer à realidade elaborada do conceptualizador de duas maneiras: directamente ou indirectamente. Além disso, parece-nos que a impossibilidade de empregar o conjuntivo neste tipo de contexto corrobora a nossa impressão de que é um modo fortemente ligado ao traço [- controlo].

Vamos ver alguns casos:

154)	a)		vi as duas senhoras serem atacadas	[infinitivo]
	b)		vi que as duas senhoras foram atacadas	[indicativo]
	c)	*****	vi que as duas senhoras fossem atacadas	[conjuntivo]

Obviamente, o primeiro caso (154a) assinala um contacto directo com o evento de «as senhoras serem atacadas». Por outras palavras, a proposição infinitiva dá a entender que o evento descrito pertence à realidade elaborada do locutor. Em (154b), verificamos que o indicativo também pode assinalar um contacto directo entre o conceptualizador e o evento descrito. Ou seja, ele viu o evento de «as senhoras serem atacadas». Além disso, porém, é possível alguns indícios de tipo circunstancial fazerem com que o evento pertença à sua realidade elaborada: as lesões das senhoras, um elemento a fugir do lugar, entre outras coisas. Neste caso, os indícios representam um contacto indirecto com o evento em questão,

pelo que pertence à sua realidade elaborada.[50] Finalmente, a impossibilidade de empregar o conjuntivo em contextos deste tipo, como em (154c), assinala uma incompatibilidade entre o traço [- controlo] e o contacto perceptivo directo.

De facto, veremos abaixo que o conjuntivo é um modo verbal intimamente relacionado com o traço [- controlo]. Assim, em (155a-f), verificamos algumas das ocorrências prototípicas onde o conjuntivo assinala um evento deste tipo:

155)	a)	quero que a Maria *saia* comigo	[desejo]
	b)	é possível que a Maria *venha*	[possibilidade]
	c)	é triste que a Maria não *venha*	[sentimento]
	d)	mando que a Maria *venha*	[mandado]
	e)	duvido que a Maria *saia* comigo	[descrença]
	f)	não creio que a Maria *venha*	[descrença]

Em todos estes casos, o evento descrito pela proposição conjuntiva é um evento de tipo [- controlo]. Em (155a) o conceptualizador não tem controlo algum sobre o evento de «a Maria sair com ele». Só pode expressar o seu desejo que ela saia com ele. Do mesmo modo, o conceptualizador de (155b) não pode influenciar sobre a vinda da Maria: apenas pode calcular com uma possibilidade de que ela venha. Em (155c), o evento descrito «a Maria não venha» causa uma tristeza, pois o conceptualizador não pode influenciar sobre o evento oposto: a sua vinda. No seguinte exemplo (155d), o conceptualizador manda que a Maria venha, mas não tem nada a ver com a realização do evento. Finalmente, os casos (155e) e (155f) são eventos que não existem na realidade elaborada do conceptualizador. Em relação a (155e-f), importa frisar que as expressões opostas: «não duvido» e «creio que» são seguidas pelo indicativo, pois denotam um evento que existe na realidade elaborada do conceptualizador.

Aliás, é interessante notar que o conjuntivo nas orações relativas segue o mesmo padrão. Empregamos o modo indicativo para assinalar que um objecto existe na nossa representação mental, enquanto o conjuntivo assinala que este objecto só existe no nosso desejo – e não na nossa realidade elaborada. Vamos ver um caso típico:

[50] Deste modo, não estranha que «ver» possa ter o significado «compreender» em contextos de tipo (54b). Ou seja, temos um caso em que os indícios perceptivos contribuem para que o conceptualizador possa tirar uma conclusão do evento em questão (cf. Perini, 1997: 48).

156) a) procuramos uma pessoa que *sabe* falar português [indicativo]
b) procuramos uma pessoa que *saiba* falar português [conjuntivo]

Obviamente, a diferença entre (156a-b) reside na distinção entre um objecto real ou irreal na oração relativa. Em (156a) verifica-se uma pessoa real que sabe falar português. Por outro lado, o conceptualizador de (156b) procura uma pessoa, seja quem for, que tenha a qualidade de saber falar o português. Portanto, não se refere a uma pessoa que existe na sua realidade elaborada, mas que, neste caso, só existe num espaço de desejo irreal. Enfim, o conjuntivo contribui para dar o traço [- controlo] ao evento descrito em (156b).

Se passarmos a analisar a estrutura *verbo factivo + infinitivo/conjuntivo*, podemos notar escassos casos com o infinitivo em contextos não co-referenciais. Uma procura no corpus «DiaCLAV» (*LINGUATECA*) dá 221 ocorrências com o verbo *lamentar* em terceira pessoa singular. Destes 221 casos, verificamos um só caso com a estrutura *lamenta + infinitivo* em contextos não co-referenciais. Sendo assim, emprega-se o infinitivo em contextos co-referenciais, enquanto o conjuntivo é seleccionado nos casos não co-referenciais:

157) «É com muito pesar que o vê agora abandonar a Igreja Católica e **lamenta sentir-se obrigado a tornar público este esclarecimento**, [Diário de Coimbra-N3700-1]

158) Jorge Sampaio **lamenta que a maioria das pessoas apenas dê «atenção às florestas quando há fogos»** [Diário de Coimbra-N2718-1]

Parece-nos que tal emprego ilustra um fenómeno muito interessante. Em geral, emprega-se uma proposição subordinada com o modo conjuntivo nos casos em que o conceptualizador tem uma muito restrita possibilidade de interagir com o evento expresso na proposição subordinada – em casos onde há um baixo grau de controlo. Por outro lado, emprega-se o infinitivo quando o conceptualizador, de facto, tem acesso ao evento descrito, ou quando é capaz de influenciar sobre o mesmo. Assim, verificamos mais uma vez que o infinitivo, ao contrário do que acontece com o conjuntivo, não exibe o traço [- controlo].

Além disso, acreditamos que o traço [- controlo] nas proposições adverbiais conjuntivas – ausente nas infinitivas – pode ser explicado pelo componente a introduzir as mesmas; que tal componente indica um maior ou menor grau de dependência conceptual com o mesmo evento descrito. Assim, salientamos que

uma diferença inerente entre os componentes em questão é que a preposição tende a encadear componentes, enquanto a conjunção os separa em diferentes níveis; um exemplo ilustrativo disso vemos nas construções *máquina de/para cortar o cabelo* e *é preciso que compres*. Naturalmente, uma diferença estrutural deste tipo pode influir sobre a nossa maneira de conceptualizar a relação entre o componente a introduzir a proposição adverbial e o conteúdo na mesma e, consequentemente, a proposição infinitiva deve ter uma relação mais estreita ao valor semântico da preposição do que a proposição conjuntiva.

Em suma, os factores mencionados acima podem contribuir para explicar mais alguns casos onde é possível alternar entre uma proposição infinitiva e outra conjuntiva. Começamos por ver alguns casos concessivos, introduzidos ou por *embora* ou por *apesar de*:

159) Uma tarefa difícil porque o empate serve à formação ribatejana, enquanto ao Beira Mar apenas interessa a conquista dos três pontos, que não garantem a permanência, porque os aveirenses **embora ultrapassem o adversário de hoje, na tabela classificativa,** ficam com o mesmo número (31) de pontos. [Diário de Aveiro-N0110-7]

160) o que está realmente à vista, tá muito bem, tá muito limpinho, tá muito arranjadinho – **apesar das paredes precisarem de ser arranjadas** [Pfu: 164]

Como é sabido, os casos concessivos introduzidos por *apesar de* e *embora* expressam uma relação onde o evento expresso na proposição principal é um facto apesar do evento ou da situação na concessiva. Nos dois casos expostos acima, porém, verificamos uma diferença fundamental entre as proposições concessivas infinitivas e conjuntivas. Em (159) o evento descrito na proposição conjuntiva ainda não existe na realidade elaborada do locutor, porque se trata meramente de uma possibilidade futura. Em (160), por outro lado, o evento na proposição infinitiva pertence à realidade elaborada do locutor, e não é possível fazermos uma interpretação de tipo [- controlo].

É também possível que a diferença notada acima possa ter mais algumas consequências. Intuitivamente, temos a impressão de que as proposições de tipo concessivo conjuntivo indicam um maior grau de oposição na sua relação com a proposição principal do que a proposição infinitiva. Assim, o evento descrito na

proposição conjuntiva pode indicar um maior obstáculo para a realização do evento descrito na proposição principal do que a proposição infinitiva.

Vamos ver um caso interessante:

161) efectivamente, aqui neste hotel gosto de trabalhar, **embora seja uma profissão chata** [Pfu: 277]

Como podemos verificar, a proposição «embora seja uma profissão chata» está claramente em oposição ao facto de que o locutor gosta de trabalhar no hotel. Deste modo, perguntamos como devemos interpretar esta aparente contradição. Uma possibilidade é que o locutor gosta de trabalhar neste hotel em particular e que, por isso, pode suportar um trabalho «chato». Por outras palavras, gosta do hotel, mas não do trabalho. Mas é também possível que o locutor não considere que o seu trabalho seja «uma profissão chata». No entanto, sabendo que isso é a opinião geral sobre este tipo de trabalho, ele está a tomar a perspectiva: «pode-se considerar que é um trabalho chato, mas eu gosto dele». Neste caso, podemos constatar uma proposição adverbial que não pertence à realidade elaborada do locutor.

Finalmente, veremos um caso modal, introduzido tanto pela preposição *sem* como pela locução conjuntiva *sem que*:

162) Ana Cristina, um elemento da direcção do Centro Social, admite não compreender como é que a autarquia não aproveitou o mês de paragem da instituição para concluir as obras, **sem causar transtornos** ao normal funcionamento do Centro e, claro está, **sem que as crianças ficassem expostas ao perigo**. [Diário de Aveiro-N0757-1]

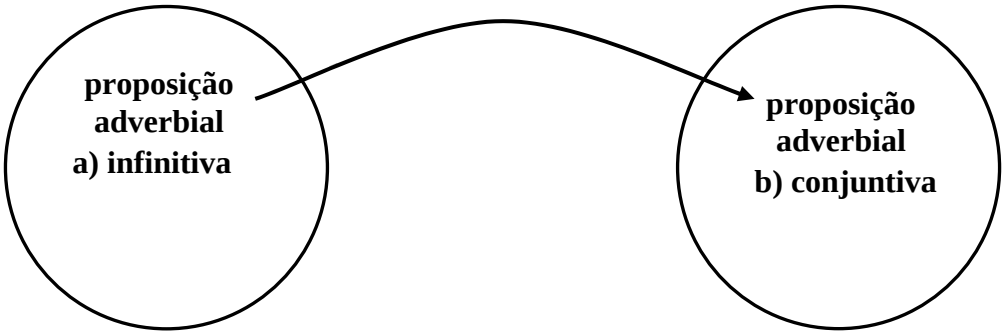
Achamos que este caso ilustra uma diferença fundamental entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas. A primeira ocorrência, ou seja a proposição infinitiva, assinala que o trajector da proposição superior (a autarquia) pode exercer a sua influência sobre o evento de causar transtornos e, portanto, a proposição não exibe o traço [- controlo]. Por outro lado, no evento descrito «sem que as crianças ficassem expostas ao perigo», verifica-se uma mudança de perspectiva. Neste caso, o conjuntivo assinala que a mesma conceptualizadora (Ana Cristina) não pode influir sobre o evento descrito na proposição adverbial. Consequentemente, temos uma proposição de tipo [- controlo].

Enfim, a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas pode ser explicada pelo grau de controlo sobre o evento descrito nas mesmas. Nos casos em que o conceptualizador exerce um certo controlo sobre o evento descrito, seja de carácter mental ou de carácter físico, é muito possível que tal evento seja expresso por meio de uma proposição adverbial infinitiva. Noutros casos, quando o conceptualizador não tem acesso ao evento descrito, ou por não pertencer à sua realidade elaborada, ou por não poder influenciá-lo, emprega-se uma proposição adverbial conjuntiva.

Por conseguinte, concluímos que a proposição adverbial conjuntiva realiza uma deslocação do espaço mental paterno (adverbial) para um outro espaço mental adverbial [- controlo]. Por outro lado, a proposição adverbial infinitiva não realiza tal deslocação para um outro espaço mental, mas fica no seu espaço mental paterno. Sendo assim, verificamos que os componentes a introduzirem as diferentes proposições adverbiais conjuntivas podem desempenhar a função de construtores de espaços.

Abaixo, apresentamos uma representação gráfica desta diferença entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas :

Figura 4:12. A deslocação das proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas de um espaço mental paterno (adverbial) a um espaço mental [- controlo] (adverbial).



Deste modo, comprovamos que a proposição adverbial conjuntiva assinala uma deslocação de um espaço mental paterno adverbial para um outro espaço mental adverbial de tipo [- controlo]. De facto, este tipo de proposição adverbial não pode ser localizada no espaço mental paterno (adverbial), pois sempre acarreta o traço [- controlo]. Portanto, as conjunções e locuções conjuntivas a introduzirem uma proposição adverbial conjuntiva desempenham uma função de construtor

de espaços, assinalando tal deslocação mental. Por outro lado, as proposições adverbiais infinitivas não realizam tal deslocação, mas são restritas ao espaço mental paterno.

Consequentemente, podemos concluir que:

- a proposição adverbial conjuntiva, ou seja, uma proposição mais complexa formalmente, indica uma deslocação de um espaço mental paterno (adverbial) para um espaço mental [- controlo] (adverbial). Deste modo, o componente a introduzir uma proposição adverbial conjuntiva (conjunção/locução conjuntiva) desempenha a função de construtor de espaço.

4.3. Conclusão

Ao longo deste capítulo, temos estudado o emprego das proposições adverbiais infinitivas e finitas, procurando assim uma plausível explicação para o seu emprego distinto. Partimos da nossa hipótese de trabalho de que as proposições adverbiais infinitivas podem ser emitidas em casos não marcados, enquanto as proposições adverbiais finitas têm um emprego que ultrapassa estes casos. Ou melhor dito, as proposições adverbiais finitas podem ser empregues em casos onde a relação entre a proposição principal e a proposição adverbial é de um carácter mais complexo, incluindo também a atitude proposicional do próprio locutor.

Deste modo, procurámos uma relação icónica entre o grau de complexidade formal das proposições adverbiais e o grau de complexidade conceptual nas mesmas. Ou seja, tentámos estudar se é possível afirmar que as proposições finitas, tendo um maior grau de complexidade formal, assinalam uma mensagem que é conceptualmente mais complexa do que as proposições infinitivas. Em relação à iconicidade, dissemos que as proposições adverbiais finitas podem expressar um maior grau de subjectificação: envolvimento do locutor no evento a descrever. Um exemplo disso, encontrámos no facto de as proposições adverbiais finitas criarem uma certa relação com o fundamento (lugar e tempo do evento comunicativo). Propusemos que este tipo de envolvimento só indica um

primeiro passo, e que o fenómeno de subjectificação também pode ser visível na mudança conceptual de um espaço mental paterno para outro espaço mental.

Na nossa análise, vimos que a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e finitas, de facto, pode ser explicada pela mudança conceptual de um espaço mental paterno para outro espaço mental. Em primeiro lugar, as proposições adverbiais finitas introduzidas pela conjunção *quando* podem realizar uma deslocação de um espaço mental paterno temporal para os espaços mentais *habitual* e *circunstancial-genérico*. Parece-nos difícil realizar tal deslocação com as proposições encabeçadas pela preposição *ao*. Em segundo lugar, as proposições adverbiais finitas com *porque* podem deslocar-se para um espaço mental *inferencial*, o que não acontece com as proposições que são introduzidas por *por*. Em terceiro lugar, a variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas pode ser explicada pela deslocação destas para um espaço mental em que não é possível interagir com o evento descrito, um espaço mental de tipo [- controlo]. Deste modo concluímos que:

- Uma diferença entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas reside em que as primeiras assinalam uma mensagem conceptual mais complexa do que as segundas, o que se manifesta num maior grau de subjectificação e na deslocação de um espaço mental paterno para um outro espaço mental.

Com respeito a este fenómeno, porém, saliente-se uma diferença entre as proposições adverbiais que podem realizar a deslocação do espaço mental paterno para um outro espaço mental. Por um lado, as proposições adverbiais indicativas que são introduzidas por *quando* não só podem ter um emprego habitual ou circunstancial-genérico, mas também um emprego temporal. Por conseguinte, estas proposições tanto podem ficar no seu espaço mental paterno (temporal) como realizar uma deslocação para os espaços mentais habitual e circunstancial-genérico. Do mesmo modo, as proposições adverbiais indicativas introduzidas por *porque* tanto podem ter um emprego causal como inferencial.

Por outro lado, as proposições adverbiais conjuntivas não podem ficar no espaço mental paterno (adverbial); pois assinalam sempre que o evento descrito na proposição adverbial fica fora de controlo do conceptualizador (ou de outro participante). Sendo assim, as proposições adverbiais conjuntivas acarretam sempre uma deslocação do espaço mental paterno para um outro espaço mental,

enquanto as proposições adverbiais que são introduzidas por *quando* e *porque* nem sempre o fazem. Podem ficar no seu espaço mental paterno (temporal) ou (causal).

Finalmente, é pertinente salientar que não pretendemos fornecer uma visão completa das diferenças entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas, nem das diferentes possibilidades de se realizar uma deslocação de um espaço mental paterno para um outro espaço mental. No entanto, parece-nos que os fenómenos denominados subjectificação e espaços mentais, de facto, podem contribuir para aumentar a nossa compreensão do emprego de um e de outro tipo de proposição adverbial. Ou seja, as proposições adverbiais finitas e infinitivas estudadas neste capítulo podem assinalar diferentes mensagens – com um menor ou maior grau de complexidade conceptual. Deste modo, podemos comprovar que existe uma certa relação entre complexidade formal e complexidade conceptual, e que esta complexidade conceptual corresponde a um maior grau de subjectificação, o que se pode manifestar na deslocação de um espaço mental paterno para um outro espaço mental.

5. Considerações finais

No início deste trabalho, dissemos que o mesmo representava uma tentativa de compreender o emprego de diferentes formas verbais nas proposições adverbiais do português europeu a partir de uma visão cognitiva da língua. Sendo assim, levantamos as seguintes questões:

- O que é que pode explicar a variação entre infinitivo não flexionado e infinitivo flexionado nas proposições adverbiais co-referenciais?

- Como interpretar as estruturas *preposição + SE + infinitivo 3ª p.p.* nas proposições adverbiais?

- O que é que pode explicar a variação entre uma forma finita do verbo e o infinitivo flexionado nas proposições adverbiais?

Começámos por estudar a variação entre as proposições adverbiais infinitivas com ou sem flexão num contexto co-referencial em procura de uma explicação a esta variação. Depois disso, analisámos o clítico SE nas proposições adverbiais, procurando assim alguns factores que podem contribuir, ou não contribuir, para a nossa propensão de conceptualizar este componente como um trajector de tipo genérico. Finalmente, procurámos uma explicação plausível para a variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas.

Com respeito à variação entre as proposições adverbiais infinitivas com o sem flexão, afirmámos que a emissão de um ou de outro tipo de proposição adverbial poderia ser explicado por uma necessidade cognitiva de realçar um trajector que corre o risco de desaparecer no contexto. Deste modo, elaborámos uma escala de proeminência segundo a qual a proposição adverbial se torna mais

proeminente se apresenta o traço [+ trajector elaborado]. Como vimos, este traço é visível ou na flexão do infinitivo, ou na inserção de um nome próprio ou de um pronome pessoal, na proposição adverbial. Assim, tentámos estabelecer uma relação entre o grau de proeminência das proposições adverbiais e as expressões anafóricas.

E, de facto, pudemos comprovar alguns factores que parecem favorecer o emprego de uma proposição adverbial proeminente – uma proposição adverbial com o traço [+ trajector elaborado]. Deste modo, uma distância formal entre o trajector da proposição superior e o seu co-referente na adverbial, uma relação catafórica ou a existência de diferentes antecedentes possíveis, parecem fazer com que o locutor opte por uma proposição adverbial mais proeminente. Do mesmo modo, as pausas, repetições e reformulações parecem contribuir para o emprego de uma proposição adverbial deste tipo.

Na nossa análise, denominámos estes factores propriedades de enunciado e de enunciação. Comprovámos que as primeiras são expressas pela inserção de unidades linguísticas inseridas entre as proposições superior e adverbial, por uma relação catafórica, assim como pela existência de vários antecedentes possíveis do trajector na proposição adverbial. Por outro lado, as propriedades de enunciação são mais abstractas, tendo a ver com o planeamento discursivo. Portanto, elas podem ser consideradas como sintomas da actividade cognitiva de procurar uma expressão adequada para a conceptualização do locutor. Em ambos casos, vimos que os factores detectados contribuem para uma menor coesão entre o trajector da proposição superior e o da proposição adverbial.

Passando à segunda questão estudada neste trabalho, dissemos que a nossa propensão para conceptualizar um trajector genérico nas estruturas *preposição + infinitivo + SE + SN_{plural}* depende de vários factores contextuais. Deste modo, pusemos em questão uma classificação de tipo *SE impessoal*/*SE passiva*, na qual o clítico SE é considerado impessoal com um verbo intransitivo e um pronome apassivador com verbos transitivos. Por conseguinte, ao longo do capítulo (3.), analisámos diferentes contextos sintácticos em procura de factores que podem favorecer uma interpretação genérica, ou não genérica, deste pronome.

Como vimos, os factores em questão podem contribuir para fazermos uma ou outra interpretação do clítico SE. Em consequência disso, detectámos quatro construções que evocam diferentes conceptualizações – com ou sem a noção de um trajector genérico. Demos uma importância fundamental à posição do SE e do SN, assim como à desinência verbal do infinitivo. O tipo de verbo e de SN

foram mais alguns factores muito importantes. Portanto, a nossa inclinação para interpretar o clítico SE como um trajector genérico parece aumentar se este componente ocupa a posição inicial e se o verbo na proposição não concorda com o SN_{plural}. Aliás, se o verbo pressupõe uma acção, e se esta acção pressupõe uma força externa para se realizar, o SE pode ser uma indicação da presença de um trajector genérico no evento descrito. Evidentemente, a noção de uma força externa cresce nos casos em que o SN é de tipo (-A).

Finalmente, a nossa terceira questão foi relacionada com a variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas. Assim, afirmámos que a diferença entre as proposições finitas e infinitivas poderia ser de cunho conceptual, e que seria possível verificar uma relação entre complexidade formal e complexidade conceptual. Começámos por analisar as proposições adverbiais infinitivas e indicativas, prestando a nossa atenção aos casos *ao*/*quando* e *por*/*porque*.

No que diz respeito às proposições temporais que são iniciadas por *ao* ou por *quando*, pudemos verificar que as primeiras são muito restritas ao emprego temporal pontual. Ou seja, o facto das proposições introduzidas por *ao* terem um emprego prototipicamente pontual faz com que não desempenhem a função de fundo para o evento descrito na proposição superior. Por outro lado, os casos iniciados por *quando* não apresentam tal delimitação semântica. Ao contrário, o traço [+ tempo] nestas proposições não só contribui para que possam constituir o fundo para o evento descrito na proposição superior, mas também para uma extensão não temporal. Portanto, comprovámos que esta conjunção pode ser empregue nos contextos denominados *habitual* e *circunstancial-genérico*.

Do mesmo modo, verificámos uma diferença entre as proposições iniciadas ou por *por* ou por *porque*. Assim, as proposições iniciadas pela preposição *por* parecem assinalar uma relação tipicamente causal entre as proposições superior e adverbial. Por outro lado, pudemos ver que a relação entre proposição superior e adverbial não necessariamente tem de ser causal quando *porque* introduz a proposição adverbial. Na nossa análise, verificámos que este tipo de proposição adverbial pode ser de cunho *inferencial*, pois pode-se tratar de uma causalidade implícita, uma causalidade que pressupõe uma certa cadeia inferencial.

Mais uma diferença conceptual foi verificada em relação à variação entre as proposições adverbiais infinitivas e conjuntivas. Nestes casos, vimos que a diferença é fortemente ligada à forma verbal nas proposições adverbiais. Sendo assim, comprovámos que o conjuntivo, ao contrário do que acontece com o infinitivo, apresenta o traço [- controlo]. Portanto, as proposições adverbiais

conjuntivas assinalam que o evento descrito na adverbial está fora do controlo de algum participante. Pode-se tratar do mesmo conceptualizador (o locutor), mas também de outro participante – na maioria dos casos o trajector da proposição principal – que não pode controlar o evento descrito na adverbial. Além disso, comprovámos que a noção de controlo ou tem a ver com a realidade elaborada de um certo participante, ou com a sua capacidade de interagir com o evento na adverbial de um modo mais directo, exercendo um controlo sobre o processo ou estado descrito na mesma.

Agora, é pertinente perguntarmos se a abordagem cognitiva pode contribuir para elucidar as questões formuladas neste trabalho. Na introdução do nosso trabalho, comprovámos que estudos anteriores sobre o infinitivo flexionado ou mostraram uma propensão para a formulação de regras definitivas, ou para as descrições de cunho mais ou menos geral, sobre o emprego de uma ou de outra forma verbal nas proposições adverbiais. Deste modo, parece-nos que uma abordagem cognitiva pode ser frutífera ao estudarmos os fenómenos em questão, tentando não só descrever um certo emprego, ou prescrevê-lo, mas sobretudo explicá-lo.

Em relação a isso, é interessante notar que Maurer (1968) e Perini (1977) estabelecem regras opostas no tocante ao emprego de uma ou de outra forma do infinitivo. Ou seja, para Maurer, o infinitivo flexionado representa a forma não marcada nas proposições adverbiais, pois apresenta um maior grau de autonomia em relação ao verbo regente. Por outro lado, Perini elaborando o filtro de dupla desinência, exclui o emprego do infinitivo flexionado em casos co-referenciais. No entanto, afirma que uma distância linear entre os dois verbos faz com que a violação do filtro de dupla desinência seja mais branda. Por outras palavras, ambos os estudiosos comentam a importância da distância formal entre os verbos das proposições superior e adverbial, mas não tentam explicar a razão pela qual ela faz com que o emprego do infinitivo flexionado seja permitido. Além disso, verificamos que os estudos generativos tendem para a elaboração de estruturas profundas e de superfície para explicar o infinitivo (cf. Perini 1977; Raposo, 1975, 1987; Caetano Silveira et al., 1994).

Igualmente, comprovámos, no capítulo (2.), que a abordagem pragmática não pode explicar os casos co-referenciais com o infinitivo flexionado. Sendo assim, os princípios de Levinson, embora expliquem as ocorrências prototípicas de não co-referencialidade, não conseguem explicar as ocorrências das proposições adverbiais co-referenciais com o traço [+ trajector elaborado]. Nestes

casos, os princípios de Levinson dão uma interpretação não co-referencial. Do mesmo modo, a teoria de relevância de Sperber & Wilson (1990, 1995) acarreta uma interpretação não co-referencial nos casos co-referenciais com um trajector [+ elaborado]. Ou melhor dito, afirma uma incompatibilidade entre o emprego de uma proposição adverbial com um maior grau de esforço de processamento em combinação com uma falta de efeito contextual. Portanto, uma proposição adverbial com o traço [+ trajector elaborado] não é relevante num contexto co--referencial, pois não acrescenta mais um participante no contexto.

Deste modo, acreditamos que uma abordagem cognitiva pode explicar o emprego de uma proposição adverbial [+ trajector elaborado] em contextos de co-referencialidade. Evidentemente, o facto de que a gramática cognitiva não postula a existência de diferentes estruturas, ou seja, as estruturas de superfície e profunda, faz com que seja possível estudar o emprego de uma ou de outra forma do infinitivo nas proposições adverbiais de um modo mais natural, analisando o que encontramos: um emprego visível ou audível. Assim, temos procurado uma relação entre a língua e o seu emprego neste trabalho.

Consequentemente, foi possível estudarmos os processos cognitivos que podem determinar o emprego de um ou de outro tipo de proposição adverbial sem elaborar diferentes estruturas ou formular regras definitivas sobre este emprego. E, de facto, no capítulo (2.), comprovámos a existência de estudos que enfatizam uma estreita relação entre uma necessidade cognitiva de realçar um referente e o emprego de uma forma anafórica mais proeminente. Destacámos os trabalhos de Ariel (1991, 1994, 1996), de Chafe (1987, 1994, 1996) e de Tomlin & Pu (1991). Portanto, uma proposição adverbial com um trajector elaborado pode ser explicada pela necessidade cognitiva de realçar um trajector que está por desaparecer no contexto – e não só nos casos não co-referenciais, mas também nos casos em que verificamos uma co-referencialidade.

No tocante às estruturas *preposição + SE + Infinitivo 3p.p.*, resumimos algumas propostas anteriores a este problema na nossa introdução. Em relação a isso, vimos que as gramáticas tradicionais acrescentam etiquetas de tipo *Se impessoal* ou *Se passiva* ao descrever este clítico. Aliás, Perini (1977) estudando a questão a partir da gramática generativa, formula quatro regras específicas para explicar o valor semântico deste clítico. No capítulo (3.), comprovámos que o SE, não tem necessariamente de acarretar diferentes interpretações semânticas, mas podemos dar-lhe o valor *baixo deixis* (cf. Garcia 1975). Assim, pudemos

estudar o emprego deste clítico em diferentes contextos sintácticos, também tendo em consideração o tipo de verbo nestes contextos.

Ou seja, dado o valor de baixo deixis do SE, a interpretação deste clítico é muito dependente do contexto em que está inserido, pelo que a nossa propensão para interpretar este participante como um trajector genérico também depende muito de factores contextuais. Neste sentido, pudemos verificar que a noção de uma força externa no evento é fundamental para fazermos uma ou outra interpretação do SE. Ou melhor dito, se a conceptualização de um evento requer a noção de uma força externa para a sua realização, é provável que o clítico SE representa este participante.

Comprovámos que Maldonado (1992) enfatiza dois diferentes factores que possibilitam tal interpretação: o tipo de verbo e o tipo de SN. Assim, se o verbo em questão descreve uma acção que pressupõe a noção de uma força externa para se realizar, e se o mesmo SN não pode realizá-la, a nossa propensão para conceber o SE como um trajector genérico aumenta. No entanto, pudemos ver mais alguns factores que operam para diminuir a noção de uma força externa no evento descrito. De maior importância são a posição inicial do SN e a desinência verbal que concorda com este participante.

Pensamos que os factores mencionados acima reflectem a nossa capacidade de emitir uma mensagem em concordância com uma finalidade ou necessidade comunicativa. Por conseguinte, as diferentes estruturas com os componentes SE e SN_{plural} e uma desinência verbal que concorda, ou não concorda, com este SN são muito acertadas para evocar diferentes conceptualizações – com ou sem a noção de um trajector genérico no evento descrito. Por outras palavras, a ideia de que diferentes estruturas sintácticas podem evocar diferentes mensagens, uma ideia fundamental na gramática cognitiva, pode melhorar a nossa compreensão de uma questão muito difícil e complicada. Portanto, uma abordagem cognitiva pode contribuir para elucidar este problema.

Na introdução deste trabalho, verificámos que a variação entre proposições finitas e infinitivas tem recebido um tratamento bastante efémero nas gramáticas tradicionais. Cunha & Cintra (1984) comentam uma possibilidade de variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas, enquanto Bechara (1999) enfatiza uma diferença estilística entre elas. Os estudos generativos, por outro lado, dão mais importância às transformações entre as estruturas profunda e de superfície, ou afirmam que a diferença entre as proposições finitas e infinitivas reside em que as primeiras são SCs, enquanto as segundas têm as características

de um SN ou um SDet (cf. Perini, 1977; Raposo, 1975, 1987; Caetano Silveira et al., 1994).

Indubitavelmente, estas observações são interessantes a partir de uma visão puramente estrutural da língua. Apesar disso, pensamos que os estudos sobre a variação entre proposições adverbiais finitas e infinitivas, ou estudos linguísticos em geral, não podem ser restritos às observações estruturais, e que a gramática cognitiva pode fornecer uma explicação de tipo conceptual sobre a questão das proposições adverbiais finitas e infinitivas.

Sendo assim, no capítulo (4.), estudámos a variação entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas, introduzindo o conceito *iconicidade*, e afirmando que pode haver uma certa relação entre complexidade formal e complexidade conceptual com respeito ao emprego das diferentes proposições adverbiais. Aliás, tentámos explicar a diferença entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas por meio dos termos *subjectificação* e *espaços mentais*. Ou seja, uma diferença entre as proposições em questão é que as infinitivas são empregues nos casos onde há um menor grau de subjectificação (envolvimento do locutor) enquanto as finitas são empregues em casos contrários – onde se pode verificar um maior grau de subjectificação. Finalmente, o maior grau de envolvimento do locutor pode ser visível na deslocação de um espaço mental paterno para outro espaço mental.

Portanto, parece-nos muito possível que a diferença entre as proposições adverbiais finitas e infinitivas pode ser explicada mediante a noção de que cada expressão linguística evoca um domínio (ou mais domínios). Em relação a isso, é interessante notar que uma explicação baseada na teoria de espaços mentais de Fauconnier (1994) é muito compatível com a gramática cognitiva de Langacker com respeito à noção de domínios. Como vimos, no capítulo (4.), estes espaços mentais podem ser vistos como domínios que guiam os locutores no discurso, ou nos pensamentos. Analogamente, o termo controlo provém da ideia de que o modo conjuntivo assinala que o conteúdo na proposição que contém este modo verbal está fora do domínio do conceptualizador (cf. Maldonado, 1995). Em ambos casos, podemos verificar uma interrelação entre os diferentes conceitos ou teorias empregues no nosso trabalho e a gramática cognitiva de Langacker.

Finalmente, queremos salientar que este trabalho não pretendeu fornecer uma solução definitiva para a questão das proposições adverbiais finitas e infinitivas no português europeu. Ao contrário, a noção de que a língua constitui um meio para conceptualizar conteúdo semântico, e que cada usuário da língua,

portanto, pode ter uma ou outra razão de emitir um ou outro tipo de proposição adverbial, implica que não é possível conseguirmos uma explicação que cubra todos os aspectos no tocante a este problema neste trabalho.

Ou seja, cada emissor de um ou de outro tipo de proposição adverbial pode ter as suas razões específicas para a emissão de uma certa proposição adverbial, coisa que nos parece natural no que diz respeito à língua natural. Sendo assim, é óbvio que a tentativa de criar regras detalhadas e determinadas sobre o emprego do infinitivo flexionado e não flexionado está destinada a falhar. No melhor dos casos, poderemos falar em tendências na tentativa de compreender o emprego de uma ou de outra proposição adverbial: com ou sem um trajector [+ elaborado], ou com ou sem o traço [+ tempo].

Por conseguinte, este trabalho pode contribuir para o levantamento de mais algumas questões relacionadas á variação entre o infinitivo [+/- trajector elaborado] ou à variação entre formas finitas e infinitivas do verbo. Em primeiro lugar, verificámos que as ocorrências co-referenciais com um trajector [+ elaborado], estudadas no capítulo (2.), apresentaram um contexto onde há uma falta de coesão entre o trajector da proposição adverbial e o seu antecedente na superior. Em concordância com este fenómeno, comprovámos, na introdução, que o emprego do infinitivo flexionado em contextos co-referenciais, de facto, não é permitido pelos gramáticos. Ou melhor dito, uma distância formal entre os dois verbos faz com que a violação a esta regra seja mais branda. Assim, poderíamos perguntar se há casos onde a ocorrência do infinitivo flexionado é motivado sem que se apresente um contexto de tipo [- coesão].

Em segundo lugar, acreditamos que a questão do SE pode ser desenvolvida. No capítulo (3.), detectámos alguns factores contextuais que podem contribuir para uma ou outra interpretação deste clítico. Assim, poderíamos perguntar se é possível encontrar mais alguns factores para fazer uma ou outra interpretação deste clítico. Com respeito a esta questão, acreditamos que o tipo de verbo pode desempenhar uma função primordial. É certo que o factor verbal foi estudado no capítulo (3.), mas achamos que poderá ser ainda mais desenvolvido em trabalhos futuros. Finalmente, comprovamos, no capítulo (4.), que a noção de controlo, de facto, pode explicar a variação entre as proposições conjuntivas e infinitivas. Em relação a esta variação, estudámos também, de modo muito efémero, a diferença conceptual entre perceptivos de tipo *vi os ladrões entrarem* e *vi que os ladrões entraram*. Evidentemente, esta questão merece ainda maior atenção, do mesmo modo que o merecem as outras possibilidades de alternar entre o infinitivo e o

indicativo. Portanto, resumindo as questões levantadas neste trabalho, queremos salientar as seguintes:

1. Como podemos explicar o infinitivo de tipo [+ trajector elaborado] em contextos gramaticais sem o traço [- coesão] entre a proposição superior e o seu complemento infinitivo?

2. Qual a importância do tipo de verbo ao conceptualizarmos o clítico SE como um trajector genérico?

3. Qual a diferença conceptual entre os casos perceptivos de tipo infinitivo e indicativo?

Sem dúvida, a variação entre as formas finitas e infinitivas do verbo levanta mais questões do que as três mencionadas acima. Ou seja, a enumeração aqui só representa um pequeno exemplo dos possíveis estudos futuros. Apesar disso, acreditamos que as questões mencionadas acima – assim como outras questões relacionadas com o infinitivo português – merecem ser estudadas sob a noção de que a língua representa uma actividade de solucionar problemas, de que temos a capacidade de construir uma expressão linguística conforme a nossa finalidade ou necessidade expressiva e de que cada expressão linguística evoca um certo domínio cognitivo (ou mais domínios cognitivos). Ou melhor dito, pensamos que estas questões encontrarão uma explicação conceptual dentro do paradigma da gramática cognitiva. Em suma, a língua é um meio excelente para expressar um conteúdo conceptual.

Summary in English

The aim of this study is to apply a cognitivist approach to the syntax and semantics of infinitive and finite verb adverbial clauses in European Portuguese. In Portuguese, unlike other European languages, adverbial clauses can be subdivided into three different constructions with three different verb forms: finite verbs, plain infinitives, and inflected infinitives, this latter category being unique to Portuguese. In order to understand this variation, three central questions are raised concerning the use of the different verb forms:

- What determines the use of the plain vs. the inflected infinitive in same-subject adverbial clauses?

- What does the clitic pronoun SE signal in the context *preposition + SE + infinitive (plain or inflected in the third person plural)*?

- What difference is there between the use of the inflected infinitives and that of finite verbs in different subject adverbial clauses?

In the introductory chapter, earlier investigations about these three questions are discussed. One conclusion of this review is that former research almost exclusively has been conducted from a traditional or formalistic point of view. In contrast to this, the present study endeavours to examine these issues from a cognitive linguistic perspective.

In chapters 2, 3 and 4 the questions raised in the introduction are considered in more detail. The second chapter, *The degree of prominence in infinitive adverbial clauses: cognitive aspects*, focuses on the variation between the inflected and the uninflected infinitive in adverbial clauses. The third chapter, *The clitic pronoun SE – a generic trajector*, analyses how the grammatical micro-context can determine the interpretation of the clitic pronoun SE as a marker for a generic trajector. In the following chapter, *The finite adverbial proposition – subjectification and mental spaces*, it is argued that the difference between infinitive and finite adverbial clauses can be explained by means of theories of subjectification and mental spaces. It seems to be the case that the finite adverbial constructions exhibit a higher degree of subjectification,

which, among other things, can bee seen in the displacement of its propositional content from one mental space to another.

The last chapter, *Final considerations*, sums up the arguments in support of the view that the cognitive approach to grammar provides better explanations of the issues considered than do traditional or generative approaches. In particular, it is shown that different adverbial constructions can express different conceptual meaning. In the light of this fact, other issues concerned with finite and infinite verb forms are raised.

1. Introduction

The variation between the inflected and the plain infinitive, on the one hand, and between the infinitive and a finite verb form, on the other hand, is an issue that has already been the subject of several studies. Here, it is argued that the variation between inflected and plain infinitives cannot be related to subject co-reference. There are many cases in which the inflected infinitive is used in spite of a co-referential subject in the main and the adverbial clause. This fact gives rise to the first question raised: what can determine the use of the inflected infinitive in same-subject adverbial clauses?

This question, however, is closely related to another issue. The fact that the Portuguese inflected infinitive does not have any morphological markings in the first and third person singular implies a difficulty to distinguish it from the plain infinitive. This problem has traditionally been solved by arguing that the infinitive is inflected if it has a "logical" subject in the context, and if it is possible to place a nominal subject before the infinitive. In other words, in cases like: *vou sair para (eu) comprar* ["I am going out (for me) to buy"] , the reasoning goes that the infinitive is inflected because it has a logical subject, expressed by the finite verb form in the main clause, and that it is also possible to use a nominal subject in the embedded adverbial clause. Nevertheless, this explanation only covers the use of the infinitive in singular contexts, and not in cases like: *vamos sair para comprar* ["We are going out to buy"], where it is obvious that the action expressed by the infinitive refers to the subject in the superordinate clause (vamos).

A similar case is the use of the clitic SE with intransitive verbs. In these contexts, it is traditionally stated that SE signals an undetermined subject. But,

what happens in the context of a transitive verb or in cases where the inflected form of the infinitive is in the plural? This is the second question raised in the introductory chapter.

The third question concerns the variation between inflected infinitives and finite verbs in adverbial clauses. On the one hand, there is a similarity between the forms in the sense that both signal the presence of a subject. On the other hand, the finite verb form also exhibits the trace [+ tense/mood]. This difference leads to the question whether the variation between the inflected infinitive and the finite verb form is only related to the need of expressing tense, or whether there may be other reasons for using one form or the other in the adverbial clauses.

After the presentation and preliminary discussion concerning these three research questions, some earlier research related to these issues is examined. The prevailing perspective in treating these issues however has been purely descriptive and formalistic. Traditional grammar has described the different uses of the infinitive and finite verb forms without any serious attempt to explain them. Nor does the traditional grammar try to explain the uses of the clitic SE in its various contexts. The studies conducted from a generativist perspective, on the other hand, aim at setting up specific rules and transformations in order to account for these phenomena. Generative approaches, however, no more than traditional ones are seen as capable of providing a satisfactory answer to the questions raised. Instead, these will be investigated from a cognitivist perspective, which takes its point of departure in Langacker's (1987, 1988, and 1991) model of Cognitive Grammar. The following working hypotheses are formulated, adhering to this model:

- The use of the inflected infinitive in adverbial same-subject clauses may be explained by contextual factors which create a cognitive need to highlight the subject.

- The way in which we interpret the clitic SE is highly dependent on contextual factors.

- The variation between infinite and finite verb forms in adverbial clauses can be explained by the latter possessing a more complex conceptual content.

2. Degree of prominence in infinitive adverbial clauses: cognitive aspects

The topic of this chapter is the variation that occurs between the plain and the inflected infinitive in same-subject adverbial clauses. It is claimed that the choice of one or the other type of adverbial construction is closely related to the need to encounter an adequate anaphoric expression, and that the use of an adverbial clause with an inflected infinitive might be explained by a cognitive need to highlight the subject of the adverbial clause.

To this end, Langacker's (1987) concepts of *trajector* and *landmark* are used. The grammatical and semantic relation between the trajector and the landmark of a proposition is examined within a number of contexts. In prototypical cases, the trajector is associated with the subject of the clause, while the latter conforms to the direct object. Semantically, both clausal participants have a high degree of prominence, and constitute the focal participants of a described event. However, the fact that the trajector, in most cases, is associated with the most active participant, i.e. the one which represents a force capable of changing an event, and the one which is perceptually more salient, entails a higher degree of cognitive salience in this participant than in the landmark. The latter, on the other hand, can be understood as a reference point in relation to the trajector.

The concept of trajector plays a fundamental role in the elaboration of a prominence scale for adverbial propositions. In accordance with this scale, the adverbial proposition gains prominence when morphological information of its trajector is being signalled. This can happen either by means of the verbal inflection of the infinitive, or by the insertion of a nominal subject in the adverbial proposition. In other words, a phrase such as: *para comprar* ("in order to by") exhibits a low degree of prominence, while a similar phrase with a lexical subject and verbal inflection like: *para o Rui e a Ana comprarem* ("in order [for] Rui and Ana to buy – PLU") stands out as prominent. Seemingly, the use of lexical subjects and verbal inflection makes the presence of a trajector in the adverbial proposition more salient.

The idea of various degrees of prominence in the adverbial proposition is consequently referred to in the empirical analysis, in which a comparison between a pragmatic and a cognitive approach to anaphoric expressions is also made. With regard to the pragmatic approach, it is claimed that neither Levinson's (1987, 1991) principles, nor Sperber & Wilson's (1995) relevance

theory, can fully explain why the more prominent option will be used in same-subject contexts, considering that either option will lead to a co-referential, same-subject interpretation. In contrast, studies on anaphoric expressions conducted with a cognitive approach focus on referents which are not in the centre of focal attention, its accessibility, and their referential activation (cf. Tomlin & Pu, 1991; Ariel, 1991, 1994, 1996; Chafe, 1987, 1994). What these studies show is the correlation that emerges between a low degree of referential accessibility and a prominent anaphoric expression.

In order to examine some of the factors that may cause a cognitive need to trigger a prominent adverbial proposition, a distinction is established between enunciation and utterance phenomena. The former are understood as related to the actual planning of discourse, whereas the latter are associated with purely linguistic context. Enunciation phenomena can e.g. be pauses, repetitions, and reformulations which reduce the degree of cohesion between the co-referential trajector in the superordinate clause and that of the adverbial clause. There are utterance phenomena which can also produce a reduced degree of cohesion, but in such cases, it is the linguistic units that appear between the trajector of the superordinate clause and that of the adverbial clause which result in the weakened cohesion effect. Another utterance factor of importance is when a cataphoric relationship occurs between the trajector of the superordinate and the adverbial clause. Any of these factors may give rise to the cognitive need for choosing a more prominent adverbial proposition

3. The clitic pronoun SE – a generic trajector

The third chapter examines the meaning of this pronoun in different grammatical contexts. It is argued that the classical categorisation of SE as a marker for an “impersonal subject” with intransitive verbs, and as a “passive marker” with transitive verbs, does not take into account other contextual factors that can lead to one or another interpretation of this clitic. In fact, the vagueness of this pronoun, among other things reflected in the fact that it does not signal case nor gender, makes the interpretation of SE dependent on various contextual factors.

Special consideration is given to the notion of transitivity in the adverbial clauses. It is claimed that a certain degree of transitivity implies that SE could be

interpreted as a trace of a *generic trajector*, i.e. a force that induces a change of an event, even in cases with infinitive inflection in the third person plural.

Further, different strategies for defocalisation and focus displacement are examined. It is stated that the position of the different components, i.e. the noun phrase and SE, and the infinitive inflection in third person plural, may contribute to one or another interpretation of SE. In those cases where this clitic is interpreted as an "impersonal subject", the lack of referentiality creates a defocalisation of the trajector. In other cases, when the noun phrase is inserted in the initial position, or when the verbal inflection is in the third person plural, a focus displacement takes place, which weakens the idea of a generic trajector.

Nonetheless, it is argued that other contextual factors may be involved in the conception of a generic trajector. In accordance with Maldonado (1992), two basic conditions that can influence the idea of SE as a marker of an external force are examined: (1) if the theme itself is capable of inducing an event and (2) if the verb describes an action that can be realised by a component with the feature [-Animate]. It is claimed that the idea of SE as a marker for a generic trajector increases when the action described by the verb presupposes an external agent. On the other hand, it seems that the infinitive inflection in third person plural and a noun phrase [-Animate] in initial position are strategies for diminishing the role of an external generic trajector.

In the analysis, a wide array of adverbial clauses with SE is examined with regard to Hopper & Thompson's (1980) transitivity parameters, and it is shown that all of these present a certain degree of transitivity. A special attention is given to the fact that certain adverbial prepositions (*para* ["in order to"] and *até* ["until"]) have semantic properties that seem to increase their degree of transitivity. Furthermore, the number of participants in the event presented in the adverbial clause, the position of the various components involved, the existence of an obvious referent of SE, and the effect of the infinitive inflection in the third person plural are examined.

Moreover, it is argued that the idea of one or more participants being included in the adverbial event depends heavily on the type of action described by the verb. A verb which describes a physical action seems to increase the need to conceptualise SE as a participant in that event, whereas this need seems to diminish gradually if the verb describes a mental action or a perceptual experience. It is also claimed that the initial positioning of a component has an impact on how the described event is interpreted. The idea of the initial position

being the starting point for any action may explain a greater tendency to conceptualise SE as a marker for a generic trajector when it occupies this position. Finally, a participant having the feature (+ Animate) and/or an infinitive third person plural inflexion seems to diminish the idea of a generic trajector being present in the adverbial clauses.

It is concluded that the contextual factors studied may indeed have some influence on our tendency to conceptualise SE as a marker for a generic trajector. In accordance with this claim, a distinction is made between four different structures containing *preposition + infinitive + SE + NP (-Animate)* in which the notion of a generic trajector is present to a greater or a lesser degree.

4. The finite adverbial proposition – subjectification and mental spaces

In this chapter, the variation between infinitive and finite adverbial clauses is examined. The notion of iconicity (Lakoff & Johnson, 1980) plays a fundamental role here, and it is claimed that a higher degree of morphosyntactical complexity in finite adverbial clauses than in the infinitive clauses, can be matched with a greater conceptual complexity.

Furthermore, it is argued that the higher degree of conceptual complexity in the finite adverbial clauses can be explained by theories of subjectification and mental spaces. Subjectification is to be understood as a high degree of speaker involvement in the linking between a communicative event (the ground) and its linguistic expression (cf. Langacker, 1990). This may be expressed by a finite verb that relates the linguistic expression directly to the ground. In the case of finite adverbial propositions, it is claimed that this kind of subjectification only represents an initial step. The next one is the displacement of the finite adverbial clause's propositional content from a paternal mental space to a subordinate one.

The first part of the analysis deals with the variation between infinitive/ finite adverbial clauses that are introduced either by *ao/quando* or by *por/ porque*. A difference between adverbial clauses introduced by *ao* or *quando* is detected to the effect that the former can only be used in *punctual* contexts, giving rise to a restricted temporal use. Adverbial clauses that are introduced by *quando,* on the other hand, have a wider array of uses, and can occur in *generic-circumstantial* and *habitual* contexts. In these latter types of contexts, the adverbial clause either expresses a circumstance related to the realisation of an

event in the superordinate clause, or describes a condition for a habit expressed in it. It is claimed that adverbial clauses introduced by *quando* may lead to the displacement of the propositional content from a temporal mental space to a generic-circumstantial or habitual mental space.

In the same way, the adverbial clauses introduced by the preposition *por* are heavily restricted to prototypical causal relations between the superordinate and the adverbial clauses. This is not the case in all adverbial clauses introduced by the conjunction *porque*. In several contexts, the relation between the superordinate and adverbial clauses are of an *inferential* type. That is to say that the causal relation between the clauses is not to be detected in the explicatures, but is to be inferred from an implicature. The difference between the infinitive and the finite adverbial clauses may, in the case of *por* and *porque*, be explained by the displacement of the propositional content of the latter to an *inferential* mental space, while the former stays in a causal mental space.

The second part of the analysis focuses on finite adverbial clauses in the subjunctive vs. infinitive adverbial clauses. After examining earlier research on the semantics of the subjunctive mood, it is concluded that notions like *non-assertion*, *distance*, *relevance*, *reality* (i.e. notions that often have been related to the semantics of the subjunctive mood) even if they grasp some of the meaning of this mood, do not cover the full range of its use. Therefore, in accordance with Maldonado (1995), it is proposed that the subjunctive signals a loss of control in the adverbial clause. This loss of control is manifested in three different ways: (1) the propositional content of the adverbial clause does not correspond to the conceptualiser's elaborated reality, (2) this participant is not capable of exerting influence on the described event, (3) some other participant is not capable of exerting influence on the described event.

An examination of different types of adverbial clauses in fact shows that the concept of control can explain the variation between infinitive and finite subjunctive adverbial clauses. In discussing why the finite subjunctive clauses, and not infinitive ones, exhibit the feature [- control], three factors are addressed: (1) the semantics of the subjunctive and the infinitive, (2) the occurrence of the subjunctive in non co-referential contexts with factive verbs, (3) the tendency that conjunctions separate a superordinate clause from an adverbial one, while prepositions unite them.

These factors are further examined. It is claimed that the infinitive, being a nominative verb form, presents a holistic view of an action and therefore foca-

lises its result, which, in turn leads to a higher degree of control over the described event. Another typical trait of the infinitive is its use together with perceptual verbs. This use could imply that the event is a part of the conceptualiser's conceived reality. In contrast, the subjunctive mood is used in contexts where the conceptualiser does not exert control over the event described in the proposition. In addition, there is a greater tendency to use the subjunctive verb forms in non co-referential contexts with factive verbs. This use is explained by the fact that these contexts presuppose a low degree of control. Finally, there is a difference in the components that serve to introduce the adverbial propositions. While a conjunction separates the two clauses, a preposition tends to unite them. A greater distance between the superordinate clause and the adverbial clause, it is argued, may contribute to a lesser degree of control over the event described in the adverbial clause.

In accordance with the preceding analysis, it is claimed that the difference between infinitive and subjunctive adverbial clauses can be explained by the displacement of the propositional content of the latter to a mental space possessing the feature [- control].

5. Final considerations

In this section, the initial research questions, the working hypothesis and the following analysis are summarised. It is claimed that the analysis carried out in chapters 2, 3, and 4 in fact corroborate the initial working hypothesis:

- The use of prominent infinitive adverbial clauses in co-referential contexts can be explained by the cognitive need to highlight a trajector that would otherwise be overshadowed.

- The tendency to conceptualise SE as a generic trajector does not only depend on the verb inflection. There are in fact many other contextual factors capable of resulting in one or another interpretation of this clitic.

- The variation between infinitive and finite adverbial clauses may be explained by a higher degree of subjectification in the latter type. This is manifested through the displacement of their propositional content from a paternal mental space to a subordinate one.

Therefore it may be concluded that the cognitivist approach is indeed capable of increasing our knowledge of the issues addressed in ways where traditional and generative grammar have at least partly failed.

Referências

ACHARD, M. (1998) *Representation of Cognitive Structures – Syntax and Semantics of French Sentential Complements*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

ARIEL, M. (1991) "The function of accessibility in a theory of grammar". *Journal of Pragmatics*, 16, 443-463.

— (1994) "Interpreting anaphoric expressions: a cognitive versus a pragmatic approach". *Journal of Linguistics*, 30, 3-42.

— (1996) "Referring expressions and the +/- coreference distinction". In: Fretheim, T. & Gundel, J.K. (eds.) *Reference and referent accessibility*, Amsterdam/Philadelphia, John Benhamins Publishing Company.

BECHARA, E. (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Lucerna.

BERMÚDEZ, F. (2003) "Llegando a la conclusión: la escena del camino en los conectores consecutivos". *Roman Revue* 38, 239-271.

BLACKWELL, S.E. (2000) **"**Anaphora interpretations in Spanish utterances and the neo-Gricean pragmatic theory". *Journal of Pragmatics* 32, 389-424.

BRITO, A.M. (1995) "Algumas considerações sintácticas do português no quadro das línguas românicas: Sujeito nulo, Infinitivo Flexionado e Clíticos Nominativos". *Lusorama* 27, 17-27.

CAETANO SILVEIRA, J.R. ET AL. (1994) "O infinitivo flexionado em português: um reestudo de Raposo (87)". *Letras de Hoje* 96, 135-146.

CARLSON, G. (1977) "Generics and the atemporal when". *Linguistics and philosophy* 3, 49-98.

CARECHO, J. (1996) *Sobre a semântica das constuções com «quando»*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CASTELEIRO, J. & NASCIMENTO, BACELAR DO, M.F. (2001) *Português Falado, Documentos Autênticos*, Gravações áudio com transcrições alinhadas, em CD-ROM, Lisboa, CLUL e Instituto Camões.

CHAFE, W. (1987) "Cognitive constraints on information flow". In: Tomlin, R.S. (ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1994) *Discourse, Consciousness and Time – The flow and displacemente of conscious experience in speaking and writing*, Chicago/London, The University of Chicago Press.

— (1996) “Inferring identifiability and accessibility”. In: Fretheim, T. & Gundel, J.K. (eds.) *Reference and referent accessibility*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and Binding*, Dordrecht, Foris.

— (2000) *New Horizons in the study of Language and Mind*, Cambridge, Cambridge University Press.

COWAN, N. (1988) “Evolving conceptions of memory storage, selective attention, and their mutual constraints within the human information-processing system”. *Psychological Bulletin* 104, 163-191.

CUNHA, C. & CINTRA, L. (1984) *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa, Edições de João Sá da Costa.

DANCYGIER, B & SWEETSER, E. (2000) “Constructions with *if, since* and *because*: Causuality, epistemic stance, and clause order”. In: Kortmann, B. & Couper-Kuhlen, E. (eds.) *Cause, condition, concession, contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*, Berlin, Mouton de Gruyter.

DECLERCK, R. (1996a) “Tense choice in adverbial *when* clauses”. *Linguistics*, 34, 225-261.

— (1996b) “A functional typólogy of English *when*-clauses”. *Functions of Language* 3-2, 185-234.

DE MELLO, G. (1995) “Preposición + Sujeito + Infinitivo: ‘Para yo hacerlo’”. Hispania, 78, 825-836.

EPSTEIN, R. (2002) “The definite article, accessibility, and the construction of discourse referents”. *Cognitive Linguistics* 12-4, 333-378.

ESCANDELL VIDAL, M.V. (1993) *Introducción a la Pragmática*, Barcelona, Anthropos.

FANT, L. (1985) “Procesos anafóricos y valor enfático en el español hablado”. *Español Actual*, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 5-26.

FAUCONNIER, G. (1990) “Domains and connections”. *Cognitive Linguistics* 1-1, 151-174.

— (1994) *Mental Spaces – Meaning Construction in Natural Language*, Cambridge, Cambridge University Press.

FAUCONNIER, G & SWEETSER, E. (1996) *Spaces, worlds and grammar*, Chicago, The University of Chicago Press.

FERREIRA, P.M. (1984) “Algumas considerações sobre o conjuntivo nas línguas românicas”. In: Herculano de Carvalho, J.G. & Schmidt-Radefeldt, J. (eds.) *Estudos de linguística portuguesa (vol 1)*, Coimbra, Coimbra Editora, 257-392.

FOX, B. (1982) “Figure-ground in language: a study of several topic continuity devices in Chamorro”. *Glossa*, 149-180.

GARCIA, E. (1975) *The Role of Theory in Linguistic Analysis: The Spanish Pronoun System*, Amsterdam/Oxford/New York, North-Holland Publishing Company.

GIVÓN, T. (1983) *Topic Continuity in Discourse: a Quantitative Cross-Language Study*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1992) “The grammar of referential coherence as mental processing instructions”. *Linguistics* 30-1, 5-55.

— (1995) “Coherence in text vs. coherence in mind”. In: Gernsbacher, M.A. & Givón, T. (eds.) *Coherence in spontaneous text*, Amsterdam/ Philadelfia, John Benjamin Publishing Company.

HAIMAN, J. (1980) “The iconicity of grammar: isomorphism and motivation”. *Language* 56, 515-540.

— (1985) *Iconicity in Syntax*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

HAVU, J. (1997) “Acerca del uso de los tiempos verbales en las proposiciones subordinadas de tiempo”. *Neuphilologische Mitteilungen* 4, 365-378.

HOPPER, J.P. & THOMPSON, S.A. (1980) “Transitivity in Grammar and Discourse”. *Language* 56-2, 251-299.

— (1985) “The iconicity of universal categories *nouns* and *verbs*”. In: Haiman, J. (ed.) *Iconicity in Syntax*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

HUANG, Y. (2000) “Discourse anaphora: Four theoretical models”. *Journal of Pragmatics* 32, 151-176.

JORNAL-ELAN. (2003) Endereço electrónico: <http://www.clul.ul.pt/sectores/ projecto_ rld1. html>. [Com acesso em Março 2003].

JUCÁ, C. (1971) “O infinitivo variável: uma distorção gramatical”. *Ocidente* vol. LXXX, 435-440.

KORTMANN, B. (1997) *Adverbial Subordination. A Typólogy and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

KORTMANN, B. & COUPER-KUHLEN, E. (2000) *Cause, Condition, Concession, Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

LAKOFF, G. (1987) *Women, Fire, and Dangerous Things.* Chicago, University of Chicago Press.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980) *Metaphors we live by,* Chicago, Chicago University Press.

LANGACKER, R.W. (1985) "Observations and speculations on subjectivity". In: Haiman, J. (ed.) *Iconicity in Syntax*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1987) *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. 1 – Theoretical Prerequisites*, Stanford, California, Stanford University Press.

— (1988a) "An overview of cognitive grammar". In: Rudzka-Ostyn, B. (ed.) *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1988b) "A view of linguistic semantics". In: Rudzka-Ostyn, B. (ed.) *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1988c) "The nature of grammatical valence". In: Rudzka-Ostyn, B. (ed.) *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1988d) "A Usage-Based model". In: Rudzka-Ostyn, B. (ed.) *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

— (1990) "Subjectification". *Cognitive Linguistics*, 1-5, 5-38.

— (1991) *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. 2 – Descriptive application*, Stanford, California, Stanford University Press.

— (1993) "Reference point constructions". *Cognitive Linguistics* 4-1, 1-38.

— (2000) *Grammar and Conceptualization*, Berlin/NewYork, Mouton de Gruyter.

— (2001) "Discourse in Cognitive Grammar". *Cognitive Linguistics* 12-2, 143-188.

LEVINSON, S. (1983) *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge University Press.
— (1987) "Pragmatics an the grammar of anaphora: a partial pragmatic reduction of Binding and Control phenomena". *Journal of Linguistics* 23, 379-434.
— (1991) "Pragmatic reduction of the Binding Conditions revisited". *Journal of Linguistics* 27, 107-161.
LINGUATECA (2005) Endereço electrónico: <http://www.linguateca.pt/ACDC>. [Com acesso em Outubro 2005].
LUNN, P. (1987) *The Semantics of Por and Para*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.
— (1989) "Spanish mood and the prototipe of assertability". *Linguistics* 27, 687-702.
MALDONADO, R. (1988) "Energetic reflexives in spanish". In: *Proceedings of the anual Meeting of the Berkley Linguistics Society*, 153-165.
— (1992) *Middle Voice: The case of spanish se*, San Diego, Dissertação de Doutorado, University of California.
— (1995) "Middle-Subjunctive links". In: Hashemipour, P. & Maldonado, R. & Naerssen, van M. (eds.) *Studies in Language Learning and Spanish Linguistics in honor of Tracy D. Terrel*, New York, McGraw Hill, 375-384.
MANSFIELD, C. (1997) *Prominence: from Sensation to Language*, Dissertação de Doutorado, San Diego, University of California.
MARQUES, R. (1995) *Sobre o Valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
MAURER JR, T. H. (1951) *Dois problemas da língua portuguesa - O infinitivo pessoal e o pronome se*, São Paulo, Boletim da faculdade de letras.
— (1968) *O infinitivo flexionado português (estudo histórico-descritivo)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
MEJÍAS-BIKANDI, E. (1993) *Syntax, discourse and acts of mind: a study of the indicative/subjunctive in Spanish*, Dissertação de Doutorado, San Diego, University of California.
— (1995) "Presupposition inheritance and mood in spanish". In: Hashemipour, P. & Maldonado, R. & Naerssen, van M. (eds.) *Studies in Language Learning and Spanish Linguistics in honor of Tracy D. Terrel*, New York, McGraw Hill, 399-418.

— (1996) “Space accessibility and mood in spanish”. In: Fauconnier, G. & Sweetser, E. (eds.) *Spaces, worlds and grammar*, Chicago, The University of Chicago Press.

NASCIMENTO, BACELAR DO, M.R. ET AL. (1987). *Português Fundamental vol. II – Métodos e Documentos, tomo 1 – Inquérito de Frequência,* Lisboa, INIC, CLUL.

NUNES, J. M. (1990) *O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE apassivador e indeterminador*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, T. (2001) “Valores do conjuntivo em construções sintacticamente dependentes”. In: Mateu, M.H. & Correia, C.N. (eds.) *Saberes no tempo: homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Colibri, 417-425.

OVERSTEEGEN, E. (1997) “On the pragmatic nature of causal and contrastive connectives”. *Discourse Processes* 24, 51-85.

PANDER MAAT, H. & DEGAND, L. (2001) “Scaling causal relations and connectives in terms of speaker involvement”. *Cognitive Linguistics* 12-3, 211-245.

PANDER MAAT, H. & SANDERS, T. (2000) “Domains of use or subjectivity? The distribution of three Dutch causal connectives explained”. In: Kortmann, B. & Couper-Kuhlen, E. (eds.) *Cause, Condition, Concession, Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

— (2001) “Subjectivity in causal connectives: An empirical study of language in use”. *Cognitive Linguistics* 12-3, 247-273.

PERINI, M.A. (1977) *Gramática do infinitivo português*, Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

— (1998) *Gramática descritiva do português*, São Paulo, Editora Ática.

PIT, M. (1997) “Subjective and objective construal in coherence relations”. In: Don, J. & Sanders, T. (eds.) *Yearbook 1997*, Utrecht, Utrecht Institute of linguistics OTS, 45-70.

QUESADA, D.J. (1997) “Obituary: Adios to Passive in Spanish”. *La linguistique – revue de la société internationale de linguistique fonctionelle,* Paris, Presses Universitaires de France, 41-62.

— (1998) “Transitivity, Voice, And The Middle – Spanish Se Revisited”. *Romanishe Forshungen: Vierteljahrsshrift für romanishe Sprachen und Literaturen*, 1-36.

RAPOSO, E. (1975) *Uma restrição derivacional global sobre o infinitivo em português*, Boletim de Filologia, Tomo XXIV, Lisboa, Universidade de Lisboa.

— (1987) Case theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18-1, 85-109.

RUDZKA-OSTYN, B. **(**1988) "Semantic extension into the domain of verbal communication". In: Rudzka-Ostyn, B. (ed.) *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

SANDERS, T. (1997) "Semantic and pragmatic sources of coherence. On the categorization of coherence relations in context". *Discourse processes* 24, 119-147.

SCIDA, E. (2004) *The inflected infinitive in romance languages*, New York/London, Routledge.

SILVA, SOARES DA, A. (1997) "A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística". *Revista portuguesa de humanidades* 1, 59-101.

— (2004) "Imagery in portuguese causation/perception constructions". In: Lewandowska-Tomaszczyk, B. & Kwiatkowska, A (eds.) *Imagery in Language. Festschrift in Honour of Professor Ronald W. Langacker*, Frankfurt/Main: Peter Lang, 2004, 297-319.

— (2005) "Between finite clauses and infinitival clauses: The Portuguese inflected infinitive and its conceptual basis". Comunicação apresentada na Conferência Internacional *From Grammar to Mind: Grammar and cognition*, Bordeaux (19-21 de Maio).

SMITH, M. (2002) "The polisemy of german *es*, iconicity, and the notion of conceptual distance". *Cognitive Linguistics* 13-1, 67-112.

SPERBER, D. & WILSON, D. (1995) *Relevance: Communcication & Cognition*, Oxford, Blackwell Publishing.

SWEETSER, E. (1996) "Mental Spaces and the Grammar of Conditional Constructions". In: Fauconnier, G. & Sweetser, E. (eds.) *Spaces, worlds and grammar*, Chicago, The University of Chicago Press.

TALMY, L. (1978) "Figure and Ground in Complex Sentences". In: Greenberg, J. (ed.) *Universals of human language*, Stanford, California, Stanford University Press.

— (1988) “Force dynamics in language and cognition. *Cognitive science* 12, 49-100.
— (2000) *Toward a cognitive semantics, Vol. 1 Concept Structuring Systems*, Cambridge/Massachusetts, The MIT press.
TLÂSKAL, J. (1984) “Observações sobre tempos e modos em português”. In: Herculano de Carvalho, J.G. & Schmidt-Radefeldt, J. (eds.) *Estudos de linguística portuguesa (vol 1)*, Coimbra, Coimbra Editora, 237-255.
TOMLIN, R.S. (1987) “Linguistic reflection of cognitive events”. In: Tomlin, R.S. (ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
TOMLIN, R.S. & MING MING, P. (1991) “The management of reference in Mandarin”. *Cognitive Linguistics* 2-1, 65-95.
TRAVIS, C. (2003) “The semantics of the spanish subjunctive: Its use in the natural semantic metalanguage”. *Cognitive Linguistics* 14-1, 47-69.
VAN HOEK, K. (1995) “Conceptual reference points: a cognitive grammar account of pronominal anaphora constraints”. *Language* 71-2, 310-340.
WALLACE, S. (1982) “Figure and Ground: The interrelationships of linguistic categories”. In: Hopper, P.J. (ed.) *Tense-Aspect: Between semantics and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
WILCOX, S. (2004) “Cognitive iconicity: conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages”. *Cognitive Linguistics* 15-2, 119-142.
WILSON, D. & SPERBER, D. (1990) “Outline of Relevance Theory”. In: *Hermes* 5, 35-56.
VOGT, C. (1976-77) “Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções *porque, pois* e *já que*”. *Alfa* 22-23, 139-155.

Índice remissivo

Achard 134, 153
Ariel..... 65, 74, 76, 77, 172, 181
Bechara... 19, 20, 24, 25, 27, 29, 173
Bermúdez.....148
Blackwell.....68, 69
Brito.....23
Caetano Silveira 23, 28, 174
Carecho.....141
Carlson.....141
Casteleiro & Nascimento 18
Chafe.....
..... 18, 65, 67, 74, 75, 76, 172, 181
Chomsky.....32, 65
conceptualizador.....
33, 35, 129, 130, 134, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 171, 174
conceptualização.....
32, 33, 34, 36, 80, 81, 83, 94, 96, 97, 98, 105, 108, 111, 116, 120, 122, 129, 130, 131, 169, 173
conceptualizar.....
32, 34, 36, 41, 92, 97, 107, 112, 114, 117, 119, 124, 162, 168, 169, 174
contexto .....
7, 8, 9, 14, 21, 24, 32, 37, 46, 60, 72, 73, 80, 81, 82, 84, 91, 95, 117, 119, 159, 168, 172, 173, 175
Cowan.....75
Cunha & Cintra .....
..... 19, 24, 27, 29, 157, 173
Dancygier & Sweetser.....144
De Mello.....8
Declerck.....141
domínio.....
36, 37, 38, 41, 42, 44, 151, 152, 174, 176
base 37, 38, 41
perfil.....37, 38, 41
Escandell Vidal.....72, 73
espaço mental .....
39, 44, 129, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 157, 164, 165, 166, 167, 174
circunstancial-genérico.....
..... 144, 145, 149, 166, 170
habitual .....
..... 144, 145, 149, 166, 170, 183, 184
inferencial.. 146, 147, 148, 149, 166, 170
estrutura gramatical.....32
estrutura semântica.....32
expressão anafórica .....
65, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 88
a teoria de relevância.....
..... 66, 72, 73, 78, 88, 172
acessibilidade.....
..... 76, 77, 78, 79, 80, 85, 88, 138
activação referencial..... 75
foco de atenção..... 76
os princípios de Levinson.....
..... 66, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 171, 172
Fant.....62
Fauconnier.....
38, 41, 134, 135, 136, 138, 174, 193
Ferreira 150
figura ...39, 49, 56, 57, 58, 61, 62, 88
forma verbal .....
7, 9, 11, 15, 16, 22, 29, 30, 133, 150, 157, 170, 171
conjuntivo.....
11, 16, 43, 64, 125, 126, 128, 138, 139, 140, 150, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 170, 174, 188
indicativo.....
43, 125, 126, 128, 138, 139, 150, 153, 159, 160, 161, 176
infinitivo .....
7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 42, 43, 63, 71, 86, 89, 90, 92, 102, 104, 112, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 133, 134, 140, 143, 150, 157, 158, 159, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 187, 189, 191, 192

Fox.....62
fundo.....
39, 41, 49, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 88, 142, 143, 170
Garcia 94, 95, 172
Givón 62, 65, 96, 107, 109
gramática cognitiva .....
30, 34, 35, 36, 41, 66, 172, 173, 174, 176
Haiman 127
Havu 141
Hopper & Thompson.....
.....99, 100, 121, 127, 182
Huang 69
iconicidade.....127, 148, 165, 174
complexidade conceptual.....
.....44, 127, 128, 165, 167, 170, 174
complexidade formal .....
..44, 126, 127, 128, 165, 167, 170, 174
distância conceptual.....44, 127, 148
distância formal.....
.....43, 44, 84, 85, 87, 169, 171, 175
JORNAL-ELAN.....17
Jucá.....22
Kortmann.....127, 188
Lakoff 57
Lakoff & Johnson.....127, 183
Langacker .....
30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 66, 104, 107, 108, 125, 129, 130, 131, 157, 174, 179, 180, 183
Levinson .....
. 65, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 88, 180
LINGUATECA 17, 161
Lunn.....148, 150
Maldonado.....
97, 99, 107, 109, 151, 152, 173, 174, 182, 184
Mansfield.....47
marco .....
39, 40, 41, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 82, 87, 90, 93, 94, 107, 108, 109, 113, 115, 122
ponto de referência .....
..... 40, 49, 56, 59, 60, 61, 64, 87
Marques.....150
Maurer 20, 21, 22, 24, 29, 171
Mejías-Bikandi.....138, 139
Nascimento.....18
Nunes.....26
o clítico SE .....
14, 15, 25, 63, 64, 93, 94, 96, 99, 101, 102, 104, 105, 117, 118, 119, 124, 168, 169, 170
Oliveira.....150
Oversteegen.....145
Pander Maat & Delgand.....145
Pander Maat & Sanders .....
.....131, 132, 145
Perini .....
22, 25, 27, 28, 29, 160, 171, 172, 174, 192
Pit 134
proeminência.....
10, 39, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 72, 74, 75, 77, 79, 87, 88, 89, 92, 96, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 120, 122, 126, 168
relativa..... 113, 115, 116
Quesada.....97, 104, 105, 107
Raposo.....
.....7, 22, 23, 27, 28, 171, 174, 187
Rudzka-Ostyn.....50
Sanders 145
Scida.....7, 8
Silva.....7, 12, 40, 134
Smith 127
Sperber & Wilson.....
.....66, 72, 73, 172, 180
subjectificação.....
124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 146, 157, 165, 166, 167, 174
envolvimento do locutor.....
..... 128, 129, 146, 165, 174

fundamento 131, 132, 133, 134, 165
sujeito de consciência 131, 132
Sweetser.....138, 188
Talmy.....55, 58, 60, 61, 99
Tlâskal 150
Tomlin 65
Tomlin & Pu.....65, 74, 75, 172, 181
trajector.....
39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68
genérico .....
42, 43, 49, 63, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 168, 169, 170, 173, 176
Travis.....150
Wallace.....61, 62, 65
van Hoek 38
Wilcox.....127
Wilson & Sperber.....72
Vogt.....10, 146